UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

LUIZ GONZAGA FEIJÃO DA SILVA

AVIAMENTO E REDISTRIBUIÇÃO NA AMAZÔNIA: uma análise evolucionária do período colonial

BELÉM – PA
2023

LUIZ GONZAGA FEIJÃO DA SILVA

AVIAMENTO E REDISTRIBUIÇÃO NA AMAZÔNIA:

Uma análise evolucionária do período colonial

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes
Co-orientador: Prof. Dr. Harley Silva

BELÉM
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586a Silva, Luiz Gonzaga Feijão da.
Aviamento e redistribuição na Amazônia : uma análise evolucionária do período colonial / Luiz Gonzaga Feijão da Silva. — 2023.
311 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes
Coorientador(a): Prof. Dr. Harley Silva
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Belém, 2023.

1. Amazônia Colonial. 2. Aviamento. 3. Redistribuição. 4. Finanças. 5. Instituições. I. Título.

CDD 330.1209811

Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Economia
Avenida Augusto Corrêa, 01. Guamá – Belém-PA – 66.075-900
Fone/Fax: (91) 3201-8045 | ppgeconomia@ufpa.br | www.ufpa.br/ppgeconomia

Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA

Ata de Defesa de Tese do Aluno do Curso de Doutorado em Economia Luiz Gonzaga Feijão da Silva.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, realizou-se via Webconferência no Google Meet, da Universidade Federal do Pará, no Bairro do Guamá, nesta Cidade de Belém-Pará, a sessão pública de Defesa de Doutorado intitulada **"Aviamento e Redistribuição na Amazônia: Uma Análise Evolucionária do Período Colonial",** apresentada pelo doutorando **Luiz Gonzaga Feijão da Silva,** Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará - UFPA. A sessão foi instalada às nove horas, pelo (a) **Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes,** Presidente da banca, fazendo parte da banca examinadora o **Prof. Dr. Ramón Vicente Garcia Fernández** (Examinador Externo), **Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron** (Examinador Externo), **Prof. Dr. Francisco de Assis Costa** (Examinador Interno), **Prof. Dr. Harley Silva** (Examinador Interno) e a **Prof. Dr. Raul da Silva Ventura Neto** (Examinador Interno). A Banca Examinadora, após a exposição da Tese pelo doutorando, passou a argui-lo. Encerrados os trabalhos às doze horas e quarenta minutos, os examinadores consideraram **Aprovada** a Tese. E eu Carlos Alberto Barbosa de Azevedo, lavrei a presente Ata, que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora. Belém, 29 de novembro de 2023.

gov.br Documento assinado digitalmente
DANILO ARAUJO FERNANDES
Data: 05/12/2023 21:53:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes (Orientador)_____

Prof. Dr. Harley Silva (Coorientador) gov.br Documento assinado digitalmente
HARLEY SILVA
Data: 04/12/2023 16:37:08-0300
Verifique em https://validar.

Prof. Dr. Ramón Vicente Garcia Fernández (Examinador exter gov.br Documento assinado digitalmente
RAMON VICENTE GARCIA FERNANDEZ
Data: 06/12/2023 11:34:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron (Examinador externo)_ gov.br Documento assinado digitalmente
Rafael Ivan Chambouleyron
Data: 06/12/2023 13:46:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Raul da Silva Ventura Neto (Examinador interno)_ gov.br Documento assinado digitalmente
RAUL DA SILVA VENTURA NETO
Data: 04/12/2023 12:52:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa (I gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCISCO DE ASSIS COSTA
Data: 18/12/2023 09:38:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Carlos Alberto Barbosa de Azevedo (Secretário)_ gov.br Documento assinado digitalmente
CARLOS ALBERTO BARBOSA DE AZEVEDO
Data: 18/12/2023 10:59:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

AGRADECIMENTOS

Várias são as pessoas a quem devo um agradecimento especial. Minha família acompanhou todos esses anos a minha dedicação aos estudos, e dentro de suas possibilidades e entendimento de um doutoramento, dividiram comigo o entusiasmo e as preocupações com a Tese. Devo uma menção especial a minha esposa, Nira, e minha filha, Lívia, que mais continuamente participaram desse processo, pois vivenciaram momentos em que precisei me dedicar intensamente à tese e menos a elas – peço desculpa pela ausência e pelas experiências não vividas, e agradeço a paciência e o amor com que sempre me confortaram no dia a dia. Não posso deixar de mencionar o auxílio de minha sogra, Dilza, e de minha mãe, Ana, pois quando precisei reduzir o tempo dedicado a paternidade, elas sempre me ajudaram e foram decisivas em momentos de avanço do meu trabalho.

Não poderia esquecer da dívida com o grupo de estudo oriundo do projeto Economia e Cultura dos Comuns. Primeiro, pelos amigos e amigas que fiz. Segundo, por ter me nutrido intelectualmente, com a leitura dos autores, apresentações, debates e conversas. Porém, além disso, por ser um ambiente recíproco, onde encontramos amparo aos problemas que, normalmente, são enfrentados por alunos de pós-graduação. Sem o nosso grupo de estudo, não teria avançado nas leituras e aprendizado de Polanyi, Veblen e a economia institucional, que aciono nesse trabalho para desenvolver o meu objetivo. Em nome do grupo, agradeço ao Prof. Harley e Prof. Danilo, que além de orientadores e parceiros intelectuais, considero como dois amigos que conquistei nessa jornada.

Por fim, não poderia deixar de agradecer à Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. A experiência e aprendizado como docente do Curso de Ciências Econômicas foi essencial para o desenvolvimento da tese.

“Nas sociedades primitivas, o crédito que formava a dívida era oferecido, originalmente, pela reciprocidade praticada no clã e entre vizinhos. No Estado arcaico, o tempo e palácio eram os principais fornecedores de crédito para a colheita [...] Com o surgimento dos mercados formadores de preço, o dinheiro passou a ser primordialmente usado como meio de troca, enquanto o pagamento e o crédito assumiram funções de outra natureza. O crédito passou a ser um subproduto do processo de intercâmbio de mercadorias e sua produção; a defasagem temporal a ser coberta já não se devia a discrepância no valor dos bens a serem trocados, muito menos o crédito era uma questão de reciprocidade entre o grupo familiar e os membros da aldeia, ou de distribuição pelo palácio e pelo templo. A moderna atividade bancária, longe de tornar desnecessários os mercados, como fizera sua correspondente arcaica, foi um meio de expansão do sistema de mercado além de qualquer troca simples das mercadorias a mão”.
Karl Polanyi

RESUMO

A economia e o mercado não são sinônimos. Essa distinção é essencial para compreendermos o aviamento – nosso objeto de estudo. A tese apresenta uma maneira alternativa de visualizar o sistema econômico da Amazônia colonial: ao invés da ênfase no sistema de mercado ou de seus elementos, adotamos a redistribuição como instituição que promove, de forma dominante, a circulação dos meios de subsistência da sociedade. Essa economia redistributiva emana da capacidade do Estado de receber (tributos) e de distribuir (pagante), em um sistema monetário sem moeda cunhada, que utiliza os gêneros (meios de subsistência) como dinheiro. Essa forma de interpretar a economia só foi possível pelo uso da teoria institucionalista de Polanyi e Veblen, que nos auxiliou a delimitar o objetivo da tese em compreender como as estruturas econômicas e sociais da Amazônia colonial, ou seja, formas de integração econômicas (FIEs), instituições de apoio e estrutura de organização da sociedade foram determinantes na emergência, crescimento e persistência do aviamento como instituição financeira. Nesse sentido, o aviamento, é uma manifestação adaptada e coerente às demandas financeiras da economia redistributiva, ou seja, onde o crédito (e os fluxos dos recursos financeiros) é realizado em gêneros e a dívida é proveniente de obrigações não-econômicas – o que o desatrela, nesse período, das motivações orientadas pelo mercado. Ao longo do período colonial, o aviamento apresentou diversas variações institucionais, que se coadunam com a mudança da estrutura social e econômica (destacamos o Regimento das Missões e as reformas Pombalinas), conforme defendemos em nossa hipótese de trabalho. Dentre as principais variações que apresentamos como resultado do processo causal e cumulativo, logo, evolucionário, destacamos o aviamento comercial, o aviamento redistributivo estatal e o aviamento redistributivo mercantil. Para explicar essas variações, em termos darwinianos mais detalhados, escolhemos delinear o processo evolucionário para o movimento de alguns recursos importantes, como o de cativos (tropas de resgate) e drogas do sertão, aviando o trabalho dos indígenas tutelados (redistributivo estatal) e das famílias caboclas em constituição (redistributivo mercantil). Assim, o aviamento é dinâmico e diverso, sendo resultado da sua interdependência com a estrutura em constante transformação.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia Colonial; Aviamento; Redistribuição; Finanças; Instituições.

SUMMARY

The economy and the market are not synonymous. This distinction is essential to understand aviation, our object of study. The thesis presents an alternative way of viewing the economic system of the colonial Amazon: instead of emphasizing the market system or its elements, we adopt redistribution as an institution that dominantly promotes the circulation of society's means of subsistence. This redistributive economy emanates from the State's ability to receive (taxes) and distribute (payer), in a monetary system without coined currency, which uses genres (means of subsistence) as money. This way of interpreting the economy was only possible through the use of Polanyi and Veblen's institutionalist theory, which helped us to define the objective of the thesis in understanding how the economic and social structures of the colonial Amazon, that is, forms of economic integration (FIE), support institutions and organizational structure of society, were decisive in the emergence, growth and persistence of aviation as a financial institution. In this sense, relief is an adapted and coherent manifestation of the financial demands of the redistributive economy, that is, where credit (and the flows of financial resources) are carried out in kind and debt comes from non-economic obligations – which During this period, it uncouples it from market-oriented motivations. Throughout the colonial period, aviation presented several institutional variations, which are in line with the change in the social and economic structure (we highlight the Missions Regiment and the Pombaline reforms), as we defend in our working hypothesis. Among the main variations that we present as a result of the causal and cumulative, therefore, evolutionary process, we highlight commercial aviation, state redistributive aviation and commercial redistributive aviation. To explain these variations in more detailed Darwinian terms, we chose to outline the evolutionary process for the movement of some important resources, such as captives (rescue troops) and drugs from the backlands, facilitating the work of protected Indians (state redistribution) and families caboclas in constitution (mercantile redistribution). Thus, the layout is dynamic and diverse, resulting from its interdependence with the structure in constant transformation.

KEYWORDS: Colonial Amazon; Aviamento; Redistribution; Finance; Institutions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Agência individual e mudança gradual com seleção de sucessor 51
Figura 2 – Mudança estrutural gradual com seleção de subconjunto 56
Figura 3 – Rupturas estruturais com mudança não-gradual e seleção de subconjunto .. 58
Figura 4 – Ruptura estrutural não-gradual com seleção de sucessor e/ou seleção de subconjunto 60
Figura 5 – Estado redistributivo português e sua estrutura colonial durante o Regimento das Missões 119
Figura 6 – Licenças concedidas (número de indígenas) pelas juntas das missões para a realização de descimentos e resgate 135
Figura 7 – Estado redistributivo português e sua estrutura colonial durante o Diretório dos indígenas 207

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Acesso ao trabalho indígena por iniciativa do Estado ou de particulares por período 127
Tabela 2 – Outros parâmetros conhecidos para a proporção entre escravização ilegal e legal 128
Tabela 3 – Participação do Estado e dos Particulares na interiorização de trabalho indígena na colônia por níveis de comércio ilegal de indígenas 129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valor da Produção Exportada (em réis) 133
Gráfico 2 – Participação dos produtos da base exportadora no valor da produção (em %) 134
Gráfico 3 – Quantidade dos produtos extrativos e agrícolas (em toneladas) 134
Gráfico 4 – Preços de exportação do Cacau (em Réis/tonelada)..... 135
Gráfico 5 – Relação entre preços pagos na colônia e preços no mercado europeu..... 150
Gráfico 6 – Valores pagos aos indígenas por um mês de trabalho (em reis) no século XVII e XVIII 218
Gráfico 7 – Valores pagos pelo alqueire de farinha (em réis) no século XVIII 222
Gráfico 8 – Valor da Produção Exportada (Em Réis) 225
Gráfico 9 – Participação dos produtos no valor da produção exportada (em %) 226
Gráfico 10 – Preço dos produtos extrativos e agrícolas (em Réis)..... 227
Gráfico 11 – Relação entre os preços do cacau na metrópole e na colônia..... 227

LISTA DE SIGLAS

FIE	Formas de integração econômica.
CGCGPM	Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.
TIW	The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts (1914).
SPC	Sistemas populacionais complexos.
CC	Comércio de cativos
RM	Redistribuição do trabalho aldeado nas Missões
RD	Redistribuição do trabalho pelo Diretório
EC	Tutela por particulares dos cativos indígenas libertos
EA	Escravos africanos
CM	Canoas missionárias
ARcp	Canoas particulares
CCD	Canoas do comum
AFM	Aviamento da família miscigenada
AFC	Famílias dos indígenas ex-cativos
AMc	Aviamento dos mocambos
EINST	Encontro de Economia Institucional Original

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 1
2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGIO 26
2.1 Economia evolucionária e as instituições no sistema teórico vebleniano 28
2.1.1 Instintos e seu lugar relativo no sistema vebleniano 29
2.1.2 Hábitos e instituições – a transição da esfera individual para a coletiva. 33
2.1.3 Tecnologia, produção, distribuição e estratificação: a economia política Vebleniana 37
2.2 Método evolucionário: unificando a causalidade cumulativa de Veblen e os princípios estruturantes do darwinismo 41
2.2.1 Darwinismo Generalizado e as teorias complementares 41
2.2.2 Seleção 44
2.2.3 Herança 45
2.2.4 A Causalidade Cumulativa 47
2.3 Instituições econômicas integradoras e financeiras na obra de polanyi 62
2.3.1 Formas de integração econômica, instituições de apoio e economia substantiva 63
2.3.2 A Tríade catalática e os usos específicos do dinheiro 67
2.3.3 Usos do dinheiro e as finanças pré-modernas: o sistema financeiro e o não-mercado 82
2.4 Complementaridades entre o institucionalismo de Veblen e Polanyi 91
2.4.1 Hierarquia, mecanismo distributivos e os aspectos metodológicos da causalidade cumulativa 93
2.4.2 Economia política 95
2.4.3 Instituições que explicam a distribuição cotidiana do meio material 98
2.5 Metodologia 101
3 A ESTRUTURA HIERÁRQUICA DO SISTEMA COLONIAL PORTUGUÊS NO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ (1686-1756) 104
3.1 A estrutura da organização social do Estado do Maranhão e Grão-Pará ... 118
4 A GÊNESE DO AVIAMENTO: DE PRESENTES AO COMÉRCIO ADMINISTRADO E SEU DESENVOLVIMENTO NO PERÍODO DO REGIMENTO DAS MISSÕES (1686-1756) 140
5 MUDANÇAS ESTRUTURAIS DURANTE O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS 175
5.1 A expulsão dos Jesuítas e o Diretório dos Índios 176
5.2 O monopólio da CGCGPM e a inserção da mão de obra escrava 192
5.3 O campesinato caboclo 201
5.4 A Redistribuição durante o período do Diretório 207
6 AVIAMENTO REDISTRIBUTIVO: MOVIMENTANDO TRABALHO E DROGAS DO SERTÃO 229
7 CONCLUSÃO 276
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 288

1 INTRODUÇÃO

A instituição do aviamento foi relevante na economia extrativa da borracha no período compreendido entre 1850 a 1920, quando contribuiu com a organização de um fluxo e retenção de riqueza na Amazônia inédito, até então. Isso despertou o interesse analítico de diversos autores através de diferentes perspectivas. Esta tese analisa a evolução do aviamento na economia amazônica, englobando um recorte geralmente marginalizado pela historiografia econômica amazônica: o período anterior à economia da borracha, precisamente no período colonial, que envolve os séculos XVII e XVIII.

Esse recorte temporal e espacial foi delimitado, primeiro, pra explorar uma temporariedade diferente, privilegiando o processo evolucionário dessa instituição, e segundo, por proporcionar uma empiria que acrescentou novidades ao tema: como a importância do Estado como redistribuidor e aviador[1] no período colonial, variantes do aviamento ao longo do processo evolucionário e a emergência de instituições, como o campesinato e o capital mercantil endógeno. Este e outros elementos são pré-condições para a estruturação da variante característica do início da economia da borracha, ou seja, o aviamento pelo capital mercantil, através do regatão, da família cabocla (Costa, 2019). Uma terceira explicação está relacionada à importância dada pela historiografia econômica e pela antropologia aos sertões localizados entre os rio Negro e as cidades de Belém e de São Luís no período colonial, o que nos impõe o recorte espacial da Amazônia como referência – nos reportamos mais a Belém como centro.

A escolha do período da economia da borracha para analisar a instituição do aviamento, inevitavelmente, resulta na omissão de certas características dessa instituição, que a metodologia evolucionária nos revelará. Essa ênfase, especialmente por se referir a uma sociedade onde o mercado já é uma instituição mais consolidada no século XIX, resulta muitas vezes em uma transposição dessa instituição para períodos anteriores da história amazônica. Para ilustrar essa transposição dos mercados[2], onde eles não são dominantes, é que nos debruçamos para analisar os movimentos de bens na economia, e por meio de quais instituições

[1]É o agente ou instituição que é responsável por antecipar a crédito as mercadorias no sistema de aviamento, ou seja, é o credor da operação. Na página seguinte explicamos o que é o aviamento.

[2] Explicaremos em momento oportuno que a negativa de dominância de mercados não exclui a existência de elementos de mercado (que podem ou não formar preços para algumas mercadorias – este último, quando estão ausentes um ou mais elementos na combinação exigida), que se combinam de forma subalterna as outras instituições de apoio. Quando usamos o termo mercado, estamos nos referindo a sua dominância, quando temos uma *economia de mercado* ou um *sistema de mercado abrangente*, comandando a distribuição de terra, trabalho e dinheiro nas sociedades, que se transformaram em mercadorias e tem sua oferta e demanda orientadas por seus preços.

ele se realiza, segundo as principais correntes da historiografia econômica brasileira e amazônica.

Entendemos que a função da economia em qualquer sociedade é fazer movimentar os meios de subsistência entre os homens. Para tanto, essas economias adotam estratégias (instituições) no seu cotidiano para conduzir as mãos dos agentes os meios materiais, dada as disposições distributivas advindas da economia política. Polanyi (2012) nos apresenta quatro formas de realizar esse movimento ou abastecimento, que ele denomina de formas de integração econômicas: reciprocidade, redistribuição domesticidade e troca mercantil. Com quais dessas formas se conecta teoricamente a instituição do aviamento? Para tanto, recorreremos as teses seminais da historiografia econômica brasileira sobre o Brasil colonial e, posteriormente, sobre a análise específica desses autores e de outros historiadores econômicos da Amazônia para encaminhar uma síntese para essa pergunta. Assim, realizaremos a contextualização do nosso objeto, em termos teóricos, a nível nacional e local.

O aviamento é um tipo de transação baseada predominantemente no pagamento em gêneros (sem moeda cunhada) e no endividamento, que é utilizado na Amazônia desde o século XVII para integrar economicamente os agentes. O modelo clássico difundido pela literatura tem como referência a economia da borracha no século XIX e XX. Portanto, para que o agente "A" tenha acesso a mercadoria "X" produzida pelo agente "B", primeiro "A" deve antecipar o pagamento constituído por um conjunto de mercadorias "Y" ao agente "B". Assim, "B" contrai uma dívida com "A", no valor do conjunto "Y" e que deverá ser paga com o produto "X[3]" – geralmente, um gênero do extrativismo, contudo, não exclusivamente. A dívida não necessariamente se paga em uma rodada ou, tão pouco, é desejado por "A" que ela seja quitada, o que lhe garante o acesso contínuo a "X" pela dívida de "B". Em nenhum momento da transação o dinheiro cunhado é necessário, pois todos os pagamentos são realizados em produtos (Y e X), equiparados pelos seus valores em moeda cunhada corrente no período. Nesse esquema, "A" seria o aviador e "B" o cliente ou o agente aviado.

A cadeia de aviamento pode ainda incluir inúmeros intermediários entre "A e B". Por exemplo, "A" antecipa o conjunto de mercadorias "Y" a "C", para que ele antecipe a "B". Quando "B" paga "C" com a produção de "X", este realiza o pagamento a "A". Reafirmando, quitar a dívida em múltiplas rodadas não é necessário e nem desejável, ou seja, para usar um

[3] Os preços de "X e Y" são determinados por "A". O produtor "B" depende de "A" para trocar a produção por outros gêneros (há restrições que o proíbem de realizar essa operação sem "A"). Além disso, "B" não tem todas as informações sobre o preço de "X e Y".

termo das finanças, "B" e "C" operam alavancados, o que proporciona manutenção do poder do credor "A" sobre a produção de "X[4]".

A historiografia econômica nos oferece uma gama de ferramentas analíticas mais ou menos restritas para derivarmos uma explicação para a integração proporcionada pelo aviamento. De acordo com Matos (2019), Ribeiro (2013) e Fragoso e Florentino (2001), poucos autores orientaram as teses desenvolvidas na historiografia econômica sobre o Brasil colonial e quais são os mecanismos institucionais que movimentam os meios de subsistência. Estão divididos em três grupos, temporalmente organizados da seguinte maneira: 1) Roberto Simonsen, Caio Prado Junior, Celso Furtado e Fernando Novais; 2) Ciro Flamarion Cardoso; João Fragoso e Manolo Florentino; 3) Charles Boxer, Anthony John R. Russell-Wood e Stuart Schawartz.

Sinteticamente, iremos argumentar que esses autores se concentram em modelos que vão da completa submissão à acumulação primitiva exógena à colônia, aderente ao mercado externo, complementado internamente por um setor de subsistência dependente dos preços internacionais (1), para modelos analíticos onde o mercado interno é adicionado como fator determinante da acumulação endógena e mercantil (2 e 3), visto as autonomias existentes na constituição da sociedade colonial. Mesmo que 2 e 3 observem a estrutura organizadora da sociedade imperial portuguesa, onde a redistribuição é relevante, não consideram outras Formas de Integração Econômica (FIE) para além dos mercados (externos e internos) como formas de prover o abastecimento e a acumulação de riquezas. A economia colonial, portanto, se reproduziria pautada na evolução de mercados externos e internos, em detrimento da domesticidade das grandes fazendas (subsistência), esgotando-se, assim, o repertório do sistema econômico como organizador da circulação dos meios de subsistência.

Roberto Simonsen, na década de 1930, inicia a construção do seu argumento de ciclos econômicos, que influenciou decisivamente a historiografia econômica e o ensino da história no Brasil. Esse autor propõe que a economia se organizasse em função da emergência de

[4] Para ilustrar, exemplificaremos utilizando um dos arranjos do período, voltado à exploração da borracha. Utilizaremos o arranjo da família cabocla, que diverge do arranjo baseado no seringueiro (Costa, 2018). Na economia da borracha que se desenvolveu na Amazônia durante os séculos XIX e XX, os mercadores de Belém adiantavam (crédito) mercadorias diversas aos regatões (comerciantes móveis que utilizavam embarcações para comercializar no interior da Amazônia) e estes adiantavam mercadorias às famílias caboclas que estavam dispersas pelo vale amazônico. Por sua vez, as família caboclas em dívida com os regatões realizavam o pagamento posterior com a borracha extraída da floresta, porém, esse pagamento, em geral, não quitava toda a dívida. Com o pagamento recebido, os regatões voltavam à Belém com as embarcações repletas de borracha (e outros gêneros), com o que pagavam a dívida (parcialmente) com o aviador e os mercadores de Belém (casas aviadoras). A criação e o pagamento da dívida não envolvem moeda cunhada, tão pouco, a dívida é toda paga, o que origina o endividamento das famílias caboclas e dos regatões, resultando em uma fonte de poder importante dos aviadores em Belém sobre a base de produção.

produtos de exportação durante o período colonial, como é o caso do pau-Brasil, açúcar e do ouro. Portanto, a emergência de um novo produto dominante na pauta de exportação e na acumulação mercantil proporcionada é de caráter externo, ou seja, depende das demandas do mercado externo e do financiamento do capital mercantil metropolitano. Como o principal circuito da economia da colônia é o mercado externo, o mercado interno e o capital mercantil endógeno não se desenvolveram (Simonsen, 2005; Fragoso; Florentino, 2001; Matos, 2019).

Mais tarde, na década de 1940, Caio Prado Junior contra-argumenta em relação à concepção de ciclos econômicos, buscando destacar a regularidade e continuidade de uma estrutura econômica e social que permaneceu e que determinou, as condições econômicas da colônia, e não o processo efêmero da emergência dos produtos no mercado externo, que seriam conjunturais. Três são as características em que assentariam a estrutura do modelo exportador colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo (Prado Junior, 2011; Fragoso; Florentino, 2001).

Para concretizar seu objetivo maior, a colônia deveria ser expropriada do excedente gerado em benefício da metrópole, o que é realizado mais uma vez pelo complemento teórico dos mercados externos, o capital mercantil metropolitano. Este, através do financiamento da produção e da inserção da produção no mercado externo, concretiza esse objetivo – como também, controla o tráfico negreiro. Outra consequência dos fundamentos do modelo agroexportador é um irrelevante mercado interno, dada a autossuficiência das grandes propriedades (domesticidade como FIE), o que reprimiria qualquer capacidade de acumulação de capital mercantil na colônia. A produção voltada para o mercado externo, intermediado pelo capital mercantil metropolitano, e a ausência de um mercado interno, definiriam a dependência da colônia em relação à metrópole e o consequente subdesenvolvimento do Brasil (Prado Junior, 2011; Fragoso; Florentino, 2001; Matos, 2019).

Prado Junior (2011) ainda influenciou a obra de Celso Furtado. Para este, o capital mercantil metropolitano era o principal financiador das monoculturas exportadoras, em especial, a de açúcar. Eram, portanto, estes agentes que se apropriavam de boa parte do excedente produzido na colônia, tanto pelo financiamento, quanto pela comercialização da produção. Ou seja, mais uma vez, temos o principal circuito da economia relacionado ao mercado externo e seus agentes. Porém, ao contrário de Prado Junior (2011), Furtado (1967) identifica uma brecha para a existência dependente do mercado interno que organizaria o abastecimento na colônia. Durante os períodos com elevação dos preços dos produtos exportados, a autossuficiência das propriedades agroexportadoras diminuiria, tendo que

recorrer ao mercado interno para assegurar o seu abastecimento. Isso ocorreria em virtude do trabalho ser direcionado quase que exclusivamente para a monocultura.

Porém, seria dependente das condições do mercado externo, ou seja, em conjunturas desfavoráveis às exportações, mais trabalho seria alocado à subsistência nas propriedades, e o mercado interno minguaria. Os agentes que operariam a produção e a comercialização de produtos para o abastecimento não dependeriam do trabalho escravo e, em tempos favoráveis aos produtos exportáveis, uma parcela de sua produção seria voltada para a mercantilização, em tempos desfavoráveis, voltaria a autossuficiência (Fragoso; Florentino, 2001).

Essa ênfase nos mercados externos, comandados pelo capital mercantil metropolitano, com reduzido espaço para um mercado interno que proporcione acumulação endógena – menos em Furtado (1967) – é complementada pela obra de Fernando Novais, que tem como argumento norteador maior à explicação do sistema agroexportador colonial como um elemento da estrutura do Estado português. Ancorando seus argumentos em conceitos como acumulação primitiva de capital, pacto colonial e exclusivo metropolitano, aprofunda a análise do modelo agroexportador, porém, o refere ao Estado português e seu sistema econômico e social, de forma subordinada e inflexível, ou seja, a metrópole regularia todas as dimensões da vida na colônia (Cardoso, 1984; Ribeiro, 2013; Fragoso e Florentino, 2001; Matos, 2019).

Apesar desse enfoque inovador, ainda assim centra a análise em mercados externos, capital mercantil metropolitano e um mercado interno irrelevante, logo, sem capacidade de gerar acumulação mercantil endógena, mesmo adotando a contribuição da brecha furtadiana. Todo o debate da historiografia econômica brasileira, até os anos 1970, aciona um repertório único: a condição dos mercados na estrutura – dominância do externo e a existência ou não dos internos, dada à domesticidade do grande latifúndio – e de seu complemento teórico, o capital mercantil. Contudo, com Novais (2006) temos um avanço na tentativa de aproximar a economia e a estrutura organizacional da sociedade, mesmo com equívocos, como apontam as críticas.

A mudança do eixo de interesse dos mercados externos para os internos demarca a emergência da importância da contribuição dos autores do segundo grupo. Dessa vez, buscam complementar a estrutura econômica colonial com os mercados internos e uma acumulação mercantil endógena. Um trabalho importante para essa mudança de enfoque é feito por Ciro Flamarion Cardoso (1983). Ele critica a visão "externalista" de Prado Junior (2011), e especialmente de Novais (2006). Para Cardoso (1983), o modo de produção escravista colonial, o modo dominante na colônia, estava associado a outros secundários, como o modo de "produção pequeno camponês" e "pequeno burguês". Estes modos secundários são oriundos das especificidades sociais e econômicas que emergiram na colônia e que se reproduzem, dada

que a estrutura não é totalmente subordinada à metrópole, ou seja, há flexibilidade para emergência de especificidades locais – assim, relativiza-se o externalismo de Novais (2006). Desses dois modos de produção secundários, em interação com o modo dominante, emergiria um mercado interno com capacidade de acumulação mercantil endógena, o que também é defendido por Gorender[5] (Cardoso, 1984; Ribeiro, 2013; Fragoso; Florentino, 2001; Matos, 2019; Ribeiro, 2013).

Porém, foi Fragoso e Florentino (2001) que mais avançaram em proporcionar visibilidade e importância estrutural à economia movimentada pelos mercados internos e pela acumulação mercantil endógena que eles proporcionaram. Segundo Matos (2019 p. 239), a partir de Cardoso (1983), as bases da análise anteriores são relaxadas:

> Após a formulação de tais proposições, a historiografia brasileira vai passar a partir dos anos 1980 por um novo momento historiográfico, com trabalhos que questionaram os modelos explicativos vigentes, especialmente o sistema de *plantantion*, a ineficácia ou quase nulo mercado interno e a dependência da colônia em relação ao mercado externo.

Fragoso e Florentino (2001), seguindo a estratégia argumentativa de Novais (2006), recorrem ao debate de processos econômicos que são coerentes com o Estado português para analisar a emergência de um mercado interno. Esse sistema econômico estaria voltado para uma economia dos privilégios, ou, como veremos nos capítulos adiante, uma "economia das mercês". Segundo Fragoso e Florentino (2001 p. 47), quando "[...] o rei concedesse, sobretudo à aristocracia terras e privilégios (arrecadação dos direitos régios) em recompensa por serviços prestados [...]", assim, a Coroa "[...] criava e recriava uma hierarquia social fortemente desigual, baseada em privilégios". Esses privilégios, que representam reconhecimento de *status* e riqueza, eram o principal objetivo da acumulação no império português, logo, segundo o autor, a acumulação mercantil metropolitana estava a serviço da nobilitação social e não da revolução – quando se poderia seguir os caminhos das burguesias de outras nações europeias, pois buscava a manutenção e não a mudança dos *status quo*.

Assim, o capital mercantil metropolitano não poderia controlar a produção das manufaturas demandadas pela colônia, pois não mudaria a sua ênfase de negócios para a indústria, se concentrando especialmente no controle do tráfico de negros escravizados. Essa característica do capital mercantil metropolitano, em um sistema denominado de "não capitalista", proporcionou flexibilidade e espaço na estrutura econômica da colônia para a

[5] GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1978.

emergência do mercado interno de humanos e alimentos (abastecimento). Nas palavras do autor: “[...] a estrutura de produção colonial gerava seus mercados de homens e alimentos, o que, por sua vez, viabilizava a aparição de circuitos internos de acumulação para além das trocas com a Europa” (Fragoso e Florentino, 2013 p. 54). Empiricamente, pautados em vasta documentação do final do século XVIII e início do XIX, usam o caso da praça do Rio de Janeiro e o capital mercantil que ali se desenvolvia para refutarem os argumentos de ausência de mercados internos e de acumulação endógena.

Apesar de aumentarem o repertório econômico da historiografia colonial brasileira, mais uma vez, não ampliam a possibilidade de existir outros circuitos econômicos para além dos mercados. Finalizando, temos o terceiro grupo de autores, representado por Charles Boxer, Anthony John R. Russell-Wood e Stuart Schawartz. Nos deteremos a analisar Schawartz (2010), pois seu trabalho é mais recorrente na historiografia econômica nacional.

Esse autor se diferencia dos anteriores por abordar a economia e a sociedade do reino e das colônias portuguesas sob a tutela da categoria “Império”. O autor descreve como o Império português se voltou paulatinamente para as colônias na América, depois de ênfases nas ilhas atlânticas, costa da África e na Ásia. Primeiro com o açúcar, e especialmente com o ouro, o Brasil passou a ser a principal fonte de recursos do ultramar. No decorrer dessa mudança do lugar do Brasil, as economias exportadoras foram acompanhadas da constituição de mercados internos, como os de carne e de couro, que interligavam vastas áreas da colônia. Esse mercado interno, associado à inserção do capital mercantil local no mercado externo fez, de acordo com Schawartz (2010), comerciantes da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo serem mais capazes em alguns negócios que o da metrópole, como é o caso do mercado de cativos africanos.

No final do século XVIII, o Brasil, claramente, havia ganhado uma relevância expressiva no Império colonial português. O crescimento populacional e econômico da principal colônia, aliada ao acumulo do capital mercantil endógeno, que além de operar no mercado interno, também inicia negócios concorrendo com o capital metropolitano e estabelecendo vínculos com comerciantes de outras nações - através do tráfico e da incapacidade de Portugal em suprir com manufaturas a procura crescente - fez os laços do pacto colonial se desfazerem, resultando na independência do Brasil em 1822, que ganhou força após o desembarque da família real no Rio de Janeiro em 1808 e a abertura dos portos (Schawartz, 2010). Mais uma vez vemos os autores reféns do mercado, contudo, neste caso há um agravante: o autor é conhecedor da importância da economia das mercês no império português, contudo, não a vislumbra como integrante do mecanismo redistributivo estatal e como uma parte relevante da economia.

A Amazônia colonial, quer dizer, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi abordado superficialmente nos livros de Simonsen (2005), Prado Junior (2011) e em Furtado (1967). Contudo, foi Cardoso (1984) quem mais se aprofundou em tentar compreender a economia colonial na Amazônia, dando ênfase à segunda metade do século XVIII. Apesar de apontar questões específicas da região, a partir do período pombalino, como o trabalho indígena compulsório[6], a extração e a exportação das drogas do sertão[7] como principal atividade econômica do Estado, o papel da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM)[8], a expulsão dos Jesuítas e outros, mais uma vez, não nos comtempla como uma análise econômica pautada em um repertório mais amplo de instituições que realizam a integração econômica.

Quando analisa os fatores de produção e a tecnologia, o autor os avalia de forma negativa, pois estavam atrelados às relações de propriedade difusas, à diversidade de produtos da pauta exportadora baseada no extrativismo, à predominância da mão de obra indígena sobre a africana e à agricultura baseada na mandioca, desenvolvida por técnicas indígenas. Essa análise negativa das especificidades locais também é encontrada em Prado Junior (2011). Quanto à circulação dos fatores de produção, sua ênfase é na presença ou ausência de mercados. Mais uma vez, a ausência de mercados leva à conclusão da ausência de capital mercantil endógeno significativo. A ausência de moeda cunhada até 1752 é utilizada para atestar a precariedade do sistema econômico local em suprir as demandas por capital.

Apesar de Cardoso (1984) acessar as evidências de que a economia amazônica não dependeria de mercados, como no trecho que cita Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a ausência de mercados locais em Belém em 1784, como na historiografia que criticou anteriormente recorre à domesticidade das casas dos moradores, baseada no trabalho indígena como forma de justificar a funcionalidade dessa economia: se não há mercados, a subsistência

[6] Como parte do projeto colonial nos séculos XVII e XVIII, as nações indígenas cooptadas pelos portugueses saiam de suas aldeias nos sertões amazônicos para aldeamentos (as Missões) geridos pelos missionários (jesuítas, carmelitas e outros), próximas às vilas portuguesas. A historiografia amazônica define esse processo como "Descimento". Uma vez nos aldeamentos ou missões, os indígenas eram obrigados ao trabalho compulsório remunerado, sendo divididos por um tempo determinado entre os missionários, o Estado e os agentes privados. O trabalho indígena foi a principal fonte de trabalho na Amazônia durante o período colonial.

[7] Segundo Souza Junior (2012 p.168), constituem as drogas do sertão um conjunto de produtos da floresta como, "cacau, salsaparrilha, pau-cravo, bálsamo de copaíba, baunilha, canela, anil, urucum, raízes aromáticas, sementes oleaginosas" e outras. O principal destaque entre as drogas do sertão era o Cacau. Ele dominou a pauta de exportação durante o período colonial.

[8] A empresa foi criada durante o período pombalino. Ela tinha o monopólio do comércio com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, que era uma colônia separada e independente do Brasil. Portanto, a empresa monopolista era responsável tanto pela exportação como pela importação.

é produzida autonomamente pelos indígenas[9] nas casas dos moradores, sem que haja outro mecanismo que produza uma circulação entre essas unidades autárquicas, análogas aos mercados. Há esse mecanismo e outros, e Polanyi (1994; 2000; 2012) os denomina de reciprocidade e redistribuição. Acreditamos, pautados em uma vasta revisão da historiografia amazônica recente, que no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a redistribuição estatal faça essa função, fazendo circular toda a sorte de meios de subsistência através de seus pagamentos e responsabilidades com a reprodução coletiva: o principal recurso eram os indígenas, que faziam guerra, caçavam, pescavam, plantavam, remavam, coletavam e faziam outras atividades voltadas para o sustento dos moradores (brancos).

Mesmo tratando dos resgates dos indígenas[10], dos descimentos e das repartições feitas pela administração colonial, Cardoso (1984) não contempla o indígena como um recurso redistribuído pelo Estado, do qual depende a efetivação da domesticidade, muito menos o papel da redistribuição de gêneros como pagamento dos "filhos da folha"[11] e do comércio administrado com os "índios do mato"[12], como elementos fundamentais dessa economia, e que integra diversas unidades econômicas (casas, comércios, sítios, quarteis, tesourarias, igrejas, aldeamentos, aldeias e outras). Por outro lado, a hipótese de inexistência relevante de mercados não representa a ausência de acumulação de capitais locais por comerciantes. Primeiro, o aviamento proporciona o comércio cotidiano em que se assenta essa acumulação; segundo, o Estado é redistributivo, concedendo mercês, provê uma estratégia de acumulação estranha a historiografia econômica, redistribuindo as fazendas de gado dos jesuítas (Cardoso, 1984)[13] ou o possível parcelamento das dívidas dos comerciantes paraenses, como cita Souza Junior (2012), durante a dissolução da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1777 – os comerciantes eram também militares e administradores coloniais, os mais beneficiados por mercês e oportunidades geradas pelos cargos que ocupavam.

Cardoso (1984) também influenciou a historiografia econômica amazônica. Dos autores de nossa revisão de literatura, Costa (2012a; 2018) é o único que aborda o período colonial.

---

[9]Esses indígenas eram provenientes dos aldeamentos (missões), portanto, cedidos por um tempo determinado pela lei, ou eram cativos, termo utilizado pela historiografia como sinônimo de escravos.

[10]Essa prática era responsável por alimentar a sociedade colonial amazônica com indígenas cativos/escravos, ao lado das guerras justas contra nações indígenas hostis. Quando as nações indígenas guerreavam entre si, ou por questões da política indígena, ou em função das demandas por escravos dos portugueses, os perdedores se tornavam escravos. De forma geral, esses escravos eram comercializados com os portugueses, que pela perspectiva europeia, estavam "resgatando" esses indígenas cativos da antropofagia. Portanto, o "resgate", ou as "tropas de resgate" é o comércio de indígenas cativos entre indígenas e portugueses.

[11] Funcionários ou a burocracia estatal.

[12]Estavam fora do sistema colonial, porém, faziam comércio com os portugueses. Ou seja, tinham autonomia.

[13] Quando os jesuítas foram expulsos do estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1759, suas inúmeras fazendas foram recolhidas pelo Estado e doadas às famílias com prestígio e *status* na sociedade.

Não há uma abordagem explícita de como os meios de subsistência circulam no cotidiano amazônico, porém, há indícios que sustentam alguns elementos de mercado que iniciam seus processos de estruturação na colônia. O fundamento dessa interpretação é a recorrente conexão na obra do autor entre campesinato, capital mercantil e mercados. Direcionando sua análise para a emergência do campesinato-caboclo, Costa (2012a p. 57) associa esta estrutura ao capital mercantil:

> Com a expansão da base camponesa-cabocla cresce o seu par estrutural, o capital mercantil endógeno à colônia, cujos agentes visíveis são os regatões (comerciantes móveis que utilizam barcos em seus deslocamentos), marreteiros (pequenos comerciantes do interior, dependentes de suprimentos de comerciantes maiores) e os aviadores (comerciantes maiores sediados em Belém, supridores e financiadores de regatões e marreteiros).

Porém, nessa última passagem, o faz apresentando os agentes e os vínculos da cadeia do aviamento. Como Santos (1980) e Weinstein (1993), Costa (2012a; 2018) identifica o aviamento como uma instituição da economia amazônica, contudo, o interpreta como subalterno aos movimentos e leis do capitalismo, onde as instituições dominantes são os mercados, especialmente o global, que absorve a produção das drogas do sertão. Assim, apesar de diferente, pela perspectiva desses autores, o aviamento é um "quase mercado", assim, a sua análise, como um elemento estranho ao mercado, deixa de ser privilegiada. Em Santos (1980 p.171) há uma citação direta a essa diferenciação, porém, reafirmando os mercados como um invólucro do aviamento, reproduzindo sua dinâmica nos sertões:

> Mas o curioso é que, mesmo sem existir mercado, aquelas áreas [sertões] atuam e produzem. O aviamento substitui o mercado. Faz as vezes de um mercado capitalista. Ele tem regras, disciplina e critérios de avaliação, como se fora o mercado.

Afinal, a historiografia econômica, até então, não oferece outra forma de interpretar esse fenômeno. O repertório da historiografia econômica brasileira e como ela compreende a economia, enfatizando os mercados e o capital mercantil, é irrelevante qualquer diferenciação entre aviamento e mercado. O aviamento, simplesmente, não existe como unidade analítica que atribui dinâmicas próprias à economia em separado do mercado. Em algumas correntes, isso ocorre pela ausência de atributos de organização da sociedade colonial, ou pela existência de elementos dispersos dos mercados, contudo, é pela influência sufocante dos mercados como hábito de pensamento e interpretação que, geralmente, se recorre à simplificação da estrutura institucional que promove integração econômica. Como vimos, na historiografia econômica amazônica, o aviamento é reconhecido, se combinando ao capital mercantil e ao campesinato

caboclo, contudo, nega-se a este a relevância em atribuir uma dinâmica específica à economia amazônica, que não seja sob a tutela dos mercados.

Se nos atentarmos para a emergência do sistema de mercado como conhecemos hoje – o que exige que seus elementos sejam predominantes e estejam interligados e funcionando em interdependência – como organizador predominante da distribuição dos meios de subsistência em uma sociedade, veremos que este somente ganha relevância estrutural na Inglaterra do século XVIII, tornando-se dominante no século XIX (Polanyi, 2000). Isso não ocorreu sem influenciar a Ciência Econômica. A Economia Política inglesa é o berço da Ciência Econômica, pois os autores desse grupo foram os primeiros autores a desenvolverem teorias sistemicamente articuladas (Hunt, 2013).

Suas ideias fundadas no princípio do liberalismo econômico se dedicavam a compreender a importância dos mercados, seu poder e as virtudes para a sociedade quando se autorregulavam, contudo, em uma sociedade específica, em transição do feudalismo para o capitalismo, onde a instituição do mercado proporcionava intensas transformações, como apontam Smith, Ricardo e Malthus – com atenuações dessa liberdade através das ações do Estado, aceitas pelos autores em grau maior ou menor, porém, com o argumento principal em torno do livre mercado (Walter, 2021). Contudo, com gradações variáveis, essa ênfase nos mercados como hábito de pensamento influenciou as correntes econômicas que viriam posteriormente, e é um dos elementos que nos ajudam a entender o repertório restrito da Ciência Econômica.

Isso nos ajuda a contextualizar a incongruência histórica de algumas análises, quando enfatizam que o mercado (considerando um sistema e não os seus elementos dispersos) organizava a economia na Amazônia colonial e, possivelmente, a do Brasil. Estes modelos teóricos, dessa forma, recorrem a um repertório que não encontra nessas realidades uma base institucional equivalente. Para demonstrar a importância da estrutura, é conveniente aprofundarmos a emergência do sistema de mercado na Inglaterra, e como ele próprio, objeto de análise da economia política inglesa, se constitui plenamente apenas no século XIX (Polanyi, 2000).

O livro “Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional” de Thompson (2008) nos oferece uma análise dos processos que envolveram a mercantilização de recursos e do movimento dos meios de subsistência na Inglaterra do século XVIII. Podemos utilizar o recorte metodológico de Polanyi (2012) para identificarmos a instituição integradora dominante de uma sociedade e contextualizar para nossos objetivos o trabalho de Thompson: a instituição que organiza o acesso e circulação de terra, trabalho e dinheiro.

Thompson (2008) aborda a estruturação de um sistema de mercado na Inglaterra com base na análise de dois recursos: terra e alimento (cereais). Segundo o autor, os cercamentos representam a instituição que expropriou os usos comuns da terra, tornando-a propriedade estritamente privada. O primeiro projeto de cercamento aprovado pelo parlamento inglês data de fevereiro de 1710, concretizando uma pressão dos elementos de mercado sobre as terras de longa data. Esta inovação institucional se assevera e ganha ímpeto extraordinário entre as décadas de 1760 a 1820. O Autor conclui que em 1850, apesar de toda a resistência das comunidades rurais reivindicando o direito comum assegurado pelo costume, "os campos abertos estavam quase sem exceção fechados" (Thompson, 2008 p. 102). A instituição do cercamento é o resultado do avanço dos elementos de mercado no mundo agrário inglês, especialmente, através na monetização das obrigações e disseminação das trocas indiretas nessa economia:

> Mas tal cercamento era apenas o último ato de vários séculos de capitalismo agrário, incluindo o grande número de cercamento realizados por acordos entre os proprietários de terra. As relações na maioria dos vilarejos já estavam monetizadas e sujeitas aos imperativos do mercados antes do ato do cercamento. Os usos do direito comum [que legitimava formas de acesso diferentes das do mercado] estavam presos por um fio à árvore da tradição, e muitos estavam mais do que maduros, prontos para cair. A vespa estava dentro deles [o mercado] (Thompson, 2008 p.144.

Essa vinculação e "nexo" entre os meios de subsistência e monetização, decisivamente se impõem após a revolução industrial, contudo, não sem resistência do direito comum, como podemos observar na análise de Thompson (2008) quanto a distribuição dos cereais. Ainda durante o século XVIII, os cereais que eram a principal base alimentar do povo, tinham seu movimento regulado internamente pelo Estado, com a finalidade de bloquear os comportamentos egoístas e individualistas de agentes influenciados pelos elementos de mercado em constituição:

> [...] mercado devia ser, na medida do possível, direto do agricultor para o consumidor. Os agricultores deviam trazer os cercais a granel para a praça do mercado local: não deviam vendê-lo enquanto ainda estivesse no campo, nem deviam retê-lo na esperança da elevação dos preços. Os mercados deviam ser controlados: não se podia vender antes de horas determinadas, quando soava um sino, os pobres deviam ter a oportunidade de comprar primeiro os grãos, a farinha fina ou a farinha grossa, em pequenas porções, com pesos e medidas devidamente supervisionados. Numa determinada hora, quando suas necessidades estivessem atendidas, soava um segundo sino, e os comerciantes mais abastados (devidamente licenciados) podiam então fazer as suas compras. Os comerciantes eram limitados por muitas restrições, inscritas nos mofados pergaminhos das leis contra compras antecipadas (forestalling), compras para futura revenda (...) Eles não deviam comprar (nem os fazendeiros deviam vender) por amostragem. Não deviam comprar grãos ainda não colhidos, nem podiam comprar para revender com lucro (dentro de três meses) no mesmo mercado ou em mercados

> vizinhos, e assim por diante. De fato, na maior parte do século XVIII, o intermediário continuava a ser legalmente suspeito, e suas operações eram, em teoria, severamente restringidas (Thompson, 2008 p. 155-156).

É apenas em entre 1767 e 1772 que as restrições ao mercado são abrandadas, constituindo-se uma vitória do livre mercado. Antes disso, os elementos de mercado existentes funcionavam sobre forte regulação do Estado, como afirma Polanyi (2000 p.89), "De fato, as regulamentações e os mercados cresceram juntos [...] o mercado auto-regulável era desconhecido [...]". O modelo que se seguiu reforçou um sistema de mercado, autorregulado, que conduziria a uma série de protestos pelas ineficiências na distribuição de cereais durante os tempos de escassez:

> Em termos práticos, o novo modelo funcionava da seguinte maneira. A operação natural da oferta e demanda no mercado livre maximizaria a satisfação de todos os grupos e estabeleceria o bem comum. O mercado nunca era mais bem regulado do que quando deixavam que se regulasse por si mesmo. No curso de um ano normal, o preço dos cereais se ajustaria pelo mecanismo do mercado (Thompson, 2008 p. 161).

Em diversos autores que analisam o processo de cercamento na Inglaterra, atribuem simultaneamente a este movimento o da liberação de trabalhadores, que deveriam ser absorvidos pelos capitalistas, no campo e nas cidades (Marx, 2014). Em relação ao trabalho, Polanyi (2000) nos mostra que este foi o último a ser incorporado pelo mercado. A Speenhamland Law (1795-1834) foi a legislação do período que impediu a constituição de um mercado de trabalho concorrencial e auto-regulado pelo mercado, mesmo após a revolução industrial. Antes da Speenhamland Law, o sistema era ainda mais restritivo à livre movimentação de trabalho:

> Na Inglaterra, tanto a terra como o dinheiro foram mobilizados antes do trabalho. Este se viu impedido de formar um mercado nacional pelas restrições estritamente legais impostas à sua mobilidade física: trabalhador estava praticamente restrito à sua paróquia. O Act of Settlement (Decreto de Domicilio) de 1662, que estabeleceu as regras da assim chamada servidão paroquial, só foi abrandado em 1795. Esse passo tomaria possível o estabelecimento de um mercado nacional de trabalho se não tivesse surgido, no mesmo ano, a Speenhamland Law (Polanyi, 2000 p. 100).

Como podemos observar, o século XVIII representou um avanço da instituição do mercado sobre os principais fatores de uma economia, transformando-se, posteriormente, no século XIX, em um sistema totalmente autorregulado. Durante aquele século, terra e dinheiro foram submetidos ao mercado, contudo, sua unificação enquanto sistema dependeria do

mercado de trabalho, que iria se constituir apenas à partir de 1834, com a revogação da Speenhamland Law.

Com base nessa reconstituição do processo de institucionalização do sistema de mercado na Inglaterra, fica evidente a necessidade de o entendermos de forma circunstanciada, respaldado por um tipo específico de estrutura. Portanto, não se deve pressupor um sistema de mercado *per se*. A filiação dos modelos históricos a hábitos de pensamento que enfatizam os mercados (ou a sua ausência) como sinônimo de economia é a explicação para a incongruência histórica que algumas análises incorrem com relação à Amazônia colonial.

Mesmo se os argumentos da historiografia econômica se reportassem aos elementos de mercado (formadores ou não de preços de alguns produtos), ainda assim eles não teriam força estrutural para organizar uma economia de mercado naquele período, pois eram dispersos e não interdependentes. Porém, isso não significa que esses elementos de mercado não possam se constituir, mudada as circunstâncias do ambiente, como base para uma futura emergência de um sistema de mercado, pois seus elementos, apesar de dispersos e subalternos, estão presentes como parte da variedade institucional do sistema econômico colonial.

É assim, pressupondo uma negligência a economia redistributiva, que podemos interpretar as soluções institucionais trabalhadas pela historiografia econômica brasileira para a Amazônia. Portanto, compreendemos que a investigação das estruturas econômicas e sociais são relevantes para o nosso objeto, a saber, a instituição do aviamento referida às estruturas econômicas e sociais da Amazônia colonial. Este é abordado com o objetivo de compreender como as estruturas econômicas e sociais da Amazônia colonial, ou seja, formas de integração econômicas (FIE), instituições de apoio e estrutura de organização da sociedade foram determinantes na emergência, crescimento e persistência do aviamento como instituição financeira.

Com base nos dados da historiografia amazônica e da antropologia, o aviamento seria uma instituição muito anterior ao fim do século XVIII, e até mesmo ao campesinato caboclo, seu par teórico mais enfatizado durante a economia da borracha – o que nos força a pensar em instituições integradoras alternativas ao mercado. O aviamento emergiria no ambiente institucional do período colonial, onde a forma de integração econômica predominante, sob forte influência do Estado (a instituição centralizadora), seria a redistribuição, e não os mercados. A redistribuição, na ausência de moedas cunhadas, promoveu um sistema monetário baseado em gêneros (cacau, pano de algodão, cativos), logo, na diversidade monetária, resultando na operação de fundos, dívidas, pagamentos, unidades de conta, contabilidade e créditos com objetos monetários e técnicas específicas, que Polanyi (2012) denomina de

finanças em gênero – é o caso do Tesouro dos Resgates[14], fundo em mercadorias diversas criado pelo Estado, para financiar as tropas de resgate.

Em interdependência e em coerência com esse sistema monetário, o aviamento surge como uma instituição de comércio, porém, fundamentalmente de crédito ou financeira. Então, características clássicas imputados ao aviamento no período da economia da borracha, como a ausência de moeda cunhada, o crédito em mercadorias em troca do pagamento posterior em produtos dos sertões (borracha) e o endividamento são facilmente conciliáveis com as finanças em gênero (sem moeda cunhada), disseminada pelo Estado redistributivo português durante o período colonial na Amazônia, mesmo após o incentivo à circulação de moedas cunhadas. O hábito comercial e financeiro predominante nesse período na estrutura econômica dos sertões eram as finanças em gênero.

O aviamento é comumente identificado com a forma específica que assumiu durante a economia da borracha, tendo em vista a ênfase na literatura nesse período – o aviamento caracterizado pela relação entre o seringueiro e o seringalista na base de produção, e os demais agentes intermediários até chegarmos as grandes cassas aviadoras em Belém e Manaus. Contudo, a revisão da historiografia amazônica e antropológica nos revela composições e nuances desse objeto que diferem da forma específica que ele assumiu durante a economia da borracha, pois, mesmo dentro deste recorte temporal, o aviamento apresenta variações importantes.

Ao contrário do que apresenta Santos (1980), a própria estrutura de produção da economia da borracha na Amazônia diferia nas Províncias/Estados (Costa, 2018; Weinstein, 1993). Enquanto no Estado do Pará, o aviamento era predominantemente organizado para financiar a produção e o consumo do campesinato caboclo (instituição família), no Amazonas e nos outros Estados se desenvolveu de forma predominante o seringal mercantil, onde os recursos se destinavam a financiar a produção e o consumo do seringueiro. O aviamento do seringal caboclo é resultado do processo de evolução histórica do campesinato, sendo anterior à economia da borracha. Já o mercantil emergiu durante a economia da borracha (década de 1880), segundo Costa (2012a; 2018). Com o aumento da demanda internacional por borracha, entre 1850 e 1880, o seringal caboclo era a única estrutura de produção, além disso, o capital mercantil utilizava seus recursos acumulados para operar o aviamento. Com a vulcanização,

[14] Veremos adiante que os fundos de recurso denominados de “Tesouros” ou “Tesourarias” eram, na verdade, armazéns de mercadorias criados para financiar as atividades e realizar os controles financeiros/contábeis. Temos aqui a função honorífica de Tesoureiros, que se beneficiavam das oportunidades oferecidas pela estrutura, não só legais como ilegais.

essa demanda cresceu e a estrutura produtiva respondeu com uma inovação; o seringal mercantil, que a partir da década de 1880, combinado ao seringal caboclo, respondeu pela produção.

Aspectos adicionais como o agente mercantil envolvido, o espaço e o escopo institucional completam as características do aviamento. O seringal caboclo tem como agente mercantil direto o regatão, ou comerciante do município/vila, já o seringal mercantil tem como agente mercantil direto o seringalista. Espacialmente, o primeiro se concentra nos arredores das centralidades, possibilitando graus menores de expropriação, dada a concorrência. O segundo é organizado para ocupar as cabeceiras dos rios, portanto, mais distante das centralidades, proporcionando ao seringalista maior poder de expropriação. Finalmente, enquanto o aviamento do seringal caboclo interage com a instituição da família, no aviamento do seringal mercantil sua interação é com o seringueiro, implicando em diferenças importante quanto a autonomia da reprodução e, consequentemente, nos níveis de exploração.

Dessa breve explanação do aviamento na economia da borracha, derivamos algumas provocações: a) tão cara à literatura que trata do aviamento, há níveis diferentes de exploração da mão de obra, dada à instituição com que se relaciona (família cabocla ou seringueiro) e sua localização em relação às principais cidades (mais e menos afastada); b) o extrativismo operacionalizado pelo caboclo é o alicerce da economia da borracha no Pará, sendo no Amazonas e nos outros Estados o seringal mercantil; c) diferentes agentes são intermediadores na cadeia do aviamento, se compararmos ao aviamento da família cabocla e o aviamento do seringueiro; d) O capital mercantil é o agente financiador e organizador de ambas as formas de aviamento, fixando-se principalmente em Belém e Manaus. Como podemos observar, até mesmo considerando um período do aviamento amplamente explorado, há composições internas com relevante diferença, que muitas das vezes são negligenciadas.

As particularidades inexploradas do aviamento se tornam ainda mais expressivas, se abordarmos o período colonial. Esse período foi pouco abordado pela literatura sobre o aviamento, contudo, podemos destacar uma obra importante, “A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico” de Márcio Meira (2017). Para complementar essa obra, utilizamos uma série de artigos da historiografia amazônica sobre o período colonial, que não tinham como tema o aviamento, mas que o abordavam de forma indireta e nos forneceram, pelo prisma de nossa referencial teórico, informações relevantes.

Segundo Meira (2017), o aviamento emerge, cresce e ganha persistência na estrutura econômica, principalmente pelo movimento de cativos indígenas no período pré-pombal, sendo a estratégia de comércio utilizada pelas tropas de resgate. Nesse tipo de comércio, o cabo de

canoa[15], o representante comercial dos portugueses e comandante, adquiria os indígenas que foram feitos escravos nas guerras intertribais. O cabo antecipava as mercadorias aos principais[16] das nações aliadas e estes faziam a guerra ou aviavam outras etnias e seus principais do mato para realizarem as guerras. O pagamento do adiantamento eram os indígenas cativos, que eram "resgatados pelos portugueses". Aqui temos uma especificidade, o aviamento em sua gênese se articula principalmente ao comércio de humanos.

Outra forma de arregimentar a mão de obra indígena foi através dos descimentos dos missionários, e depois com o Diretório dos Índios (1757-1798), através da formação dos aldeamentos laicos. Nesses dois processos, observa-se também a utilização do aviamento como meio para convencer os indígenas a transferirem seus povos paras as missões, concedendo o adiantamento de produtos da cultura europeia como pagamento antecipado. O mesmo ocorria no Diretório, porém, as próprias aldeias podiam ser convertidas em vilas portuguesas, como estratégia para garantir o território durante a vigência do tratado de Madri de 1750 (Meira, 2017). Assim, a constituição de um estoque de trabalho para as atividades cotidianas passava pelo comércio de cativos, pelas tropas de resgate (escravos), e pelos indígenas em missões/aldeamentos (livres e remunerados, porém, tutelados por missionários e depois diretores), ambos dependentes do aviamento.

Em relação à extração das drogas do sertão, esse empreendimento não seria realizável sem os indígenas durante todo o período colonial. As expedições de coleta organizadas pelos diversos agentes econômicos, como missionários e particulares, dependiam deles para guiar, remar, suprir a expedição de alimentos ao longo da viagem, defender e coletar as drogas. Portanto, os indígenas cativos ou o aldeados, eram a base do trabalho e do conhecimento nessas expedições durante o período colonial (com exceção dos cativos, forma proibida a partir de Pombal). A ênfase nos indígenas como base do trabalho e conhecimento do bioma começa a ser alterada com o incentivo à miscigenação durante o Diretório dos Índios e a venda mais representativa de escravos africanos. Fruto da miscigenação, as famílias caboclas começam a ser constituídas, agora com respaldo estatal, fora de sua tutela.

Portanto, até o início do Diretório, se aviava para a coleta das drogas do sertão, especialmente a mão de obra indígena que estavam nas missões. A partir do Diretório, se aviava

[15] É o comandante das canoas que saem de Belém e outra localidades para os sertões amazônicos em busca de drogas do sertão e escravos indígenas – essas canoas são impulsionadas pelos indígenas e seus remos, em uma jornada de meses contra a corrente do rio Amazonas e seus afluentes. O cabo de canoa é uma posição ilustre na sociedade e proporciona enriquecimento.

[16] Os principais eram os chefes indígenas, portanto, eram os representantes políticos e econômicos das nações indígenas nas negociações com os portugueses, seja com relação ao comércio ou nas alianças que resultavam em guerra ou paz.

a mão de obra indígena nas vilas portugueses. As famílias caboclas que se formaram também contribuíram para a base de trabalho do aviamento, ganhando decisivamente relevância na primeira metade do século XIX, como demonstra a economia da borracha – infelizmente, não conseguiremos explorar esse período.

Nos referimos ao aviamento em relação ao produto que movimenta (cativos e drogas), ao provimento de fator trabalho (resgates e descimentos), ao agente que na base realiza a coleta das drogas (indígenas e caboclos), mas não mencionamos quem financia o aviamento. Separar os interesses econômicos de particulares e os interesses do Estado em uma estrutura social redistributiva como da Amazônia colonial pode ser irrelevante ou imprecisa. Há um amplo escopo para a ação particular e estatal antes da lei do Regimentos das missões de 1686.

No período anterior a essa lei, autoridades coloniais e militares utilizavam seus cargos e poder para adquirir vantagens econômicas em proveito próprio, podendo conciliar expedições[17] financiadas pelo Estado para realizar seus interesses econômicos, no comércio de cativos e drogas do sertão. Os moradores, dependentes em tudo do trabalho indígena, também organizavam resgates por contra própria, mesmo que, em muitos casos, dada a oscilação da legislação entre permissão e proibição da escravização indígena, essas expedições fossem ilegais e clandestinas.

Sabemos que, a partir daquela legislação, o Estado instituiu um fundo para financiar as tropas de resgate oficias, denominado de Tesouro dos Resgates. Ou seja, o próprio Estado era o aviador. Portanto, nem sempre o capital mercantil financiou os recursos para aviamento, quer dizer, os bens que serviam como moeda de pagamento para os indígenas. O Estado esteve envolvido até às vésperas das reformas pombalinas no financiamento e manutenção de tropas de resgates nos sertões que, como veremos, foi uma das atividades disseminadoras do hábito do aviamento na Amazônia (Meira, 2017).

Além disso, o Estado regulava o comerciante enviado aos sertões, o cabo de canoa. Sendo assim, o cabo deveria honrar compromissos assumidos com o Estado português, ou seja, sua cobiça por lucros não deveria comprometer os interesses do Estado e seu compromisso com a reprodução coletiva da sociedade. Complementarmente, os descimentos realizados por missionários recebiam recursos anuais do Estado, com os quais, alimentavam a cadeia de aviamento.

Finalmente, podemos destacar como o aviamento operou em sistemas monetários formalmente (lei) diferentes, mesmo que isso não alterasse relevantemente as condições sob

[17] O caráter expedicionário é atribuído pelas grandes distâncias envolvidas nesse deslocamento das canoas. Nos capítulos seguintes da tese, defenderemos que se trata de um comércio de longa distância.

quais eram feitas as transações nos sertões. Antes da década de 1750 era proibida a circulação de moedas cunhadas na colônia. Esse fato histórico não nos espanta, visto que, a principal forma de comércio – o aviamento – não precisava de uma única unidade física se quer dos mil réis. O aviamento lhe tomava emprestado apenas a unidade conta, como, por exemplo, para realizar a contabilidade pelo tesoureiro dos resgates. Contudo, nos sertões, território sob controle do aviamento, as moedas cunhadas pouco serviriam para o comércio; créditos eram realizados em mercadorias, geralmente, provenientes da cultura europeia e pagas (debitadas) com cativos.

A mudança do padrão monetário pode ter desencadeado alterações, principalmente em Belém, onde os comerciantes mais bem sucedidos acumulavam cabedais vinculando-se ao comércio exterior, primeiro através das relações com os comerciantes volantes do reino, e depois com a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM). A própria Companhia, sob designo de Pombal, atuou para disseminar o uso de moedas cunhadas no Estado, concedendo crédito e pagando os funcionários a serviço do Estado. Isso pode ter facilitado a disseminação do hábito relacionado aos elementos de mercado no Estado. Porém, a questão levantada por nós é que o aviamento antecedeu o sistema monetário com moedas cunhadas, e se considerarmos a economia da borracha (1850 - 1920), continuou a funcionar sem esse dinheiro de uso geral pelo menos por mais de um século e meio nos sertões – também é de conhecimento acadêmico geral que o aviamento é uma prática ainda recorrente na Amazônia no século XX e XXI. Sua predominância e eficiência nos sertões, associadas ao capital mercantil, contraditoriamente bloquearam relativamente a inserção da moeda cunhada, bem como, do mercado, nas transações relacionadas aos principais produtos do sertão.

Essas nuances do aviamento, as quais nomearemos de variantes, não podem ser compreendidas sistematicamente sem nos referimos à estrutura econômica e social com qual se relaciona. Esses modelos estruturais que nos orientam na análise são provenientes da obra de Polanyi (1994; 2000; 2012). Para a existência da redistribuição é necessário o apoio estrutural de uma instituição centralizadora, que concentre em um centro impostos, taxas, presentes e outros; para depois realizar distribuição para os grupos que compõem a sociedade. Na obra de Polanyi, a instituição centralizadora de mais destaque e que organiza a sociedade é o Estado.

Porém, é necessário compreender que o Estado, como instituição centralizadora, não realiza apenas funções econômicas, tão pouco essa é sua principal função. O Estado é uma instituição que tem funções, principalmente com motivações sociais, e que, dada a sua representatividade da estrutura social, é chamada a realizar a função econômica; é uma instituição com motivações sociais realizando a função econômica. O mesmo ocorre com a FIE da reciprocidade, que depende de instituições de apoio simétrico, onde o parentesco se destaca.

A troca mercantil é a única que tem a seu serviço uma instituição estritamente com motivação econômica realizando essa função, a saber, os mercados.

Contudo, o ponto essencial é identificar a instituição que organiza a sociedade (exemplos como o parentesco, Estado e o sistema de mercado já mencionados), para explicarmos como as FIEs e todos outros mecanismos econômicos se organizam e se autodeterminam. A historiografia econômica brasileira, em geral, desconsidera qualquer outra forma de realizar integração econômica entre os agentes que não seja através de mercados, complementadas por uma integração fechada em uma unidade autárquica baseada na produção para autossuficiência (domesticidade), como as grandes fazendas e casas de moradores, que justificam a ausência ou irrelevância dos mercados.

Considerando a especificidade das relações sociais e econômicas que conformaram a sociedade colonial amazônica, isto é, de acordo com os estudos da historiografia amazônica, nos deixam transparecer uma negativa às convenções teóricas dominantes da historiografia econômica – quer dizer, para estas teorias há a presença de um Estado sem funções diretas de integração econômica e sua antítese de que somente mercados organizam a vida econômica, sem os quais, não há economia. Isso nos levou ao seguinte questionamento que nos orienta na tese: qual a coerência e interdependência institucional do crédito organizado pelo aviamento com as estruturas econômicas e sociais que foram evolucionariamente protagonistas na sociedade amazônica durante o período colonial?

Não foi a falta de compreensão da importância do Estado e de seu poder de regulação das atividades econômicas que os levaram a enfatizar os mercados. Podemos observar que de Simonsen (2005) a Schawartz (2010), houve uma crescente tentativa de explicar a economia relacionada ao Estado, porém, nenhum desses modelos historiográficos, nem mesmo a historiografia amazônica foi capaz de vislumbrar a centralização e desembolso do Estado como organizador social macro da circulação de meios de subsistência: centralização e desembolsos em gêneros típicos da economia de subsistência, como dinheiro de pagamento, constituindo um enorme sistema monetário heterogêneo, que promoveu técnicas de controle e movimento de finanças específicas; e a acumulação de comerciantes (autoridades coloniais e militares), proporcionada tanto pelo comércio cotidiano da base econômica, como recebendo mercês, estas mais contundentes como fonte de enriquecimento.

É nessa organização social que emerge o aviamento, que passa invisível na historiografia em geral. Na historiografia brasileira a análise centra-se no uso da categoria mercado, onde a (in)capacidade de acumulação do capital mercantil, ancorada nas atividades cotidianas, determinaria a extensão dos mercados – a acumulação por mercês é uma estratégia delineada

nos grupos dois e três da revisão de literatura, porém, negligenciada como fundamento relevante de acumulação na colônia (Schawartz, 2010; Ribeiro, 2013; Souza Junior, 2012; Cardoso, 1984; Fragoso; Florentino, 2001).

Na historiografia econômica amazônica (Santos, 1980; Weinstein, 1993; Costa, 2012a; 2018), especialmente no período da economia da borracha, o aviamento é distinguido do mercado, porém, a ele continua subalterno, como se fosse um de seus elementos, e o processo evolucionário que ele desencadearia não é privilegiado; tão pouco, nessas obras, se analisa a estrutura que organiza a sociedade. Quanto à acumulação dos agentes mercantis que financiam o aviamento, pode ter ocorrido de forma endógena, a partir de elementos de mercado nos tempos coloniais (Costa, 2012a; 2018), ou ter sido financiada pelo capital externo – fundamentada na hipótese de incapacidade de acumulação relevante de uma economia extrativa e sem mercados no período da economia da borracha (Santos, 1980).

Na historiografia amazônica, dado os objetos de interesse serem caracterizados por recortes temporais (período do Regimento das Missões ou o Diretório), espaciais (Grão-Pará), classe de agentes (comerciantes, militares, indígenas, companhia de comércio), processos específicos (resgates, descimentos, miscigenação), dentre outros recortes do objeto, não se privilegia a análise sistêmica com a organização da sociedade e com as FIE – nem mesmo o mercado. O resultado é que a historiografia amazônica nos apresenta elementos importantes da complexidade econômica e social do período colonial, porém, tem dificuldade de integrá-la e explicá-la, tendo como referência uma estrutura social e econômica.

É buscando contribuir com essas lacunas que utilizamos o referencial teórico e metodológico de Polanyi e Veblen, orientados por uma ontologia darwiniana, nos auxiliam a enunciarmos nossa **hipótese**: a dominância estrutural da centralidade estatal e da redistribuição até o fim do Diretório dos Índios (1798), desenvolveu finanças em gênero em uma economia predominantemente sem moeda cunhada. O crédito ou aviamento, por sua vez, é uma manifestação coerente e adaptada dessas finanças. Simultaneamente, durante o mesmo Diretório, inicia-se a transição para um novo regime, onde o caboclo e não o indígena, o capital mercantil e não o Estado (ainda utilizando a redistribuição), passaram também, respectivamente, a produzir meios materiais e organizar relevantemente, apesar de ainda subalternos, os fluxos da instituição do aviamento.

Para analisar essa realidade, o principal **referencial teórico** é o Institucionalismo, sobretudo as obras de Thorstein Veblen (1909; [1899]1983; [1899]1999; [1914] 2015) e Karl Polanyi (1994; 2000; 2012), dada a ênfase na diversidade estrutural do sistema econômico, em especial, a função do sistema em fazer circular o meios de subsistência produzidos em coerência

com as estruturas sociais que organizam a vida em sociedade. Veblen, com os conceitos de instintos, hábitos e instituições nos ajuda a compreender como sociedades inteiras se organizaram de forma econômica e social, fazendo circular toda a sorte de meios de subsistência, sem que a interação comportamento-estrutura se baseie exclusivamente e imutavelmente no reforço a propensão à barganha do indivíduo – fundamento dos mercados. Natureza humana, estrutura institucional e meio material que suportam a reprodução das sociedades são heterogêneas e dinâmicas, orientados por processos causais e cumulativos específicos.

Polanyi, por sua vez, comparando os processos econômicos que fazem esses recursos circularem na economia em diversas sociedades, estabelece uma relação interdependente com suas estruturas sociais que as organizam. O autor vai além, nos apresenta quatro padrões (que podem se combinar, aumentando ainda mais a diversidade) que promovem a circulação na economia referida à estrutura: reciprocidade, redistribuição, domesticidade e troca mercantil. Ou seja, a economia está imbrincada com a esfera política e social, é institucionalmente diversa e não deve ter seu objeto de estudo limitado aos mercados (troca mercantil).

Em ambos os autores, o conceito de instituições é a categoria utilizada para entendermos a diversidade econômica nas sociedades humanas. Em consequência da escolha teórica, a historicidade dos processos causais e cumulativos que induzem a emergência e evolução das instituições orientará a abordagem **metodológica** do projeto, ou seja, nossa metodologia é evolucionária, baseada em uma ontologia darwiniana associada a teorias complementares para tratar os sistemas econômicos, no caso, Veblen e Polanyi (Hodgson e Knudsen, 2010; Luz, 2009). Os dados empíricos utilizados foram coletados durante a revisão de literatura, em textos da historiografia amazônica e antropológicos, sobre o aviamento e sobre os agentes que compunham a sociedade e os processos econômicos e sociais que estavam envolvidos. Esses dados, orientados pelo nosso referencial institucionalista, nos revelaram contextos relativamente diferentes da historiografia econômica em geral.

Organizaremos a tese com um capítulo teórico e metodológico (Capítulo 1), quatro empíricos e um de considerações finais. O primeiro capítulo empírico tem o objetivo de testar a hipótese de que a redistribuição é a FIE dominante na economia colonial amazônica antes do período do Diretório dos Índios. Apresentaremos a estrutura hierárquica da sociedade colonial e os fluxos de centralização e redistribuição realizadas pelo Estado consolidados até o fim do Regimento das Missões (1755).

No Capítulo 3, analisaremos a instituição do aviamento referida à estrutura caracterizada pelo Regimento das Missões (1686-1757). Nesse período, missionários, expedições militares

oficiais, negociando descimentos e cativos, utilizaram o aviamento como hábito comercial e financeiro, adaptado ao sistema monetário heterogêneo e às finanças em gênero. Adicionalmente, relacionado à coleta das drogas do sertão, temos a redistribuição dos indígenas tutelados[18], quando o aviamento deixa de ser comercial, e entra na esfera interna da sociedade colonial, mantendo sua característica financeira. Destacamos o papel do Estado como aviador, financiando as tropas de resgate, com o tesouro dos resgates. Há um predomínio médio instintivo da propensão predatória, baseado na força militar e nas ordens religiosas, com objetivos claros de ocupação do território, o que incentivou a reprodução de uma base material fundada no extrativismo, pesca, caça e agricultura indígena (farinha) dominante. O aviamento se origina da troca de presentes com desencontro temporal entre dádiva (os produtos ofertados por europeus) e contradádiva (cativos e drogas do sertão), derivando posteriormente para um comércio administrado, baseado também na dívida entre cabos de canoa e os principais, estabilizados em alguns casos pelas dívidas assumidas pelos "cunhamenas".

No capítulo 4 apresentaremos as mudanças na estrutura social ocasionadas pela entrada em vigência das reformas pombalinas, especialmente o Diretório dos Índios (1757-1798), com a expulsão dos Jesuítas e a criação das funções do diretor e oficialização do cargo de principal; a proibição das tropas de resgate (1748); a criação da CCGPM e o tráfico negreiro; e o Incentivo à constituição de famílias miscigenadas; nos forçam a revisar a estrutura social e hierárquica desse período, devido às mudanças expressivas. O Estado redistributivo se expande com a vassalização das nações indígenas, das fronteiras, que são inseridas ainda mais no setor de drogas do sertão, contudo, fortemente tutelado pelo Estado através dos diretores e do tesoureiro dos índios, o que resulta na laicização dessa tutela. O Diretório associado às ações da CCGPM representa rupturas institucionais que alteram os objetivos dos agentes, que é reorientado enfaticamente para o comércio e negócios, com a base material iniciando um processo de diversificação com a monocultura agrícola e o uso do trabalho escravo.

Outras medidas importantes do Diretório foram o incentivo ao casamento entre brancos (homens) e indígenas (mulheres), que resultou na emergência de famílias miscigenadas fora do Diretório, e na aculturação das famílias indígenas descidas para o aldeamento, sob tutela dos diretores. Com a dissolução do Diretório, em 1798, por essas duas vias principais e outras que iremos abordar, constataremos a emergência de uma estrutura camponesa cabocla relevante e crescente, que se associará ao capital mercantil, fruto da acumulação proporcionada pelo aviamento.

[18] São os mesmos indígenas descidos para os aldeamentos missionários. A sua tutela é concedida aos missionários.

No capítulo 5 vemos como o aviamento se adapta a essa nova estrutura, pois passa a ser empregado na conversão de aldeias em vilas, no descimentos de indígenas e na coleta das drogas do sertão com o uso da mão de obra dos Diretórios e das famílias caboclas. Nesse período, a natureza da obrigação, ou o endividamento, continua a ser não-econômico. Utilizamos dois processos causais para abordar o aviamento: i) a obrigação não-econômica relacionada à vassalagem, que se refere ao aviamento redistributivo dos indígenas tutelados no Diretório, o que dá estabilidade e reduz a incerteza pela atuação intermediária do Estado; ii) o aviamento das famílias caboclas em constituição pelas canoas (pelos comerciantes volantes, ou pelos cabos das canoas particulares), porém, neste caso, a obrigação não-econômica não pressupõem a vassalagem, necessitando de uma adaptação do capital mercantil a redistribuição – o dinheiro de uso específico e com *status* é a chave para compreendermos essa obrigação não-econômica entre canoas e famílias caboclas. Apesar do estímulo à inserção da moeda cunhada na economia, especialmente em Belém, nos sertões, as moedas e as finanças não se alteraram, mantendo-se predominantemente em gênero.

Nas considerações finais organizamos uma síntese com relação ao papel da redistribuição e do processo evolucionário do aviamento e, secundariamente, destacamos alguns temas que abordamos e consideramos resultados importantes. Também retornamos a nossa hipótese com os dados oferecidos pelos quatro capítulos empíricos da tese, considerando a metodologia apresentada. Nosso argumento para corroborar a hipótese é que a redistribuição e o aviamento fazem parte de um todo institucional, sistematicamente coerentes e produzidos pelos processos causais e cumulativos que são evolucionários. Nosso principal resultado com relação ao aviamento, considerando as variações que escolhemos para realizar a análise com nossos modelos causais e cumulativos, é que ele depende de obrigações não-econômicas e do uso do dinheiro específico. Essas obrigações não-econômicas, fundamento da dívida, vão se alterando ao longo do período. Identificamos pelo menos três: a obrigação não-econômica que sustenta o crédito no comércio administrado entre os cabos das tropas de resgate e os principais; a que estabiliza o aviamento redistributivo dos indígenas tutelados nos aldeamentos, onde a vassalagem é importante; e a obrigação não-econômica entre as canoas e as famílias caboclas, um aviamento redistributivo mercantil, que depende do prestígio atribuído ao dinheiro utilizado pelas canoas para fazerem adiantamentos às famílias, resultando em uma redistribuição diferente da Estatal e adaptada.

Conforme expomos, essas variações do aviamento se alteram com dinâmica institucional da economia, quando a redistribuição Estatal se intensifica na passagem do Regimento das Missões para o Diretório dos Índios, contudo, gradativamente, vai cedendo

espaço para a redistribuição mercantil à medida que a estrutura camponesa cabocla vai crescendo e ganhando representatividade na estrutura, porém, essa mudança estrutural não é forte suficiente nesse período para se tornar a instituição dominante no setor de drogas do sertão. Para finalizar, destacamos alguns temas que abordamos na tese para subsidiar o nosso objetivo principal, e que acreditamos serem relevantes, no que se refere à temática teórica, metodológica e histórica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGIO

Apresentaremos, nesse capítulo, o referencial teórico e metodológico que nos orientou, primeiro, na elaboração do problema e da hipótese do projeto, e segundo, na metodologia empregada para testar a hipótese levantada. A economia evolucionária pode ser compreendida por se reportar a dois níveis, à ontologia darwiniana e às teorias complementares que expliquem os detalhes dos processos evolucionários. Como metateoria ou ontologia, utilizaremos os princípios darwinianos de variação, herança e seleção aplicados aos sistemas populacionais complexos organizados pelas instituições, definido por Hodgson e Knudsen (2010) e Luz (2009) como "Darwinismo Generalizado"[19] aplicado à economia. Esses princípios nos ofereceram uma orientação mais geral e de nível mais elevado de abstração para conduzir nossa análise evolucionária e se aplicam a diversos sistemas, sejam, por exemplo, da biologia ou da economia. Contudo, cada sistema tem sua forma específica de como os princípios se concretizam, o que nos exige teorias complementares ou auxiliares, em um nível inferior, que nos ofereceram esses detalhes do sistema em questão – aqui reside o erro em utilizar analogias biológicas para explicar os processos específicos da economia, pois as teorias complementares devem apresentar mecanismos particulares de como operam em sua especificidade, a herança, a variação e a seleção (Luz, 2009).

Para entendermos nos detalhes os processos internos pelos quais operam a variação, a herança e a seleção, no caso das instituições que conformam a especificidade histórica do sistema econômico da Amazônia colonial (o sistema populacional complexo que nos interessa), vamos utilizar como teoria complementar a essa ontologia, o institucionalismo de Veblen e Polanyi, alimentados pelos dados empíricos da historiografia amazônica e da antropologia. Por fim, essas teorias complementares devem ser passíveis de operação pelos princípios da causalidade cumulativa (Luz, 2009). O que argumentamos e pretendemos testar é a existência na Amazônia colonial de um sistema (estrutura- institucional) conformado por variações que promovem integração econômica, onde elementos de mercado (ou a instituição mercado) poderia ser apenas uma das variações (e não dominante) submetidas à seleção e dependentes da herança de processos anteriores, que são, a princípio, mais aderentes as outras FIEs do que aos elementos de mercado. A partir disso, veremos como essa estrutura e as combinações de FIEs reforçam e são reforçadas pelas características do aviamento ao longo do período.

[19] Não se deve confundir Darwinismo Generalizado com Darwinismo Social. Este último, com razão em nossa avaliação, é rechaçado por pesquisadores das Ciências Sociais em geral. No tópico 1.2.3 teremos a oportunidade de diferenciar essas duas correntes do darwinismo.

Não poderemos realizar o que nos propormos, sem abordar essas duas teorias. Veblen, já influenciado pelo Darwinismo, nos oferece uma teoria de como a cultura humana evoluí, utilizando como unidade de análise as instituições. Nesta tese, utilizaremos Veblen de duas maneiras: i) metodologicamente, oferece a base para explicar como a dinâmica das instituições, a partir da causalidade cumulativa, pode ser entendida e explicada – sem, infelizmente, uma relação explícita e sistemática[20], de como herança, variação e seleção operam na especificidade dos sistemas institucionais que se transformam pela causalidade cumulativa, porém, buscamos organizar essa relação com nossos modelos de causalidade cumulativa, utilizando como apoio Hodgson e Knudsen (2010) e Luz (2009); ii) a aplicação dessa metodologia evolucionária das instituições a um objeto de análise, a Teoria da Classe Ociosa, uma de nossas teorias complementares. Utilizamos a Teoria da Classe Ociosa para entender as regras da economia política de certas organizações sociais que fundamentam a existência e reprodução de uma classe que não depende de seu próprio esforço para ter acesso aos meios de subsistência e que, de certa forma, caracterizam as hierarquias – ou a sua ausência – e privilégios distributivos nas sociedades humanas em evolução.

Quanto a Polanyi, ele nos auxilia em nossa segunda teoria complementar. Nos oferece elementos teóricos que a Teoria da Classe Ociosa não avança, por se preocupar com as transições entre as formas de organização social: os mecanismo internos e externos pelos quais fluem os meios de subsistência distribuídos pelas regras da economia política nas sociedades pré e pós-Revolução Industrial – nos referimos as suas formas de integração econômicas e os sistemas monetários e financeiros interdependentes.

Esses mecanismos que conformam comportamentos específicos para movimentar meios de subsistência se reportam a uma estrutura institucional que os apoiam e mudam de sociedade para sociedade, tendo como característica, em sua análise institucional, o estudo da coerência dos processos, ou como ele mesmo expressa, na "unidade e estabilidade" dos processos. Optamos por nos aprofundar em sua análise mais próxima do cotidiano econômico dessas sociedades, que se faz pela comparação, como forma de dar visibilidade às diferenças institucionais, porém, não se preocupa em organizar processos evolucionários que conduzem a transição entre um tipo e outro de estrutura social[21], nem prenuncia nenhum tipo de etapismo

[20] HODGSON (2004).

[21] É apenas uma opção teórica tratar os processos evolucionários entre sistemas econômicos utilizando Veblen, pois acreditamos ser mais aderente, metodologicamente, com o Darwinismo Generalizado. Não estamos afirmando que Polanyi não faz essas análises, como é o caso do estudo da transição do feudalismo para o capitalismo, quando o autor se debruça a entender as mudanças institucionais que resultaram na emergência de um sistema de mercado dominante na Europa Ocidental, principalmente, a partir da revolução industrial na Inglaterra e a supressão de

desenvolvimentista. A causalidade cumulativa (não utiliza o termo) se expressa pela coerência entre os elementos do sistema que estão em interdependência, mas que carecem, dada a opção pela ênfase da exposição comparada, de explicação evolucionária em termos de herança, variação e seleção, tanto ontologicamente, como dos mecanismos operacionais desses princípios relativos às instituições econômicas – nossa principal referência foi a "A Subsistência do Homem" e menos a "A Grande Transformação".

Assim, na primeira parte, apresentaremos os principais conceitos das teorias complementares ou auxiliares utilizadas na tese. O sistema teórico vebleniano no tópico 2.1, ou seja, instintos, hábitos e instituições, e mostraremos como Veblen os utiliza para explicar a evolução da Classe Ociosa e a economia política por trás dessa instituição. No tópico 2.2 esboçaremos a metodologia evolucionária, tendo como principal conceito a causalidade cumulativa e os modelos de mudança institucional que são pré-condição para interpretação das teorias complementares. Esses modelos organizam e sistematizam nosso entendimento metodológicos em relação à herança, à variação e à seleção e sua relação com a causalidade cumulativa.

No tópico 2.3 é a vez de expor as FIE e as instituições de apoio na teoria desenvolvida por Polanyi, e como organizam mecanismos de circulação dos meios de subsistência, de comércio e, especialmente, repercutem em um sistema monetário e financeiro heterogêneo. No tópico 2.4 apresentaremos as complementaridades teóricas entre Polanyi e Veblen, porém, destacamos aqui três eixos em que elas se revelam e nos auxiliam na metodologia do projeto: Hierarquia, mecanismo distributivos e os aspectos metodológicos da causalidade cumulativa, na economia política e nas instituições que explicam a distribuição cotidiana do meio material.

Finalmente, no tópico 2.5 explicaremos a metodologia empregada para testarmos nossa hipótese, que será baseada no método de pesquisa qualitativo, realizando uma releitura das pesquisas históricas sobre o período colonial na Amazônia e da pesquisa bibliográfica antropológica, que nos remeterá às instituições das sociedades indígenas pré-colombianas.

2.1 Economia evolucionária e as instituições no sistema teórico vebleniano

O sistema teórico elaborado por Veblen se baseia em três categorias: instintos, hábitos e instituições. A omissão ou relativização da importância dos instintos em sua obra, como parece ser o caso nos textos de expoentes modernos como Hodgson, desestruturam os alicerces

instituições feudais. Podemos observar, apesar de não haver menção a herança, variação e seleção, elementos que mais o aproximam do que o afastam da análise evolucionária.

do sistema proposto pelo autor, e como veremos, proporciona uma análise politicamente asséptica. Portanto, a interdependência teórica entre as três categorias é incontornável. Para fins de exposição, iniciaremos a apresentação dessas categorias em separado, porém, tendo em mente sua conexão posterior, pois constituem um todo integrado.

2.1.1 Instintos e seu lugar relativo no sistema vebleniano

A significância e a relação dos instintos com os hábitos e instituições não são unânimes. Mesmo Veblen, como afirma Camatta (2014), argumentou não ter definido com precisão o conceito de instinto em suas obras. Seguindo a observação de Cavalieri (2013), baseamos nossa revisão nas diretrizes oferecidas pelo livro The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts (1914)[22], em especial, o capítulo introdutório, pois considera a obra que apresenta o principal esforço de organização metodológica realizada por Veblen, o que deverá sanar as dificuldades quanto a essa categoria. Em relação à literatura, compartilhamos em linhas gerais o mesmo entendimento das relações entre instintos, hábitos e instituições com autores como Monasterio (1998), Krauzer (2019), Camatta (2014) e Cavalieri (2013), ou seja, que instintos ditam fins, e hábitos e instituições são os meios da conduta humana. Dessa forma, recorreremos a esses autores em alguns pontos da apresentação.

Veblen utiliza o conceito de instintos em relação a hábitos e instituições com o intuito de conciliar uma dimensão biológica, logo genética[23], da evolução da natureza humana com a evolução cultural e material da sociedade, onde se manifestam os hábitos e instituições. Didaticamente, iniciaremos a apresentação pela localização do conceito de instinto frente as outras categorias. Segundo Veblen (2015 n.p.), todo instinto é teleológico, logo:

> [...] denota a busca consciente de um fim objetivo que o instinto em questão faz valer a pena. Os fins da vida, então, os propósitos a serem alcançados, são determinados pelas tendências instintivas do homem; mas as maneiras e os meios de realizar aquelas coisas que as tendências instintivas fazem valer a pena são uma questão de inteligência [logo, institucional].

[22] Infelizmente tivemos acesso apenas ao *e-book* que não dispõe de paginação estável, por isso, o uso do termo n.p., que significa não paginado. No restante do texto utilizaremos a sigla TIW para designar o livro em questão.

[23] Em TIW, tendo em mente a teoria genética de Mendel, o autor afirma: "Os instintos são traços hereditários. Nas teorias atuais da hereditariedade, presumivelmente eles seriam considerados como características secundárias da espécie, como sendo, em certo sentido, subprodutos das atividades fisiológicas que dão à espécie seu caráter específico; uma vez que essas teorias, em última instância, funcionam em termos fisiológicos. Assim, as disposições instintivas dificilmente seriam consideradas caracteres unitários, no sentido mendeliano, mas contariam como traços espirituais emergentes de uma certa concorrência de caracteres unitários fisiológicos e variando um pouco de acordo com variações no complemento de caracteres unitários aos quais a espécie ou o indivíduo pode dever sua constituição" (Veblen, 2015 n.p.).

Nesse sentido, a conduta humana tem estabelecido seu objetivo pelos instintos, enquanto que as maneiras e os meios de realização (a inteligência) são determinados por hábitos e instituições. Entre o estímulo que provoca a manifestação instintiva e a concretização da resposta, há uma diversidade de hábitos e instituições que interferem no resultado, assim:

> [...] quando o instinto ordena pouco mais do que o fim do esforço, deixando a sequência de atos pelos quais esse fim deve ser abordado como uma questão de alternativas abertas, a parcela de reflexão, discrição e adaptação deliberada será correspondentemente grande" (Veblen, 2015 n.p.).

Assim, há deliberação e consciência em graus variados e não automatismo. Por exemplo, à medida que a humanidade caminhou ao longo da história, os hábitos e instituições em evolução forneceram meios diferentes para a realização dos objetivos delineados por uma combinação de instintos – que relativamente, não mudaram individualmente, se comparado aos hábitos e instituições. Desta forma, quando Veblen (2015 n.p.) usa o termo instinto, não se refere aos tropismos[24] e seu automatismo estático, pois estes últimos não dependem de hábitos e instituições que mediam a concretização do resultado, nas palavras do autor[25]:

> Todo comportamento instintivo está sujeito ao desenvolvimento e, portanto, à modificação pelo hábito. A ação impulsiva que não é de modo algum inteligente e, portanto, não sofre adaptação pelo uso habitual, não deve ser chamada propriamente de instintiva; deve ser classificado como tropismática.

Apesar dos instintos que compõem a natureza humana não terem se alterado relativamente, em termos individuais, eles assumem combinações variáveis, logo, Veblen (2015, n.p.) nos apresenta uma natureza humana diversa e dinâmica, que é amplificada pela interação com os hábitos e instituições que mudam incessantemente. Nesse sentido, a diversidade das propensões instintivas é biológica, ou seja, não institucional[26], porém, é ampliada pela interação com a "malha institucional". Nas palavras do autor:

> As tendências instintivas são essencialmente simples e visam diretamente a obtenção de algum objetivo concreto; mas, no detalhe, os fins assim procurados são muitos e diversos, e os modos e meios pelos quais eles podem ser procurados são igualmente diversos e variados, envolvendo o recurso infindável a expedientes, adaptações e ajustes [...] (Veblen, 2015 n.p.).

[24]São reações automáticas, que não precisam de reflexão, como o ato de afastar a mão de uma superfície muito quente.
[25] Esse trecho está localizado no capítulo 2.
[26] Monastério (1998 p. 48).

Em linhas gerais, este é o lugar dos instintos frente aos hábitos e instituições na obra de Veblen. Para avançarmos em direção a outros desdobramentos dessa relação, é oportuno a apresentação da definição e particularidades dos instintos.

Como mencionado acima, Veblen não apresenta em sua vasta obra uma definição precisa de instinto. Monasterio (1998 p. 41) os define como "[...] propensões inatas, características irredutíveis da psicologia humana, que definem os objetivos últimos do comportamento". Por sua vez, Krauzer (2019 p.60) os define como "propensões inatas direcionadas a objetivos finais do comportamento humano". A seguinte passagem em Veblen (2015 n.p.), nos ajuda a compreender essas definições:

> [...] não se pode questionar ao mesmo tempo que esses [instintos] elementos psicológicos simples e irredutíveis do comportamento humano se enquadram em grupos funcionais compostos, e assim compõem propensões, inclinações, aptidões específicas e determinadas que devem, no âmbito das ciências sociais, serem tratadas como traços irredutíveis da natureza humana [...] Essas várias tendências nativas que são classificadas juntas como "instintos" têm a característica em comum de que todas e várias, mais ou menos imperativamente, propõem um fim objetivo do esforço.

Esse entendimento de instintos se relaciona à interpretação de que as espécies são condicionadas por instintos e aptidões tropismáticas. O desuso do termo na ciência biológica e na psicologia, argumenta Veblen (2015 n.p.), se justifica por elas exigirem uma minúcia na identificação da relação entre um instinto e um determinado comportamento, ou seja, os instintos devem ser descontínuos e mutuamente exclusivos. Nesses termos de análise, o conceito apresentado é impreciso, contudo, para análise "*da natureza e das causas do crescimento institucional*", a interdependência ou contaminação dos instintos é um pressuposto adotado ao invés de uma limitação.

Esse fundamento ajuda a explicar a diversidade de forma que o comportamento humano assume, considerando também a interação com os hábitos e instituições em evolução e o meio material. Portanto, na evolução da cultura humana, a dinâmica das instituições, o comportamento proveniente de inclinações instintivas e a dinâmica do meio material se determinam mutuamente, de forma que, quando um elemento é destacado para análise, os outros dois aparecem como determinantes (Veblen, 1915). É a tríade vebleniana em que os elementos estão em interdependência.

Os instintos podem ser delimitados de acordo com o objetivo, objeto ou propósito a ser alcançado. Cada instinto terá a sua especificidade objetiva. Ao contrário da dinâmica institucional, a "ação instintiva é teleológica, conscientemente, e o escopo e objetivo teleológico de cada propensão instintiva difere caracteristicamente de todo o resto" (Veblen, 1915 n.p.).

Outra diferenciação se dá pela gradação de inteligência envolvida na deliberação das ações instintivas. Há um leque amplo que envolve instintos "quase-tropismáticos", com baixa consciência e uso da inteligência; há instintos que envolvem um grau elevado de dependência da consciência e inteligência. No trecho, Veblen (1915 n.p.) destaca o instinto como propulsor da deliberação:

> [...] é somente pelo impulso do instinto que a reflexão e a deliberação passam a ser assim empregadas, e visto que o instinto também governa o escopo e o método da inteligência em todo esse emprego dela. Os homens pensam, mas o espírito humano, isto é, o dom racial de inclinações instintivas, decide o que eles devem pensar, como e com que efeito.

Porém, outra gradação parece acompanhar o mesmo sentido dado a gradação da inteligência: o grau de interdependência dos instintos. Nos instintos mais simples, essas interdependência são menores, como nos quase-tropismáticos (instinto gregário). Porém, quando o objetivo é mais vago e complexo, como no caso do instinto "workmanship" e "parental bent", temos uma interdependência muito maior. Sendo assim, os instintos devem "tocar-se, misturar-se, sobrepor-se e interferir incontinentemente, e não podem ser concebidos como agindo um ou vários em puro isolamento e independência um do outro [...] linhas de demarcação duras e rápidas dificilmente podem ser traçadas entre eles" (Veblen, 2015 n.p.).

Os instintos apresentados por Veblen em suas obras abrangem uma variedade considerável. Destes, a seleção realizada por Monasterio (1998) destaca quatro, dos quais, os demais autores citados não contestam a relevância, seja retirando ou acrescentado outros em número expressivo. Nos valendo desse consenso e dessa pequena variação, destacaremos três que se revelam importante em nosso estudo: Parental Bent; Workmanship; e Sportsmanship.

a) Parental Bent

A tradução aceita para o português é "inclinação parental". Monastério (1998 p. 45) o define como "[...] a disposição inata do homem de preocupar-se com o bem-estar de sua prole ou dos descendentes do grupo". Esse instinto extrapola o cuidado com a geração presente (parental), e incluí a manutenção e a expansão das condições de reprodução das gerações futuras da comunidade (filial). Por extensão, esse instinto se vincula as ações que promovam o bem-estar do grupo e sua reprodução no presente e no futuro, em detrimento unicamente do prestígio individual.

b) Workmanship

Em português, a tradução mais aceita é "instinto do trabalho eficaz". Segundo Monastério (1998 p. 44), "[...] é o instinto que nos faz escolher os meios adequados para

alcançar certos objetivos". É o instinto que exalta a eficiência na execução das tarefas. Em contrapartida, induz a reprovação de trabalhos fúteis, ao desperdício e a incapacidade. Uma definição mais estruturada é apresentada por Krauzer (2019 p. 61-62), que o delimita como *"*[...] olhar honorífico e a preferência do indivíduo pelas atividades laborais tidas como eficientes e úteis e, ao mesmo tempo, como o sentimento de aversão a atividades fúteis, desperdício e à incapacidade". Por sua característica, é um instinto que subsidia os outros instintos, pois todos envolvem a realização de objetivos e a escolha de meios. Da mesma forma que o instinto de inclinação parental, é compatível com ações que promovam o bem-estar do grupo, porém, considera um universo de tempo mais estreito.

c) Sportsmanship

O instinto predatório está relacionado a comportamentos de comparação e competição. Inicialmente, esse instinto surge na humanidade através da comparação entre os membros de um grupo em relação à capacidade de obtenção da materialidade para a subsistência. Com desdobramentos ocasionados pelas mudanças materiais e institucionais na cultura humana, essa comparação passa à valorização competitiva das "[...] proezas (a caça e a guerra) em detrimento das atividades produtivas rotineiras" (Monasterio, 1998, p. 47). Isso é possível apenas em um estágio de crescimento das instituições onde surge o excedente e a propriedade privada. Esse mesmo instinto é o fundamento da natureza humana que conduz ao surgimento da estratificação na sociedade e da classe ociosa, abordada no livro "A Teoria da Classe Ociosa" (1899).

Esses instintos mais importantes constituem a maior parte da variedade biológica da natureza humana na obra de Veblen. Estruturalmente, as combinações provenientes desses instintos e os respectivos objetivos traçados para a conduta humana serão selecionados pelo meio material e cultural da sociedade. Como argumentado por Veblen (2015), esses instintos se adaptam às circunstâncias institucionais, que mudam incessantemente, determinando o resultado da ação teleológica – porém, dada a imutabilidade relativa dos instintos, essa adaptação é limitada.

2.1.2 Hábitos e instituições – a transição da esfera individual para a coletiva.

A natureza humana é estática relativamente se comparada a hábitos e instituições que mudam incessantemente. Sendo assim, o meios pelos quais se concretizam os objetivos instintivos mudam vigorosamente ao longo da história, ampliando ainda mais o potencial diverso da conduta humana.

Nesse tópico, hábitos e instituições são os elementos a serem analisados com mais rigor, sendo assim, propensões instintivas e meio material passam a ser os condicionantes da mudança, pois "[...] uma investigação genética sobre as instituições se dirigirá ao crescimento de hábitos e convenções, condicionados pelo ambiente material e pelas propensões inatas e persistentes da natureza humana" (Veblen, 2015 n.p.). No capítulo 1 e mais detalhadamente no capítulo 2 de TIW, Veblen estabelece que a tecnologia é uma instituição, e que tem por objeto a materialidade que proporciona o bem-estar da comunidade a partir das artes industriais e sua eficiência. Pois bem, apesar de importante, deixaremos os meios materiais e sua análise para um tópico posterior, e analisaremos por enquanto um processo geral de mudança e dinâmica institucional.

Antes de avançar, apresentaremos as definições de hábito e instituições. Segundo Monastério (1998 p. 50), hábitos:

> [...] são padrões repetidos em resposta a um estímulo externo, de acordo com as metas instintivas, tem-se um hábito de vida (habit of life). Daí em diante quando exposto a uma situação semelhante, o ser humano responde de forma parcialmente irreflexiva.

Baseado em Veblen, este mesmo autor apresenta duas definições de instituições. A primeira, "hábitos de pensamento estabelecidos comuns aos homens em geral" (Monastério, 1998 p. 53). A segunda, "hábitos mentais prevalecentes no tocante a relações particulares e funções particulares do indivíduo e da comunidade" (Monastério, 1998 p.58). Esses hábitos e instituições que emergem não são atemporais. Tais meios estão correlacionados ao acumulo de "hábitos de pensamento das gerações passadas", o que os assegura uma herança e semelhança com as experiências pretéritas (Veblen, 1995 n.p.).

Para um entendimento mais preciso, é necessário estabelecer uma diferença operacional entre esses conceitos. Um hábito surge restrito, como meio de realização das propensões instintivas, porém, também sofre influência da estrutura institucional presente e dos meios materiais. Esse meio (hábito), se adequado, é imitado com graus diversos de precisão por outros membros do grupo - dado que estão em interação - como padrão de resposta ao estímulo que provoca a reação instintiva. Contudo, a diferença entre hábito e instituição reside na sua coletivização e seu amadurecimento como elemento estrutural, tornando-se "princípio de conduta" e um hábito convencional. Segundo Veblen (2015 n.p.):

> Sob a disciplina da habituação, essa lógica e aparato de modos e meios cai em linhas convencionais, adquire a consistência de costume e prescrição, e assim assume caráter e força institucionais. As maneiras habituais de fazer e pensar não apenas se tornam uma coisa habitual, fácil e óbvia, mas também passam a ser sancionadas pela

> convenção social, tornando-se assim corretas e apropriadas e dão origem a princípios de conduta. Por uso e costume, eles são incorporados ao esquema atual de senso comum.

A cumulatividade dos hábitos e instituições é um ponto essencial no sistema teórico vebleniano. Quanto mais a cultura avança e acumula conhecimento, maior será a importância do hábito na conduta humana e mais difícil será de estabelecer uma conexão direta e sem desvios entre as combinações instintivas e o resultado.

> [...] as linhas de relação entre qualquer propensão instintiva e qualquer característica particular da conduta humana são tanto mais tortuosas, [...] quanto maior o grau de inteligência e quanto maior o corpo de conhecimento disponível em uma determinada comunidade [...] (Veblen, 2015 n.p.).

Dentre outras coisas, essa sofisticação dos meios em termos de diversidade acumulada, atribuí uma característica flexível e compensatória a relativa simplicidade teleológica instintiva, dando diversos tons aos possíveis resultados alcançados, ou seja, os fins instintivos podem ser suavizados ou amplificados pela estrutura institucional.

Essa flexibilidade de adaptação do homem é testada ao longo do desenvolvimento da humanidade, com constantes mudanças institucionais. De acordo com Veblen (2015 n.p.), em toda as culturas "[...] ocorre um tipo genericamente humano de dom espiritual predominante como uma média geral da natureza humana e adequada à vida contínua da humanidade em sociedade". Esse humano e sua natureza instintiva média foi bem sucedido em uma dada circunstância da estrutura institucional, portanto, efêmera.

Contudo, como é reafirmado pelo autor, as instituições mudam, produzindo alterações nos hábitos de pensamento e ação da comunidade, delimitando novos princípios de conduta. Essas mudanças não são rápidas nem desprovidas de resistência, porém, colocam a natureza média humana daquela comunidade em contato com circunstâncias institucionais alteradas, sendo assim, "[...] a mesma gama de disposições instintivas inatas na população terá um efeito diferente no que diz respeito às demandas de sobrevivência". A estrutura institucional pode passar a privilegiar outra composição instintiva, beneficiando outros membros do grupo com essas qualificações, pois as condições de sobrevivência mudaram. Quanto a mudança e seus desdobramentos, Veblen (2015 n.p.) pontua que:

> As formas e os meios, materiais e imateriais, pelos quais as tendências nativas realizam seus fins, portanto, estão sempre em processo de mudança, sendo condicionados pelas mudanças que cumulativamente avançam no tecido institucional de elementos habituais que rege o esquema da vida. Mas não há garantia para supor que cada uma ou qualquer uma dessas sucessivas mudanças no esquema das

> instituições oferece modos e meios sucessivamente mais rápidos, mais seguros ou mais fáceis para as tendências instintivas realizarem seus fins, ou que a fase de habituação em vigor no momento em qualquer ponto nessa sequência de mudança é mais adequado ao funcionamento sem problemas desses instintos do que qualquer fase anterior.

Portanto, ao contrário das propensões instintivas, a mudança constante que caracteriza a dinâmica institucional não é teleológica, e sim cega. Nesse ponto, concordamos com Cavalieri (2013). A essência do sistema teórico vebleniano é negar o teleologismo da dinâmica institucional. Quando um hábito se torna uma instituição através da convencionalização, conforme explicado acima, ele se torna um fim, deixando de ser um meio. Se a instituição torna-se um fim em si mesma, perde-se de vista o caráter teleológico do instinto[27], que anteriormente orientava e objetivava a conduta.

Já vimos que quanto maior o acumulo de conhecimento em uma sociedade, mais difícil de rastrear os instintos que impulsionam a ação, ou seja, mais difícil se torna identificar a finalidade. Por isso, a dinâmica das instituições é não teleológica, pois adotam-se meios como fins, sem deliberação ou consciência sobre o que lhe deu sentido teleológico quando eram apenas meios. Não há consciência da finalidade que deu origem a instituição. Essa consciência somente ocorre com um esforço reflexivo tardio. É exatamente a transmutação de meios em fins, e sua continua imitação e derivações, que conduz a mudanças na estrutura institucional em desacordo com algumas propensões instintivas antes beneficiadas. Nas palavras de Veblen (2015 n.p.):

> Como elementos do esquema aprovado de conduta e busca, essas formas e meios convencionais tomam seu lugar como fins próximos [...] Segue-se que, em grande parte da conduta humana, apenas esses fins próximos estão presentes na consciência como objeto de interesse e objetivo de esforço, e certos modos e meios convencionalmente aceitos vêm a ser estabelecidos como princípios definitivos do que é certo e bom; enquanto o propósito ulterior de tudo isso só é trazido à mente ocasionalmente, se for o caso, como uma reflexão tardia, por um esforço de reflexão.

Como exemplo, Veblen utiliza a instituição do dinheiro. Como veremos em Polanyi (2012), o dinheiro quando surgiu era de uso específico, sendo um meio para fins específicos fiduciários e de estabilização de relação de *status* social. Com o advento do sistema de mercado,

[27] Cavalieri (2013 p. 65) têm um entendimento similar ao nosso: "Depois, a possibilidade da transformação fundamental de instituições como "meios" para instituições como "fins" confere maior complexidade ao processo social, na medida em que estas se tornam possíveis e muito comuns na compreensão de Veblen ([1914], 1994, p. 25), resultando na proliferação de divergências entre as ações humanas e quaisquer fins determinados pelas inclinações instintivas".

o dinheiro se torna de uso geral, e de meio se torna um fim, orientado pela motivação da acumulação.

Sintetizando a relação entre instinto, hábito e instituição, temos: As instituições, por serem convenções dos hábitos de pensamento e ação dos homens, selecionam as combinações instintivas mais adaptadas que consolidam uma natureza média dos homens. Essa natureza média delimita os fins da vida a serem buscados na sociedade, que serão realizados por uma variedade de hábitos originados e constrangidos pela estrutura institucional. Quando instintos e hábitos interagem produzindo uma variação diferente das existentes, se selecionada, passa pela coletivização e estabilização, tornando-se uma instituição que conforma a estrutura, alterando-a. Ou seja, quando convencionalizada, de meio essa nova instituição se torna um fim, desencadeando cumulativamente mudanças em termos não teleológicos que alteram as condições de sobrevivência as quais a natureza humana média havia se consolidado, podendo ratificar ou mitigar essas características.

2.1.3 Tecnologia, produção, distribuição e estratificação: a economia política vebleniana

No livro "A Teoria da Classe Ociosa", Veblen ([1899]1983), realiza uma análise da evolução interdependente entre meio material, instintos e instituições que resultaram, ao longo do desenvolvimento da humanidade, na diferenciação de uma classe ociosa e dominante. Podemos caracterizar a classe ociosa da seguinte maneira: "[...] a desconexão com ocupações tidas como industriais, e o forte apreço por atividades atreladas a elevado grau de honra [caça, guerra, esportes, religiosas, governamentais e outras] [...]" e, especificando o afastamento das ocupações industriais, "[...] não envolvimento em atividades laborais atreladas ao provimento das condições materiais dos agrupamentos sociais" (Krauzer, 2019 p. 97-98).

Não faremos uma apresentação exaustiva dessa obra[28], contudo, em termos de economia política, é importante destacar alguns pontos centrais. No livro, o autor apresenta como se desenvolve, ao longo de cinco períodos, uma instituição elementar para a estratificação na sociedade: a emulação. Acompanhando essa instituição em causação cumulativa, temos outras subsidiárias e interdependentes, porém, com significado ampliado na sociedade capitalista: a propriedade privada, ócio conspícuo e consumo conspícuo.

Por emulação se entende o hábito de se comparar ao outro, ou seja, "[...] a sociedade se constituiria em termos comparativos no que se refere a seus indivíduos buscarem projeções

[28] Krauzer (2019) faz uma ótima síntese, tanto da teoria da classe ociosa, como do TWI.

pecuniárias de comparação". Enquanto que o ócio e o consumo conspícuo são hábitos em interação com a emulação, pois necessitam dela para atingirem seus fins de reconhecimento honorífico e de *status*. Por ócio conspícuo podemos compreender o:

> [...] destaque da não necessidade de [participação] desempenho produtivo/laboral na manutenção da vida". Enquanto o consumo conspícuo é o "[...] dispêndio em consumo ostensivo, apresentando capacidade de consumir de forma onerosa e refinada (Krauzer, 2019 p. 95).

Respectivamente, quanto mais distante de atividades laborais e com a presença do consumo ostentativo, mais prestígio se adquire na sociedade e entre os pares da classe ociosa. Veblen ([1899]1987) divide o desenvolvimento humano em cinco períodos, cronologicamente: selvageria pacífica, estágios iniciais da cultura bárbara, estágios médios da cultura bárbara, estágios elevados da cultura bárbara e moderna industrial. O hábito da emulação acompanha a humanidade desde os tempos mais primitivos, que Veblen denomina de estágio de selvageria. Nele predomina pequenos grupos e a propriedade comunal. Nesse estágio, a emulação provém do instinto de trabalho eficaz em interação com o de inclinação parental. Nesse caso, havia uma necessidade de uso eficiente dos recursos para prover a materialidade de subsistência do grupos. Então, os indivíduos se emulavam pela sua eficiência de alimentar o grupo, resultando em bem-estar para a comunidade.

O processo de estratificação têm início no período da cultura bárbara, em especial com a discriminação entre ocupação honorifica - de excelência e honra (guerra, governo, etc.) – e laborais, tidos como desonrosos e inferiores (que caracterizariam as ocupações industriais), atrelado a diferenciação de gênero, com as mulheres ocupando as ocupações laborais. Essa passagem da selvageria para a barbárie marca a mudança de sociedades pacíficas e governadas pelo instinto do trabalho eficaz e inclinação parental, para predatória, onde o instinto predatório prevalece. Do estágio inicial ao estágio mais alto, a cultura bárbara vê institucionalizar-se a estratificação social, com uma classe ociosa e diversas outras classes inferiores. Isso foi possível devido a institucionalização da propriedade privada[29], que dependeu de duas condições: 1) existência de hábitos predatórios (caça e guerra); 2) produção de excedentes para que uma parcela da população da sociedade se exima de ocupações industriais[30] (Krauzer, 2019).

O primeiro, reforça o crescimento de hábitos relacionados ao instinto predatório, o segundo, se ocupa da mudança das condições do meio material que suporta a cultura, tendo

[29] Em ordem cronológica, a propriedade privada se origina tendo como apropriável a mulher; escravos; recursos e objetos.
[30] Sem excedente, não há o que ser apropriado privadamente pelos que não se ocupam de trabalhos laborais.

orientação instintiva do trabalho eficaz e inclinação parental. Mudando o meio material e as combinações instintivas predominantes, os hábitos e instituições mudam. Nesse caso, a emulação como hábito se conecta aos imperativos do instinto predatório, sendo o padrão de comparação as proezas e façanhas individuais relacionadas as atividades honoríficas, com o instinto de trabalho eficaz relacionado aos trabalhos hodiernos e femininos. Dessa origem, o trabalho desonroso ganha ressignificação no estágio alto da barbárie, sendo generalizado para ocupações industriais. Por extensão, temos uma classe ociosa desconectada dessas ocupações. O ócio e o consumo conspícuo já se manifestavam no estágio da barbárie, contudo, ganham uma expressão muito mais destacada na obra de Veblen durante o estágio industrial-moderno, e diversas dimensões da vida: machismo, vestimenta, conhecimento, regras de etiqueta, obras de arte e outras (Krauzer, 2019).

São esses pré-requisitos psicológicos, materiais e institucionais em constante mudança que se acumulam ao longo do tempo, que conduziram a humanidade a sociedade capitalista e industrial do século XIX e início do XX analisada por Veblen. Nessa sociedade, a classe inferior dos trabalhadores emula a classe ociosa, em especial através do consumo, o que lhes cega e auxilia na manutenção do *status quo*. Por outro lado, a estrutura se estabiliza visto que a classe ociosa e proprietária, beneficiária das circunstâncias, não dispõem de propensões a alterá-las, além disso, se torna um obstáculo a mudanças, em especial as mudanças tecnológicas que possam resultar mais em benefício coletivo do que privado e pecuniário.

Aqui reside o âmago da economia política vebleniana: destacamos que os instintos e sua teleologia comportamental proporcionam o entendimento das diferenciações políticas e sociais, que influenciam na produção, distribuição e consumo da materialidade que sustenta a vida. Sem eles há uma *assepsia política* na divisão do produto na teoria institucionalista. O crescimento institucional baseado da causalidade cumulativa, sob influência dos meios materiais (que proporcionou produção de excedente) e natureza instintiva (com a ascensão do instinto predatório), convergiram para sociedades predatórias, fundamentadas na estratificação. Nesse fato repousam tanto estruturas de distribuição e consumo, como os de produção e arranjos tecnológicos, marcadamente assimétricas e com gradação da eficiência. Portanto, o bem-estar geral da sociedade, está relativamente, sob os desígnios da manutenção da estratificação e dos privilégios das classes ociosas.

Em termos de sistema tecnológico, isso significa que o conhecimento empregado neste uso, sendo hábitos de pensamento e ação, nem sempre estão sobre o designo dominante do instinto do trabalho eficaz. Sendo tecnologia e produção conectadas, esses hábitos sustentam e

interferem na vida material da sociedade. Essa submissão do trabalho eficaz ao predatório, resulta em processos técnicos industriais ineficazes, como afirma Veblen (2015 n.p.):

> Um povo cuja cultura, por qualquer motivo, tenha assumido um caráter coercitivo (predatório), com rigorosas distinções de classe, um controle governamental arbitrário, deuses formidáveis e um sacerdócio autoritário, terá sua organização industrial e suas artes industriais moldadas para atender às demandas e a lógica dessas instituições [...] hábitos e costumes atuais que venham a reforçar as predisposições contidas em qualquer instinto ou em qualquer grupo de instintos, a tendência tão acentuada passa a permear os hábitos de pensamento de todos os membros da comunidade e dá uma obliquidade correspondente ao fundamento tecnológico da comunidade.

Essa relação dicotômica entre inclinações instintivas ditas “industriais” e “pecuniárias”, representam interesses conflitantes. Por exemplo, nos tempos modernos, enquanto a primeira sob a égide do instinto do trabalho eficaz objetiva a “melhoria da sociedade e das condições de vida de todos, ou seja, da espécie”, a segunda, sob influência compensatória do instinto predatório, “[...] teriam exclusivamente como motor a lucratividade, a despeito do bem ou do mal que poderiam causar à comunidade como um todo” (Cavalieri, 2013 p.72). Essa relação de sabotagem da classe ociosa a eficiência industrial, ocorre tanto na era moderna, como nas outras fases onde essa estratificação se faz presente. Isso se dá por sua capacidade em controlar o conhecimento e, por extensão, a implementação da tecnologia de produção na sociedade.

Os conhecimentos utilizados para a produção da materialidade que suporta a sociedade, pode ter sua origem no conhecimento factual (*matter-of-fact*) dos fenômenos e/ou na sabedoria convencional, caracterizada por predileções e preconceitos acumulados pela sociedade, que convergem para o animismo. O animismo ou antropomorfismo é um obstáculo para a eficiência industrial, pois não há um explicação dos fatos em termos de causa e efeito, se atribuindo a explicação a forças externas, como deuses, magias, comportamentos modernos devocionais e outros. São condizentes com o animismo:

> [...] a sabedoria mundana, a percepção das propriedades e conveniências das relações humanas, o esquema de tabus, consanguinidades e eficácias mágicas [...]. Como resultado do conhecimento baseado no animismo, é produzido [...] muito pouco que possa efetivamente ser usado para explicar fins tecnológicos (Veblen, 2015 n.p.).

Em contraposição, o conhecimento factual é pragmático, onde a apreensão dos processos de causa e efeito são reforçados, em clara referência as inclinações ditadas pelo instinto de trabalho eficaz.

Assim sendo, quanto mais as disposições instintivas convergirem para o instinto do trabalho eficaz, mais os hábitos de pensamento e ação tecnológicos serão explicados por conhecimento factual e terão como resultado adição de eficiência industrial. Caso contrário, a interação de instinto predatório, hábitos animistas e ineficiência industrial são a regra. Logo, a "proficiência tecnológica" de uma sociedade dependerá das determinações instintivas do trabalho eficaz, tendo como referência conhecimentos factuais ou animistas. (Veblen, 2015 n.p.). Assim, a classe ociosa interfere na tecnologia, produção e distribuição, restringindo as possibilidades de mudança do meio material.

2.2 Método evolucionário: unificando a causalidade cumulativa de Veblen e os princípios estruturantes do darwinismo

2.2.1 Darwinismo Generalizado e as teorias complementares

Como vimos, a teoria evolucionária em economia depende da interação de dois níveis, a ontologia darwiniana e teorias complementares que explicam especificamente os processos econômicos. Para Hodgson e Knudsen (2010 p. 26):

> O Darwinismo é uma estrutura teórica abrangente, ao invés de uma teoria completa que abrange todos os detalhes [...] é uma metateoria que se aplica a uma ampla gama de fenômenos empíricos porque excluí muitos detalhes.

O Darwinismo Generalizado se aplica a todo sistema populacional complexo (SPC), que segundo Luz (2009 p. 73), citando (Hodgson, 2007 p. 266), pode ser definido de uma forma simples como "membros de um tipo que são semelhantes em aspectos importantes, mas dentro de cada tipo há algum grau de variação, devido à gênese ou às circunstâncias". Porém, determinar os aspectos que são semelhantes para uma população é arbitrário, podendo mudar de observador para observador. Para mitigar esse problema, Luz (2009 p.76), citando Metcalfe (2005 p. 398-399)[31] destaca a importância da inserção do ambiente para delimitar os indivíduos de uma população, assim:

> O que importa na definição dos membros da população não é suas características *per se*, mas que sejam submetidas a uma pressão ambiental e seletiva comum... A consequência disso é que nem a população relevante nem as características relevantes podem ser identificadas a menos que o ambiente de seleção relevante também seja especificado.

[31] Tradução nossa.

Estipulada uma forma menos arbitrária de definir quais indivíduos conformam uma população, um passo adiante no conceito é determinar os princípios gerais que essa população deve apresentar para sobreviver as circunstâncias impostas pelo meio ambiente:

> Em suma, um sistema populacional complexo envolve populações de entidades não idênticas [variação] que enfrentam [...] problemas de sobrevivência [seleção]. Algumas soluções adaptativas para tais problemas são retidas ao longo do tempo e podem ser passadas para outras entidades [herança] (Hodgson, 2007 p. 266 *apud* Luz, 2009).

Portanto, nesse sentido, a essência do modelo darwiniano é a existência dos princípios de variação, herança e seleção atuando no sistema populacional complexo em questão, ou seja, "enquanto houver uma população de entidades replicantes com capacidades variadas de sobrevivência, ocorrerá a evolução darwiniana" (Hodgson; Knudsen, 2010 p. 46). Delimitado o sistema populacional complexo, explicar sua evolução a partir da variação, herança e seleção é o fundamento primordial do Darwinismo Generalizado, não por acaso, essa tríade é aceita como princípios e governam a ontologia darwiniana. Podemos agora estabelecer a relação entre a ontologia e teorias complementares:

> O darwinismo oferece uma estrutura teórica e preceitos ontológicos, ao invés de um conjunto detalhado de explicações teóricas para todos os fenômenos... O economista evolucionista tem que fornecer teorias auxiliares mais específicas e extensas para se encaixar e ser guiado por uma estrutura darwiniana mais geral (Hodgson, 2002 p. 277 *apud* LUZ, 2009) [...] Em suma, podemos dizer que os princípios de variação, herança e seleção estariam em uma camada analítica superior aos mecanismos operativos de cada sistema populacional complexo, sendo que estes mecanismos operativos devem explicar como os princípios darwinianos atuam dentro de seu sistema específico (Luz, 2009 p. 88).

Essas teorias complementares ou auxiliares devem, nos detalhes, oferecer uma explicação desses princípios para cada sistema populacional complexo. No nosso caso, é um sistema institucional que conforma uma estrutura com variações que executam funções análogas de integração econômica, com variações de acordo com enfoque do que se movimenta na economia. Para tanto, é irremediável que a explicação seja realizada com base na causalidade e cumulatividade dos processos específicos do sistema (Luz, 2009). Isso só é possível, especialmente na economia evolucionária, com um forte aporte de historicidade no estudo do objeto,

> [...] obriga os analistas a serem históricos porque, não importa qual seja a configuração exata ou unidades de análise, tal análise evolucionária direciona a atenção para processos que remontam ao passado, suas tendências embutidas para persistir (por meio da replicação), e como o presente é criado por meio de múltiplas variações do passado (Hodgson; Knudsen, 2010 p. 44).

Portanto, a compreensão da economia, tendo como unidade de análise as instituições, depende da compreensão da ontologia darwiniana e de teorias complementares que se alinhem as exigências da metodologia evolucionária aplicada a essa ciência, ou seja, em nossa escolha teórica, que aborde explicações detalhas e específicas utilizando a dinâmica caracterizada pelo causalidade cumulativa de Veblen[32], que aborda a origem, crescimento, persistência e variação das instituições[33]. De uma forma ainda incompleta, a causalidade cumulativa deve explicar os processos detalhados que caracterizam a variação, seleção e herança. Nossa hipótese é que a causalidade cumulativa deve ser o fundamento estrutural do método das teorias complementares que utilizamos (Veblen; Polanyi), empregada para explicar a operação dos princípios darwinianos, que por sua vez, nos auxiliam a compreender as transições estruturais de uma instituição, ou seja, sua origem/emergência (extinção), (de)crescimento e persistência. Dessa forma, ao alimentarmos a causalidade cumulativa com dados antropológicos e históricos, poderemos expor uma teoria específica da dinâmica institucional evolucionária aplicada ao nosso objeto de estudo.

De acordo com nossa revisão, origem, crescimento, persistência e variação abordados por Veblen ainda não tinham sido unificados explicitamente com os princípios da variação, herança e seleção. Nesses termos, tentaremos organizar como marco orientador os mecanismos que explicam a causalidade cumulativa enquanto método de análise, com inspiração em diversos autores institucionalistas. As características da causalidade cumulativa foram organizadas a partir da leitura de Veblen (1909; [1899]1983; [1899]1999; [1914] 2015), Cavalieri (2013), Foresti (2004), Freitas (2020), Hodgson (1998; 2002; 2017; 2004), Agne e Conceição (2018), Garcia; Conceição (2020), Conceição (2000), Hodgson e Knudsen (2010) e Luz (2009; 2013; 2017). Adicionalmente, incorporamos também as contribuições dos processos de causalidade e cumulatividade que extraímos de Polanyi (1994; 2000; 2012).

Com relação à estrutura darwiniana, nos concentramos em Hodgson; Knudsen (2010), por avaliar que este livro compõe o principal esforço de síntese dos três princípios darwinianos aplicados à economia institucional. Iniciaremos pelos princípios darwinianos, em especial, a seleção e a herança, pois a variação é tratada circunstancialmente pelos autores, como resultado da imitação imperfeita e hibridização de hábitos.

---

[32] É o principal postulado da ciência evolucionária (HODGSON, 1998 p. 426).

[33] Como em "[...] uma investigação científica sobre a natureza, origem, crescimento e efeitos dessas instituições e das mutações [variação] que sofrem e que provocam no esquema de vida da comunidade" (VEBLEN, 1909 p.627). Ou, no trecho que faz uma crítica ao trabalho de Gustav Schmoller: "[...] é que visa uma explicação darwinista da origem, crescimento, persistência e variação das instituições, na medida em que essas instituições têm a ver com o aspecto econômico da vida, seja como causa ou como efeito" (Veblen, 1901 p. 81).

2.2.2 Seleção

Através da seleção, um sistema cultural constituído por um conjunto de instituições anteriores se transforma em um conjunto posterior, que guardam entre si uma semelhança suficientemente perceptível – temos em mente um sistema populacional complexo. Temos dois processos de seleção, o de subconjunto e o de sucessor[34]. O primeiro diminui a variedade, e o segundo a aumenta, ou seja, "[...] seleção de sucessor envolve replicação [herança], enquanto a seleção de subconjunto é um processo de eliminação simples" (Hodgson; Knudsen, 2010 p. 94)[35].

Na seleção de sucessor, o conjunto posterior resultante tem mais variações que o conjunto anterior, enquanto que o de subconjunto, o conjunto posterior é menos diverso. O mais importante é que ao contrário da seleção de subconjunto, a seleção de sucessor, envolve o princípio da herança.

> A seleção de sucessor é definida como seleção por meio de um ciclo de replicação, variação e interação ambiental de forma estruturada que o processo de replicação causa nova variação [ou seja, novas variedades alteram a distribuição das propriedades da população] e a interação ambiental faz com que a replicação seja diferencial (Hodgson; Knudsen, 2010 p. 99).

Portanto, o processo de replicação por ser imperfeito (cópias imperfeitas dos replicadores), ou por combinar os replicadores (genes e hábitos) dos interatores (indivíduos, organizações e outros)[36] produz variações que serão selecionadas pela interação social em ambiente comum. Para Freitas (2020) e Hodgson; Knudsen (2010), a evolução social é darwiniana e lamarckiana, pois ao contrário dos genes, os hábitos são replicadores adquiridos ao longo da vida dos interatores, e são assimilados e passados de uma geração a outra, por meio da herança social, tendo o hábito como unidade de transferência.

Na seleção de subconjunto, a interação com o ambiente social (estrutura) elimina variações existentes no conjunto anterior, ou seja, o resultado é que no conjunto posterior haverá menos subconjuntos ou variações que no conjunto anterior. Hodgson; Knudsen (2010, p. 95) definem seleção de subconjunto como "[...] seleção por meio de um ciclo de interação ambiental

---

[34] Traduzimos livremente esses termos. No livro citado, os termos originais utilizados em inglês são, respectivamente, "subset selection" e "successor selection".
[35] Os trechos de Hodgson e Knudsen (2010) utilizados no texto foram traduzidos do texto original por nós.
[36] Definem interator como "(...) *uma entidade relativamente coesa com limites que hospeda informações replicáveis*" (HODGSON e KNUDSEN, 2010 p. 117)

e eliminação de entidades em uma população estruturada de tal forma que a interação ambiental faça com que a eliminação seja diferencial". A cada ciclo de seleção, o conjunto posterior é mais homogêneo que o anterior, logo, esse processo de seleção leva a perda de variação. O crucial nesse argumento é que nem todo processo de seleção engendra na causalidade cumulativa um aumento da variação. Isso não significa que o subconjunto selecionado não irá variar, o que ocorre é que o número de variações é potencialmente menor, pois os conjuntos posteriores têm menos replicadores de onde as variações (inovações) emergem.

2.2.3 Herança

O princípio da herança se aplica à seleção de sucessor, que envolve replicação e variação. Podemos entender herança como uma "[...] ampla classe de mecanismos de replicação [...] pelos quais as informações relativas as adaptações são repassadas ou copiadas ao longo do tempo" (Hodgson; Knudsen, 2010 p. 34). O conceito de replicação ajudou na aplicação da herança para além do domínio da ciência biológica. Hodgson; Knudsen (2010 p. 112) propõem uma definição de partida para replicação, sendo "[...] a transmissão de informações que podem criar ou modificar um replicador". Utilizando a literatura sobre autômatos de "auto-reprodução", o autor busca refinar essa definição para viabilizá-la para o uso nas ciências sociais. Há um consenso sobre uma tripla condição no conceito de replicador[37], representada pela causalidade (1), similaridade (2) e transferência de informações (3). Pode ser expresso como:

> Para B ser uma replicação de A, (1) B deve ser causado por A (junto com as condições de fundo), (2) B deve ser semelhante em aspectos relevantes a A, e (3) o processo que gera B deve obter a informação que torna B semelhante a A . . . B deve herdar de A as propriedades que o tornam significativamente semelhante a A" (Hodgson; Knudsen, 2010 p. 119, *apud* Dan Sperber, 2000 p. 169).

Há uma transmissão de informação feita por genes (biológica) e outra pela estrutura social (hábitos) que são equivalentes enquanto importância. Porém, os instintos não aparecem quando os autores avançam na argumentação da dinâmica institucional, ao utilizar seleção, herança e variação, sobre a alegação e que o principal avanço na história da humanidade se deu nos hábitos e não nos instintos.

[37] Porém, Hodgson; Knudsen (2010 p.122) acrescentam uma quarta condição, o "mecanismo gerador condicional", que ao nosso ver, não colaborou para esclarecer o conceito de replicador o suficientemente para o seu emprego no texto, comparada à complexidade e à complicação que acrescenta ao conceito. Com este, Hodgson; Knudsen pretendem diferenciar seu trabalho da memética e indicar que nem toda replicação leva à sobrevivência do interagente. É uma diferenciação, ao nosso ver, que pode ser negligenciada sem comprometer a capacidade explicativa da herança.

Como vimos anteriormente, os instintos são categorias centrais no sistema vebleniano. Sua ausência ou marginalização comprometem o entendimento das relações de poder existente entre as classes da sociedade, que por consequência, também estão ausentes em Hodgson; Knudsen (2010). Tanto em sociedades simétricas, como em estratificadas, conforme Veblen (2015), a estrutura é composta por instituições que surgiram à partir da convencionalização de hábitos, orientados pelos objetivos instintivos. Em sociedades simétricas, o instinto da inclinação parental faz as gerações mais velhas orientarem as mais novas, mantendo limitado o espaço para mudanças. Nas sociedades predatórias, as classes dominantes tornam-se conservadoras, no sentido de manter os *status quo*, constrangendo as instituições políticas, distributivas e tecnológicas da sociedade à manutenção de seus privilégios, o que acaba por condicionar as mudanças.

Nesses termos, tanto as novas variantes na seleção de sucessor, como o decaimento de variantes nas seleções de subconjunto sofrem influência dessas questões políticas, que conformam a estrutura ou ambiente. Esses processos não ocorrem em um ambiente asséptico politicamente, especialmente em sociedades estratificadas. Ou seja, os instintos estão diretamente relacionados aos processos causas e cumulativos, por indicarem os objetivos da ação (Freitas, 2020). Nas palavras de Cavalieri (2013 p. 63):

> [...] a seleção de instituições ocorre mediada por um processo guiado pelo ambiente social que, no bojo do conjunto das instituições existentes, cria mecanismos de coerção social, de valoração das ações, com base naquilo que se encaixa em seu *status quo*.

Portanto, todos os modelos de processos causais e cumulativos que apresentaremos a seguir estão sujeitos a essas condições políticas e sociais.

Se compreendermos a causalidade cumulativa como fundamento estruturante do método que explica a dinâmica institucional, porém, que está em interdependência com o padrão médio da natureza instintiva e os meios materiais da sociedade, compreenderemos que as alterações desses elementos estão imbrincadas, logo, irão compor nosso modelo analítico dinâmico de tal forma que, uma mudança nas instituições através da emergência ou repressão de hábitos, pode alterar a natureza média instintiva da sociedade e o meio material, tal como, as variações da natureza médias instintivas e do meio material, iniciam processos causais e cumulativos inéditos na estrutura institucional (Veblen, 2015; Cavalieri, 2013; Garcia; Conceição, 2020).

Nenhum processo causal e cumulativo, como veremos abaixo, seja ele proveniente da agência individual ou da mudança estrutural pode ser analisado sem sua referência aos instintos e ao meio material – estes conformam a tríade vebleniana, como argumentado anteriormente.

Utilizaremos como norteador o modelo esquemático de Cavalieri (2013 p. 63), que recoloca a importância dos instintos e do meio material (ou ambiente natural) na dinâmica institucional, ao contrário de Hodgson; Knudsen (2010), que os ignoram. Realizamos em três níveis essa reinserção: o viés dos hábitos que constituem as novas variantes e os hábitos a serem suprimidos; determinantes dos critérios políticos e econômicos da seleção; um processo adicional de adaptação entre a nova estrutura institucional proveniente da causalidade cumulativa e os outros dois elementos da tríade vebleniana, as combinações instintivas e o meio material – detalharemos a reinserção adiante.

2.2.4 A Causalidade Cumulativa

Em Veblen (1909 p. 628), argumentando sobre como se deve compreender o crescimento cultural da humanidade, temos uma definição da causalidade cumulativa e a especificação de algumas de suas características.

> O crescimento da cultura é uma sequência cumulativa de habituação, e as formas e meios para isso são a resposta habitual da natureza humana às exigências que variam incontinentemente, cumulativamente, mas com algo de uma sequência consistente nas variações cumulativas que assim vão adiante - incontinentemente , porque cada novo movimento cria uma nova situação que induz uma nova variação adicional na maneira habitual de resposta; cumulativamente, porque cada nova situação é uma variação do que aconteceu antes dela e incorpora como fatores causais tudo o que foi efetuado pelo que aconteceu antes; consistentemente, porque os traços subjacentes da natureza humana (propensões, aptidões) pela força da qual a resposta ocorre, e com base na qual a habituação tem efeito, permanecem substancialmente inalterados.

A economia pode ser entendida como um sistema populacional complexo (Luz, 2009), onde um conjunto de instituições realizam as mais diversas funções setoriais, inclusive, havendo mais de uma para um mesmo fim, como demonstra Polanyi (1994; 2000, 2010) no caso das instituições que integram economicamente os homens e a natureza. Essas instituições emergiram a partir de propensões instintivas e hábitos individuais que passaram por um processo de compartilhamento entre os indivíduos que compõem o sistema. Sendo assim, a estrutura econômica, que corresponde ao conjunto de instituições do sistema e ao meio material, irá selecionar as propensões instintivas e os hábitos individuais derivados de sua objetivação que irão se transformar ou não em instituições.

Fazendo um recorte temporal, setorial e espacial no sistema econômico, teríamos um pluralismo de instituições nas diversas fases processuais apontadas por Veblen ([1901],1919, p. 265). Portanto, origem, crescimento, persistência e variação ocorrem simultaneamente no

sistema econômico em diferentes instituições. Como são cumulativos, os efeitos das diversas causas perturbadoras[38] que ocorrem em paralelo nas instituições do sistema se acumulam por sobreposição ao longo do tempo, dando ao processo mais geral, momentaneamente, uma estrutura circunstancial e efêmera, que não deve ser privilegiada analiticamente em detrimento do todo processual (Foresti, 2004; Luz, 2017). O estudo do processo histórico revela que as perturbações (causa) e seus resultados (efeito) não necessariamente serão sempre os melhores e mais eficientes ou, em outras palavras, rejeita o enquadramento em modelos ideias e ótimos para explicar a sociedade e a economia (Hodgson; Knudsen, 2010; Garcia; Conceição, 2020).

Uma dimensão analítica do processo de causalidade cumulativa relacionada às coerências entre as instituições do sistema é mais valorizada no Institucionalismo de Polanyi. Para esse autor, as relações entre as instituições são sistêmicas, ou seja, guardam uma coerência e interdependência entre si, que é valorizada pela metodologia comparativa que emprega ao analisar sistemas amadurecidos e persistentes de diferentes sociedades.

> Para atingir a coerência múltipla da economia real, o processo simples de interação tem que adquirir um conjunto adicional de propriedades, sem o qual dificilmente se poderia afirmar a existência da economia. Se a subsistência material do homem resultasse de uma mera e fugaz cadeia causal - sem possuir localização definida no tempo ou no espaço (isto é, sem unidade e estabilidade), sem pontos de referência permanentes (isto é, sem estrutura), sem modos de ação definidos em relação ao todo (isto é, sem função) e sem maneiras de ser influenciada pelas metas da sociedade (isto é, sem relevância política), nunca poderia ter atingido a dignidade e a importância da economia humana. As Propriedades de unidade e estabilidade, estrutura e função, história e política combinam-se na economia por meio de sua roupagem institucional (Polanyi, 2012 p. 81).

Porém, essas coerências amadurecidas são desafiadas constantemente pelas variações (inovações) que questionam sua inercialidade[39]. O resultado dessas perturbações, no presente, são relativamente indeterminados e específicos (Foresti, 2004; Hodgson; Knudsen, 2010; Hodgson, 2004). Nesses termos, não há lei universal que prenuncie o resultado do processo causal, e como o sistema irá se desenvolver segundo Darwin (Hodgson; Knudsen, 2010 p. 39 *apud* Darwin, 1859 p. 314).

Dito isso, necessitamos de algum grau de abstração para prosseguir. Se realizarmos um recorte de um determinado conjunto de instituições que conformam uma estrutura setorial (um sistema populacional complexo de instituições com uma função determinada) e considerarmos a inovação nesse sistema, ou seja, a institucionalização de novos hábitos (variação) ou uma

[38] Há um nexo causal na causalidade cumulativa (FORESTI, 2004; HODGSON, 2008).

[39] Segundo Hodgson (2004 p. 354), "as instituições são produtos do processo passado, são adaptadas as circunstâncias passadas e, portanto, nunca estão de acordo com as sequências do presente [...] esse é o fator da inercia social da inercia psicológica, do conservadorismo".

mudança estrutural, temos condições de esboçar o método evolucionário. Por exemplo, essa estrutura pode ser reduzida e corresponder a um conjunto de instituições que realizam a mesma função, logo, é uma estrutura setorial dentro da estrutura maior do sistema econômico, que guardam coerência e se autodeterminam (Metcalfe, 2005; Polanyi, 1994, 2000, 2012; Hodgson, 2002; Hodgson; Knudsen, 2010; Garcia; Conceição, 2020).

Partimos das interdependências amadurecidas nas instituições estruturais setoriais, caracterizando-as como nosso conjunto anterior. Ou seja, o conjunto anterior é de onde iniciamos a análise e o conjunto posterior é o resultado de um processo de causalidade cumulativa específica após a seleção, que se inicia com uma perturbação. Apresentaremos abaixo quatro casos de processos de mudanças institucionais, iniciando em dimensões diferentes (agente ou estrutura), com velocidades diferentes (gradual e não gradual), considerando os dois modelos de seleção (sucessor e/ou subconjunto).

De forma alguma pretendemos exaurir a totalidade dos casos de dinâmica institucional, apenas acreditamos que esses se enquadrem dentre os mais relevantes para o nosso estudo. Os processos de causalidade cumulativa apresentados seguem uma linearidade e um termo final que convêm a explicação lógica, porém, nada assegura em processos reais que estes não tenham retrocessos e contratempos em sua realização; que sejam reprimidos e reiniciados por uma nova perturbação; obviamente, o termo final dos modelos a seguir são efêmeros, pois a regra é o dinamismo.

O que pretendemos aqui é demonstrar um processo de institucionalização de novas estruturas que obtiveram sucesso em recortes específicos (dimensões, velocidades e modelos de seleção), com emergência, crescimento e amadurecimento, o que exige força o suficiente para não serem desestruturadas ao longo do processo pelas constantes perturbações da causalidade cumulativa. Além disso, da emergência das variações, a sua perda de relevância estrutural (extinção), a temporalidade do processo é variável para cada caso específico.

Antes de abordarmos os modelos de causalidade cumulativa, é necessário realizarmos uma diferenciação importante. Neste trabalho, não estamos defendendo ideias que se alinham com o Darwinismo Social, ao contrário, somos críticos a seus argumentos. Ao nos associarmos ao emprego do Darwinismo Generalizado nas ciências sociais, defendemos análises onde os sistemas que se desenvolvem pela causalidade cumulativa são não teleológicos e cegos (Hodgson, 2004 p. 346), e, por isso, comportam uma diversidade de resultados, que não necessariamente são melhores ou mais eficientes:

> A aptidão é necessariamente dependente do contexto [ambiente], e isso significa que nenhum ótimo é fixo ou absoluto [...] o processo não leva necessariamente a resultados ótimos ou quase ótimos, onde apenas os mais aptos sobrevivem [...] Consequentemente, a seleção não leva necessariamente a eficiência geral ou melhoria sistêmica. Como o próprio Darwin explicou, é um processo aleatório (Hodgson; Knudsen, 2010 p. 91).

Em nosso recorte temático, estamos nos esforçando a todo momento para nos afastar da visão dominante de que nos sistemas econômicos o mercado é a instituição mais eficiente, ótima e universal, para onde toda a vida econômica deve desaguar, tendo em vista alguma relevância social e visibilidade empírica. Veja, essa é uma visão teleológica, onde o mercado é a instituição "socialmente desejável" e superior para organizar a vida em sociedade universalmente, o que, de forma normatizadora, nos cega para outras possibilidades de organização da vida econômica, como bem expõem Karl Polanyi. Para Veblen (1896), citado por Hodgson; Knudsen (2010 p. 90):

> [...] apenas injetando um significado teleológico totalmente ilegítimo ao termo "mais apto" (...) que a expressão "sobrevivência do mais apto" significa a sobrevivência dos indivíduos socialmente desejáveis.

Outra maneira de compreender a associação equivocada do Darwinismo, a ideia de que evolução significa progresso e melhoria é abordado por Luz (2013). Nas Ciências Sociais, a resistência ao Darwinismo é influenciada pela generalização da ideia de que os argumentos evolutivos de Herbert Spencer são Darwinianos. Segundo Luz (2013 p. 578):

> Por outro lado, para Spencer (1862, p. 71), evolução seria [...] descrita como progresso e melhoria, que em Spencer acabam por ser sinônimos de "evolução", ideia totalmente distante do conceito de Darwin e que até hoje habita as mentes menos avisadas [dos cientistas sociais].

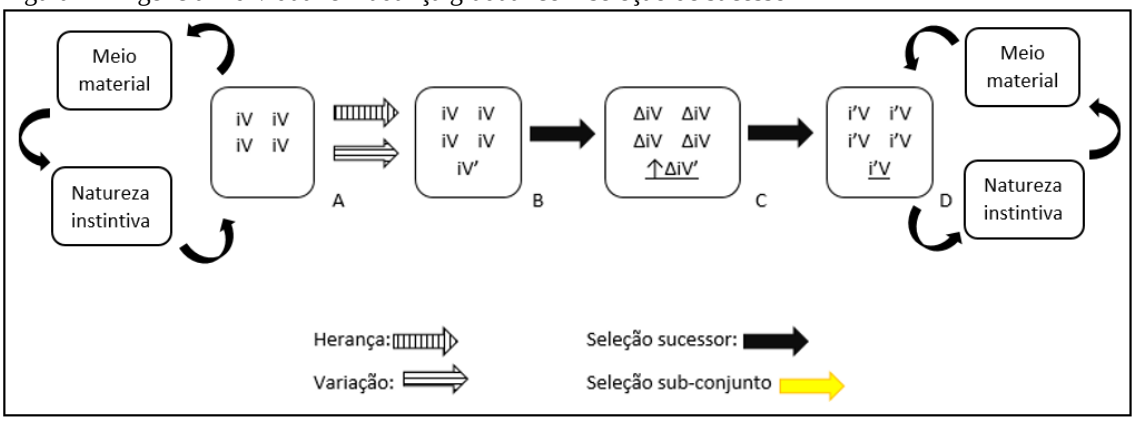
Assim, em termos da economia evolucionária defendida por Veblen, onde as instituições são as unidades selecionadas, a aptidão em um determinado tempo e espaço, das inúmeras variantes institucionais existentes, se reporta a um ambiente (estrutura) específico, que evidentemente, pelo processo de causalidade cumulativa é incessantemente dinâmico, portanto, como visto nas citações acima, o próprio ambiente que realiza a seleção das instituições se transforma constantemente, mudando também as aptidões privilegiadas. Uma instituição em um determinado ambiente pode ter sua aptidão comprovada pela seleção, contudo, mudando esse ambiente, outras características podem ser beneficiadas e a instituição pode declinar, visto que, os critérios de seleção e as qualidades que se adaptam também se alteram. Isso não significa uma piora ou uma melhora, apenas que a instituição específica não encontra respaldo no

ambiente para se perpetuar. A partir desse processo que é cego, não há como haver aptidões ótimas que são fixas e absolutas, quer dizer, que independente do contexto, são superiores as outras – o que é o fundamento por trás de sistemas teóricos que argumentam por modelos ideias. Definitivamente, não é disso que se trata nossa abordagem dos sistemas econômicos.

a.1. Processo de causalidade cumulativa com origem na agência individual e mudança gradual.

Considerando a Figura 1, o conjunto "A" representa nosso conjunto anterior e o conjunto "D" o nosso posterior (Hodgson; Knudsen, 2010). No conjunto "A" temos quatro variações institucionais (V) que executam a mesma função no sistema econômico. Essas instituições têm interdependências (i) entre si e com os indivíduos. Momentaneamente, temos um amadurecimento das interdependências (i) estabelecidas entre os indivíduos e as respectivas variações institucionais (V) pelas quais eles interagem.

Figura 1 – Agência individual e mudança gradual com seleção de sucessor



Fonte: Autor, 2023.

Esse amadurecimento do conjunto "A" significa que as interdependências (i) criadas alcançaram uma representatividade (proporção de uso de uma instituição em relação a população de indivíduos), em que as mudanças são menores e incrementais, porém, suficiente para deslocarem permanentemente o sistema sem reprimir a unidade e estabilidade (Veblen, 1909; Foresti, 2004). Isso não significa equilíbrio, apenas que as interdependências estabelecidas no conjunto amadureceram e persistem no tempo, relativamente, frente ao constante fluxo de perturbações institucionais que reiniciam a causalidade cumulativa no sistema econômico, dito de outra forma, o que era posterior, torna-se anterior continuamente, e a persistência das instituições significa a capacidade de manter representatividade na estrutura ao longo do tempo.

Essa diversidade de instituições, ou seja, a diversidade de hábitos convencionalizados é reproduzida no tempo e no espaço, principalmente através de cópias imperfeitas dos

replicadores (pela imitação entre os indivíduos), ou por combinar os replicadores dos interatores (variações existentes) produzindo variações novas (V'), ou inovações que serão selecionadas pela estrutura (Hodgson; Knudsen, 2010). Essas variações são hábitos determinados pelas propensões instintivas em contato com a estrutura institucional e o meio material. Iniciaremos pela seleção de sucessor, logo, partimos da variação proveniente de um novo hábito, pois "[...] *A geração de novidades é parte integrante desse processo*" (Hodgson; Knudsen, 2010 p.99).

A causa perturbadora se origina da agência do indivíduo. Portanto, o comportamento do indivíduo que se liberta suficientemente do hábito compartilhado (instituições), sendo a fonte da variação (Hodgson, 2004 p. 350). Obtendo sucesso na seleção, o indivíduo e sua agência transformam a estrutura e, ao mesmo tempo, é transformado por ela ao longo do processo, pois o próprio comportamento sofre adaptações baseadas no *feedback* estrutural, com os instintos oferecendo certa rigidez ao indivíduo (Veblen, 1909; Foresti, 2004; Freitas, 2020). Em uma perspectiva evolucionária, a história das instituições se conecta às diversas variações novas (V') que transformam incessantemente o conjunto anterior em posterior, alterando significativamente as instituições originais e sua representatividade, ao ponto de marginalizá-las, na estrutura ou ocasionar a sua extinção por desuso – apesar do desencadeamento da mudança institucional não se limitar apenas às variações novas, como será demonstrado adiante (Hodgson; Knudsen, 2010 p. 95 e p.100-101).

Conforme argumentamos anteriormente, o agente não está no vácuo institucional, material e psicológico. Seu comportamento depende da combinação entre instintos, instituição e meio material, que é específico dos sistemas culturais, no tempo e no espaço (Veblen, 2015; Cavalieri, 2013). Então, são dois processos a serem investigados: o primeiro, se refere à mudança institucional, explicada pela causalidade cumulativa; o segundo é repercussão na tríade vebleniana (instinto-hábito/instituição-meio material) da estrutura institucional alterada. Portanto, hábitos inovadores e as soluções que eles propõem dependem da estrutura institucional, dos objetivos determinados pela natureza média instintiva e pela circunstância material dos sistemas culturais em questão. Se os instintos tendem para combinações predatórias e encontram no meio material e institucional condições de exercê-las, esses hábitos inovadores reforçarão essa tendência, com uma margem de liberdade dentro desses parâmetros[40] (Veblen, 1899; [1899]1983).

[40] Veblen (1899) demonstra como as mudanças ocorridas no crescimento cultural humano (mudanças nos elementos da tríade vebleniana) fizeram com que o trabalho útil, um instinto, fosse estigmatizado por um hábito predatório, a aversão ao trabalho útil. Contudo, isso não representa uma prisão incontornável para a estrutura dentro de paradigma de desenvolvimento. Primeiro, o indivíduo tem intencionalidade e pode direcioná-la à mudança do *status-quo*. Segundo, o sistema é complexo e a emergência das variações tem um resultado

Considerando essa tríade vebleniana, quanto maior a diversidade institucional no conjunto anterior, maior será a base e a possibilidade da ocorrência de variações. Então, a replicação dos hábitos no conjunto "A" resulta em uma cópia imperfeita ou recombinação que acrescenta um novo hábito no conjunto "B", descrito como V', nossa nova variante. Cada "V" do conjunto anterior tinha um parâmetro de representatividade (i) amadurecido. Essa replicação imperfeita pode ser proposital[41] ou não. De qualquer forma, temos um aumento da variedade no conjunto a partir da origem de uma nova variante, que perturba a ordem das interdependências existentes.

Um processo de causalidade cumulativa específico tem início a partir dessa variação (V'), ou seja, sendo ela a causa perturbadora do processo sequencial que rearranja as interdependências entre os indivíduos, hábito perturbador e instituições persistentes. De uma interação circunscrita a alguns indivíduos, o novo hábito pode angariar mais adeptos (ou não[42]) – através da imitação (replicação ou herança) – entrando em um processo de crescimento.

Portanto, a agência individual faz emergir um novo hábito na estrutura institucional, onde novamente, a tríade instinto-instituições-meio material ganha relevância a determinar os critérios econômicos e políticos que possibilitam (ou não) o crescimento dessas variações e sua persistência. Mais uma vez, a seleção não é asséptica politicamente, há relações de poder no interior das sociedades que estabelecem o que deve ou não ser convencionalizado, baseado em princípios de conduta normalizados (Cavalieri, 2013). Como vimos, a classe ociosa representa o elemento conservador da dinâmica institucional, sempre agindo na direção de reforçar e não negar o *status quo*, o que significa manutenção da ocupação em atividades honoríficas e expropriação do excedente de uma classe subalterna para garantir seus meios de reprodução (Veblen, [1899]1983; Conceição, 2020).

Uma vez relativamente condizente com os critérios políticos e econômicos, V' cresce e vai estabelecendo novas relações de interdependência com os indivíduos que utilizavam as variações institucionais herdadas (V) do conjunto anterior e também com essas instituições, o

relativamente indeterminado. Porém, a tendência é que a estrutura e o indivíduo interajam e promovam o *status-quo* (Hodgson, 2004 p. 350).

[41] Nos referimos, por exemplo, à práxis instituinte de Dardot e Laval (2017). Alimentar a estrutura com diversidade propositalmente e com designe consciente, destacando a intencionalidade do agente, não contraria, ao nosso ver, a característica não-teleológica do sistema vebleniano (Hodgson, 2004). Há consciência de que tais variedades podem não ter sucesso ou ter seus resultados diametralmente alterados pelo processo de causalidade cumulativa cega.

[42] O não crescimento do hábito, caso em que a variação V' não obtenha sucesso em estabelecer relações em escala suficiente de representatividade frente as variações herdadas, resultará em reduzida adesão ou descontinuação como unidade de variação – observamos isso no esquema de Cavalieri (2013). Porém, não há respaldo bibliográfico para afirmar que ela não deixará resquícios nos indivíduos com quais interagiu, podendo servir de aprendizado, em especial, nos casos de variações intencionais.

que provoca um rearranjo das interdependências – no sentido da importância que ocupa no circuito de integração que envolve todas as instituições, formando uma arranjo baseado em combinação das variantes. Nesse sentido, os parâmetros "i" entram em mudança (Δ). Esse crescimento indica, a *priori*, relativo sucesso na seleção realizada pela estrutura, representado pelo conjunto C.

O desenvolvimento de uma nova ordem de interdependências (Δi) depende da capacidade de crescimento de V' no conjunto que determina a profundidade das mudanças ocasionadas pela causalidade cumulativa. Essas causas perturbadoras, devem ser explicadas com seus respectivos efeitos, que, por sua vez, podem ser entendidos como desdobramentos que se acumulam e se prolongam no tempo, mesmo cessado o instante inicial da perturbação. Quanto maior o crescimento de V', maiores são os efeitos (nova ordem de interdependências) que se acumulam e resultam em mudanças estruturais do sistema.

O processo causal iniciado pela perturbação continua a se expandir, porém, em ritmo menor de crescimento (incremental), ganha a escala e a representatividade que determina sua posição no processo mais geral da estrutura, passando a ser assimilada, logo, V' é instituída e ganha persistência. Somente nesse nível processual podemos afirmar que V' obteve sucesso na seleção passando de hábito à instituição, por ter sido convencionalizada. Esse sucesso, devemos ponderar, se refere à estrutura circunstancial, que, como afirmamos, é efêmera (Veblen, 2015). Nesse ponto, temos um conjunto amadurecido quanto as variações e as interdependências. A persistência é representada pelo conjunto "D", com parâmetro i', em relativa condição inercial. Temos como resultado um conjunto mais diverso, com a representatividade redistribuída entre as variações.

Porém, não resultam em descontinuidade absoluta, pois a herança das características do conjunto anterior permanecem. Como perturbação, V' não consegue excluir por completo a inércia do que foi alterado, nem no sistema e nem em suas características específicas, já que se origina de uma cópia imperfeita ou recombinação das variantes V, logo, herda seus elementos, imputando uma condição aleatória limitada[43] pela coerência com a herança do passado, como uma dependência da trajetória (Veblen, 2015).

Uma vez que o hábito ganhe representatividade e se institucionalize, promoverá uma estrutura institucional relativamente nova, que repercutirá naquela coerência amadurecida com a natureza média dos instintos e meio material do sistema cultural antes da mudança (na verdade, isso ocorre ao longo do processo de mudança estrutural, porém, para fins de exposição,

[43]Não estamos refutando a não-teleologia da causalidade cumulativa com essa afirmativa, apenas ponderando que os inúmeros resultados ainda possíveis e indeterminados devem guardar coerência com a herança do passado.

estamos enfatizando o seu potencial transformador na tríade, quando a nova variação se torna estruturalmente relevante), que apesar de tê-lo determinado, não implica que haverá perfeita coerência, exigindo novos processos adaptativos no interior da tríade, pois como enunciado, o processo de causalidade cumulativa é cego (não-teleológico), apesar de dependente do passado. Assim, temos de um lado o processo causal e cumulativo referente as instituições, e de outro lado, o processo de adaptação dessa estrutura relativamente alterada pela causalidade cumulativa aos seus elementos psicológicos e materiais. Podendo, este último processo, acomodar a estrutura, reiniciar o processo de causalidade cumulativa nas instituições (quando resiste) ou alterar fundamentalmente as combinações instintivas e o meio material (quando é transformada).

Pela dinâmica dos processos causais e cumulativos das instituições, e pelo processo adaptativo da tríade vebleniana, a incerteza continua e é contundente, pois, primeiro, quando no conjunto "B" a variação emerge, não há como saber se ela irá entrar em processo de crescimento ou se a estrutura a excluirá (Cavalieri, 2013). Segundo, não há como predeterminar o grau de profundidade das mudanças ocasionadas por V' através do processo causal e cumulativo (Foresti, 2004), pois as mudanças concretizadas em i' das variantes do conjunto D podem ser grandes (tornando-se a instituição dominante) ou pequenas (ganhando escala e representatividade mínimas apenas para se reproduzir), o que explica também se mudará relativamente a estrutura[44] - reafirmado que o processo é não-teleológico e dinâmico, pois as mudanças são ininterruptas e envolvem instituições que de meios se transformaram em fins pelo mecanismo de habituação (Veblen, 2015).

Além do setor analisado, a instituição convencionalizada e as novas representatividades do conjunto podem interferir em outros conjuntos institucionais setoriais ainda mais relevantes para a vida em sociedade – como as instituições que promovem organização social – com quais estabeleça interdependência, visto que, estamos nos referindo a um sistema, ampliando ainda mais a incerteza. Por fim, sua repercussão na tríade pode representar acomodação, resistência ou transformação na combinação instintiva e no meio material, o que caracterizará a dinâmica do sistema cultural em última instância.

a.2. Causalidade cumulativa com origens estruturais

Porém, nem sempre sistemas que se reproduzem a partir da causalidade cumulativa resultam em aumento da diversidade. A seguir, apresentaremos a seleção de subconjunto, analisada por meio de rupturas estruturais que levam a decaimento de variantes, o que resulta

[44] Como essas relações de interdependência estabelecidas antes e após a causa perturbadora são mapeáveis apenas precariamente, visto a diversidade desafiadora de sistematização, no presente, não há como determinar o resultado.

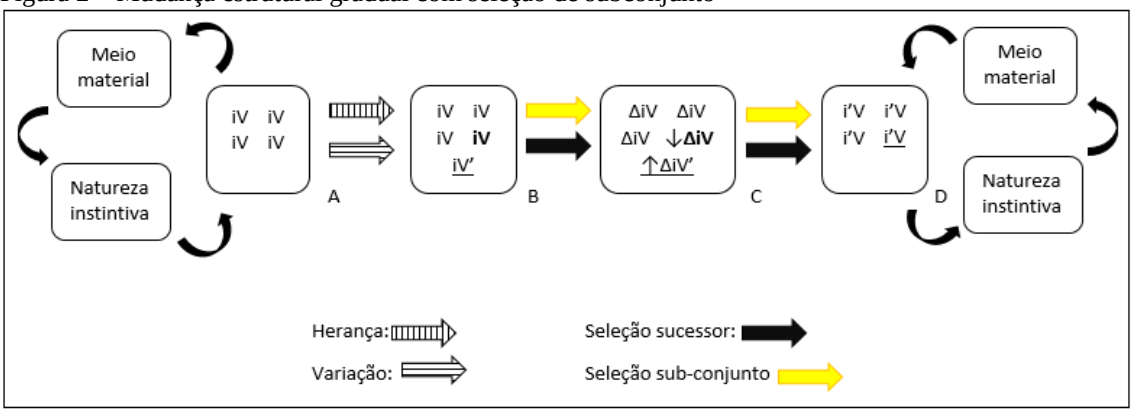
em um sistema mais pobre em termos de diversidade. Alguns casos de seleção de subconjunto podem ser combinados a de sucessor, reduzindo a perda de diversidade da estrutura institucional (Hodgson; Knudsen, 2010 p. 100). Apresentamos três, sendo um proveniente de Hodgson; Knudsen (2010), complementando o modelo a.1, e os outros dois são extensões propostas por nós.

a.2.1. Processos de causalidade cumulativa com origens estruturais provenientes de mudanças graduais

Considere a Figura 1. Com a persistência da variação V' e rearranjo das interdependências, as estrutura composta pelo conjunto posterior de instituições foi alterada. O indivíduo transforma e é transformado pela estrutura ao longo do processo (Veblen, 1909; Foresti, 2004). Assim, temos que os critérios de seleção se alteram com a mudança estrutural, ou seja, as qualidades adaptáveis também sofrem mudança.

Nesse caso, podemos separar os indivíduos que promoveram ou se adaptaram ao novo hábito determinado pela agência individual, daqueles indivíduos (ou organizações) que não estavam envolvidos na agência, que resistiram ou não se adaptaram. Para esses últimos, quando ocorre a persistência da V', e caso ela promova um rearranjo profundo nas interdependências (i para i'), temos a estrutura econômica alterada, sendo assim, as exigências do meio econômico e social para seleção se alteram. A mudança estrutural gradual apresentada nesse tópico é a outra face da causalidade cumulativa baseada na agência individual (a.1), quer dizer, a face dos que não se adaptam, como negócios e formas de reprodução comunitárias que entram em declínio ocasionados pelas mudanças estruturais.

Figura 2 – Mudança estrutural gradual com seleção de subconjunto



Fonte: Autor, 2023.

Se tomarmos o conjunto "A" da Figura 2, como conjunto anterior, supondo que a variante institucionalizada no esquema a.1 causou uma variação expressiva em "i", logo, foi responsável por uma grande variação na representatividade das outras variantes, reduzindo-as e as

ameaçando de exclusão. Iremos agora abordar o processo pela perspectiva da variante que perdeu relevância institucional nesse processo. O conjunto "B" indicaria o decrescimento ainda maior de uma das variantes, em detrimento do crescimento da nova variante. Isso promove um rearranjo das interdependências entre indivíduos e instituições, com "i" entrando em variação (Δi). No conjunto C, temos **ΔiV** decrescendo, visto sua inadequação com o meio. Em simultâneo, ΔiV' vai majoritariamente ocupando as funções desempenhadas pela variante em decrescimento. Por fim, temos o conjunto posterior "D", onde a variante que entrou em decrescimento perde persistência e é extinta do meio. Portanto, tal como o caso anterior apresentado, temos uma redução da diversidade.

Nesse caso, a repercussão do viés da tríade vebleniana na emergência do hábito, os critérios político e econômico que determinam a seleção dele e o ajuste interno da tríade – entre estrutura institucional, natureza média dos instintos e meio material – afloram mais ainda as relações assimétricas de poder, pois os avaliamos pela perspectiva dos que foram marginalizados e afetados negativamente pela mudança gradual das instituições.

a.2.2 Extinção de uma variante com a ruptura estrutural não-gradual

Conforme a Figura 3, iniciamos a análise com o conjunto anterior A', porém, não haverá variação no conjunto B'. Ao invés disso, ocorre uma ruptura não-gradual da estrutura econômica e social como o ocasionado por crises econômicas, sanitárias e ambientais, como por mudanças políticas abruptas[45]. Há uma mudança estrutural profunda e não uma variação dos interatores (indivíduos, organizações, e outras) e seus replicadores (hábitos, rotinas e outras). Essa mudança resulta em um ambiente social e econômico diferente, que altera os fundamentos em que as interdependências são estabelecidas (Conceição; Agne, 2008). Na nota 7, Hodgson e Knudsen (2010 p.101) afirmam que:

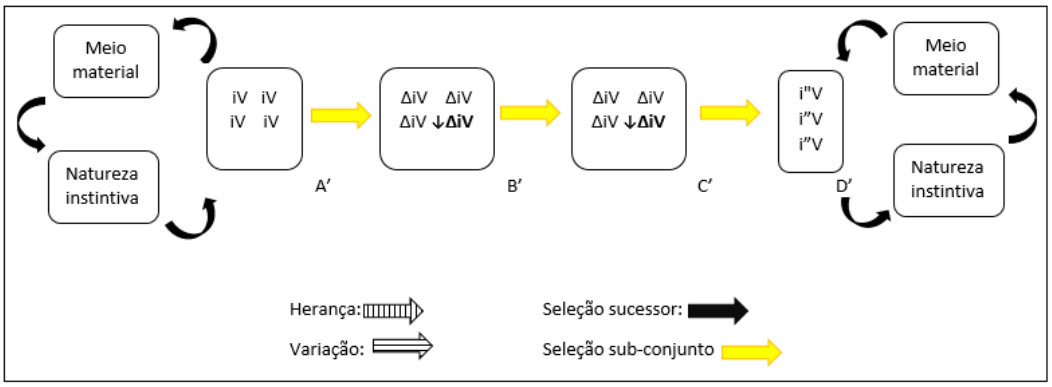
> [...] mudanças ambientais também podem alterar diretamente os replicadores (por exemplo, hábitos modificados por ajustes institucionais ou radioatividade causando mutações genéticas). Mas estas não são as fontes mais importantes de variação.

Propomos uma flexibilização dessa afirmação, pois crises econômicas, políticas, ambientais e sanitárias provocam mudanças estruturais relevantes na sociedade humana, e especialmente, na Amazônia Colonial, que foi fonte constante de perturbações institucionais. A pandemia da Covid-19 nos mostrou isso. Formas não dominantes de prover a materialidade

[45]Isso não exime o pesquisador evolucionário de expor os processos específicos que levaram a essas mudanças estruturais, especialmente as relacionadas às crises e rupturas econômicas e políticas, que devem ser apresentadas em detalhes. A mudança é a essência dos modelos evolucionários.

da subsistência humana foram acionadas onde o mercado, por depender do auto interesse e do lucro, não poderia funcionar. Em poucas semanas, a estrutura impediu o funcionamento normal dos mercados, restringindo as formas de integração possíveis para assegurar a subsistência.

Figura 3 – Rupturas estruturais com mudança não-gradual e seleção de subconjunto



Fonte: Autor, 2023.

Usando esse caso empírico de nossa atualidade, as interdependências que antes asseguravam uma funcionalidade nas variações, são restringidas e impossibilitadas de realizar suas funções. O processo de causalidade cumulativa tem uma causa perturbadora baseada no vácuo deixado abruptamente pela variação que não conseguiu se adaptar à mudança estrutural. O ponto inicial da causalidade cumulativa específica desse fenômeno é então a sua ausência abrupta e não a adição de uma variação.

A ruptura estrutural (meio social e econômico) reduz drasticamente os adeptos e depois a extingue ou limita severamente o seu uso. Nosso conjunto B' representa os parâmetros "i" anteriores à ruptura, com o parâmetro **iΔ** com forte oscilação negativa na **V** em processo de extinção. Na seleção de sucessor, pautadas em mudanças individuais, as interdependências entre indivíduos não ficam desprovidas de instituições que lhe dão organização, é uma transição gradual das outras V para V', em caso de sucesso na seleção. Na seleção de subconjunto com causas estruturais, uma das instituições que organizam as interdependências é subitamente descontinuada, deixando os indivíduos relativamente sem respaldo institucional.

Essas mudanças estruturais abruptas podem ser provenientes do meio material, como ocorre com crises sanitárias e ambientais, da mesma maneira, podem ser institucionais, como em medidas políticas e econômicas que promovem forte descontinuidade, que repercutirão na coerência da tríade vebleniana. Esses são os gatilhos da ruptura. No caso das institucionais, há um teor fortemente político que pode incidir sobre as escolhas das alternativas políticas e econômicas realizadas pelos governantes, com grupos sociais que serão privilegiados ou desprivilegiados, o que resultará em conflito pelo poder político e econômico, relativo, dentro das classes superiores, e por menor desigualdade entre dominantes e dominados. Como afirma

Dugger (1996 p. 33), "A mudança dinâmica dá origem a novos conflitos entre aqueles que se beneficiam do antigo *status quo* e aqueles que têm a ganhar com a mudança. A mudança dinâmica abre novas lutas entre os oprimidos e os dominantes[46]". Há, nesse caso, uma forte manifestação das combinações instintivas, quanto mais propensas a dominância predatória ou parental, mais e menos desigualdade resultarão das escolhas política e econômica.

Dada a ruptura, há uma corrida às variantes existentes no conjunto, promovendo um rearranjo nas interdependências a partir da simplificação da estrutura, ou seja, há um decrescimento súbito das interdependências da variação que não se adapta – o que pode ser proposital politicamente – a mudança do meio social e econômico, enquanto que, simultaneamente, ocorre o crescimento das variações que dispõem de hábitos que proporcionam a adaptação, como demonstrado no conjunto B', onde **ΔiV** representa um forte decrescimento. Os efeitos da causalidade cumulativa reforçam as variantes adaptadas e a importância da diversidade institucional – apesar de resultar em redução nesse tipo de seleção.

Quanto às mudanças estruturais políticas e econômicas, o privilégio para certas variantes é o objetivo da mudança estrutural, o que sabemos que nem sempre é possível de previsão a longo prazo, como afirma Cavalieri (2013), pois o processo causal e cumulativo é cego, ou seja, não teleológico. No caso de mudanças no meio material, como os de catástrofes naturais e epidemiológicas, a tríade vebleniana mais uma vez se manifestará, agora, privilegiando e mitigando as variantes, de acordo com o *status quo* estabelecido, ou seja, haverá uma condução da sociedade para as variantes mais convenientes para as classes mais abastardas e poderosas, o que permite a cegueira da causalidade cumulativa.

Assim sendo, estabelecida as variantes privilegiadas pela tríade, o crescimento das variações selecionadas do conjunto anterior ocorrerá à medida que elas vão estabelecendo novas interdependência entre si e com os indivíduos, que nesse ponto, abdicam mais lentamente a variante em extinção, como no conjunto C', representado por **ΔiV**. Quando as interdependências (i") amadurecem, a persistência se manifestará conformando um conjunto posterior mais simples, como o exposto no conjunto D', sem uma das variações do conjunto anterior, agora reprimida.

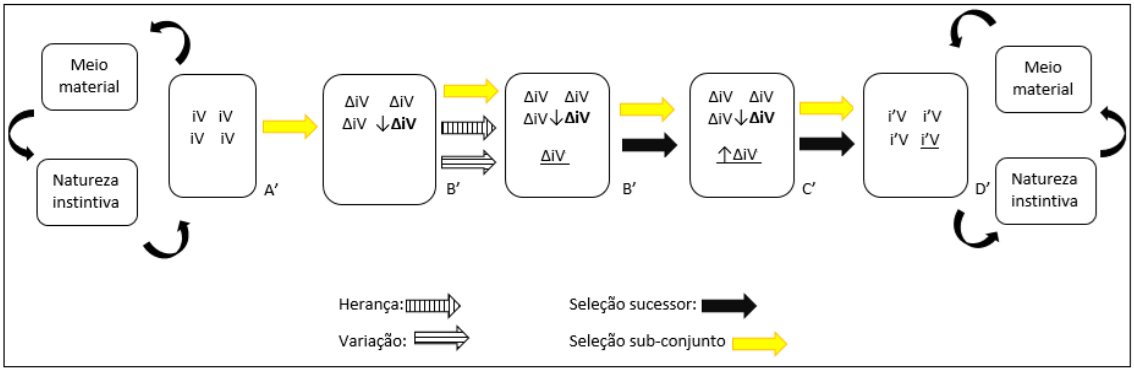
a.2.3 Surgimento de uma nova variante desencadeada pela mudança estrutural não-gradual

Acrescentamos mais um processo causal e cumulativo, que pode ser simultâneo ou independente da extinção. Isso dependerá se a estrutura institucional apresentará uma

[46] Tradução nossa.

instituição que consiga minimamente compensar a ausência da instituição suprimida. Caso contrário, ocorre uma adaptação dos hábitos, criando novas variações em respostas às mudanças abruptas. O tempo necessário para o desenrolar da causalidade cumulativa e o efeito da extinção na seleção de subconjunto é também suficiente para a criação de novos hábitos em resposta à mudança estrutural. Temos como exemplo o pagamento pelo governo brasileiro do auxílio emergencial substituindo ou complementando os recursos provenientes das ocupações não designadas como "serviços essenciais" impactadas pelo pandemia do Covid-19, em especial, o setor informal da economia.

Figura 4 – Ruptura estrutural não-gradual com seleção de sucessor e/ou seleção de subconjunto



Fonte: Autor, 2023.

Na Figura 4 temos a representação desse processo. Partindo do conjunto anterior A', inicia-se quase que simultaneamente a seleção de sub-conjunto e de sucessor em B'. Temos que **ΔiV** entra em forte colapso, como vimos no tópico anterior a.2.2. Nesse caso, as variações estabelecidas não conseguem compensar e suprir o decaimento de **ΔiV**, como no caso das pessoas ocupadas no setor informal que perdem seus meios de assegurar a subsistência durante a pandemia e não encontram outra forma de sustento. Dessa ruptura radical, surge uma necessidade urgente de auxiliar esses trabalhadores. O Estado apresenta uma solução, a variante ΔiV – há um acúmulo de hábitos que podem ter subsidiado essa solução com base nas soluções anteriores de transferências governamentais de renda. Essa variante substitui em proporção relevante as demandas por ΔiV, e cresce tão abruptamente quanto a queda da variante que substitui. Em C', as variações abruptas das interdependências de todas as variantes iniciam um processo de arrefecimento.

Por fim, em D', temos o conjunto posterior amadurecido momentaneamente. Obviamente, esse processo e o descrito no tópico anterior têm uma temporalidade específica e limitada, do mesmo modo que as condições de representatividade. Nesse exemplo, como no anterior, para além da temporalidade da Covid, nem a variante **ΔiV** se extinguiu, visto que, com o abrandamento das restrições sanitárias, essas atividades voltaram, e nem a variante ΔiV será

mantida infinitamente, visto que, à *priori*, a lei estabelece limites a continuidade do pagamento. Finalmente, reforçamos que o viés ocasionado pela tríade vebleniana ao novo hábito, os critérios político e econômico da seleção e o processo adicional de adaptação estão presentes nesse modelo, similar ao descrito em a.1.

Então, podemos concluir que existem mudanças explicadas pela causalidade cumulativa que têm sua origem na agência individual e na mudança estrutural. A individual (a.1) é gradualista, empreendida com base na seleção de sucessor e herança. Quanto à mudança estrutural, pode ser proveniente de mudanças graduais (a.2.1), ou rupturas não graduais (a.2.2 e a.2.3), com esta última podendo ocorrer a seleção de subconjunto e de sucessor simultaneamente – além disso, o processo estrutural gradual pode ser a outra face do processo da agência individual. O processo causal, iniciado pela agência individual resulta em um processo evolucionário com mais diversidade no conjunto posterior, enquanto que a estrutural com ruptura nos proporciona um conjunto posterior mais pobre e/ou alterado (caso ocorra simultaneidade).

Os modelos foram inspirados nos enunciados sobre variação, herança, seleção de sucessor e de subconjunto exemplificados por Hodgson e Knudsen (2010), aos quais adicionamos, primeiro, as mudanças provenientes da estrutura, e segundo, o processo de habituação expresso na origem, crescimento e persistência das instituições, e destacadamente, promovemos a reinserção das relações políticas, incorporando aos modelos a influência da tríade vebleniana, em especial, os instintos.

Utilizamos os princípios darwinianos (variação, herança e seleção) como mecanismos que explicam a transição pelas etapas do processo evolucionário de Veblen (origem, crescimento e persistência), sujeitos ao nexo causal, sequencial, cumulativo, contínuo e não teleológico da causalidade cumulativa, aplicadas a um SPC (Veblen, 1909; Foresti, 2004). Com isso, buscamos explicitar os mecanismos e etapas que operam no interior da causalidade cumulativa e de sua lógica, como também, relacionamos esse processo específico da estrutura institucional com a natureza média instintiva e os meios materiais, afim de compreender com mais rigor o método evolucionário e sua explicação do crescimento do sistema cultural das sociedades. Com a empiria histórica, poderemos especificar com maior profundidade os princípios darwinianos, que nesse tópico, foram restritos pela necessidade da construção abstrata e mais genérica.

2.3 Instituições econômicas integradoras e financeiras na obra de polanyi

Uma das maiores contribuições teóricas de Karl Polanyi[47] (1886 - 1964) é analisar a economia como uma realidade institucionalmente heterogênea. Grosso modo, a visão polanyiana compreende que o mercado (troca mercantil) não é a única instituição que promove integração da vida econômica, pois compartilha (combina) essa tarefa com outras instituições que promovem *formas de integração econômica* (FIEs) alternativas, que ele identifica como simetria (reciprocidade), centralidade (redistribuição) e autarquia (domesticidade). A existência persistente dos meios de reprodução da sociedade é garantida pelo movimento dos meios de subsistência mantidos em integração (logo, a salvo da fragmentação e instabilidade) pelas FIEs. Por hora, basta dizer que o mercado e a troca mercantil privilegiam comportamentos auto interessados e individualistas, o que está na contramão das outras instituições e FIEs, cujas motivações hegemônicas não são centradas no indivíduo, mas nos grupos sociais. Nos tempos modernos (pós-revolução industrial), o mercado se tornou, como resultado de eventos específicos e conflituosos, a instituição integrativa dominante. Polanyi argumenta, com base na discussão de evidências históricas e antropológicas, que no passado, outras instituições exerceram essa dominância no sistema econômico – com destaque para a simetria baseada no parentesco e a centralidade baseada no Estado (Polanyi, 2012).

Esses sistemas econômicos foram analisados no bojo das sociedades primitivas (sociedade das ilhas Trobriand, Nova Guiné; Grécia), arcaicas (Grécia, Babilônia, Roma, e outros), feudais (Europa Ocidental, África e outros), do capitalismo oitocentista e do capitalismo do século XX (Polanyi, 1994; 2000; 2012). Em um nível de abstração mais geral, Polanyi destaca que a economia e a estrutura em que aquela se baseava tinham especificidades temporais e espaciais irredutíveis (Polanyi, 1994; 2000; 2012). As funções econômicas nas sociedades pré-modernas eram realizadas por instituições com motivações sociais que permeavam e dominavam a estrutura social. Não havia, nessa estrutura, instituições econômicas autônomas e autorreguladas, motivadas pelo auto interesse de cunho individual (Polanyi, 2012). Como afirma Polanyi (1994; 2000), a reprodução social era uma questão coletiva e não individual.

Com a ruptura demarcada pela revolução industrial, a estrutura social tem deslocado as instituições com motivações sociais de suas funções econômicas sendo substituída por

[47]Karl Polanyi, cientista social húngaro, fez contribuições múltiplas como historiador da economia, antropólogo econômico, sociólogo e economista político, se opôs ao pensamento econômico convencional, e fundou uma perspectiva institucionalista singular.

instituições especificamente econômicas e autônomas, mudando a estrutura de organização da sociedade. Agora, "em vez de a economia estar enraizada nas relações sociais, as relações sociais estão enraizadas no sistema econômico" (Cangiani, 2012 p.14). Nessa estrutura social, destaca-se a dominância do "*Grande Mercado*" ou do "*Sistema de Mercado*", uma instituição que surge a partir dos elementos de mercado que evoluíram desde a antiguidade e ganharam relevância na Europa Ocidental. Pela primeira vez ao longo do desenvolvimento cultural da humanidade, temos terra, trabalho e dinheiro como mercadorias fictícias (Polanyi, 2012).

O conceito de instituições, portanto, tem um papel preponderante para entendermos a especificidade espacial e temporal do sistema econômico no curso da evolução das diferentes sociedades humanas. Conforme a análise de autores como Maucourant (1995), Cangiani (2011) e Neale (1990), há uma forte convergência entre o institucionalismo de Polanyi (1994; 2000; 2012) e os institucionalistas originais como Veblen.

2.3.1 Formas de integração econômica, instituições de apoio e economia substantiva

A análise institucional polanyiana emprega dois conceitos importantes: "*forma de integração econômica*" e as suas "*instituições de apoio*". O sistema econômico é explicado como uma "forma de organização social da economia", ou de formas que promovem a integração dos indivíduos na economia. A partir de análise histórica, Polanyi mostra que as formas de organizar ou de integrar a economia são variadas. Cada FIE reivindica uma estrutura institucional específica para operar, de modo que, se existe predomínio de alguma FIE, não é razoável falar em homogeneidade. Em uma sociedade predominantemente redistributiva como a Ateniense, a redistribuição e troca mercantil, assim como, Estado democrático e mercado local, se combinam e se articulam para organizar a subsistência do homem (Polanyi, 1994).

Polanyi (1994; 2000; 2012) nos apresenta quatro formas de integração econômica (reciprocidade, redistribuição, domesticidade e trocas mercantis) e suas respectivas instituições de apoio (simétricas, centralizadoras, autárquicas e mercado)[48], formando pares teóricos. Esses pares se combinam em um processo causal e cumulativo para determinar a estrutura institucional organizadora da economia. A reciprocidade é definida como "[...] o movimento de bens e serviços ou a maneira de dispor deles entre pontos correspondentes de um agrupamento simétrico" (Polanyi, 2012 p. 83). As instituições simétricas são caracterizadas por relações mais

[48] Vamos contrapor na maior parte do texto a redistribuição ao mercado, quando deveríamos utilizar as trocas mercantis, pois está à FIE, enquanto que o mercado à instituição. Fizemos isso propositalmente, para marcar a distinção em relação ao mercado.

igualitárias. Sendo assim, como a sociedade se organiza politicamente em formas mais simétricas, o movimento dos meios matérias se dá através de reciprocidade, como os presentes. Em Polanyi (1994; 2012), por exemplo, o parentesco nas sociedades tribais das ilhas Trobriand representa a instituição que proporciona simetria.

A redistribuição "[...] representa um movimento para um centro e, depois, para fora dele, quer os objetos sejam fisicamente deslocados, quer se altere apenas a maneira de dispor deles (POLANYI, 2012 p. 83). As instituições centralizadoras, ao contrário das simétricas, impõem uma relação vertical, onde há relações de poder hierárquicas bem demarcadas. Assim, um órgão centralizador (o Estado), recolhe os meios materiais de subsistência da sociedade em geral, através de tributos, por exemplo, para depois redistribuir para a sua burocracia como pagamento, considerando nessa distribuição os privilégios da classe dominante. Um exemplo de instituição centralizadora é o Estado Arcaico (POLANYI, 2012).

A domesticidade "[...] consiste na produção para o uso próprio" (Polanyi, 2000 p. 73). As instituições autárquicas, como a família camponesa (Polanyi, 1994), estão relacionadas à possibilidade de decidir, de forma autônoma, como realizar distribuição de bens e serviços para seus membros. Por fim, a troca mercantil ou permuta "[...] é o comportamento de pessoas que trocam bens para obter o máximo proveito (Polanyi, 2012 p. 91). A instituição de respaldo é o mercado – como elementos isolados ou como sistema –, onde:

> [...] a produção e a distribuição de bens materiais são efetuadas por meio de um sistema autorregulador [...], regido por leis próprias – as chamadas leis da oferta e da procura – e motivado, em última instância, por dois incentivos simples: o medo da fome e a esperança do lucro (Polanyi, 2012 p. 95).

Neste ponto, é necessário ampliar o debate sobre o mercado em Polanyi. Em sua obra, há uma preocupação latente em mostrar que o mercado não é um arranjo institucional universalmente utilizado pelas sociedades, faz isso, como vimos, através de uma análise institucional comparativa. Porém, não negligencia sua presença e importância. O faz reavaliando a presença integrada de seus elementos: para Polanyi, mercado (sistema de mercado) é uma coisa e a presença de seus elementos dispersos, não integrados e submissos as outras FIEs é uma coisa completamente diferente. Para o autor:

> O comércio e o dinheiro sempre estiveram entre nós. Mas não o mercado [...] está observação se aplica ao mercado em dois sentidos atuais, por mais diferentes que sejam. O primeiro é o de um lugar – tipicamente, um local aberto, onde as necessidades da vida, em especial alimentos frescos ou preparados, podem ser compradas em pequenas quantidades, em geral por valores predeterminados; o segundo é o de um mecanismo de oferta-procura-preço por meio do qual se realiza o

> comércio, embora esse mecanismo não esteja necessariamente preso a um local definido nem se restrinja à comercialização de alimentos [...] No sentido institucional, o termo mercado não presume, necessariamente, um mecanismo de oferta-procura-preço. Ele é uma conjunção de traços institucionais definidos, que chamaremos de *elementos de mercado*. São eles: um local fisicamente existente, mercadorias disponíveis, um grupo ofertante, um grupo demandante, costumes ou leis e equivalências. [...] sempre que os elementos de mercado se combinam para formar um mecanismo de oferta-procura-preço, falamos em mercados formadores de preços. [...] [em outros casos, se todos não estiverem presentes no arranjo, temos] elementos de mercado, mas nenhum deles [casos] é um mercado propriamente dito (Polanyi, 2012 p. 183-186).

A esses elementos de mercado, acrescentaríamos, de acordo com nossa interpretação da teoria um elemento a mais, a moeda cunhada – iremos desenvolver esse argumento adiante, quando abordarmos sobre a instituição do dinheiro. Isso nos exige uma qualificação do nosso uso do termo mercado, e o vemos da seguinte forma em suas manifestações: i) a existência de elementos de mercado, sem que todos estejam presentes, não constitui um mercado formador de preço – como nos portões e bazares no oriente (Polanyi, 2012 p. 196-197); ii) quando todos os elementos de mercado se combinam, temos um mercado formador de preço[49] que pode estar restrito a poucos produtos – citamos nesse caso, o mercado mundial de grãos, que tinha a Grécia antiga como uma das principais demandantes, o que não impossibilitou que suas oscilações de preços fossem estabilizadas para o cidadão pelos instrumentos redistributivos que isolaram os preços externos dos internos (Polanyi, 1994 p.326-238); iii) quando os mercados têm capacidade de gerir a distribuição de terra, trabalho e dinheiro, temos um sistema de mercado ou uma economia de mercado, onde a troca mercantil é dominante em relação as outras FIEs – este é o tema geral do livro "A Grande Transformação".

Portanto, quando afirmamos que não existem mercados em determinado sistema econômico, estamos nos referindo ao sistema de mercado, pois os dois outros casos são perfeitamente combináveis, subalternamente, as economias redistributivas e recíprocas. Assim, é bem provável que na Amazônia colonial existiam elementos de mercado e mercados formadores de preços para alguns produtos, este último, especialmente em cidades maiores como Belém e São Luís, o que não refuta, a princípio, a nossa hipótese de que essa economia era predominante redistributiva. Essa ponderação, acreditamos, pode comportar teoricamente a emergência evolucionária de um sistema de mercado, dadas as circunstância institucionais específicas exigidas por tal arranjo. Por ser uma teoria que privilegia a diversidade, podemos

[49] Em decorrência do comportamento mercantil, "['...] as taxas de intercâmbio [preços] flutuavam e se, caso afirmativo, a oferta de mercadorias mudavam em reposta ao movimento relativo ou absoluto de subida ou descida dessas taxas" Polanyi (2012 p. 184).

nos mover do mais complexo para o mais específico, sem problemas, mesmo se tratando do mercado, o baluarte das teorias homogeneizadoras.

Empregando uma aproximação com Veblen, podemos dizer que o *processo evolucionário* que seleciona a dominância de um dos pares instituição-FIE em uma estrutura social, é analisada por Polanyi (2012) de acordo com a sua capacidade de mediar o acesso e a apropriação dos fatores terra, trabalho e dinheiro. Em sociedades pré-modernas, reciprocidade e redistribuição mediaram em sociedades diferentes o acesso e a apropriação (inclusive não privada) desses elementos. Uma variedade institucional considerável de mecanismos internos, de comércio[50] e usos específicos de dinheiro eram empregados para realizar esse processo econômico reciproco e/ou redistributivo dos fatores. Logo, tanto o comércio; os mecanismos das formas de integração econômicas, em âmbito interno; e o dinheiro são instituições anteriores e autônomas aos mercados.

Podemos exemplificar a economia redistributiva utilizando os Estados Arcaicos[51]. O abastecimento da população com meios de subsistência era realizado, principalmente, através de pagamentos oriundos de obrigações não-econômicas, ou seja, de cunho social: as obrigações se fundamentavam em aspectos culturais, sejam eles religiosos, sociais ou políticos. Isso fazia com que um súdito tivesse que pagar obrigações para um centro e não contestasse esse dever. Os súditos pagavam suas obrigações através de acordos, indenizações, multas, impostos, aluguéis e tributos. Esse pagamento era em gêneros alimentícios e matérias-primas, não se utilizavam moedas cunhadas.

Esse recurso era centralizado pelo Estado, formando grandes estoques em gêneros, que depois eram redistribuídos através, novamente, do pagamento para as classes que constituem sua burocracia, sacerdotes e militares. As obrigações dos súditos com o Estado e do Estado com seus funcionários[52] e súditos fazia circular os meios de subsistência através dos pagamentos em gêneros, e não através da compra e venda em mercados. Complementarmente, uma série de trocas diretas (escambo) era realizada entre as pessoas, baseadas em valores equivalentes entre produtos promulgados pela autoridade política, o Estado. Estas *equivalências*, segundo Polanyi,

[50] Entendemos que, quando Polanyi usa o termo comércio, se refere exclusivamente ao comércio externo, ou seja, entre grupos ou sociedades diferentes. Destaca três tipos de comércio: presentes (reciprocidade), administrado (redistribuição) e mercantil (mercado). Usamos como referência o capítulo Comerciantes e comércio (Polanyi, 2012 p. 133-152).

[51] Nos referimos aos impérios hidráulicos da Mesopotâmia e Egito.

[52] Usamos o termo de modo aproximado para nos referir aos agentes sociais que representavam o Estado nestas sociedades.

são concretas e conceitualmente diferentes de preços[53]. Todo esse processo econômico, como na Babilônia, era realizado sem a existência relevante de mercados, preços flutuantes, moedas cunhadas ou de um meio de troca preferencial:

> Na Babilônia antiga, o dinheiro era comum, mas era dinheiro para fins específicos: os cereais eram o fungível mais amplamente utilizado para pagar, por exemplo, salários, aluguéis e impostos; a prata era universalmente empregada como padrão [...]; a maioria dos gêneros essenciais, com equivalentes fixos [tendo como referência de valor a equação 1 siclo de prata = 1 gur de cevada], era usada nos casos de troca, sem que se desse preferência à prata [...] (Polanyi, 2012 p. 177).

Assim funcionavam economias redistributivas, sem mercados. Foi apenas com a revolução industrial – grande ruptura institucional na obra de Polanyi – que os fatores se transformam em mercadorias fictícias, sendo acessadas e apropriadas individualmente através do sistema de mercado.

Nessa condição histórica particular, a especificidade institucional do sistema de mercado unifica e reproduz dominantemente uma variedade de comércio (o mercantil) e elementos de mercado interno (mercado local), utilizando um tipo de uso do dinheiro (o meio de troca) para distribuir terra, trabalho e o capital. Temos o que Polanyi (2012) denomina de tríade catalática, ou seja, a unificação do comércio, dinheiro e mercado. De forma que, para a análise convencional da economia, se não há mercado, não há comércio e nem dinheiro. Segundo Polanyi (1994 p. 345), essa exclusão, à *priori*, de comércio e dinheiro do sistema pela ausência do mercado, é falsa, pois "[...] cuando prevalecen la reciprocidade y la redistribucíon, el comercio, el dinero y los mercados no forman um todo institucional".

2.3.2 A Tríade catalática e os usos específicos do dinheiro

Tanto Maucorrant (2001) como o próprio Polanyi (2012) atribuem ao dinheiro a transformação fictícia determinante, ou seja, ela foi a principal e condicionou a transformação fictícia de terra e trabalho em mercadorias. Se o dinheiro assume a generalidade de meio de troca, terra e trabalho passam a ser mercadorias compradas e vendidas irrestritamente em um mercado, perdendo as salvaguardas e especificidades dos movimentos promovidos pelas outras instituições integradoras. Existindo nestas, um dinheiro de uso específico, com a pessoa com *status* certo na circunstância correta, teria acesso a esses recursos, não pela troca mercantil, e

[53] O autor mostra que as equivalências eram estabelecidas pela autoridade política – do monarca, do templo, etc. – como condição do intercambio de produtos, serviços e trabalho e não como resultado da interação de agentes independentes. Eram portanto estáveis e não flutuantes, como é próprio de preços de mercado.

sim, pela reciprocidade, redistribuição ou domesticidade. Sendo de uso geral, o objeto monetário que simboliza o meio de troca não pode ter limitado seu caráter de intermediário entre os compradores e vendedores das mercadorias fictícias.

É apenas em um sistema de mercado que o comércio de mercado, mercados locais e o dinheiro como meio de troca são pressupostos dominantes da estrutura. O primeiro e o segundo são pressupostos para equiparar a demanda e a oferta de mercadorias, a partir de um preço que é instável, e o segundo, por ser meio de troca, é representante do poder de compra do possuidor, sendo aceito universalmente (Polanyi, 2000). Nessa forma de organização social da economia, o comportamento maximizador se expressa quantitativamente no acumulo monetário, ou seja, de uma instituição que promove a interação social e é um meio para um fim, o dinheiro se transforma em objetivo último do processo econômico (Polanyi, 2012).

Nessas condições institucionais, o movimento das mercadorias fictícias, através do comércio, não está condicionado pelo uso do dinheiro do tipo adequado ou correto, pois o dinheiro é de uso geral, ou seja, é multifuncional ao servir simultaneamente como meio de pagamento, padrão de valor, meio de entesourar e meio de troca. Universalmente, através da dedução racional do economicismo, a natureza e os homens são mercadorias em todas as épocas e lugares, da mesma forma que o dinheiro é apenas um e de uso geral por ser meio de troca. Nesse contexto, o dinheiro (meio de troca) é um facilitador irrestrito e não um qualificador restritivo (usos específicos) para o movimento dos meios de subsistência.

Isso não ocorre em sociedades pré-modernas. Nessas, a regra é que o dinheiro "[...] não é primariamente um meio de troca e raramente possui um caráter multifuncional" (Dale, 2010 p.147). Em geral, o movimento envolvendo os elementos terra, trabalho e dinheiro determinam o dinheiro específico que deve ser utilizado - pois o dinheiro também pode ser meios de subsistência diretos como grãos. Com isso, evidenciamos na obra de Polanyi (1994; 2000; 2012) que o sistema monetário é heterogêneo, e um dos motivos é diferenciar as pessoas envolvidas, promovendo unidade e estabilidade na organização social. É o tipo de dinheiro certo, para a situação certa. Exemplos são vários: dinheiro de rico e dinheiro de pobre; dinheiro usado nos movimentos internos e no comércio exterior; dinheiro que serve para pagar e que não pode ser usado para comprar; dinheiro que compra bens de prestígio e o dinheiro que compra o essencial para a sobrevivência.

Dinheiro é definido como objetos físicos intercambiáveis (fungíveis) utilizados em qualquer um dos usos específicos do dinheiro, ou seja, meio de pagamento, padrão de valor, meio de entesourar e meio de troca, complementarmente, pode também ser utilizado como "unidades ideais", que não exijam a presença física do objeto (POLANYI, 2012 p. 159-160).

Essa definição implica que, se um objeto em uma dada situação é utilizado especificamente como unidade de conta e não como meio de troca, ele é considerado dinheiro, divergindo da noção neoclássica de dinheiro. Dessa forma, *"*[...] qualquer objeto, na situação apropriada, pode funcionar como dinheiro", logo, não há um objeto universalmente aceito para todos os usos.

Metodologicamente, essa definição funcional do dinheiro depende da identificação das conexões entre os objetos físicos utilizados e as operações realizadas por eles. Isso pode ser feito analisando três critérios: situação determinada, o manejo operacional do objeto e o efeito resultante do uso.

> A característica vital dos objetos monetários é que eles são quantificáveis, o que lhes permite funcionar como dispositivos em cada um dos usos do dinheiro, os quais dependem de critérios definidos: a situação, social ou culturalmente determinada, em que surge a necessidade, o manejo operacionalmente definido dos objetivos e, por último, o efeito sobre a situação. A situação é um fato da sociologia geral, o manejo é operacionalmente prescrito e o efeito é tal que a necessidade é atendida (Polanyi, 2012 p. 159).

Com base nesses critérios, Polanyi (2012) apresenta os quatro usos do dinheiro em sociedades pré-modernas. Veremos que a troca indireta e sua exigência do uso do dinheiro como meio de troca – vinculadas racionalmente ao escambo individual pela teoria neoclássica de forma errônea conforme afirma Polanyi - não são as únicas funções desempenhadas pelo dinheiro ao longo da história. Dessa forma, Polanyi (2012) busca refutar a hipótese economicista de que os outros usos do dinheiro surgiram do meio de troca, sendo esta a função verdadeira do dinheiro. Passemos à análise dos usos do dinheiro para entendermos os termos dessa refutação.

a) O dinheiro é meio de pagamento quando o objetivo do uso "[...] é o cancelamento de uma obrigação mediante a entrega de objetos quantificáveis"[54]. Dito de outra forma e estendendo ao endividamento, "o pagamento é o cumprimento de obrigações mediante a entrega de objetos quantificáveis, ou, no caso de unidades ideais, da clara manipulação de contas devedoras"[55]. A operação realizada é a entrega dos objetos quantificáveis (fungíveis), e o cancelamento da obrigação é o efeito que se busca. A situação é "ter uma obrigação"[56]. Porém, para assegurar que o objeto monetário entregue como meio de pagamento já seja instituído como meio de pagamento aceito socialmente, é necessário que os meios (objetos quantificáveis) possam servir para satisfazer outra obrigação de natureza diferente.

[54] Polanyi (2012 p. 159).
[55] Polanyi (2012 p. 348).
[56] Polanyi (2012 p.159)

A institucionalização do dinheiro como meio de pagamento depende, então, das obrigações. É apenas na sociedade moderna que a obrigação provém de transações com motivações puramente econômicas. Anteriormente, as obrigações se fundamentavam em aspectos religiosos, sociais e políticos, logo, o cancelamento de uma obrigação não é uma troca – sejam essas trocas diretas (como no escambo, usando o padrão de valor) ou indiretas (que se aplicam à operação do dinheiro como meio de troca) – mas sim, o cumprimento de costumes ou o pagamento originado em um delito em relação a esses costumes, onde ambos resultam em alteração do *status* social do pagante.

As obrigações e o pagamento assumem uma diversidade de formas ao longo da história. Inicialmente, fazem parte dessa diversidade algumas variações de obrigações em que não se utilizam objetos quantificados para cancelá-las. Dessa forma, se não há quantificação, não temos pagamento em termos monetários. Isso ocorre pela obrigação se originar do costume, e a transgressão é reparada "ao se fazer a coisa certa, da maneira certa na ocasião certa"[57], sendo uma questão qualitativa e não quantitativa. A aproximação entre obrigação e pagamento ocorre quando a punição originada das transgressões do costume é transformada em uma "obrigação de pagar" que é enumerável, como, por exemplo, número de chibatadas, dias de jejum e outros. Nesse sentido, temos a quantificação, uma condição para o pagamento. Por fim, obrigação e dinheiro como meio de pagamento se conectam por completo quando as quantidades exigidas como pagamento para cancelar a obrigação são de objetos físicos. O movimento desses objetos, agora monetários, promovem uma economia substantiva e auxiliam na integração econômica. De acordo com Polanyi (2012 p. 164):

> [...] as unidades entregues pela pessoa que tem obrigação passam a ser objetos físicos, como animais, escravos, conchas ornamentais ou quantidades de alimentos. [...] As obrigações podem ser predominantemente não econômicas, como pagar uma multa, um imposto ou um tributo; oferecer dádivas e contradádivas; honrar os deuses, os ancestrais ou os mortos [...] mesmo assim, o principal efeito do pagamento pode continuar a ser o de antes, isto é, a diminuição do poder e do *status* do pagante.

Por isso, é possível que um objeto monetário seja meio de pagamento, com o qual se cancela uma obrigação, e ao mesmo tempo, não possa ser utilizado para realizar compras, onde prevalece a troca indireta e o dinheiro como meio de troca. Durante a evolução do dinheiro como meio de pagamento, ele se articula as obrigações de pagar, e não as trocas, sendo essa a chave para entendermos o que Polanyi quer argumentar com a distinção entre dinheiro para

[57] Polanyi (2012 p. 163).

pagar e dinheiro para comprar, e a incoerência dessa distinção com o cotidiano da sociedade moderna: pagar não é comprar na antiguidade.

Complementarmente e não menos relevante, o uso do dinheiro como meio de pagamento envolve a reprodução das relações de *status* na sociedade pré-moderna, pois "[...] o pagamento era igualmente devido pelos culpados, os impuros, os fracos e os inferiores; e era algo que se devia aos deuses e aos sacerdotes, aos honrados e aos fortes"[58]. Portanto, essas obrigações se transmutam em dívidas, originando o "endividamento de natureza não econômica"[59] nas sociedades primitivas organizadas pelo parentesco, essas dívidas provêm, não da compra, mas sim, das obrigações coletivas. A riqueza entesourada através do recebimento desses pagamentos é a representação do poder e do *status*, ou seja, por ser rico e honrado, recebia pagamentos que alimentavam sua reserva sem usar a força, por outro lado, essas "reservas de dádivas" eram compartilhadas através de outros pagamentos sem que isso comprometesse seu *status* de rico e honrado, sendo assim, "o tesouro assumiu subitamente uma enorme importância política"[60].

Nas sociedades organizadas por uma centralidade, onde Polanyi destaca a instituição do Estado, a redistribuição contribuiu com a expansão do uso do dinheiro como meio de pagamento, extrapolando o seu uso, atrelando ao entesouramento, quer dizer, a economia reciproca e de trocas de presentes é muito mais restrita se comparada à economia redistributiva e de comércio administrado. Herdam das sociedades primitivas, pagamentos provenientes de obrigações fundamentadas em acordos, indenizações e multas, e os expandem, acrescentando impostos, aluguéis e tributos. Isso amplia a escala de integração mediada pela redistribuição.

b) O uso do dinheiro como tesouro (acumulação) está relacionado ao uso como meio de pagamento, sendo tanto um, como o outro, relacionados originalmente a questões sociais (prestígio) e menos de subsistência (economia). Polanyi apresenta dois tipos de riquezas acumuladas pelas sociedades primitivas e arcaicas, o tesouro e o armazenamento de bens essenciais. Essas reservas eram alimentadas por presentes e doações não quantificáveis e por pagamentos, ambos provenientes de obrigações não econômicas. Dessas reservas, provinham também os recursos a serem pagos e doados. Os súditos alimentavam as reservas dos homens ricos que, por sua vez, ficavam aptos a fazer doações e pagamentos ao chefe, aos deuses e aos reis. Ser pagante (e doador) ou recebedor amplia o prestígio e o *status*, desde que a saída de recurso da reserva não comprometa a riqueza do pagante.

[58] Polanyi (2012 p. 163).
[59] Polanyi (2012 p. 355).
[60] Polanyi (2012 p. 164).

O uso do dinheiro como entesouramento de riqueza tem como efeito "[...] a acumulação de objetos quantificáveis para uso futuro ou simplesmente como tesouro"[61]. A situação sociológica é que as pessoas preferem adiar para o futuro a consumação do objeto monetário, ou preferem a simples posse dos objetos pelas vantagens políticas e sociais decorrentes delas. Por fim, a operação consiste, no caso do adiamento da consumação, em armazenar ou conservar o objeto monetário para o futuro, ou no segundo caso, ostentar a riqueza acumulada para angariar prestígio e *status* (Polanyi, 2012).

Apesar de ambos os tipos de riquezas se originarem do cancelamento de obrigações não econômicas – quanto a doação, mesmo que não quantificável, deve ser retribuída com bens equivalentes em prestígio –, elas têm uma situação independente dos meios de pagamento e estão interligadas em graus diferentes da economia substantiva. Analisaremos primeiro o tesouro e depois os bens essenciais armazenados.

O tesouro é constituído "[...] por bens de prestígio, inclusive valores e objetos cerimoniais cuja a simples posse confere peso social e influência a seu detentor"[62]. Os metais preciosos geralmente são representativos desses objetos, mas não apenas eles, os presentes do comércio Kula são outro exemplo e não envolvem metais preciosos. Só em casos isolados, os objetos monetários que têm uso como dinheiro de reserva são utilizados como meio de troca.

O dinheiro usado para o entesouramento, não se converte automaticamente em meio de troca, ou seja, uma das consequências é que não pode ser utilizado para a compra de bens essenciais que sustentam a subsistência do homem. Esse tipo de dinheiro se movimenta apenas entre os estratos mais altos das sociedades, quer dizer, entre chefes, representante dos deuses e reis. Não estão disponíveis aos indivíduos sem prestígio, por isso, são de uso específico.

No entanto, esses objetos, quando quantificáveis e em movimento, se tornam um meio de pagamento, provêm ao pagante ilustre o acesso indireto aos meios de subsistência, pois ao cancelar uma obrigação não econômica junto ao chefe, rei e deuses, estes "[...] podem obrigar os súditos a fazer serviços para aquele que doa, com isso assegurando a este, indiretamente, alimento, matérias-primas e mão de obra em larga escala"[63]. Na Grécia antiga, a troca de presentes, doações e pagamentos entre as classes mais altas são apresentadas por Polanyi como mobilizações indiretas, envolvendo exércitos e poder político. A movimentação desses objetos

[61] Polanyi (2012 p. 160).
[62] Polanyi (2012 p. 167).
[63] Polanyi (2012 p. 168).

monetários representantes do tesouro, quando quantificáveis também podem ser meios de pagamentos, e dão origem as "finanças em tesouro"[64].

Contudo, a riqueza, em forma de tesouro, não é a única manifestação que o dinheiro usado para o entesouramento assume, nem a mais importante em termos econômicos, considerando os tempos pré-modernos. Nas sociedades arcaicas, onde a redistribuição é a forma de integração dominante, o armazenamento de bens essenciais se tornou o principal uso do dinheiro como entesouramento, e por consequência, dada a sua relação direta com a subsistência, se tornou uma "instituição da economia substantiva"[65], se valendo, não do meio de troca, mas sim, do meio de pagamento: o próprio objeto monetário utilizado como pagamento, os bens essenciais servem para a subsistência, o que não se observa em larga escala com o tesouro. Há obrigações não econômicas a serem cumpridas, tanto pelos súditos, como pelo Estado, com este alternando o papel de recebedor (movimento dos recursos para um centro) e de pagante (movimento do centro para fora). Na Babilônia, a cevada foi largamente utilizada como meio de se entesourar e como meio de pagamento. Toda a economia que envolve a rotina Estatal estava envolta da coleta centralizadora e da distribuição:

> O bens entregues como pagamento ao centro são novamente transferidos para fora dele também como pagamento, e saem de circulação. Proveem a subsistência do exército, da burocracia e da mão de obra, sejam eles remunerados com salários, soldos ou de outras formas[66].

Não há troca indireta por um objeto monetário utilizado como meio de troca. O Estado não arrecada um meio de troca indireto, tão pouco elege um meio de troca oficial. São as obrigações mútuas dos súditos com o Estado, e deste, com as pessoas que compõem ou não a sua burocracia que fundamenta a movimentação dos meios de subsistência através do pagamento – o Estado pode ser requisitado a redistribuir meios aos necessitados.

Então, em um processo evolucionário[67], o dinheiro usado para entesourar, muda sua manifestação para os bens essenciais, na passagem de sociedades primitivas (parentesco) para as arcaicas (Estado). Isso repercute na substituição dominante de finanças em tesouro, em geral, indiretamente relacionadas à economia de subsistência para finanças em gênero:

> Uma vez que os bens essenciais sejam armazenados em larga escala pelo templo, palácio ou feudo, esse ato deve ser acompanhado por tal uso [meio de pagamento].

[64] Polanyi (2012 p. 342).
[65] Polanyi (2012 p. 343)
[66] Polanyi (2012 p. 175).
[67] Nos referimos à Grécia antiga, onde o autor apresenta sistematicamente tal mudança. Ver Polanyi (1994).

> Assim, as finanças em tesouro são substituídas pelas finanças em gênero ou bens essenciais, ou seja, por uma forma rudimentar de dinheiro e financiamento de crédito. A maioria das sociedades arcaicas possuía algum tipo de finança em gêneros essenciais. No contexto da transferência e do investimento planejados de bens essenciais, armazenados em escala gigantesca, desenvolveram-se os dispositivos contábeis que caracterizaram as economias redistributivas dos antigos impérios (...) só bem depois da introdução da moeda cunhada na Grécia (...) as finanças em dinheiro começaram a superar as finanças em gênero ou bens essenciais nesses impérios, mas especificamente na república romana (Polanyi, 2012 p. 174-175).

O importante nesse momento é observar que a exigência de movimento do dinheiro entesourado – quando passa a ser meio de pagamento – sob a forma de bens essenciais implicou, por causalidade cumulativa, no desenvolvimento de técnicas contábeis sofisticadas para tornar essa circulação eficiente, ou seja, em prover a velocidade necessária de compartilhamento desses recursos para a reprodução dessas economias redistributivas e controlar os fluxos e contas devedoras.

A manipulação de contas devedoras, envolvendo tanto o dinheiro como meio de pagamento – porém, utilizando não objetos físicos mais "unidades ideais" – e o uso como padrão de valor, auxiliaram a "desenvolver uma espécie de empresa bancária"[68], exigida pela administração dos enormes estoques:

> [...] com isso desenvolveram-se pela primeira vez a compensação, a transferência contábil e os cheques não transferíveis, não como expedientes numa economia de troca, mas como recursos administrativos destinados a tornar eficiente a redistribuição [...] (Polanyi, 2012 p. 176).

Indo além, Polanyi afirma ser "[...] desnecessário o desenvolvimento de métodos de mercado"[69] nessas condições institucionais. Portanto, tesouro e bens essenciais armazenados como dinheiro contribuem em graus diferentes para a subsistência do homem, e quando entram em movimento, se tornam meios de pagamento, desde que quantificáveis. Nesse sentido, se aplica ao tesouro em menor escala, nas sociedades primitivas, devido não ser quantificável em muitos casos, por não serem objetos diretamente relacionados à subsistência do homem e por serem restritos aos estratos sociais mais altos. Se aplica, em maior escala, aos bens essenciais armazenados nas sociedades arcaicas em função das suas característica quantitativas, substantivas e de circulação geral entres os estratos – o que não exclui o tesouro e a sua importância nessas sociedades.

O relevante é que, em ambos os casos, o movimento se dá pela obrigação e não pela troca indireta. A dinâmica de acumulação e distribuição do dinheiro (como meio de entesourar),

[68] Polanyi (2012 p.176).
[69] Polanyi (2012 p. 176).

baseadas em obrigações não econômicas, indissociáveis da obrigação do pagamento (meio de pagamento)[70], fazem movimentar os meios de subsistência sem que ocorram compras, sendo assim, o dinheiro usado para entesourar e pagar, é diferente do usado para comprar e vender.

c) Qualquer movimento de integração realizado em economias substantivas onde exista a necessidade de se comparar objetos de tipos diferentes, o uso do dinheiro como padrão de valor ou como unidade de conta é determinante. Esse uso do dinheiro surge em função do escambo e do armazenamento. O primeiro, surge através da troca direta, e o segundo, devido à disposição administrativa dos objetos realizada por governos. Quando relacionado ao armazenamento, o padrão de valor se aproxima dos usos específicos do meio de pagamento e do tesouro. O comum entre escambo e armazenamento é que ambos necessitam de um padrão de valor para serem eficazes.

Polanyi o define como "[...] o emprego de uma determinada unidade física como referência em situações em que se necessita de operações aritméticas para comparar objetos de tipos diferentes"[71]. Para ilustrar essa definição, o autor nos apresenta um exemplo de escambo registrado na Babilônia, tendo como padrão de valor ou unidade de conta siclos de prata:

> A terra foi avaliada em 816 siclos de prata, enquanto os artigos oferecidos em troca foram avaliados em siclos de prata da seguinte maneira: carroça, 100 siclos; seis arreios para cavalos, 300; um asno, 130; arreios para asno, 50; um boi, 30; o restante foi distribuído entre itens menores (Polanyi, 2012 p. 341).

A questão essencial nesse exemplo, é que não houve a necessidade de se converter todos os artigos listados em prata, através de trocas, para depois realizar a troca seguinte, a de 816 siclos de prata pela terra. Todo o processo não envolveu fisicamente nenhum siclo de prata. A prata contribuiu no processo como padrão de valor e como "unidade ideal" utilizada na comparação entre os valores dos bens dos dois lados da operação. Desse exemplo, desprendemos que o uso do dinheiro como meio de troca indireto não foi necessário.

Metodologicamente, temos que a situação sociológica na qual se manifesta o uso do dinheiro como padrão de valor é a "da troca direta, ou do manejo administrativo de objetos quantificáveis, como gêneros essenciais"[72]. A operação realizada é a de etiquetar com um valor numérico pelo menos uma das unidades dos objetos diferentes – utilizando uma unidade ideal –, no exemplo, objetos foram etiquetados com seus valores baseados na unidade física da prata,

[70] O cancelamento de obrigações que não são quantificáveis, não se tornam meios de pagamento quando se movimentam, porém, apesar de não contribuírem para o desenvolvimento das finanças em tesouro, são determinantes para a integração econômica dessas sociedades.
[71] Polanyi (2012 p. 159).
[72] Polanyi (2012 p. 349).

os siclos, sendo possível realizar operações aritméticas para comparar os valores apresentados dos objetos pelos dois lados. Finalmente, o efeito desejado é facilitar a troca, ou no campo das finanças, facilitar as operações de soma e subtração das contas. Dois conceitos complementares são essenciais para alicerçamos nosso conhecimento sobre o padrão de valor: equivalências e unidades ideais. As equivalências são definidas como "[...] mecanismos simples que estabelecem relações quantitativas entre bens de diferentes tipos, como uma medida de trigo e um jarro de vinho (na proporção de um para um)"[73] ou "[...] designam por qual índice as necessidades da vida podem ser mutuamente substituídas"[74]. As equivalências, estabelecendo as proporções entre as unidades dos objetos, foram significativas no mundo pré-moderno, sem elas, é impossível a operação do dinheiro como padrão de valor. Mais ainda, essas equivalências são mais estáveis ao longo do tempo do que os preços de mercado, sendo proclamas pelo costume, lei e outros mecanismos institucionais, enquanto que os preços obedecem a racionalidade do sistema de mercado impessoal, logo, não podemos confundi-los.

Exemplos importantes de equivalências são as de uma medida de trigo para duas de cevada, ou a de cinco dracmas para uma medida de trigo na Grécia antiga[75], e de um siclo de prata para uma unidade de cevada na Babilônia[76]. Essas proporções, estabilizadas e perpetuadas por séculos pelo Estado redistributivo, foram a base para a contabilidade nessas sociedades. No exemplo da troca da terra por vários objetos, a equivalência é estabelecida pela proporção entre a unidade física da terra e a unidade física dos objetos em relação à unidade física da prata. Depois é realizada a multiplicação baseada no número das unidades de terra (10 unidades) e dos objetos envolvidos (como os 6 arreios para cavalos). Se por exemplo, uma unidade de terra é igual a 81,6 siclos de prata (a equivalência), dez unidades de terra requerem 816 siclos. Se além dos arreios, multiplicássemos as unidades dos outros objetos pelo seu equivalente unitário em prata, e depois somarmos os valores em prata de cada objeto, chegaríamos aos 816 siclos. A prata se torna padrão de valor por ter equivalências institucionalizadas com todos os outros produtos envolvidos nos dois lados da troca, sem ser um meio de troca, pois não há troca indireta. Essa é a aritmética que o padrão de valor proporciona, equiparando o valor de objetos diferentes.

O outro conceito não é menos importante. Enquanto o uso do dinheiro como padrão de valor reivindica a operação com o uso de equivalências, as unidades ideais derivam deste uso,

[73] Polanyi (2012 p.115).
[74] Polanyi (2012 p. 180)
[75] Polanyi (1994 p. 301).
[76] Polanyi (2012 p. 166-167).

porém, não temos os objetos concretamente utilizados e presentes durante o movimento, como a prata, no exemplo acima. Polanyi as define como:

> [...] objetos não físicos empregados nos usos do dinheiro, como pagamento ou padrão, caso em que a operação não envolva primordialmente objetos físicos, mas é, antes, a manipulação de contas devedoras[77].

Portanto, as unidades ideias são um complemento à definição de dinheiro como objetos físicos quantificáveis. Apresentamos este conceito junto ao padrão de valor, pois ele é imprescindível para as finanças, nas quais, se o padrão de valor estabelece o objeto monetário que irá avaliar os valores de itens diferentes, as unidades ideais promovem a generalização desse uso, visto que as operações não presumem a presença física desses objetos monetários que representam o padrão de valor.

Se no exemplo acima a terra tivesse sido avaliada em unidade de cevada, e o possuidor tivesse recebido em cevada, o padrão de valor na operação seria a cevada, que fisicamente está presente. Porém, seria obrigatória a presença da cevada em um dos lados da troca direta. Como vimos, a terra foi trocada por diversos objetos, sendo equiparados seus valores em siclos de prata, porém, a prata não está fisicamente em nenhum dos lados da operação, ela é apenas utilizada abstratamente. Nesse sentido, a prata é o padrão de valor, tomada como unidade ideal que é abstrata. Apesar de não se fazer presente na operação, a prata é um objeto monetário concreto e instituído na sociedade. Se o objeto que representa o padrão de valor ficasse confinado a estar presente em um dos lados a serem comparados, as sociedades pré-modernas não teriam construído uma contabilidade em espécie tão sofisticada como fizeram, logo, são as unidades ideais que possibilitam essa flexibilidade.

Nas sociedades primitivas e arcaicas, em especial nessas últimas, pela importância das finanças em gênero, quando comparadas às finanças em tesouro, o padrão de valor e as unidades ideias tiveram um papel fundamental na circulação dos bens essenciais nas economias redistributivas. Sem elas, é "impossível avaliar e cobrar impostos, preparar orçamentos e balanços de casas senhoriais ou realizar uma contabilidade racional, abarcando uma variedade de itens"[78]. Como definido no conceito de unidades ideais, os meios de pagamento também se utilizam delas, pois a mensuração da quantidade de objetos monetários entregues como pagamento pode ser convertido a partir de uma valoração prévia feita em unidades ideias. O sistema monetário pré-moderno, com sua diversidade exemplificada em várias passagens nos

[77] Polanyi (2012 p. 350).
[78] Polanyi (2012 p. 180)

livros de Polanyi (1994; 2012), possibilita que, em uma mesma operação, tenhamos um dinheiro como meio de pagamento e outro como padrão de valor.

d) Em relação ao meio de troca, iniciaremos sua apresentação destacando um resultado muito comum quando partimos da teoria neoclássica e seus pressupostos: a ênfase irrestrita em apenas uma das formas de movimento da materialidade que assegura a subsistência do homem, nesse caso, a troca indireta, consequentemente, o único dinheiro racionalmente dedutível é o meio de troca. O pressuposto de que o homem tem uma propensão a trocar[79] é balizador de todo o encadeamento lógico e dedutivo (Polanyi, 2012). Há outras formas de movimento, como a troca direta e as provenientes de obrigações, que se combinam com os usos alternativos do dinheiro já expostos. Se a troca indireta é retirada da situação analisada, como ocorre nas sociedades pré-modernas, o meio de troca não é mais dedutível, contudo, os outros usos do dinheiro continuam presentes.

O dinheiro usado como meio de troca "consiste em empregar objetos quantificáveis em situações de troca indireta"[80]. A operação é realizada em um duplo movimento de troca. Na primeira, troca-se a mercadoria possuída pelo objeto monetário que representa o meio de troca. Na segunda, é utilizado o meio de troca para se obter uma ou mais mercadorias desejadas. Quando institucionalizado o meio de troca, o duplo movimento pode começar com o dinheiro e terminar com mais dinheiro, tendo como intermediário a mercadoria. O efeito, no primeiro caso, é adquirir um produto que contribui diretamente para a subsistência, e do segundo, o acumulo de riqueza.

A hipótese "modernizante" que Polanyi (2012 p.162) busca refutar é que:

> Mesmo em condições primitivas, afirma-se que os quatro usos do dinheiro são inseparáveis [...] a função deles [objetos quantificáveis] como meio de pagamento, padrão de valor ou meio de acumular riqueza não define sua condição de dinheiro, a menos que sejam usados como meios de troca.

Onde há o predomínio de objetos monetários usados como meio de troca, como é o caso da sociedade moderna, eles podem executar perfeitamente as funções dos outros usos do dinheiro, sendo denominado por Polanyi de dinheiro de uso geral. Por isso, o apelo de que ele é o "dinheiro de verdade", pois pode realizar a função de todos os outros, se, e somente se, a hipótese de troca indireta for universal. Contudo, essa hipótese não se aplica às sociedades pré-modernas, primeiro, reciprocidade e redistribuição como formas integração dominantes se articulam com o dinheiro com "*status*" ou de "uso específico", pois tem uma função

[79] Polanyi (2012 p. 352)
[80] Polanyi (2012 p. 160)

estabilizadora e estruturante. E segundo, porque a troca indireta e o meio de troca não têm tanta relevância na sociedade pré-moderna.

Estruturalmente, estas sociedades preferiram as disposições administrativas e trocas diretas à troca indireta, isto é, quando ela existia. Em caso afirmativo, eram submetidos à dominância da reciprocidade e redistribuição, sendo regulados e limitados. Desse modo, é mínimo o escopo para que se encontre o escambo individual originando o meio de troca. Sendo assim, segundo Polanyi, pelo predomínio da reciprocidade e redistribuição "[...] o uso do dinheiro como meio de troca tem pouca importância nas condições primitivas"[81]. De outra forma, o escambo individual, esporádico e espontâneo, não foi a origem da institucionalização do meio de troca, como deduz a economia neoclássica, em função do pressuposto da propensão a troca, mais sim, o comércio exterior e o mercado local – independentemente um do outro –, fortemente regulados e limitados pela estrutura social pré-moderna.

Essas condições resultam, como na Babilônia, em um "sistema complexo de escambo"[82], as trocas diretas, provenientes da dominância da redistribuição, onde a cevada era o meio de pagamento e tesouro em gênero, a prata o padrão de valor, os diversos gêneros essenciais simultaneamente como meios de troca – sem nenhum deles assumir o papel de "meio preferencial de troca"[83] – e de metais preciosos entesourados nos templos e palácios. Antes, nas sociedades pré-modernas, e sem cunhagem de moedas como a Babilônia, o meio de troca se associava a uma diversidade de objetos monetários, através da troca direta.

Logo, mesmo em sociedades redistributivas como Grécia e Roma, o meio de troca está presente (Polanyi, 1994; 2012). A diferença é que na Grécia e em Roma havia a cunhagem de moeda, que passaram a funcionar como um meio de troca dentro das condições impostas pela redistribuição. Enquanto que na Grécia as moedas e o mercado local se tornaram alicerces da democracia ateniense por proporcionar liberdade ao cidadão para exercer a sua função, na Roma republicana, o clientelismo imperou. Contudo, nos moldes redistributivos, o Estado romano substituiu em importância as finanças em gênero, pelas finanças em dinheiro. Um sistema monetário menos heterogêneo se estruturou, apesar de ser diverso se comparado ao moderno.

Após abordarmos os usos específicos do dinheiro e a estrutura com que se relacionam, finalmente, estamos em condições de entender o argumento polanyiano de que os usos do dinheiro foram institucionalizados de forma independente. É uma negativa a hipótese de que os outros usos do dinheiro dependem da existência prévia do meio de troca – como defendido pela

[81] Polanyi (2012 p.180).
[82] Polanyi (2012 p. 345).
[83] Polanyi (2012 p.346).

teoria neoclássica que baseia-se no escambo como "principal fator na evolução do dinheiro"[84]. Ao contrário, Polanyi defende "[...] se há um uso mais básico que outro, trata-se, antes, do uso como pagamento[85] ou como padrão"[86]. O autor vai além, afirma que a institucionalização independente dos usos específicos do dinheiro que está relacionado ao "maior grau de heterogeneidade da estrutura social dessas sociedades":

> O dinheiro para todos os fins corresponde a formas mais homogêneas de organização social; em contraste, as moedas de uso limitado, apesar de um grau muito inferior de monetarização, tendem a enriquecer a articulação da sociedade, sobretudo a diferenciação de sua estrutura de parentesco e de classe. O dinheiro primitivo, portanto, pode exibir formas institucionais mais especializadas que o dinheiro em nossa sociedade (Polanyi, 2012 p. 181).

Então, institucionalmente, o dinheiro, além de transformar objetos físicos fungíveis em meio de pagamento, padrão de valor e meio de entesouramento, também, é um meio de regulação de *status* em uma sociedade, estabilizando a sua estratificação e diferenciação. Não por acaso, existia dinheiro de pobre e de rico no mundo antigo. Podemos, assim, finalizar esse tópico, explicitando o argumento polanyiano e a relevância dos usos específicos do dinheiro como critério para identificarmos o não-mercado.

Defendemos o argumento de que Polanyi relaciona a circulação de moeda cunhada à existência de elementos de mercado, o que não significa que esses elementos não podem ser subalternos à redistribuição, por exemplo. O autor não afirma isso explicitamente, porém, em inúmeras passagens, recorre a esse argumento implicitamente. Em Polanyi (1994 p.346; 347; 349; 350), por exemplo, relaciona a emergência do mercado local na Grécia à cunhagem de moeda. Quando em Polanyi (2012 p.161), demonstra as dificuldades reproduzidas pela afirmação economicista de que o dinheiro primitivo também deveria ser primariamente um meio de troca para ser considerado dinheiro, afirma que "(...) com isso, criou um obstáculo quase insuperável para a análise das economia sem mercado". Tratando da Babilônia e da estrutura que acomodava o sistema monetário diversificado, afirma que haviam salvaguardas para "(...) evitação de moedas cunhadas", o que restringia as transações com bens específicos como terra, casa, escravos e outros. Quando se refere à passagem das finanças em gênero para as finanças em dinheiro, afirma que ela dependeu da criação das moedas cunhadas pelos gregos, que passam a predominar sobre as finanças em gênero somente na Roma Republicana, séculos depois, onde ganham a representatividade necessária (Polanyi, 2012 p.174-175).

---

[84] Dale (2010 p. 147).
[85] Este como vimos, por sua vez, implica no uso do dinheiro como acumulação de riqueza.
[86] Polanyi (2012 p. 335).

No entanto, Polanyi transparece mais nitidamente sua posição sobre a relação entre elementos de mercado e cunhagem de moedas, quando analisa as origens do dinheiro como meio de troca na economia interna de um sociedade. No trecho citado abaixo, relaciona troca indireta à cunhagem de moeda e o mercado, e prosseguindo, destaca sua irrelevância no mundo arcaico pela dominância da redistribuição, "[...] o que desestimula a formação de mercados internos de maior importância".

> O uso interno do dinheiro nas trocas [moeda cunhada], nos antigos impérios orientais do Egito, Suméria, Babilônia e China, foi restrito, no cômputo geral. No Egito, não se atribuiu nenhuma moeda a datas anteriores a Alexandre, o Grande. O sofisticado sistema monetário ptolomaico teve origem posterior, é claro; A arte altamente desenvolvida dos ourives não os induziu a cunhar moedas de metal, o qual era usado por peso em anéis de prata e ouro. Grosso modo, a economia era de redistribuição em imensa escala. [...] A economia redistributiva, imensamente desenvolvida, mantinha o sistema com o uso do dinheiro como base do pagamento e desestimulava a formação de mercados internos de maior importância (Polanyi, 2012 p. 360).

Considerando o caso ocidental Grego (Polanyi, 1994), em que a emergência do mercado local e a cunhagem de moeda fizeram da troca indireta um expediente subalterno da economia redistributiva ateniense, podemos afirmar, tanto pelos casos positivos (Grécia) de combinação entre redistribuição e mercado, como pelos negativos (Babilônia, Egito), a ausência de moedas cunhadas indica, por causalidade cumulativa, a ausência de mercados. Na ausência dos mercados locais, como na Babilônia, o que ocorre são trocas diretas (ou o escambo complexo) e os pagamentos, tendo como referência as equivalências estabelecidas pelo Estado, tornando-se desnecessária a circulação de moedas cunhadas – a ausência dessas não excluí a existência de elementos de mercados dispersos, porém, é uma condição para mercados formadores de preço.

Os usos específicos do dinheiro se articulam ao estabelecimento de relações de *status* na sociedade, não por acaso: bens e serviços não são considerados qualitativamente homogêneos e acessíveis para todas as classes e indivíduos, tão pouco, são movimentados entre os indivíduos por um dinheiro de uso geral (dinheiro cunhado). É por isso que Polanyi afirma que usos específicos do dinheiro reforçam e são reforçados por sociedades heterogêneas. O dinheiro certo deve ser utilizado na ocasião certa, entre as pessoas culturalmente capacitadas para movimentar aquele recurso específico. Portanto, há restrições e limites institucionais ao movimento dos objetos monetários. A emergência do comércio mercantil, da moeda cunhada ou fiduciária como meio de troca, dentro de um sistema de mercado, desarticula a antiga base monetária baseada na especificidade do dinheiro, *status* e estabilização da heterogeneidade social (isso não impossibilita que a economia política polanyiana nos mostre uma preocupação

com a reprodução coletiva pelos estratos superiores da sociedade), destravando o acesso a bens e serviços de qualquer natureza a qualquer indivíduo, pois baseia-se na circulação monetária homogênea, impessoal e pretensamente equânime, por não diferenciar o agente envolvido nas trocas e nem os recursos.

Assim, todos os bens passam ser comparáveis e compráveis dentro de uma mesma escala, a do meio de troca universal. Sua posse é a única condição para a movimentação dos meios materiais. Bens e serviços de qualidades diferentes nas mãos de indivíduos de estratos específicos, antes não intercambiáveis, tornam-se intercambiáveis através de um dinheiro de uso geral, sendo seu possuidor um indivíduo genérico.

2.3.3 Usos do dinheiro e as finanças pré-modernas: o sistema financeiro e o não-mercado

Analisando as sociedades pré-modernas, Polanyi (2012 p.174-176) apresenta o sistema financeiro baseado em três variações: finanças em tesouro, em espécie e em dinheiro. Portanto, temos um sistema financeiro diverso, onde as finanças em tesouro e em gênero foram dominantes e se associaram institucionalmente, primeiro, ao parentesco e ao Estado como organizadoras da sociedade, e segundo, aos usos específicos e independentes do dinheiro como meio de pagamento, padrão de valor, tesouro e meio de troca que caracterizou o sistema monetário pré-moderno. As finanças em dinheiro, apesar de privilegiarem o meio de troca, estiveram submissas à redistribuição, e não tiveram escala suficiente para promoverem um sistema financeiro de mercado, como na modernidade.

As finanças[87] em tesouro, gênero e dinheiro dependem dos objetos monetários utilizados. O controle do estoque e movimento desses objetos, quando quantificáveis, originam finanças, ou seja, a moeda e o uso específico do dinheiro determinado pela estrutura da sociedade são responsáveis pela emergência dessas finanças específicas, no espaço e no tempo que, em conjunto, irão compor o sistema financeiro pré-moderno. Portanto, há uma relação de causalidade cumulativa entre estrutura institucional (instituições de apoio) e os usos específicos do dinheiro, e destes com as finanças.

Considerando os movimentos integrativos dos objetos monetários na economia substantiva, Polanyi deriva os três tipos de finanças. Entretanto, ao abordar as finanças, Polanyi

[87] GOLDSMITH (1959 p.114) entende finança como "[...] todos os estoques e fluxos de ativos intangíveis, créditos e ações. O termo "financeiro" parece preferível ao adjetivo "monetário", mais comumente usado, que queremos reservar para designar um dos principais tipos de ativos intangíveis, ou seja, meios de pagamento definitivos (moedas, cédulas e depósitos em cheque)" - tradução nossa. É uma definição restritiva, que privilegia o meio de troca, mas que se atenta aos estoques e fluxos financeiros.

não nos explica como as entende. Associado a esse termo, o autor explora vários sentidos: 1) associadas a dívidas (obrigações não econômicas) e seu pagamento; 2) financiamento; 3) crédito; 4) gestão contábil em espécie dos estoques a serviço da redistribuição e reciprocidade; 5) manipulação de contas devedoras com unidades ideais; 6) Arrecadação de recursos pelo estados pré-modernos; 7) Empréstimos; 8) Operações bancárias ou que se assemelham. Em comum nesses pontos, o movimento desses objetos monetários está fundamentado na obrigação e na dívida.

O que irá diferenciar essas finanças pré-modernas em geral das finanças modernas é que a obrigação não-econômica é o fundamento da dívida a ser paga total ou parcialmente com o tipo certo de dinheiro. Se alguém paga, é porque detêm os recursos disponíveis entesourados, armazenados ou subutilizados – passível de ampliação do uso. Se o cancelamento da dívida é parcial, acentua a necessidade de criação e manipulação de contas devedoras, utilizando-se unidades ideais associadas ao padrão de valor. Reforçando o que foi dito, não há obrigação econômica nesse circuito de endividamento e pagamento, logo, o mercado não pode ser a instituição dominante. Além disso, é evidente que existem diferenças entre as formas operacionais das dívidas que cada tipo de finança pré-moderna adota. Vejamos cada uma delas.

i) Temporalmente, as finanças em tesouro antecedem as finanças em gênero, que por sua vez, antecedem as finanças em dinheiro na evolução da cultura humana. Com a emergência de cada uma, elas se combinam, porém, a que se torna mais importante depende da dominância das instituições que estruturam socialmente o sistema econômico. Tendo o predomínio do comportamento da reciprocidade baseada em instituições simétricas, como a do parentesco ou a simetria entre os envolvidos, são selecionadas pela estrutura, as finanças em tesouro.

O que fundamenta o movimento do dinheiro como tesouro em sociedades recíprocas é o comércio de presentes ou troca de presentes[88]. O que determina as obrigações e dívidas e seus respectivos pagamentos nesse sistema é a noção de dádiva e contradádiva. Essas duas categorias eliminam a simultaneidade da dívida e do seu cancelamento. “A adequação significa que a pessoa certa, na ocasião certa, deve retribuir o tipo certo de objeto”[89]. Quem doa ou paga (dádiva), fica em condição de receber (contradádiva). Analisando a Grécia antiga, Polanyi (1994) nos oferece diversos exemplos de como os presentes eram importantes, tanto no comércio exterior, como na acumulação de riqueza por pessoas e Estados.

Os usos do dinheiro como tesouro e meio de pagamento entram em cena. Para pagar, é necessário entesourar. Quanto maior a capacidade de presentear sem o comprometimento da

[88] Polanyi (2012 p. 318).
[89] Polanyi (2012 p. 87).

riqueza, maior o *status* do pagante frente ao chefe, o deus e outros. O presente, como dádiva, cria a obrigação não econômica da contradádiva, ou seja, o recebedor fica em dívida com o pagante. Considerando as sociedades estratificadas, esses presentes eram movimentados como tesouros[90], ou como grãos armazenados[91]. Em movimento, o tesouro passa a ser um meio de pagamento em alguns casos, como veremos abaixo, indiretamente relacionados à economia de subsistência. É com base nos presentes que, indiretamente, se tem acesso aos recursos de terra e do trabalho nas sociedades pré-modernas, pois "[...] a chave do desempenho de tarefas econômicas importantes, especialmente as que envolviam a concentração dos esforços do trabalho, tinha de ser buscada no funcionamento do presente"[92]. Essa circulação do tesouro estava circunscrita a uma minoria, e sua posse representava poder e *status* social. Sendo assim, por esse aspecto, o movimento do tesouro se distancia da subsistência e do povo, tendo abrangência muito limitada.

Polanyi (2012) exemplifica o movimento do tesouro analisando o conflito entre as casas dos Alcmeônidas e dos Pisistrátidas pelo controle de Atenas. O tesouro, que pode assumir a forma de obras de artes, escravos qualificados, cavalos e outros, circulava preferencialmente como utensílios de ouro e prata, ou o pó, no caso do ouro ("Kat´exochen"). Os Alcmeônidas, que foram expulsos de Atenas pelos Pisistrátidas, retornaram ao poder pela riqueza acumulada ao prestar favores a Creso – rei da Lídia, uma rica região aurífera do mundo antigo – junto ao oráculo de Delfos. Sua casa recebeu "dádivas"[93] em pó de ouro e outros presentes. Com esses presentes de Creso, e com a riqueza que já detinham, os Alcmeônidas construíram um templo para o deus de Delfos, com mais magnificência do que sua obrigação, utilizando recursos adicionais próprios. Como contradádiva, a sacerdotisa do templo instigou os espartanos, sempre que a consultavam, a intervir em Atenas e retirar os Pisistrátidas do poder. Até que, os espartanos o fizeram. A dádiva, a construção do templo, possibilitou a contradádiva, a intervenção do exército espartano. Por outro lado, a circulação do tesouro de Creso também chegava diretamente ao deus de Delfos, através de presentes. Eles entregaram um tesouro de 300 talentos, originados dos presentes de Creso, aos Alcmeônidas para a construção do templo.

Assim, indiretamente, o tesouro de Creso, passando pelas mãos dos Alcmeônidas e do templo de Delfos, mobilizou terra e trabalho para a construção do templo e possibilitou interferências militares e políticas. Esses pagamentos foram feitos em "Kat´exochen", que é o

[90] Polanyi (2012 p.168).
[91] Polanyi (1994 p. 284).
[92] Polanyi (2012 p. 169).
[93] Polanyi (2012 p.169).

dinheiro como meio de pagamento e como tesouro. Quando quantificáveis, como é o caso do contrato de construção do templo, eles originam finanças, e além dos meios de pagamento, também requerem o dinheiro como padrão de valor para orçamentar e executar a obra. Esse movimento do tesouro cria as finanças em tesouro. O tesouro se retroalimentava com o prestígio que proporcionava ao possuidor. Sua posse e ostentação asseguravam poder político e econômico nas sociedades antigas. No caso das finanças em tesouro, o grupo seleto que detém o poder e está capacitado a acumular tesouros, o utiliza como dinheiro para meio de pagamento, tanto para ser credor, como pagador de dívidas políticas e sociais, porém, não é utilizado para comprar alimentos básicos, por exemplo, por isso, se paga com um objeto e se compra com outro (Polanyi, 2012).

ii) As finanças em gênero se associam ao comportamento da redistribuição, com destaque para instituições centralizadoras, como o Estado, nas civilizações arcaicas. Do entesouramento de bens de prestígio ao armazenamento de bens essenciais, temos mudanças significativas. O dinheiro entesourado deixa de ser um bem distante da economia substantiva, e passa a prover diretamente com o seu consumo a reprodução do homem. No mais, a circulação dos bens essenciais armazenados é compartilhado em escala mais abrangente pelas classes estratificadas da sociedade, ao passo que o tesouro é extremamente limitado.

O ponto crucial, mais uma vez, é que a integração econômica dominantemente ocorre pelo pagamento, e não pela compra, ele movimenta bens que alimentam e esvaziam o estoque do centro responsável pela redistribuição: *"*os bens entregues como pagamento ao centro são novamente transferidos para fora dele, também como pagamento, e saem de circulação [quando consumidos, são destruídos]". Nesse ponto, emerge a redistribuição como mecanismo interno de integração econômica que caracterizou as civilizações pré-modernas como a Babilônia, Grécia e Roma (Polanyi, 2012 p.175).

As obrigações e dívidas de caráter não econômico eram pagas por meio de acordos, indenizações, multas, impostos, aluguéis e tributos. Há uma expansão das obrigações e dívidas por diversas esferas no cotidiano das sociedades arcaicas, que antes não se aplicavam às sociedades primitivas, e isso garante que a subsistência pautada na redistribuição seja a referência. Desse modo, os bens essenciais armazenados e classificados como dinheiro entesourado, entram em movimento e circulam em grande escala na sociedade, quando se tornam meios de pagamentos.

Quando esses impérios realizam as operações e movimentação desses estoques, surge a necessidade de dispositivos contábeis: "No contexto da transferência e do investimento planejados de bens essenciais, armazenados em escala gigantesca, desenvolveram-se os

dispositivos contábeis" (Polanyi, 2012 p. 176). É o dinheiro utilizado como padrão de valor que possibilita tal contabilidade, desenvolvendo mecanismos sofisticados como "compensação, transferências contábeis e cheques não transferíveis"[94], em instituições similares às empresas bancárias. São esses conjuntos de operações integrativas e financeiras que possibilitam as finanças em gênero, tão importantes para a eficiência da redistribuição em impérios como o Egito.

Utilizando o sistema monetário da Babilônia como exemplo, Polanyi explica a base monetária em que se desenvolvem finanças em gênero:

> Na babilônia antiga, o dinheiro era comum, mas era dinheiro para fins específicos: os cereais eram o fungível mais amplamente usado para pagar, por exemplo, salários, aluguéis e impostos; a prata era universalmente empregada como padrão, tanto na permuta direta quanto nas finanças de bens essenciais; a maioria dos gêneros essenciais, com equivalentes fixos, era usada nos casos de troca [direta], sem que se desse preferência à prata (Polanyi, 2012 p.177).

Como a subsistência decorre principalmente do comportamento redistributivo, o dinheiro como meio de troca se manifesta, primeiro, como resultado da institucionalização de equivalências fixadas, antítese do preço, e segundo, pelo uso do padrão de valor, não se estabelecendo um meio de troca preferencial, característico do escambo complexo.

iii) Por fim, as finanças em dinheiro (meio de troca) emergem do comportamento da troca mercantil mais ampliada, com a instituição do mercado, seja com mercados formadores de preços isolados, ou como um sistema autônomo de mercado. Parece ter sido o que ocorreu na Roma republicana (Polanyi, 1994; 2012). Esse argumento de Polanyi relacionado à Roma republicana está associado à cunhagem de moeda e seu uso como meio de troca em uma estrutura institucional, onde prevalece a redistribuição, mas que dispõe de elementos de mercado e mercados formadores de preço com maior significância. Portanto, mesmo com a redistribuição como dominante, o meio de troca pode ser empregado de forma ampliada.

Polanyi (1994; 2000; 2012) não explica em detalhes as finanças em dinheiro. Porém, Hollander (2007), inspirado nos usos específicos do dinheiro de Polanyi, argumenta que havia uma diversidade monetária na Roma republicana[95], no entanto, as moedas cunhadas eram de grande importância para o governo e a vida nas cidades, e menor para o comércio exterior e para as áreas rurais. Nesse sentindo, os objetos monetários alternativos com usos específicos (lingotes de metais preciosos, instrumentos financeiros e outros) reduziam a demanda por moeda cunhada nesse período da república, em especial, nas zonas onde eram mais relevantes.

[94] Polanyi (2012 p. 176).
[95] Hollander diferencia quatro zonas monetárias: a governamental, a comercial, a urbana e a rural.

Então, pela presença dominante de moedas cunhadas nas zonas urbanas e do governo, como meio de troca, as finanças da sociedade, sejam elas públicas ou privadas (que muitas vezes se misturavam), podemos argumentar, se baseavam na redistribuição a partir do dinheiro como meio de troca, combinadas a elementos de mercados, e mercados formadores de preço, que possibilitavam a troca indireta.

O que fundamenta esse argumento é a afirmação de Hollander (2007) de que a redistribuição de mercadorias (em espécie), a partir de patrões e generais, não era estruturalmente relevante, logo, a presença da moeda cunhada como meio de troca na redistribuição pode ter funcionado com o objeto monetário redistribuído em lugar das mercadorias, como na Grécia antiga, onde, ao invés de patrões e generais, o Estado ateniense pagava o cidadão em moedas cunhadas para que realizassem suas funções de cidadão e não dependessem de relações clientelistas.

Se o clientelismo foi a instituição que permeou as práticas redistributivas, como argumenta Polanyi (1994), os estoques que armazenam o tesouro e bens essenciais são alimentados e redistribuídos de forma personalizada por patrões e generais, com a finalidade de manutenção de seu *status* de poder político, militar e econômico – o que não era estruturalmente dominante era a redistribuição em espécie. A condição de homens poderosos se auto alimenta com a redistribuição, pois ao receber recursos, realizam a redistribuição com base em critérios que os mantenham e expandam o seu poder e *status*. É dessa relação que surge as obrigações e pagamentos, tantos dos que são responsáveis pela redistribuição, como pelos que são beneficiados por ela. A diferença é que o meio de troca, tendo como objeto monetário as moedas, é o uso do dinheiro predominante nas zonas em questão.

Sendo assim, as finanças em dinheiro – agora podemos dizer que Polanyi usou termo dinheiro como sinônimo de meio de troca, tendo como objeto monetário as moedas cunhadas – é uma das condições para a emergência de um sistema financeiro dominantemente de mercado, porém, isso ocorre apenas quando as obrigações e dívidas se tornam estritamente econômicas, onde o pagamento tem outro significado, se aproximando da compra e venda, da troca indireta impessoal. Isso se manifesta por exemplo, nos países Baixos, no final do século XVI e início do século XVII, onde diversos mercados financeiros irão se utilizar das finanças em dinheiro para constituir os embriões dos modernos mercados de ações e de títulos públicos, por exemplo[96]. No caso da Roma republicana, o mercado não é um sistema autorregulado e

[96] GELDERBLOM, Oscar; JONKER, Joost. Completing a financial revolution: the finance of the Dutch East India trade and the rise of the Amsterdam capital market, 1595–1612. The journal of economic history, v. 64, n. 3, p. 641-672, 2004.

autônomo, o meio de troca está a serviço da redistribuição, o pagamento e não a troca indireta é a operação dominante.

O padrão de combinação entre FIEs reivindica uma estrutura institucional específica para operar. O mesmo ocorre com a integração econômico-financeira. Os recursos financeiros se movimentam na economia, a partir das condições estruturais impostas em cada sociedade. Nas sociedades pré-revolução industrial (pré-modernas), com exceção da Roma republicana, isso representou conciliar as finanças com o uso do dinheiro para fins específicos. Portanto, a estrutura evolui em interdependência com um pluralismo monetário, originando as finanças específicas que compõem o sistema financeiro, ou seja, as finanças em tesouro, em gênero e em dinheiro, respectivamente associadas (predomínio e não homogeneidade) à reciprocidade, redistribuição e elementos de mercado (com ou sem formação de preços).

Dessa leitura das obras de Polanyi, podemos afirmar que as finanças incluem o crédito, contudo, são maiores do que ele. Porém, o crédito é importante em perspectiva evolucionária e como elemento que compõe a diversidade atual, possibilitando uma linha de diálogo com o sistema financeiro moderno. O crédito aparece recorrentemente na obra do autor. Em Polanyi (1994), é descrito como funcionava o sistema de crédito bancário e comercial na Grécia antiga, além do financiamento do Estado, que não envolvia dívida pública. O capítulo 16 “Dinheiro, bancos e finanças” é dedicado exclusivamente a esse tema. Em outra passagem específica, usando a Babilônia como exemplo, Polanyi (2012) descreve como se disponibilizavam esses empréstimos, envolvendo famílias de uma tribo:

> As leis do Velho Testamento sobre o assunto eram mais articuladas. Decretavam um tratamento preferencial aos membros da tribo necessitada. Também nesse caso, a regra era (1) auxílio em espécie, (2) na medida necessária, e não mais, (3) sendo as quantidades creditadas [“emprestadas”], (4) com um tratamento atencioso e humano ao devedor e (5) com uma rigorosa proibição de obter vantagem com o empréstimo. Não havia troca compulsória, mas se exigia um empréstimo de uma quantidade mínima por um prazo curto, em geral recebendo uma caução. No caso de não pagamento, ao que parece, a caução era perdida, ou, como alternativa, o devedor [ou seus filhos] tinham compromisso de pagar a dívida com trabalho (Polanyi, 2012 p, 123).

Adicionalmente, explorando um caso na Mesopotâmia, aponta que os empréstimos eram fornecidos pelo templo e tinham como destinatário camponeses e cidadãos livres. Havia taxas de juros diferentes, em função de os tomadores terem *status* diferentes na sociedade e pelo meio de pagamento utilizado.

> Mais perto do âmbito do dinheiro ficava a prática mesopotâmica dos empréstimos do templo, concedidos em cevada aos camponeses, enquanto o cidadão livre recebia

> prata. Aliás, isso talvez solucione o mistério da dupla taxa de juros, que paga em prata, correspondia a 20%, e, paga em cevada, era de 33,3%. A resposta para esse enigma econômico talvez esteja em que os devedores eram de *status* diferentes e não se podia comprar prata com cevada (Polanyi, 2012 p. 178).

Nessas passagens, podemos observar que o crédito estava em causação cumulativa com as instituições que organizavam a sociedade, as formas de integração econômicas que desenvolviam e o sistema monetário diverso. Não há uma organização de mercado. Os recursos entesourados se movimentam e aceleram sua circulação através do crédito, por meio de outras forma de integração, envolvendo tanto o Estado, a tribo, quanto particulares:

> Nas sociedades primitivas, o crédito que formava a dívida era oferecido, originalmente, pela reciprocidade praticada no clã e entre os vizinhos. No Estado arcaico, o templo e o palácio eram os principais fornecedores do crédito. Com o surgimento dos mercados formadores de preços, o dinheiro passou a ser primordialmente usado como meio de troca, enquanto que o pagamento e o crédito assumiram funções de outra natureza. O crédito passou a ser um subproduto do processo de intercâmbio de mercadorias e de sua produção [...] muito menos o crédito era uma questão de reciprocidade entro grupo familiar e os membros da aldeia, ou de distribuição pelo palácio e pelo templo (Polanyi, 2012 p. 206).

Esses exemplos do crédito reforçam a especificidade institucional e sua importância no sistema financeiro. Finanças em tesouro e finanças em gênero exigem a dominância das instituições com motivação social executando as funções econômicas, como parentesco e o Estado, ao passo que as finanças em dinheiro podem se associar às instituições com motivações sociais, porém, dependem de algum grau de amplitude dos elementos de mercado para serem funcionais. Contudo, estas finanças são flexíveis e podem se associar ao sistema de mercado e suplantar em importância as outras instituições financeiras integradoras. Essa diversidade das finanças, possível apenas pela existência do dinheiro de uso específico, que depende, por sua vez, da interdependência com as formas de integração econômica e instituições de apoio, determina estruturalmente o sistema financeiro.

Não existe nas sociedades pré-modernas um dinheiro de uso geral, como o que ocorre com o dinheiro moderno (relativamente), pois com ele, pagamos, valoramos, poupamos, compramos e vendemos universalmente[97]. Sendo assim, os objetos que compõem o sistema monetário não-moderno, não podem ser utilizados para movimentos econômicos por qualquer indivíduo e para qualquer fim, tendo no objeto monetário moderno sua antítese. São nessas condições que emergem as finanças em tesouro e em espécie em Polanyi (1994). Quando a estrutura propicia as finanças em dinheiro, pressupondo o dinheiro como meio de troca e de uso

[97] Nem mesmo na Roma republicana, dentre outros motivos, pela existência de outros usos do dinheiro.

geral, essas restrições são reorganizadas e reduzidas, contudo, não temos um sistema de mercado operante.

Se considerarmos como recursos financeiros, trabalho, terra e dinheiro, dada a proximidade da subsistência que as economias pré-modernas apresentam, estes podem ter diferentes velocidades de compartilhamento, pois a estrutura institucional que as organiza socialmente privilegiará a combinação de variações do sistema financeiro com dominância do não-mercado, ainda sim, com capacidade de alterar a velocidade de circulação. A velocidade, a *priori*, é mais intensiva no capitalismo, pois o sistema de mercado desarticula todo um conjunto de restrições que concorrem para isolar, desse mecanismo, o acesso e a apropriação (coletiva ou individual) dos recursos financeiros. É apenas com a revolução industrial que o mercado deixa de ser caracterizado por elementos de mercados (formadores ou não de preços) para se constituir em um sistema interdependente e autônomo. Nesse contexto, ascendem as variantes que evoluíram e resultaram nos mercados financeiros modernos, como o sistema bancário moderno, acionário, de títulos públicos, de seguros, debêntures e outros que fazem parte do sistema financeiro.

Portanto, isso ocorre em uma condição institucional historicamente determinada. Não é possível universalizar a organização do sistema financeiro pelo mercado. Há casos alternativos como os expostos por Polanyi. Nesses casos os mecanismos internos de integração econômica, o comércio (de presentes e administrado) e o dinheiro (usos específicos) têm variações que são anteriores e independentes ao mercado, e consequentemente, os fatores terra, trabalho e dinheiro, representativos dos recursos financeiros, não são integrados economicamente por um sistema de mercado.

Em termos evolucionários, a seleção operará de tal forma que os recursos financeiros serão integrados pelas instituições do comércio, formas de integração econômicas e do uso específico do dinheiro, referidos a comportamentos típicos de reciprocidade e redistribuição de forma mais significativa e ampla. As instituições financeiras não-mercado têm especificidades que extrapolam as competências das teorias construídas sob o pressuposto de universalidade dos mercados. Em outras palavras, o sistema financeiro derivado da obra de Polanyi, assentado sobre um sistema monetário diverso, é constituído pelo mercado e o não-mercado, e por causalidade cumulativa, é coerente com a heterogeneidade estrutural da economia, ou seja, com existência de FIEs alternativas, tornando-se mais um componente empírico para identificarmos estruturas não-predominantemente de mercado. Em nosso estudo da instituição do aviamento, esta dimensão monetária e financeira da economia substantiva compreenderá uma estratégia empírica relevante para testarmos nossa hipótese.

Como a ciência econômica convencionalmente (teoria neoclássica) aceita a universalidade da forma de integração econômica da troca mercantil e da instituição do sistema de mercado, a tríade catalática sempre se manifestará em todas as dimensões do sistema econômico. É necessário uma categoria que aborde a economia de forma emancipadora do mercado, porém, não o excluindo – a esse serviço, se presta o uso dos elementos de mercado. Refutando essa convicção neoclássica e com a finalidade de iluminar a diversidade institucional da economia, Polanyi propõe um conceito alternativo ao da economia formal neoclássica, a saber, o significado substantivo do econômico: "decorre de a subsistência do homem depender da natureza e de seus semelhantes. Refere-se ao intercâmbio com seu meio natural e social, na medida que resulta em lhe prover os meios de satisfazer a necessidade material" (Polanyi, 2012 p.16). Observe, na teoria neoclássica, temos oposto, pois se enfatiza o individualismo (se privilegia o agente em detrimento à consideração da estrutura) e a especificidade da mercantilização como padrão de relação do homem com a natureza.

Portanto, adotando esse significado substantivo do econômico, é possível, não só analisar as instituições integradoras de não-mercado, como também, o mercado, pois o movimento do caso com mais diversidade para o específico e menos diverso é possível, sem exclusão de variantes relevantes. Na definição formal de econômico e sua pretensa racionalidade econômica universal, que conforma o comportamento individual, apenas um caso específico pode existir, o mercado, excluindo todas as outras variações institucionais da economia. Adotando o significado substantivo, chegamos à troca mercantil sem excluir as outras FIEs, ao contrário, partindo do significado formal, as outras FIEs não existem e apenas o homogeneidade institucional do mercado é revelada. Com isso, também asseguramos que as instituições financeiras sejam analisadas com a devida diversidade que lhe são características.

2.4 Complementaridades entre o institucionalismo de Veblen e Polanyi

Considerando a leitura das referências de Veblen (1909; [1899]1983; [1899]1999; [1914] 2015) analisadas nessa tese e as principais obras de Polanyi (1994; 2000; 2012), poucas são as divergências incontornáveis[98] que, por sua vez, se relacionam a temas específicos, não envolvendo diretamente os argumentos do referencial teórico mobilizado neste projeto. As diferenças residuais que se situam no escopo teórico serão abordadas no decorrer da explanação das convergências, pois não representam extremos, apenas desencontros de temas ou

[98] Nos referimos à proposição de Polanyi de um "socialismo descentralizado", o que pode evidenciar uma tendência teleológica nessa questão em específico (Polanyi, 2012 p. 31).

cronológicos. Iremos destacar três pontos em que a obra dos autores se complementam: hierarquia, mecanismo distributivo e os aspectos metodológicos da causalidade cumulativa; economia política e instituições que explicam a distribuição cotidiana do meio material.

Porém, antes de passarmos às complementaridades, é necessário realçar em que recortes elas se manifestam. O método da economia evolucionária, como já abordamos em tópicos anteriores, se reporta a uma metateoria ou ontologia darwiniana de âmbito mais geral e abstrata, e adicionalmente, por teorias complementares em um nível mais específico e empírico, que ofereçam explicações mais detalhas dos princípios darwinianos, a partir da causalidade cumulativa em cada ciência. É nesse nível específico que está a economia evolucionária, onde optamos pela aproximação entre Veblen e Polanyi para tratar da dinâmica institucional de nosso objeto. Contudo, nosso interesse nesse tópico, não são complementaridades fortuitas em função de conjecturas isoladas observadas com a análise do objeto, mas de encaixes teóricos e metodológicos contundentes e sistêmicos. Observamos, em seguida, dois tipos de interação.

O primeiro é em nível teórico-metodológico. Ele se expressa nas ênfases diferentes que optamos abordar em suas metodologias. Em nossa escolha, enquanto Veblen privilegia a análise evolucionária de um dado sistema institucional e sua transformação, Polanyi analisa sistemas institucionais comparativamente, sem pretensões de explicar as transições entre eles, e como sua organização emergiu. Em função disso, apresentam processos causais e cumulativos diferentes, com Veblen privilegiando a evolução e Polanyi a coerência e unidade sistêmicas de elementos de um dado sistema analisado, ou seja, uma causalidade cumulativa capta a transição entre sistemas em Veblen e uma que explora as interações sistêmicas mais detalhas e com permanência estrutural de longa duranção em Polanyi, quando analisa comparativamente as sociedades – Não estamos afirmando, com isso, que Veblen não aborda a coerência e unidades dos sistemas, e que Polanyi, em nenhuma das suas obras, se preocupe com as mudanças evolucionárias, apenas que buscamos explorar, em cada autor, o que consideramos de mais contundente e robusto em suas metodologias para analisar as instituições e a causalidade cumulativa.

O segundo nível ocorre quando esses autores aplicam seu referencial teórico e metodológico a objetos específicos. Veblen, buscando compreender os processos evolucionários que explicam a existência de uma Classe Ociosa[99], aborda como diversas sociedades poderiam se organizar, antes e depois da revolução industrial. Polanyi, por sua vez, preocupado em entender as manifestações dos elementos de mercado e de outras formas de

[99] Nos referimos ao Livro Teoria da Classe Ociosa.

integração econômicas na história humana, que são análogas em função do sistema de mercado, estuda comparativamente diversas organizações sociais, também antes e depois da revolução industrial.

Cada um deles, analisando instituições diferentes, abordam sociedades que se assemelham estruturalmente, nos ajudando a compreender um ponto de nossa especial atenção na tese, que é a economia política dessas sociedades e os mecanismos utilizados por ela para realizar no cotidiano a distribuição oriunda daquelas regras. Assim, apesar da interação que propomos em termos de Economia Política se realizar pela pressuposição de que ambos estão abordando em dado momento um determinado tipo comum de sociedade, baseado na descrição feita de elementos secundários nas suas análises (que é um esforço secundário para subsidiar o esforço principal dos autores em entender as instituições objeto de suas análises), essa etapa descritiva é uma condição e se trata de um elemento sistêmico em suas teorias, por dar suporte para argumentos posteriores dos autores, logo, as complementaridades que brotam não são fortuitas, mas coerentes com a construção teórica mais geral. Posto isso, as complementaridades que exporemos abaixo se encaixam nessas duas interações.

2.4.1 Hierarquia, mecanismo distributivos e os aspectos metodológicos da causalidade cumulativa

O Institucionalismo levado a cabo por cada autor é diferente, como afirmamos acima. O institucionalismo polanyiano se concentra em compreender, em uma dada sociedade (é o recorte utilizado pelo autor), como a estrutura e agente se relacionam a partir de uma certa organização social que, por sua vez, fornece o apoio para os mecanismos internos e externos de distribuição, incluindo a análise monetária e financeira. Não há uma preocupação evolucionária em sua análise, mais sim, o destaque da coerência institucional e sistêmica dos processos causais e cumulativos de uma estrutura social em relativa permanência e amadurecimento. Os processos causais e cumulativos se manifestam na "unidade e estabilidade" em que se adotam certas soluções institucionais para realizar, por exemplo, o movimentos dos meios de subsistência, que por sua vez, são interdependentes com outras instituições que são coerentes com suas exigências, como o usos do dinheiro e das finanças. A causalidade e cumulatividade se expressam sistemicamente, em uma estrutura amadurecida, e que persiste relativamente.

Polanyi realça as especificidades institucionais de cada organização social e seu sistema econômico específico comparando-o com sistemas econômicos com outras organizações sociais, que apresentam características diferentes. Então, a análise institucional se faz pela

comparação, e não pela evolução (relativamente). Isso permite a Polanyi demonstrar minúcias e detalhes de como os sistemas econômicos funcionam, como os gigantescos mecanismos de redistribuição que caracterizam alguns Estados arcaicos, e que fazem fluir os meios de subsistência repartidos pelas regras da economia política, tendo sistemas monetários e financeiros heterogêneos, se comparados a nossa sociedade moderna – nos inspiramos para formular parte de nossa hipótese no funcionamento dessas economias. Com esse objetivo, nossa leitura indica que o livro "A subsistência do homem" se mostrou muito mais prolífero em oferecer essas informações e detalhes, por ter uma ênfase em analisar e compreender as sociedades pré-modernas que o livro "A Grande Transformação", ao nosso ver, se dedica mais à análise das mudanças institucionais que conduziram a sociedade do feudalismo ao capitalismo, bem como, o funcionamento deste último.

O Institucionalismo de Veblen, por sua vez, é desde sua origem preocupado com a explicação evolucionária das instituições, circunscrito pelos princípios da ontologia Darwiniana, até então desenvolvidos e elucidados à época em que ele escrevia. Portanto, Veblen explica como a cultura humana, em geral, evolui ao longo da história, tendo como referência, a tríade vebleniana – com destaque para as instituições, obviamente. Assim, a preocupação primária do método é explicar as mudanças causais e cumulativas das instituições que conduziram as mudanças profundas na humanidade, como o caso da instituição da Classe Ociosa – essa mesma metodologia evolucionária pode ser aplicada a qualquer instituição que esteja inserida em um sistema populacional complexo (SPC), com a temporalidade do processo, sendo específico em cada caso. Não se privilegia o cotidiano econômico das sociedades, contudo, temos uma explicação de como se constituíram as regras que ordenam a economia política das sociedades, e que proporcionam a existência de hierarquias e de uma Classe Ociosa, que mesmo sem trabalhar, recebe das classes subalternas (mecânica, braçal, trabalhadora), os meios para sobreviver.

Obviamente, a causalidade cumulativa que explica esses processos são diferentes, se compararmos a de Polanyi. Veblen está preocupado (em relação a Polanyi), em compreender como a mudança institucional (variação/novidade) desarticula a coerência entre os elementos sistêmicos da estrutura que Polanyi tanto busca compreender. Desta forma, a causalidade cumulativa de Veblen é aderente à transição entre sistemas motivados pela mudança de certas instituições (como a emergência da propriedade privada e como ela possibilita o surgimento de uma classe ociosa), e menos preocupada com as especificidades institucionais de cada sistema em outros temas (não explica os mecanismos internos de circulação dos meios de subsistência; sistemas monetários e financeiros).

Portanto, considerando o sistema institucional que apoiam as FIE que nos propomos a investigar na Amazônia colonial [simetria, centralidade, autarquia e (elementos de) mercado], as abordagens institucionais e a ênfase de suas explicações causais e cumulativas se complementam por oferecerem uma interseção importante no nosso estudo: utilizaremos Veblen para explicar a organização hierárquica da sociedade colonial amazônica e os privilégios e ônus distributivos que isso representa (proporcionado pela análise evolucionária da Classe Ociosa que o autor empreende), enquanto que, pela ótica polanyiana, investigaremos os mecanismo pelos quais essa distribuição, proveniente das regras de economia política dessa sociedade, se realizam no cotidiano (resultado da análise institucional da coerência e comparativa das sociedade). Isso somente é possível pela abordagem da causalidade cumulativa nesses dois eixos, do evolucionário (Veblen) e da coerência sistêmica em dado sistema econômico (Polanyi).

Desta forma, poderemos analisar o aviamento referido à estrutura que organiza a sociedade e o tipo de economia que ela ajuda a instituir. Os modelos de causalidade cumulativa apresentados no tópico 2.2.4 nos ajudam a analisar a dinâmica institucional de duas formas: i) mais detalhista em relação ao aviamento e, de forma mais abrangente (significa que empregamos a dinâmica da tríade vebleniana e a causalidade cumulativa, sem detalhar as coerências sistêmicas e o processos de variação, herança e seleção, que estarão implícitas) em outras instituições que exigem um tratamento, porém, que não são nosso objeto principal, infelizmente, o escopo da tese não nos permite a análise detalhada, como proposto pelos modelos de todas as instituições que surgem em nossa análise.

2.4.2 Economia política

Entendemos economia política como "[...] ciência das leis que regem a produção e a troca dos meios materiais de subsistência na sociedade humana" (Engels, 1972 *apud* Netto, 2006 p. 17). Dentre essas leis, é importante a concepção política da produção e distribuição dos meios materiais produzidos pela sociedade, acima de tudo, quando relacionado a sociedades estratificadas. Nesse interim, temos uma diferença entre Veblen e Polanyi.

Polanyi (1994; 2000; 2012) tem consciência de que algumas sociedades analisadas por ele são estratificadas[100]. Contudo, apesar de reconhecer essas estratificações e assimetrias de

[100] Conforme classificação expressamente usada no capítulo "semânticas do dinheiro", página 351, do livro de 2012.

poder político, não as explica como força distributiva assimétrica dos meios materiais que garantem a subsistência das sociedades, ou seja, toma essas relações como estabelecidas na estrutura social, apesar das sociedades serem rigorosamente delineadas a partir da pesquisa histórica e antropológica. Por esse motivo, também se afasta das condições tecnológicas e relações de produção no âmago dessas sociedades. Como vimos, Polanyi se detém à análise dos hábitos utilizados para realizar a distribuição, dentro de condições institucionais delimitadas, porém, não explica como se originou o poder exercido pelo sacerdote, do chefe, do rei, apenas que seus privilégios não são contestados.

Veblen e o acréscimo da categoria instintos auxilia a desenvolver essa lacuna na obra de Polanyi. Vimos, com o advento das sociedades predatórias, que uma combinação de instintos que privilegia o instinto predatório e os hábitos centrais da emulação, consumo conspícuo e ócio conspícuo, explica como surge uma classe ociosa e como, por meio desses hábitos, essa classe se apropria de parte dos meios materiais de subsistência, sem trabalhar diretamente com a produção (indústria). Quando Polanyi analisa a redistribuição em sociedades estratificadas, como a arcaica, feudal e outras, está se referindo, em termos veblenianos, às sociedades predatórias, onde existia uma classe ociosa em evolução e com capacidade de extração do excedente das classes inferiores, bem demarcadas, por exemplo, quando o autor analisa o "dinheiro de rico" e o "dinheiro de pobre".

Assim como em Polanyi, a passagem do feudalismo para o capitalismo, em especial a industrialização, marca algumas mudanças substanciais na classe ociosa de Veblen. Nesse período moderno da fase predatória, além das diferenças na tecnologia empregada na produção, que marca a passagem da manufatura para a indústria, o hábito da emulação se relaciona à propriedade e à ostentação de bens. A emulação pecuniária faz a classe ociosa, "a proprietária", convergir para hábitos de pensamento e ação que ocasionam sua especialização na gestão contábil e financeira de sua riqueza, buscando sempre a sua maximização dos rendimentos provenientes de suas propriedades, o que nem sempre representa eficiência industrial e, por consequência, maior bem-estar social.

Pelos mecanismos já vistos, a classe ociosa acumula riqueza em detrimento da classe trabalhadora assalariada, tornando-se uma classe conservadora, promovedora do *status quo*. É assim, com a instituição do sistema tecnológico industrial, que os mercados se transformam em um sistema, dada a exigência dos preços nos modelos mentais da gestão econômica-financeira dessas indústrias e a queda das barreiras a maior velocidade da circulação das mercadorias fictícias, marcando a superação da centralidade como instituição dominante na economia ocidental (Veblen, 2015). Na essência desse processo, que culmina com o período industrial na

obra de Veblen e no capitalismo oitocentista de Polanyi, temos o instinto predatório da classe ociosa direcionando a produção e distribuição do meio material disponível na sociedade.

Em economias onde prevalecem as instituições simétricas, como nas sociedades primitivas de Polanyi (2012) e nas etapas de selvageria pacífica de Veblen, a propriedade privada não se manifesta, e os padrões de emulações beneficiam a coletividade – aqui, a emulação se relaciona a uma combinação da tríade vebleniana diferente. A instituição do parentesco, que organiza institucionalmente a vida em sociedade e oferece a estrutura para a realização do comportamento recíproco, ganha ainda mais coerência evolucionária ao acrescentar-se os instintos da inclinação parental e do trabalho eficaz, pois ambos reforçam os hábitos que se coadunem com sociedades não-estratificadas analisadas por Polanyi (2012). Portanto, as categorias veblenianas de instinto e hábito, dadas as suas contribuições para compreendermos as relações políticas entre as classes, que em último caso, determinam suas funções e parcelas de apropriações do produto no âmbito da produção, distribuição e consumo, reforçam as explicações políticas por trás da unidade e estabilidade das FIEs e instituições de apoio de Polanyi.

Em contrapartida, Veblen preconiza um viés negativo em relação as sociedades que baseiam o seu conhecimento no animismo ou antropomorfismo, pois essa seria uma das bases sustentadoras da estratificação e da ineficiência industrial. No capitalismo, no estágio industrial do desenvolvimento humano, o instinto do trabalho eficaz se alimenta cada vez mais do conhecimento factual, o que produziu nas sociedades modernas meios materiais de subsistência como nunca antes, com níveis de eficiência tecnológica também sem precedentes – mesmo sobre os desígnios da classe ociosa e do predomínio do instinto predatório. Contudo, nunca se viu da mesma forma a reprodução da sociedade ser tão individualizada, dependente de motivações econômicas orientadas por um sistema de mercado. O instinto da inclinação parental é totalmente desprivilegiado pelas instituições que conformam o meio social e material. Nesse ponto, uma economia política polanyiana nem sempre aparente, emerge.

Onde prevalecem instituições simétricas e centralizadoras, a reprodução é uma questão coletiva, enquanto que, no mercado, o comportamento reforçado é o da troca mercantil, representando que a reprodução é de cunho individual, sem salvaguardas coletivas. Assim, quando o mercado é a instituição integradora de terra, trabalho e dinheiro, ocorre uma inversão no desenvolvimento da cultura humana, da reprodução baseada em instituições que privilegiam motivações sociais e coletivas para instituições que sustentam motivações econômicas e individuais. Desta forma, a distribuição se dá exclusivamente (relativamente, queremos dizer) pelo empenho e sucesso individual, sendo que os desafortunados, cada vez menos, são

socorridos por salvaguardas coletivas – é a própria desarticulação social enunciada no termo "moinho satânico".

Em Polanyi (2012), as relações entre as classes inferiores e superiores em sistemas redistributivos eram estabilizadas por direitos e obrigações de ambas as partes. Havia uma dimensão individualista e predatória na classe ociosa, mas sua escala não comprometia as suas responsabilidades com a reprodução coletiva. Portanto, apesar de haver uma classe superior afastada das práticas industriais, e que se apropriava de parcela do excedente, em contrapartida, ela tinha responsabilidades redistributivas com as classes inferiores que respaldavam o seu *status*, como no caso dos estados arcaicos. Se na tecnologia de produção o animismo comprometia a eficiência industrial proporcionada pelo instinto do trabalho eficaz, que por sua vez estava subjugado pelo instinto predatório, em âmbito distributivo, as instituições que se desenvolveram davam maior resiliência à subsistência do homem, pois a reprodução era uma questão coletiva, com uma manifestação clara do instinto da inclinação parental. Já com a dominância da troca mercantil e o mercado, momento em que o conhecimento factual influência decisivamente o instinto do trabalho eficaz, relativamente, o indivíduo depende da própria sorte para garantir sua subsistência. Apesar de maior meio material disponível, dado o avanço das instituições econômicas e tecnológicas, a insegurança do acesso a esses meios por uma parcela da população, tem aumentado em grau relevante, sempre que o sistema de mercado é deixado a sua própria sorte, como nas fases de ênfase liberal.

Concluindo, instituições que resultam em baixa eficiência tecnológica e material, no âmbito da produção, não necessariamente tem o mesmo viés negativo quanto a eficiência em promover, como um objetivo coletivo, a subsistência do homem, como é o caso das FIEs redistributivas (com o Estado como instituição centralizadora) e recíprocas. Enquanto que, distributivamente, o culto ao deus, ao chefe, ao rei e outras posições honoríficas estruturam a eficiência coletiva da reciprocidade e a redistribuição para Polanyi, produtiva e tecnologicamente, são instituições "imbecis" para Veblen.

2.4.3 Instituições que explicam a distribuição cotidiana do meio material

Por quais hábitos a classe ociosa e as classes inferiores se integram economicamente para garantir a subsistência do homem? O que explica o direito de acesso ao meio material? Acreditando que oferecemos no tópico anterior a resposta para a segunda pergunta, iremos nos deter a primeira. Apesar de explicar a economia política por trás de uma sociedade estratificada

ao longo dos estágios do desenvolvimento da cultura humana, Veblen não explora os hábitos comumente instituídos no cotidiano dessas sociedades que permitem os estratos sociais acessarem os meios materiais, ou seja, por quais mecanismos se realiza o abastecimento com os meios de subsistência? Nesse sentindo, as instituições simétricas, centralizadoras, autárquicas e de mercado delineadas por Polanyi ocupam uma dimensão não explorada pelo institucionalismo vebleniano. Então, as FIEs são úteis para explicar por quais mecanismos se efetivam a distribuição nas sociedades analisadas por Veblen – dentro do pressuposto anteriormente citado de que é possível associar sociedades com FIEs específicas de Polanyi e os períodos evolutivos de Veblen.

Expressamos essas relações abaixo:

a) Sociedades primitivas: a propensão instintiva da inclinação parental e do trabalho eficaz são dominantes na natureza humana, o que, em interdependência, reforça a estruturação da organização das sociedades simétricas, com base, por exemplo, no hábito do parentesco. Por sua vez, a organização simétrica instituída, que reforça o predomínio das inclinações instintivas, implica que a distribuição seja realizada através da reciprocidade, como por meio do recurso da dádiva e contradádiva. Esse comportamento recíproco é baseado em uma instituição com motivação social, o parentesco, exercendo a função econômica nessas sociedades. Nesse caso, não temos venda e compra, nem dinheiro de uso geral. O que existe são movimentos do meio material pautado no comércio de presentes, dádivas e contradádivas, que nem sempre são equiparadas quantitativamente, mas que devem ser da qualidade certa. Instinto, meio social e material se auto reforçam em causalidade cumulativa, constrangendo o tipo de trocas e de comércio que envolvam ganho individual e quantificação exacerbada do resultado.

b) Sociedades predatórias pré-industriais: a propensão instintiva predatória é dominante e determina as finalidades da natureza humana. Essas características se coadunam com sociedades estratificadas, organizadas em classes, sendo as classes superiores responsáveis por centralizar a distribuição dos meios materiais. Nessas sociedades, o individualismo característico da classe superior ainda se submete à responsabilidade em assegurar a reprodução coletiva da classe inferior – nesse caso, estamos atenuando o individualismo, que associado à propriedade privada, é uma das características comportamentais do agente vebleniano nessa etapa. O instinto da inclinação parental, ainda se faz suficientemente forte, apesar de subalterno, para delinear que a reprodução é uma questão coletiva. Na ausência de instituições com motivações estritamente econômicas, instituições centralizadoras com motivações sociais, como o Estado arcaico, realizam os movimentos do meio material, se utilizando de uma variedade crescente de obrigações não econômicas a serem pagas, e do comércio administrado.

Os meios materiais não circulam por compra e venda. Os direitos e deveres entre Estado e as classes estratificadas da sociedade, baseadas na obrigação e pagamento, fazem circular toda a sorte de meios materiais na economia. A redistribuição enaltece o *status* da classe ociosa pelas ações redistributivas e garante, como uma genuína problemática coletiva, a subsistência dela e das classes inferiores, aumentando o seu prestígio, respeito e sua legitimidade.

c) Sociedades predatórias industriais: a diferença em relação ao tipo anterior de sociedade predatória é que a manifestação do instinto predatório é direcionado pelos hábitos de pensamento e ação provenientes da indústria como realidade material e tecnológica. O sistema de mercado é o fundamento institucional que proporciona a organização da vida em sociedade, visto que, oferece os meios para emulação pecuniária da classe ociosa, reconhecendo méritos individuais através do acúmulo de riquezas provenientes da operação nesses mercados. O instinto de inclinação parental não repercute decisivamente na estrutura da sociedade, sendo assim, a reprodução se torna um assunto individualizado, que se fecha nos parentes mais próximos e nas gerações que eles produzirem – O Estado, milenarmente importante como instituição centralizadora, tem essa função limitada durante o século XIX e XX, mais e menos, de acordo com a ênfase liberal.

Em função disso, comprar e vender se tornam as operações básicas em um mercado autorregulado, baseado no dinheiro de uso geral. A troca mercantil, então, é o comportamento instituído, dita a regra de como os meios materiais são compartilhados pela sociedade, ou seja, onde prevalece a máxima satisfação e acumulação individual, sem preocupações adicionais com as condições gerais da coletividade. O homem e a natureza se tornam mercadorias, acessadas por intermédio de um dinheiro multifuncional. O objetivo proposto pelo instinto do trabalho eficaz está impregnado em todas as sociedades descritas acima, seja na organização de meios para fins eficientes na produção ou na distribuição. Nesta última, influência nos mecanismo que concretizam a reciprocidade, redistribuição, domesticidade e mercado em cada uma dessas sociedades, sempre buscando inovações que os tornem mais eficientes. É com o instinto do trabalho eficaz que as múltiplas possibilidades de combinação entre as FIEs, enriquece e alimenta com diversidade e eficiência (nas circunstâncias dadas) as sociedades em questão.

2.5 Metodologia

Todas essas complementaridades teóricas, se conectam pelo método evolucionário, tendo a causalidade cumulativa como fundamento estruturante do método. As mudanças institucionais explicadas pela causalidade cumulativa, onde expressamos alguns modelos possíveis no tópico 2.2.4, se articulam em interdependência com a natureza média instintiva e meio material da sociedade. De sorte que, uma mudança nas instituições pode alterar a natureza média instintiva da sociedade e o meio material, como também, as variações da natureza média instintiva e do meio material iniciam processos causais e cumulativos inéditos na estrutura institucional. Isso pode ser aplicado, como esboçamos, na circulação dos meios de subsistência na economia cotidiana das sociedades, conjugando combinações instintivas, meio material, FIE e as instituições de apoio.

Para operarmos empiricamente esse referencial teórico, ele nos impõe uma restrição quanto ao método de pesquisa. Para realizarmos uma análise institucional rigorosa, especialmente de sociedades pré-colombianas e coloniais, alimentamos os seus processos causais e cumulativos com fatos empíricos, delineados pelas pesquisas arqueológicas, antropológicas e históricas, todas inclusas no método de pesquisa qualitativo. A pesquisa histórica, segundo Richardson (2012), depende sobretudo de documentação escrita, enquanto que as outras não se limitam a essa restrição.

Com base nos dados secundários provenientes dessas pesquisas qualitativas, iremos testar a nossa **hipótese**: a dominância estrutural da centralidade estatal e da redistribuição até o fim do Diretório dos Índios (1798), desenvolveu finanças em gênero em uma economia predominantemente sem moeda cunhada. O crédito ou aviamento, por sua vez, é uma manifestação coerente e adaptada dessas finanças. Simultaneamente, durante o mesmo Diretório, inicia-se a transição para um novo regime, onde o caboclo e não o indígena, o capital mercantil e não o Estado (ainda utilizando a redistribuição), passaram também, respectivamente, a produzir meios materiais e a organizar relevantemente, apesar de ainda subalternos, os fluxos da instituição do aviamento.

Para realizarmos o teste de nossa hipótese, o primeiro passo da metodologia é mobilizar os dados provenientes de pesquisas qualitativas, históricas, arqueológicas e antropológicas, através de uma revisão de literatura para testarmos a existência de uma instituição centralizadora (o Estado) e a presença da redistribuição como forma dominante de integração econômica nas sociedades estudadas.

Nossa hipótese foi formulada considerando o referencial teórico, logo, adotamos o pressuposto de que o Estado português apresentava características de sociedades predatórias pré-industriais. Essas sociedades, como vimos, são hierarquizadas e suportam uma classe ociosa, privilegiada pelo Estado centralizador, que é o fundamento da economia substantiva através da redistribuição. Nessas sociedades, o prestígio social, alimentado pela emulação, é o objetivo maior, inclusive condicionando e reproduzindo o acúmulo de riqueza. Por outro lado, o uso da revisão bibliográfica das pesquisas antropológicas e arqueológicas nos possibilitou compreender um pouco mais sobre a organização das sociedades amazônicas pré-colombianas. Dentre as possibilidades de organização, que contemplam sociedades mais e menos estratificadas, temos unidades políticas regionais e com redes de comércio, os Cacicados Amazônicos, que também classificamos como predatórias (Veblen, [1899] 1983).

Para consolidarmos com dados empíricos os pressupostos teóricos (Veblen e Polanyi) sobre a organização social e econômica dessas sociedades que interagiram no período colonial e instituíram uma estrutura social específica, adotamos a seguinte estratégia: 1) Quanto aos portugueses, selecionamos a partir da leitura dos artigos da historiografia amazônica os principais agentes que desembarcaram na Amazônia: autoridades coloniais, militares, moradores, missionários e donatários de capitanias privadas (estes menos). Buscamos nesses artigos da historiografia amazônica, reorganizar e reinterpretar as pesquisas documentais realizadas por esses estudos relacionados à função desses agentes na sociedade (indiretamente, resulta em relacioná-lo à estrutura, com menor e maior grau de aprofundamento pelos autores, atribuindo o seu papel, relativamente, a outros agentes); o prestígio de funções nobilitantes na estrutura social e oportunidades; e privilégios econômicos proporcionados por elas; as práticas cotidianas da economia no Estado do Grão-Pará e Maranhão relacionadas à circulação dos meios de subsistência, sistema monetário e às finanças envolvidas. 2) Em relação aos indígenas, recorremos além da pesquisa histórica a revisão de literatura sobre as pesquisas arqueológicas e antropológicas, contudo, orientados pelas mesmas relações citadas acima.

O segundo passo de nossa metodologia foi organizar a estrutura hierárquica da sociedade colonial, esboçando um organograma, explicando a posição de cada um desses agentes em relação à estrutura administrativa do Estado, onde os integrantes da classe ociosa ocupariam as funções de prestígio – desfrutando dos inerentes privilégios e oportunidades econômicas – e os estratos inferiores, as funções industriais (mecânicas) e nos piores dos casos, a de cativos (propriedade). Complementando a apresentação da organização da sociedade, esboçamos como a economia colonial funcionava na Amazônia, baseada na sua forma de integração dominante: a nossa hipótese é que seja a redistribuição, com os respectivos recursos

centralizados e distribuídos pelo Estado. Portanto, ao fim dessa etapa, explicaremos como a sociedade se organiza estruturalmente e por quais regras políticas e formas de integração a economia distribui os meios de subsistência – podendo a forma dominante ser combinada as outras FIEs. É a estrutura que organiza a sociedade que representa o ambiente comum que nos ajuda a delimitar os SPCs e os critérios de seleção.

No terceiro passo, abordamos como essa estrutura possivelmente redistributiva está em interdependência com a instituição do aviamento. Detalhamos três pontos que são relevantes nessa etapa. O primeiro diz respeito a rever a estrutura hierárquica da sociedade colonial pela ruptura identificada antecipadamente como relevante pela bibliografia consultada: as reformas pombalinas, em especial o Diretório dos Índios (1757). O segundo ponto avalia quais as características comerciais, monetárias e financeiras foram instituídas na estrutura econômica nesses períodos, em causalidade cumulativa com o tipo de organização social e FIE, para fazer circular a subsistência produzida pelo meio material. Verificamos se e como essas características são herdadas pela instituição do aviamento. O terceiro ponto diz respeito ao método evolucionário. Apesar de ele permear toda a análise empírica do trabalho, nos dedicamos a especificar com maior rigor e riquezas de detalhes os processos evolucionários que fizeram emergir, crescer e levaram a persistência estrutural do aviamento (de algumas de suas variações que identificamos) na economia amazônica. As outras instituições que passaram por mudanças e que citamos no texto, facultamos o aprofundamento dessa análise evolucionária de acordo com cada caso e sua importância.

Realizados esses passos, poderemos testar os argumentos de nossa hipótese: 1) se a economia está ou não organizada majoritariamente pela redistribuição; 2) se o primeiro argumento hipotético for corroborado, veremos, se e como a circulação de produtos, sistema monetário e financeiro instituído estruturalmente condicionou ou não as características gerais da instituição do aviamento, ou seja, se o aviamento é coerente com os hábitos financeiros da estrutura redistributiva. Além disso, dadas a mudanças institucionais na estrutura ocasionada pela ruptura, temos variações diferentes do aviamento, o que também contribui para explicar a coerência com a estrutura.

3 A ESTRUTURA HIERÁRQUICA DO SISTEMA COLONIAL PORTUGUÊS NO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ (1686-1756)

Neste capítulo, utilizando o referencial teórico e metodológico institucionalista apresentado no capítulo anterior, iremos nos concentrar no detalhamento de como estava organizada estruturalmente a sociedade colonial amazônica até o fim do Regimento das Missões.

A parcela da Amazônia que seria território português nos séculos XVII em diante, em sua maioria, era território espanhol pelo tratado de Tordesilhas de 1494. Com a União Ibérica (1580-1640), esse limite se tornou ainda mais flexível. As dificuldades enfrentadas pelos portugueses para se consolidarem na foz do rio Amazonas despertou o interesse de outros europeus, já na segunda metade do século XVI, que se estabeleceram na região, visto que ela era a porta de entrada para o vale amazônico.

Na década de 1610, a União Ibérica (1580-1640) inicia com sucesso uma campanha de expulsão de seus concorrentes assentados na região da foz do rio Amazonas e nas imediações da cidade de São Luís. Dentre esses concorrentes, constam holandeses, ingleses e franceses. Conforme Chambouleyron (2006), esse processo é marcado pela tomada de São Luís (1615); pela fundação de Belém (1616); pela tomada das mãos dos holandeses e posterior fundação do forte de Santo Antônio do Gurupá (1623), às proximidades da foz do Rio Xingu; e pela criação em 1621 do Estado do Maranhão e Grão-Pará, autônomos em relação ao Estado do Brasil e submisso diretamente à metrópole portuguesa. Esse combate avança, conforme expõem Pompeu e Viana (2020), até 1639, desarticulando fortificações e rotas de comércio dos seus concorrentes europeus no território amazônico.

O fato é que, durante o século XVI, os sertões do vale do rio Amazonas estavam por serem integrados ao sistema econômico colonial. As expedições de Pedro Teixeira (1637-1639); Orellana (1542); Pedro Úrsua e Lopo de Aguirre (1560-1561) foram as primeiras a detalhar os sertões amazônicos, os povos que ocupavam e os indícios de suas riquezas (Lopes; Campos, 2021). A fundação de Belém é uma mudança significativa na exploração da Amazônia. É a partir da capital do Grão-Pará que se disseminaram os hábitos que sustentam as estratégia de produção agrícola, pecuária, coletas das drogas do sertão para finalidades exportadoras e as estratégias de acesso ao trabalho indígena. Nos dois tópicos seguintes, apresentaremos a estrutura institucional que se fundamenta a economia política e as relações de integração econômicas pelas quais é movimentado os meios de subsistência.

2.1. *Da ocupação ao Regimento das Missões (1615-1756)*

Na década de 1610, finalmente se estabelece uma base de consolidação para a expansão portuguesa no vale amazônico. Essa expansão se baseou na interação entre quatro agentes e seus instintos e hábitos que conformavam a estrutura nesse período: os religiosos, os colonos (moradores), autoridades coloniais (civis e militares) e os indígenas. Considerando esses agentes e as sociedades que eles originalmente conformaram na Europa (o reino português) e na Amazônia (os Cacicados e outros menos estratificados), o predomínio do instinto predatório (VEBLEN, 2015) e a estratificação social é um traço comum dessas sociedades, com manifestações diferentes. Não há dificuldade em afirmar que a estrutura política e social do reino português era hierárquica, tendo como principais instituições a monarquia do Antigo Regime e a Igreja Católica, ambos se baseando na manutenção de uma classe ociosa, tanto política/guerreira, como religiosa, além disso, o reino e a igreja católica estavam imbrincados (Mello, 2018; Ribeiro, 2013; Schawartz, 2010).

Contudo, é de fundamental importância estabelecer as características psicológicas e institucionais gerais das sociedades indígenas, que conforme Schaan (2009) e Porro (1995), constituíam organizações políticas denominadas de Cacicados – nos dedicaremos ao aprofundamento desse modelo para expressar que a sociedade amazônica pré-colonização poderia ter níveis de complexidade altos, o que não exclui a existência relevante de organizações indígenas mais simétricas, como argumentam outros estudos (Acuri, 2007), pois buscamos apenas demonstrar que há respaldo na literatura que ampara uma natureza média humana orientada pelo instinto predatório (Veblen, 2015) entre os povos indígenas, nos ajudando a compreender seu comportamento político e bélico, tanto em relação a outras nações indígenas, como em relação aos europeus, condizentes com uma estrutura institucional hierárquica que contemple uma classe ociosa.

Esses agentes, com seus interesses políticos e econômicos, em interação, organizaram dois modelos de exploração da região voltados à exportação: 1) fundado na exploração das drogas do sertão (extrativismo) e comércio de indígenas cativos, onde se destacam as missões religiosas; expedições oficiais e expedições particulares, ambos dependentes da mão de obra e conhecimento indígena; 2) com base na agricultura, onde destacam-se os colonos e as capitanias hereditárias (Chambouleyron, 2006). Quanto ao abastecimento interno, veremos que a domesticidade e a redistribuição tiveram papel relevante (Ravena; Marin, 2013). Considerando esses agentes que interagem, constituindo os hábitos que instituem a estrutura, analisaremos suas inclinações instintivas, hábitos e instituições que se relacionaram ao meio material, para

nos auxiliarem a compreender a organização social da capitania do Grão-Pará, ou seja, as relações de poder e *status*, e por causalidade cumulativa, instituir uma "economia política do prestígio"[101].

Nesse contexto inicial de conflito entre portugueses, outros colonizadores europeus, missionários e tribos indígenas, o ambiente privilegiava uma propensão instintiva aderente aos anseios belicosos. Assim, no que tange aos portugueses, a urgência da conquista e proezas militares determinou um tipo humano com propensões instintivas específicas para desembarcarem na Amazônia no século XVII e XVIII – os que tinham inclinações majoritariamente predatórias, tendo como finalidade a conquista militar do território e dominação pela fé. Portanto, o objetivo delimitado instintivamente em um primeiro momento não era estritamente material e de subsistência, mas militar e ideológico (POMPEU e VIANA, 2020). Nesse sentido, o instinto do trabalho eficaz e os hábitos e instituições que resultaram eram meios de se realizar esse objetivo. Vejamos esses agentes e suas características de comportamento e institucionais.

a) *Portugueses: colonos, militares e administradores coloniais*

A sociedade portuguesa dos séculos XVI e XVII era organizada hierarquicamente, tendo no seu topo uma classe ociosa com instinto predatório que determina os resultados das combinações instintivas, ou seja, a inclinação parental e o instinto do trabalho eficaz o são subservientes. Temos uma sociedade estratificada, onde o hábito da emulação, combinado ao ócio e consumo conspícuo fazem emergir uma classe ociosa política, militar e religiosa. Nesse tipo de sociedade, obrigações não-econômicas entre os estratos inferiores e superiores organizam majoritariamente, como vimos em Polanyi (1994; 2000;2012), a subsistência do homem a partir de instituições centralizadoras e comportamento redistributivo.

Na sociedade portuguesa, essa instituição centralizadora é o Estado monárquico português, com as classes superiores relacionadas à Corte e sua proximidade ao Rei. Pelo cunho religioso, a Igreja Católica, além das funções honoríficas próprias da religião, tem papel fundamental na política, educação e na tecnologia do reino, por subjugar a sua tutela e fiscalização dos conhecimentos que constituem os hábitos de pensamento e ação da civilização, relacionando-se predominantemente ao animismo. As classes inferiores dependem do seu próprio trabalho para se sustentar, ou o "[...] uso do trabalho manual ou mecânico [...]", que os desqualificam a honorabilidade dos indivíduos nobres (Mello, 2013 p. 38).

[101] Termo de Ribeiro (2013 p. 15).

No âmago do Estado português estão as mercês régias, resultando, como afirma Olival (2011)[102], em uma "economia das mercês". Essas mercês são concedidas pelo Rei aos indivíduos e às famílias honoríficas do reino, que se destacam nos serviços prestados, no presente e por seus antecedentes. Envolvem um número expressivo de títulos, rendimentos e propriedades agraciadas pelo rei, e que proporcionam verdadeiro enriquecimento e *status*. Tratam-se de cargos administrativos, militares e seus rendimentos, sesmarias, capitanias hereditária, aumento de rendimentos e outras. Esses pedidos de mercês dependem, dentre outras coisas, da qualificação certa do requerente, como servir ao rei com louvor; participar de ordens e hábitos de prestígio e ter sangue nobre em alguns casos. Essas instituições portuguesas atravessaram o atlântico e determinaram em grau relevante a vida em sociedade na capitania do Grão-Pará. *Status* e oportunidades econômicas não podem ser separadas: *status*, nobilitação e acumulação estão imbrincados, e com especificidades e graus distintos, foi replicada na colônia. (Olival, 1999; 2009; 2011; Ribeiro, 2013; Pereira, 2006).

Em Mello (2018) é analisada a trajetória da rede familiar iniciada com Manuel Góes, desde sua chegada na capitania do Grão-Pará em 1705 (23 anos) até a sua morte em 1748. A análise mostra as estratégias que Manuel, de família modesta em Portugal, utilizou para se nobilitar na "elite colonial" e ter acesso às mercês reais. Em Portugal, as instituições que atribuíam nobreza, além do sangue, eram a Igreja, a inquisição, a universidade e cargos distribuídos pela monarquia. Nessa última, se destacam a magistratura, patentes no exército e as finanças públicas. Já a nobreza colonial, se nobilitava e ganhava tal reconhecimento, além do enriquecimento e distanciamento de serviços mecânicos, pela conquista, defesa da terra a serviço do rei e ocupação de cargos administrativos. Tanto em Portugal como nas colônias, homens ricos e nobres poderiam ser agraciados com as mercês. Na capitania do Grão-Pará, o comércio se mostrou como uma atividade que proporcionava enriquecimento, como ocorreu com Manuel. Inicialmente ocupado do comércio, antes da sua morte, acumulava propriedades como escravos, moradias em Belém, fazendas e sesmarias.

As estratégias empregadas envolveram o casamento; filiação a instituições de prestígio, como as filantrópicas; e familiatura a ordens, como o Tribunal do Santo Ofício. Quanto ao casamento, a descendência de sua esposa que era nascida na capitania remete aos primeiros conquistadores – capitão-mor que desembarcou em Belém em 1619. A filiação à "irmandade

[102]O acréscimo que realizamos à economia das Mercês é explica-la em termos polanyianos e veblenianos, destacando especialmente a estrutura institucional que possibilita no cotidiano a redistribuição em sociedades estratificadas, nas dimensões internas, comerciais (externas) e financeiras. Ao que parece, naquela autora, a ênfase recai apenas sobre a acumulação de riqueza e prestígio.

da santa casa de misericórdia" ou em outras irmandades religiosas, eram comumente utilizadas para expor o *status* social, também contribuindo para o prestígio. Por fim, ser familiar do Tribunal do Santo Ofício ou de hábitos das ordens militares era uma pré-condição para alcançar as mercês, *status* e prestígio na sociedade colonial, resultando em poder local. Apesar da familiatura ao Santo Ofício não ser o título mais honorífico do reino, ele contribuiu para que seus descendentes alcançassem maior nobilitação através da obtenção das "cartas de Brasão de Armas e Fidalguia", que reconheceu a nobreza de seus netos (Mello, 2018). Portanto, o reconhecimento como classe ociosa envolvia um processo formal no reino português, onde umas das condições era a distância da indústria ou ofício mecânico.

Outra forma de expressar a importância dos estratos sociais, suas funções e trabalhos honoríficos é analisar o poder que a "nobreza da terra" (nobreza da capitania) adquire nas câmaras municipais, em especial, na de Belém, segundo Mello (2013), que a define como "Elite Camarária". Assim:

> [...] As Ordenações Filipinas (1603) regulavam as eleições dos principais ofícios da câmara, bem como dos almotacés, estabelecendo que estes deveriam ser escolhidos entre os homens bons e melhores que houver no Conselho (Mello, 2013 p.34).

Esses cargos, portanto, não estão disponíveis a qualquer habitante da cidade. Nesse artigo, a autora relata uma querela na eleição para o ofício de almotacés em 1741, que entre outros motivos, havia a tentativa de impugnação da eleição, visto que o candidato havia exercido um ofício mecânico (contratador das carnes) e não estava apto a exercer o cargo.

Segundo Corrêa (2016 p. 68), além do prestígio social, a participação nas câmaras nas vilas amazônicas resultavam na obtenção de vantagens econômicas, em especial as mercês reais, que dependiam dentre outras coisas, desse reconhecimento honorífico.

> A relevância dos serviços das conquistas, realizados pelos camaristas de São Luís, objetivava o recebimento de privilégios, ascensão social, vantagens pessoais e acesso aos valiosos "signos nobilitantes", tais como, "nobres da terra", principais da terra, "gente nobre da governança". Títulos autoconferidos, mediante a investidura nos cargos camarários que serviam para identificar, distinguir e assinalar as hierarquias naquela sociedade.

Por outro lado, a câmara de Belém, buscando reforçar os privilégios da nobreza colonial, requereu e obteve mercê real em 1655, "[...] pelos serviços prestados à Coroa portuguesa na expulsão dos holandeses do Maranhão". Elas envolviam "[...] os mesmos privilégios, honras e liberdades que haviam recebido do rei D. João II os cidadãos da cidade do Porto[103]", em semelhante proeza militar.

[103]Os privilégios concedidos pela mercê são citadas na nota 21: "1. Não serem presos nem metidos a tormento senão nas mesmas condições em que os fidalgos o podiam ser; 2. Poderem trazer por todo o reino e senhorios

Ao mesmo tempo que promove nobilitação, cargos políticos e militares de prestígio requerem certa nobilitação. Santos (2017 p. 53) analisa as trajetórias dos 12 governadores e capitães-gerais do estado do Maranhão e Grão-Pará (1702-1751) e do estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780) que os possibilitaram ocupar esses cargos, além das "[...] afinidades pessoais e o parentesco com figuras de prestígio na Corte". O autor destaca a relevância da formação militar, foro de fidalguia, hábitos de ordens militares e outras distinções honoríficas, como familiatura ao Santo Ofício, Ordem de Cristo e etc. Tais processos asseguram que somente os homens da qualidade certa da classe ociosa, digo, com as certificações honoríficas formais e proezas militares, poderiam ocupar esses cargos. A vida dos indivíduos afastados dos ofícios mecânicos era conduzida pela busca de qualificações honoríficas, que os capacitavam aos estratos mais relevantes da sociedade portuguesa e colonial, resultando, tanto em prestígio social, como em benefícios econômicos, notabilizados pela instituição das mercês.

Em mais um exemplo de como a busca por posições honoríficas era importante, Santos (2017) afirma que ser integrante de um hábito de ordem militar assegurava o direito ao recebimento de rendimentos pagos pelo Estado monárquico, sendo que poderiam ser ampliados pela concessão de mercês ao possuidor dessa "qualificação social". Segundo, Olival (2001 p. 52 *apud* Santos, 2017 p. 47), "Além dos rendimentos de tenças e comendas que acompanhavam os hábitos [...] as ordens miliares representavam também um capital honorífico e um profundo legado simbólico".

Não por acaso, esses agentes militares ou cidadãos aptos a participarem das milícias específicas do seu estrato social se beneficiavam socialmente e economicamente dessas funções, mesmo na colônia. Sommer (2011) destaca a importância de participação em instituições militares, pois asseguravam bons casamentos, vestimentas, educação e outros símbolos de prestígio na sociedade. No Grão-Pará, essa relação entre prestígio social, proveniente da função militar e o econômico eram ainda mais próximos, dada a conexão entre as campanhas militares, coleta das drogas do sertão e o comércio de indígenas cativos.

Pompeu e Viana (2020) destacam o papel dos particulares que, ao mesmo tempo, eram militares na exploração das drogas do sertão. É mais um arranjo em relação as missões jesuítas. Pompeu e Viana (2020) argumentam que a militarização foi um elemento central na conquista do território. A expansão da militarização – não sem acordos militares com nações indígenas –

régios quaisquer tipos de armas, quer de noite quer de dia; 3. Desfrutarem dos mesmos privilégios que gozava Lisboa ressalvando a proibição de andarem em bestas muares; 5. Não serem obrigados a hospedar gratuitamente poderosos, nem tomadas as suas casas, adegas, cavalariças, bestas de sela e albarda ou qualquer outra coisa contra sua vontade" (Mello, 2013 p. 33-34).

no vale do rio Amazonas, foi a estratégia da Coroa portuguesa para expulsar os outros europeus e ampliar seu controle sobre as terras, recursos e a fonte de trabalho indígena. Quanto a expansão das guarnições, o autor argumenta que elas são plataformas de onde as tropas entravam nos sertões.

> Esses espaços precariamente guarnecidos, costuravam o sertão a partir das tropas que penetravam os rios em busca das drogas e/ou mão de obra. Fortificações, aldeias, vilas pontuavam os caminhos dos sertões facilitando o sistema de exploração das riquezas e ocupação da região para este lado da fronteira (Pompeu; Viana, 2020 p. 265).

O mais relevante, no entanto, para demonstrar que militares e particulares eram as mesmas pessoas, o autor destaca a função de "cabo de canoa", que era o chefe das expedições que embarcavam em canoas em direção aos sertões. Essa função era uma patente militar em se tratando de tropas de resgate oficiais financiadas pelo Estado que tinha como objetivo o comércio de cativos indígenas e que possibilitava ao cabo ganhos privados, além de sua participação normal no resultado da expedição (Sommer, 2005). Esses cabos, com o passar dos anos e com o acúmulo de experiências e recursos nos sertões, se transmutam de militares-comerciantes de *status*, que são remunerados com parte dos resultados da expedição pelo Estado, em proprietários das canoas, que financiavam com seus próprios recursos, ou associado a terceiros, as expedições – nesse caso, a função de cabo não necessariamente é uma patente militar, e o objetivo de suas canoas poderia ser tanto o comércio de cativos como a coleta das drogas do sertão, que normalmente não eram conciliáveis, pois as fontes desses recursos estavam em lugares diferentes na Amazônia (Pompeu, 2021).

O financiamento das expedições, no decorrer do século XVII e XVIII, englobando as expedições de coleta de drogas e para comércio de cativos, foi assumido por missionários (recebiam um montante da fazenda real), pela própria fazenda real e por particulares (para cativos em períodos específicos que abordaremos adiante), que se avolumam no final do período estudado nesse tópico. Adquirir ou alugar canoas, equipar com mantimentos para mais de 20 indígenas, depositar antecipadamente salários condizentes com um período relativamente longo (6 a 8 meses), exigia um investimento que não estava acessível a qualquer particular. Segundo Pompeu e Viana (2020), entre 1738 a 1767, saíram oficialmente para os sertões 1.690 canoas. Dessas canoas, em 63% dos casos, os cabos de canoa eram seus proprietários, sendo assim, os autores afirmam que:

> [...] esses indivíduos dominavam os códigos da vida nos sertões e isso era algo central no mundo colonial amazônico. A prática do sertão os colocava em evidência e, sem

> dúvida, ampliava as possibilidades de favorecimento pessoal (Pompeu; Viana, 2020 p. 269).

Tanto pelos serviços militares, como pelo favorecimento econômico, os militares ocuparam um papel de destaque na sociedade colonial, o que os capacitou a receberem mercês (sesmarias) e arrematarem contratos dos dízimos[104], ambos exigem que o prestígio social seja proveniente da capacidade militar ou da capacidade comercial. Dessa forma, conclui o autor sobre a intrínseca relação entre militarização, comércio e drogas do sertão, "[...] Essa prática possibilitou não apenas o avanço da fronteira colonial, mas também para esses indivíduos mercês vinculadas a postos militares, posse de terras e inserção nas redes de comércio" (Pompeu; Viana, 2020 p. 272).

Esse comércio não beneficiava apenas os particulares. Os valores movimentados pelas canoas (oficiais e particulares), com as drogas do sertão coletadas e cativos; a produção agrícola e pecuária e seu beneficiamento realizado pelos colonos; aliados à exploração e beneficiamento dos pesqueiros reais; constituíam, dentre outras menos relevantes, a base da receita tributária da administração colonial, pois para redistribuir, primeiro era necessário concentrar recursos (Neves Neto, 2017; Fiori, 2015; Neves, 2012). A administração colonial, em especial no Grão-Pará, tinha como sua principal fonte de receitas tributárias os dízimos de 10% sobre tudo o que era coletado ou produzido: cravo, cacau, salsa, açúcar, farinha, tabaco e mais frutas da terra, presentes e futuras. Além disso, ainda havia impostos sobre as canoas que iam para o sertão e impostos sobre a aguardente[105]; os cativos comercializados através das tropas de resgates também eram submetidos à tributação (Neves Neto, 2017; Neves, 2012).

Além desses recursos, ainda havia os pesqueiros reais, que podiam ser administrados por funcionários da coroa ou contratantes. Envolvia a delimitação de trechos de rios, lagos e áreas litorâneas para a pesca exclusiva aos licenciados pela Coroa portuguesa. Esses pesqueiros eram fonte substancial de proteína para a população, através da captura de peixe-boi; tainhas; gorijuba; tartarugas e seus ovos; e outros (Fiori, 2015). Para todos que participavam da base econômica, era obrigatória o pagamento de dízimos, porém, essa regra não se aplicava aos missionários irrestritamente, pois havia flexibilizações, o que não os eximia totalmente desses pagamentos (Souza Junior, 2012). Podemos entender os dízimos como o recebimento em

[104] Nos referimos, respectivamente, a Pinto da Gaia e a José Miguel Aires. O primeiro, obteve mercês por mérito militar. O último, teve sua capacidade militar contestada pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1752. Mesmo assim, essa deficiência não o impediu de ocupar patentes militares de relevância, o que pode ser explicado, como concluí o governador, pela riqueza acumulada pelo militar, que iniciou como cabo de canoa.

[105] Há, em outras referências, a menção às salinas reais (Chambouleyron, 2009; Neves Neto, 2017) e madeiras (Pompeu; Viana, 2020), porém, não conseguimos avançar em como incindia a tributação.

gênero dos produtos taxados (10%), pois conforme observado por Lima (2006) e Lima *et. al.* (2009), antes da década de 1750, era proibida a circulação de moedas cunhadas no Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Desde pelo menos o último quarto do século XVII, as rendas reais da capitania do Grão-Pará provenientes dos dízimos e outros impostos tentaram ser leiloadas pela Coroa portuguesa (Chambouleyron, 2005 *apud* Neves Neto, 2017). Elas eram arrematadas por arrendatários ou contratantes que pagavam o valor estabelecido no leilão à Coroa, dando estabilidade orçamentária à administração, e ficavam responsáveis pela cobrança dos dízimos e impostos na capitania, que tinha um território vasto e de difícil fiscalização. A diferença entre o valor arrecadado de impostos e o valor pago no leilão correspondia ao lucro do contratante. Antes de 1743, os contratos de dízimos eram pagos nos próprios gêneros taxados, após essa data, passaram a ser pagos em dinheiro da terra, ou seja, o cacau. Outra diferenciação é quanto aos gêneros em um contrato. Enquanto no século XVII havia contratos distintos para as drogas do sertão e outros produtos, no século seguinte eles foram unificados (Neves Neto, 2017).

Ser arrendatário dos dízimos da Coroa Portuguesa, além de benefícios econômicos, elevava o contratador aos níveis mais altos da "hierarquia mercantil", logo, compreendia objetivos também honoríficos, dada a estrutura e regras da organização social. Como afirma Neves Neto (2017 p. 150):

> Quanto à esfera particular, "o sistema dava-lhes a possibilidade de não só enriquecer, como ascender a uma elite comercial e muitas vezes a nobilitação". Semelhante é o ponto de vista de Ana Paula Médicci para a qual os contratadores "buscavam fundir benefícios econômicos e honoríficos" quando de suas participações na administração pública via arrematações.

Como podemos observar, os agentes que compõem a estrutura organizacional da sociedade colonial no Grão-Pará estão sob a égide de uma organização centralizada e redistributiva. Para encaminharmos a síntese dessa estrutura organizacional, abordaremos a seguir os indígenas e missionários.

b) indígenas e missionários

Schaan (2009) Schaan *et. al.* (2004), Porro (1995) e Machado (2006), baseados em trabalhos arqueológicos e antropológicos, argumentam em favor da hipótese que havia estados regionais centralizadores, estratificados e com redes de comércio de longa distância na Amazônia pré-colonial. Os denominam de "Cacicados". Os modelos de complexidade cultural utilizados para entender a organização social dos grupos indígenas amazônicos, a grosso modo, se dividem entre os que se alinham ao determinismo do ambiente, que limitou o

desenvolvimento cultural (Steward, 1948; Meggers, 1995) e aos que consideram essas sociedades em interação com o ambiente, ou seja, adicionalmente, têm capacidade de transformá-la e se desenvolver culturalmente (Schaan, 2009, 2004; Porro, 1995; Balée, 2017).

O primeiro modelo interpretativo foi dominante durante o século XX, e se fundamentava na incapacidade de produção de excedente pela ausência de domesticação de plantas e animais. Portanto, sem agricultura, não poderia haver sedentarismo, organizações sociais mais complexas, sociedades estratificadas e comércio. A análise dos sambaquis (que se estendem da ilha de São Luís, no Maranhão, até a foz do rio Tapajós) e da terra preta antropológica[106], possibilitou o surgimento de hipóteses alternativas que sustentam o segundo modelo, onde se enquadram os Cacicados amazônicos. Sambaquis e terra preta demonstraram que uma dieta rica em recursos aquáticos, associada à coleta, caça e agricultura, possibilitaram o sedentarismo no Baixo Amazonas a 7000 anos, por exemplo (Schaan, 2009).

O meio material, as propensões instintivas e os hábitos e instituições que se desenvolveram propiciaram a produção de um excedente, possibilitando a existência de uma classe superior nesses Cacicados, que se coadunam com as condições relativas ao desenvolvimento de uma classe ociosa de Veblen. Sendo assim, "[... o quadro idílico de tribos da floresta tropical" vivendo em sociedades simétricas não se confirmam com as pesquisas em curso (Schaan, 2009 p. 76). Temos sociedades estratificadas com relações de poder, onde o instinto predatório (Veblen, 2015) já se estabelece como norteador dos objetivos, frente ao trabalho eficaz e de inclinação parental. Os hábitos e instituições que codificam a tecnologia dessas sociedades propiciaram o sedentarismo e adensamento populacional. Para Shaan (2009 p. 68), os Cacicados são representantes dessas formas de organização social.

> Ao longo das várzeas e terraços que acompanham o rio Amazonas e ao longo de seus principais tributários, como o Trombetas e o Tapajós, para falar das áreas mais conhecidas, grandes sítios de terras pretas guardam vestígios de centenas de anos de ocupação por sociedades com organização sociopolítica regional. São os chamados Cacicados das várzeas, descritos como reinos pelos cronistas dos séculos XVI e XVII (PORRO, 1995), que os viram já plenamente desenvolvidos. Sociedades estratificadas, governadas por chefes regionais que exerciam domínio político e simbólico em áreas que se estendiam por dezenas de quilômetros, em alguns casos, como a chefatura dos Tapajós, distribuíam-se por regiões tão diversas ecologicamente como as savanas da ilha de Marajó e os campos elevados do Acre. Tendo surgido, muitas delas, ao final do primeiro milênio, lograram exercer influência inclusive sobre povoações mais autônomas e afastadas (SCHAAN; SILVA, 2004; GOMES, 2005). Os cacicados amazônicos mantinham redes de intercâmbio suprarregional [...] trocavam matérias-primas e produtos manufaturados, dentre eles machados e adornos líticos, sendo especialmente valorizados os adornos de pedra verde, tidos também como moeda na aquisição de esposas (Lathrap, 1973; Boomert, 1987).

[106] Sua dispersão e área dependem do adensamento populacional, mudanças qualitativas na dieta e nos métodos de descarte dos resíduos (SCHAANN, 2009).

O primeiro desses Cacicados é o marajoara, com permanência de 900 anos. Sua decadência é estimada por volta do século XIV. Tecnologias relacionadas a maior eficiência da pesca foram criadas (barragens e viveiros de peixes nas áreas alagáveis) e também, obras de infraestrutura para adaptação do sedentarismo às cheias (montículos de 12 metros com três hectares de área), cerâmica ritualística sofisticada, que diferenciava o *status* dos indivíduos na sociedade com o uso de urnas funerárias. Para Schaan (2009 p. 69), a economia política marajoara envolvia o seguinte:

> Os Cacicados marajoaras eram comunidades regionais pequenas (provavelmente de até dois ou três mil habitantes) cuja economia política baseava-se sobretudo na capacidade dos chefes e pajés de garantir fartura de alimentos e objetos de prestígio obtidos por meio das redes de trocas com outras elites amazônicas.

Em Lopes e Campos (2021), citando Porro (1995; 1992), temos o relato dos Cacicados com quais os cronistas e colonizadores se depararam: Omágua (Baixo rio Napo, afluente do rio Amazonas); Machifaro (margem direita do rio Amazonas, da foz do rio Tefé ao Coari); Yoriman (estendendo-se no rio Amazonas, da foz do rio Purus à margem esquerda até Codajás); Paguana (rio Amazonas, próximo a foz do rio Purus, terminando 100 km acima do rio Negro) e os Tapajó (desde o baixo curso do rio Nhamundá até o Tapajós, seguindo pelo Trombetas e estreito de Óbidos, nas duas margens do rio Amazonas). Os relatos são riquíssimos, envolvendo comércio intertribal, alianças militares e políticas, tecnologias de produção e navegação. O Comércio existente pode ser derivado pela presença de Lhamas e pratas provenientes do Peru no cacicado dos Paguana. Os chefes menores dos Omáguas eram sempre descendentes de famílias de grandes guerreiros. Os Machifaro, inimigos dos Omáguas e Yoriman dominavam as tecnologias de secagem a sol dos alimentos, tinham currais de quelônios e usavam ornamentos de ouro provenientes do comércio com os Andes.

O desenvolvimento desses Cacicados, no interior da Amazônia, é datado de 900 D.C. sobre os Tapajós, Schaan (2009 p.71) nos afirma que:

> O domínio dos Tapajós na área onde é hoje a cidade de Santarém, na embocadura do rio Tapajós, foi descrito pelos cronistas do século XVI e depois pelo padre Bettendorf, em 1661, com mais detalhes que qualquer outro escritor. Sabe-se que era uma sociedade estratificada, que possuía escravos e abundância de alimentos.

Quanto ao comércio dos Tapajós, Lopes e Campos (2021), citando Lima (2018), apresentam suas características.

> Segundo Lima (2018) os Tapajós tinham estratificação social associada à produção de vasos de cerâmica, louças antropomórficas e zoomórficas, muiraquitãs em diversos estágios de manufatura. [...] As cerâmicas eram utilizadas nas redes de trocas estendidas além dos domínios Tapajós, [...] ocorriam desde o alto Amazonas até a foz, na ilha do Marajó, ligavam-se ao Nordeste onde os povos Tupi controlavam essas redes, fonte de matéria-prima, de produção e distribuição de itens. Essa circulação é comprovada pelos achados de itens produzidos pelos Tapajós em sítios de aldeias lacustres no Maranhão, em áreas dos rios Xingu e Tocantins, na costa do Amapá e próximas às Guianas.

Schaan (2009 p.76) afirma que essa rede de comércio de longa distância, além de bens de prestígio e produtos intercambiavam ideias e tecnologias. Politicamente, a autora situa os Cacicados amazônicos mais próximos ao estado expansionista Inca do que o modelo idílico das florestas tropicas, dado que "[...] em nenhuma outra parte do país [atual Brasil] tinha o desenvolvimento de instituições sociopolíticas complexas chegado tão longe". São com as estruturas que organizam socialmente esses Cacicados, com populações adensadas; estratificadas; centralização do poder político entre aldeias e tribos e redes de comércio de longa distância que os europeus se depararam, no século XVI e XVII, em suas primeiras viagens de exploração pelo vale amazônico.

Não podemos generalizar para toda a Amazônia a ocorrência desse modelo de organização social baseada nos Cacicados. Um tipo mais simétrico de sociedade, o "modelo idílico", se fazia presente e era relevante. Contudo, onde esses Cacicados se organizaram, poderia ser um obstáculo ainda mais formidável à expansão europeia no vale amazônico, se considerarmos apenas a força militar dos europeus nessas expedições. Essa conquista do território pelos europeus não poderia obter sucesso nos dois primeiros séculos sem a realização de alianças com nações em lados opostos da política indígena amazônica, para a guerra e conquista, e segundo, pelo impacto determinante das epidemias que dizimaram a população (Chambouleyron *et. al.*, 2009).

Dito isso, o papel do indígena não deve ser de submissão e desprovido de interesses sociais e políticos, pois a existência dos Cacicados – tanto para suas nações, como para as nações que não se enquadram nesse modelo, mas que interagiam com ele pelas relações de comércio e/ou políticas mais brandas – já havia, por causalidade cumulativa, engendrado no território amazônico hábitos de pensamento e ação condizentes com sociedades expansionistas e estratificadas em algum grau, que subjugavam outros chefes, e já concebiam o prestígio proveniente de façanhas políticas e militares e a honorabilidade religiosa, emergindo uma classe superior e outra inferior, que é responsável pela indústria e produz o necessário à subsistência daquela. Ou seja, não são agentes passivos, tão pouco, os interesses econômicos e comerciais,

não necessariamente mercantis, não existiam. Schaan (2009) e Meira (2017) demonstraram, inclusive, que as antigas rotas de comércio intertribais foram utilizadas pelos colonizadores.

Apesar de não podermos generalizar para toda a Amazônia esses Cacicados, a hipótese de sua existência amplia nas sociedades amazônicas, considerando uma média, a combinação instintiva e institucional aderente com graus predatórios (VEBLEN, 2015) e estratificação social e política que são estranhas às sociedades mais simétricas. Se considerarmos o Cacicado dos Tapajó, em algum momento, para ter acesso ao vasto vale amazônico para além da foz do rio Tapajós, os portugueses tiveram que enfrentar os desafios políticos e militares representados por essa estrutura. O que gostaríamos de reafirmar é que os Cacicados reforçam ainda mais as estruturas indígenas como protagonistas na trama de ocupação portuguesa no território, seja como aliados ou como inimigos, inevitavelmente, alimentados pela política indígena entre as nações.

Apesar dessa diversidade de organizações sociais indígenas que se concretizou na Amazônia, o contato com as expedições europeias já citadas, durante o século XVI, com os quais estabeleceram comércio e alianças do final deste mesmo século até a década de 1630, em geral, fizeram suas instituições e organização social iniciar um processo de transformação e desestruturação mais acelerada e profunda a partir do estabelecimento da influência e presença portuguesa contínua no vale amazônico, apoiada pela fundação de São Luís, Belém e outras infraestruturas já citadas anteriormente que datam das décadas anteriores de 1610 e 1620.

Desde as campanhas de expulsão dos concorrentes europeus, a União Ibérica e depois a Coroa de Portugal já eram dependentes das alianças estabelecidas com os indígenas para a realização da tomada e controle do território. Guerrear, coletar drogas do sertão, pescar, caçar, plantar, criar, trabalhos diversos, enfim, tudo o que envolvia a essência do cotidiano econômico da capitania do Grão-Pará passava pela mão de obra indígena, seja ela proveniente dos aldeamentos, ou pela escravizada (Chambouleyron, 2003; Perrone-Moisés, 1992). As nações indígenas e as alianças estabelecidas com elas orientariam, nesse primeiro momento, o cerne do projeto colonial no estado do Maranhão, com o aldeamento como base nesse projeto.

> O aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento da colônia" (Perrone-Moisés, 1992 p. 119).

Porém, o contato e o estabelecimento de alianças entre indígenas e colonizadores portugueses só foi possível graças à presença de um terceiro agente: os missionários, em especial os jesuítas. Considerando as formas lícitas para acessar a mão de obra indígena, os

missionários deveriam estar presentes no processo, administrando como um todo ou fiscalizando e dando aval a sua legalidade. Essa é a conclusão de Perrone-Moisés (1992), quando analisa os marcos legais da "política indigenista" portuguesa, nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Os missionários tinham o objetivo de evangelizar e civilizar os grupos indígenas, ambientando-os à vida em interação com os moradores portugueses – ou seja, habituá-los à fé, às instituições e meio material da Europa ocidental como ideal civilizatório. Jesuítas de destaque no século XVII, como Padre Luís Figueira, Antônio Vieira e Felipe Bettendorff, para além da prática evangelizadora com os indígenas no Estado do Maranhão e Grão-Pará, foram politicamente ativos, tanto na colônia, como no reino, interferindo decisivamente para elevar a importância da ordem jesuíta frente as outras. Não se trata dos números de missões e indígenas aldeados, e sim, os hábitos de pensamento que estabeleceram na política indigenista portuguesa, dada a sua capacidade de ingerência (Chambouleyron, 2003).

O fato é, que a força representada pelos militares e administradores coloniais, e a fé representada pela igreja católica e suas ordens missionárias e regulares desembarcavam juntas nos domínios coloniais. Todos estavam submetidos ao sistema jurídico português, aqueles mais e estes menos, como estabelece Perrone-Moisés (1992 p. 116-117):

> Não existiu um direito colonial brasileiro independente do direito português. O Brasil era regido basicamente pelas mesmas leis que a metrópole (compiladas nas Ordenações Manuelinas e, a partir de 1603, nas Ordenações Filipinas), acrescidas de legislação específica para questões locais. Na colônia, o principal documento legal eram os Regimentos dos Governadores gerais. O rei os assinava, assim como às Cartas Régias, Leis, Alvarás em forma de lei e Provisões Régias, auxiliado por corpos consultivos dedicados a questões coloniais. O primeiro desses conselhos foi a Mesa de Consciência e Ordens, criado em 1532. Seguiram-se o Conselho da índia (1603) e seu sucessor, o Conselho Ultramarino (1643). Para o exame de questões específicas que exigiam conhecimentos locais [...] o rei ordenava a formação de juntas (composta por autoridades coloniais e religiosas), entre as quais a mais importante era a Junta das Missões [...].

Esse sistema jurídico português, do qual emanava a política indigenista, estabeleceu, no período estudado nesse tópico, duas linhas de atuação em relação às nações indígenas, uma para aliados e outra para inimigos (Perrone-Moisés, 1992; Dias, 2017; Mello, 2009). Para os aliados, dois caminhos eram possíveis, o descimento[107], que resultava nos aldeamentos, e a aliança sem descimento, na qual os indígenas permaneciam na aldeia de origem, porém, cooperando com os portugueses, mantendo uma autonomia relativa.

[107] "Constantes e incentivados ao longo da colonização (desde o Regimento de Tomé de Sousa de 1547 até o Diretório Pombalino de 1757), os descimentos são concebidos como deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias próximas aos estabelecimentos portugueses" (Perrone-Moisés, 1992 p. 118).

Em Chabouleyron *et. al.* (2009 p. 121) é argumentado que o aldeamento é uma forma de estabelecer aliança com os indígenas em defesa dos interesses portugueses. O rei Dom Pedro em 1686 afirmou que "[...] a segurança dos sertões, e das mesmas povoações do maranhão e de toda a América consiste na amizade dos índios". Logo, Chabouleyron *et. al.* (2009 p. 121-122), completa que:

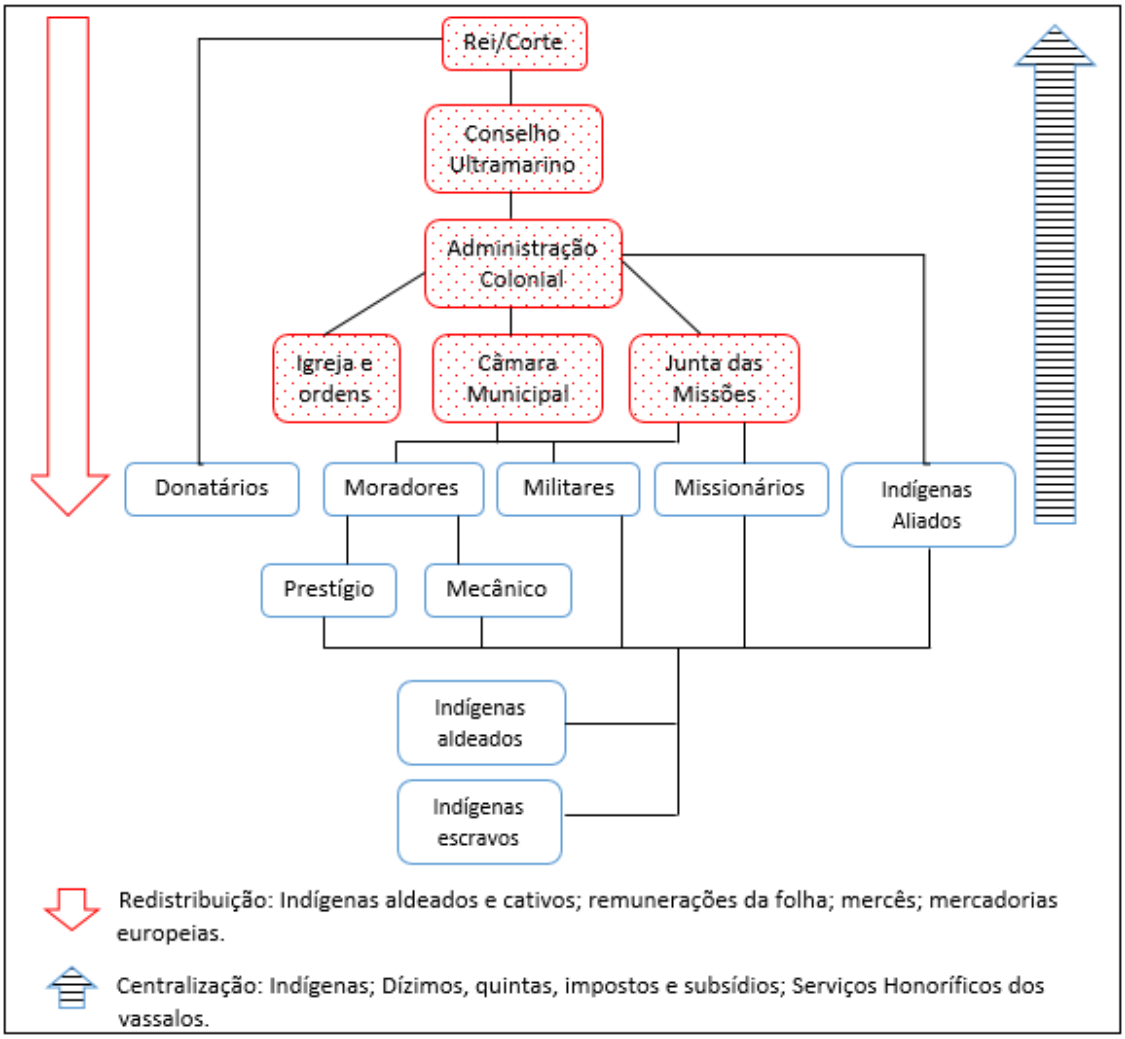
> [...] a conquista portuguesa somente se efetivou a partir das alianças que se estabeleceram [...] alianças realizadas também a partir dos interesses desses grupos nativos, como a busca de proteção e de terras no aldeamento.

Isso é especialmente verdade, enquanto as organizações sociais hierárquicas das nações indígenas ainda eram estruturalmente relevantes no vale amazônico, ou seja, enquanto a força militar e política dos portugueses era reduzida, eles necessitavam, estrategicamente, se aliar às nações indígenas, que além de números superiores em todos os quesitos, detinham o conhecimento tecnológico para se reproduzir materialmente e dominavam as rotas de comércio por onde se integrava a economia. Acreditamos que essa condição seja aplicável ao século XVII mais relevantemente, dado que, no século XVIII, os Cacicados já se encontravam desestruturados. Com a ampliação da população e forças militares portuguesas na região, aliadas às diversas epidemias que dizimaram, tanto indígenas aliados, como inimigos, estruturalmente, as relações de poder vão se alterando em benefício dos portugueses.

3.1 A estrutura da organização social do Estado do Maranhão e Grão-Pará

Apesar de não ser estanque, podemos derivar uma estrutura institucional que organiza a vida em sociedade no período estudado. Na Figura 5 abaixo temos o organograma com a hierarquia da sociedade e como ocorre a centralização e a redistribuição com base na instituição do Estado. Nos baseamos principalmente na estrutura resultante do Regimento das Missões, que será analisado com maior detalhe adiante.

Figura 5 – Estado redistributivo português e sua estrutura colonial durante o Regimento das Missões



Fonte: Autor, 2023.

Nas caixas com textura, temos a hierarquia administrativa do Estado monárquico português, que interage com relevância junto à política colonial – não é nossa intenção esboçar toda a estrutura organizacional. Nas caixas sem textura, temos os agentes que fazem parte da sociedade colonial, com alguns podendo ocupar essa estrutura administrativa. Nessas instâncias administrativas, os diversos escalões da classe ociosa ocupam cargos de prestígio, que os proporcionam vantagens e oportunidades econômicas, em especial, as mercês, que irão interferir na sua capacidade de acumulação privada e em seus patrimônios (Olival, 1999; 2009; 2011). No topo da hierarquia temos o Rei e sua Corte. No que tange à administração das colônias do ultramar, o Conselho Ultramarino é a instância que se encontra abaixo do monarca (MELLO, 2006). Nas colônias, temos os diversos cargos que compõem a administração colonial, com destaque para os Governadores dos Estados (Santos, 2017; Perrone-Moisés, 1992). Abaixo desses, encontra-se a Câmara Municipal e as organizações religiosas locais

(Mello, 2013; Corrêa, 2016). Por fim, no que se refere à disposição do trabalho indígena, há desde o fim do século XVII a Junta das Missões (Perrone-Moisés, 1992; Mello, 2006).

Os ocupantes das funções administrativas do Estado são os indivíduos com prestígio e honorabilidade, inclusive, formalmente reconhecidas (Mello, 2013). No âmbito da colônia, podemos delimitar agentes com interesses políticos e econômicos; administradores coloniais, donatários de capitanias hereditárias, moradores, militares, missionários e indígenas aliados[108]. Desses, administradores, moradores e militares de prestígio farão parte das Câmaras. As organizações religiosas fazem chegar suas reivindicações à administração colonial diretamente, ou através dos embates no interior da Junta das Missões, que também são ocupadas pelos moradores. Os moradores com prestígio, dentre eles os comerciantes, também se confundem com os militares. Os separamos apenas como forma de destacá-los na ordem hierárquica, porém, miliares são moradores, e muitas vezes, como no caso da milícias, também podem ocupar funções de prestígio na sociedade. Os moradores que praticam ofícios mecânicos não são considerados aptos a cargos de importância, logo, dependem do seu trabalho e dos indígenas, aldeados ou cativos para garantir a sua subsistência direta ou indireta (MELLO, 2013).

Por fim, os indígenas não são indistintos. Os mais abaixo na estrutura social são os escravos – cativos de guerras justas ou dos resgates. As nações inimigas e os indígenas não colonizados, estão fora da sociedade colonial (Perrone-Moisés, 1992). Dentre os aliados, todos os homens são livres e vassalos do rei, porém, os principais das nações aldeadas que receberam mercês, em especial, títulos de ordens, e seu povo, por consequência, tem mais prestígio. Os colocamos abaixo dos aliados que não se aldearam, seja pela capacidade militar, ou por resistirem à aculturação europeia. Ambos parecem ter um poder político relevante e equivalente nas primeiras décadas de ocupação portuguesa, porém, com as mudanças na estrutura social do vale amazônico e o crescimento do poder português no século XVIII, os aldeados iniciam um processo de redução de sua influência e barganha política.

A economia, que provém dos meios materiais de subsistência, se origina principalmente da instituição centralizadora do Estado monárquico, reforçando o comportamento redistributivo. Portanto, a base que organiza os movimentos de recursos são as obrigações não-econômicas entre o Rei, a Corte, a população dos estratos altos da sociedade (prestígio) e os de estratos mais baixos (mecânicos), que fazem circular os recursos com base nos pagamentos. Por um lado, a economia política dessa sociedade assegura a apropriação de parte do excedente

[108] Ainda não consideramos os escravos africanos em nossa estrutura, pois somente a partir das reformas pombalinas eles ganham maior representatividade.

pela classe ociosa, e por outro lado, as obrigações não-econômicas das elites com o povo os tornam preocupados e responsáveis por assegurar condições mínimas para que este consiga se reproduzir, ou seja, a reprodução é uma questão coletiva.

Nesses termos de economia política, o principal recurso a ser redistribuído na colônia é o trabalho indígena, e secundariamente, as mercês, a remuneração dos filhos da folha e mercadorias europeias (destinadas aos indígenas pelo comércio administrado). Antes disso, a centralização que possibilita a redistribuição se dá pelo recebimento de indígenas[109], dízimos, impostos e serviços honoríficos prestados à Coroa. Iremos explorar alguns exemplos de recursos redistribuídos: indígenas, meios de subsistência que circulam em função de pagamentos e remunerações dos funcionários da folha.

a) indígenas: segundo a política indigenista do Estado português, a mão de obra indígena era acessada legalmente da seguinte forma: descimentos, guerras justas e tropas de resgate. Contudo, como afirma Dias *et. al.* (2020), a escravização indígena ilegal, representada pelas amarrações, representaram um valor relevante. Essas quatro instituições e suas variações (oficiais/estatais ou particulares em algumas delas) constituem os hábitos utilizados para acessar o trabalho indígena que estava fora do sistema colonial – logo, eles são os elementos do nosso sistema populacional complexo.

Os descimentos poderiam ser realizados por missionários, administradores seculares das aldeias ou por moradores, com regras de exclusividade ou combinações desses três agentes, de acordo com a legislação em vigor no período. Porém, sempre estava presente o missionário. A legislação também estabelecia que os gentios não deveriam ser forçados[110], o procedimento deveria ser "[...] sem qualquer tipo de violência. Trata-se de convencer os índios do sertão de que é de seu interesse aldear-se junto aos portugueses, para sua própria proteção e bem-estar" (Perrone-Moisés, 1992 p. 118).

Esses indígenas descidos como aliados deveriam ser considerados "livres", porém, obrigados a trabalhar. Sem dúvida, no período compreendido, o principal molde institucional de aldeamento entre 1640 e 1757 foram as missões das ordens religiosas. Apesar das descontinuidades na legislação em função da pressão política que envolvia "a questão da mão de obra indígena", os indígenas eram redistribuídos entre missionários, moradores e a administração colonial em proporções e modelos que se alteram ao longo do período. Como

[109] Veremos que os descidos ficavam sob a tutela dos missionários e os resgatados pelas tropas oficiais eram redistribuídos como pagamento;
[110] Até 1718, quando se autoriza o descimento forçado.

"homens livres", nas leis de 1587, 1596, 1611, 1655, 1686 e 1757[111] é estabelecido que o seu trabalho deve ser remunerado, porém, de forma geral, o pagamento era realizado antecipadamente ao administrador do aldeamento, com os indivíduos ficando com uma fração paga em espécie e relativamente baixa, conforme Alden (1983 p. 96) *apud* Perrone-Moisés (1992, nota 6).

Apesar de livres, os indígenas que aceitavam se aldear representam o cerne do recurso a ser redistribuído pelo modelo redistributivo português – o recurso trabalho. Nesse sentido, apesar de terem ouvidor, direitos e reivindicá-los em cartas direcionadas ao rei de Portugal[112], e terem reconhecidos seus serviços com mercês, com titulações honoríficas de ordens[113], os principais e seu povo estavam submetidos a uma série de abusos ilícitos por parte, especialmente dos moradores, mas também, dos missionários[114] e da administração. Sendo o trabalho indígena o principal recurso redistribuído pelo Estado, que dá suporte à economia substantiva, com o avanço das relações de poder em benefício dos portugueses, temos que:

> [...] os índios das aldeias acabavam ficando em situação pior do que os escravos: sobrecarregados, explorados, mandados de um lado para o outro sem que sua vontade, exigida pelas leis, fosse considerada (Perrone-Moisés, 1992 p. 121).

Ao passo que as relações de poder se invertem no vale amazônico, mais as circunstâncias do aldeamento vão se tornando depreciativas para o aldeado, pois sua condição de aliado político e militar perde relevância pela desestruturação das suas organizações sociais, sucumbindo a generalização da ordem lusitana e a cobiça dos moradores, já que não tem força política e militar para se rebelar contra essas mesmas circunstâncias que ajudaram a instituir. Nesses termos, de aliados, relativamente, vão se transformando cada vez mais em recurso redistribuído, sob condições que, cada vez menos, estão sob seu controle, contudo, não sem resistência.

A outra linha de atuação da legislação indigenista diz respeito aos indígenas inimigos. Para esses, através das guerras justas ou dos resgates, o destino era, respectivamente, a

---

[111] Perrone-Moisés aborda com mais profundidade as leis indigenistas desse período.

[112] Ver Chambouleyron *et. al*. (2009 p.114-118), onde o principal Antônio da Costa Marapirão, em uma primeira carta sozinho, e depois em uma segunda com um grupo de principais, reivindica tratamento digno, dado os serviços prestados ao Rei.

[113] Ver Chambouleyron *et. al*. (2009 p.119), onde o destaca que o principal Lopo de Souza recebeu o hábito de Cristo, como mercê real. Também em Perrone-Moisés (1992 p. 121), a autora destaca que aliados, aldeados ou não, recebiam esses títulos honoríficos.

[114] Em Chambouleyron *et. al*. (2009 p.118), indígenas do aldeamento Maracanã, que se ocupavam das salinas reais, fizeram petições (1650) contra os missionários por aprisionarem seu principal, Lopo de Souza. O caso foi parar no Conselho Ultramarino, onde os serviços prestados pelo aldeamento foi reconhecido.

escravidão (cativo), ou anos de trabalho até ser considerado livre, o que era exceção. A principal motivação aceita para se realizar uma guerra justa contra uma nação indígena inimiga era a hostilidade destas nações. Os prisioneiros, principalmente mulheres e crianças, deveriam ser vendidos. Segundo a carta régia de 1707:

> [...] que se renderem e que esses cativos se hão de vender em praça pública [...] Tais escravos de guerra poderão ficar nas mãos dos vencedores, ou ser vendidos (...) estabelece que do montante obtido com a venda dos escravos se pague a despesa feita na guerra, os impostos quintos [1/5 ou 20%] que tocam a coroa e sobrando alguma coisa, se há de dar jóia ao governador e o mais repartido pelos cabos, oficiais e soldados (Perrone-Moisés, 1992 p. 127).

No caso dos resgates, os portugueses poderiam adquirir, através do comércio, os escravos dos seus aliados indígenas. A fonte desses escravos eram as guerras intertribais. Nesse caso, o indígenas resgatados deveriam pagar com o seu tempo de serviço o montante pago pela pessoa que o resgatou. Nas legislações de referência, como a de 1611, o resgatado deveria trabalhar 10 anos para se tornar livre, pagando, assim, o preço de sua compra, no entanto, se esse preço fosse superior ao estipulado pelo governador, o resgatado poderia ser escravo pela vida inteira. Portanto, o "preço da peça", no comércio de cativos que parecia emergir, fosse proveniente da guerra justa ou do resgate, era administrado e estipulado pelo Governador. Como exemplo dessa determinação de administração do preço dos cativos, temos a Carta Régia de 16/2/1691 (Perrone-Moisés, 1992).

A conveniência, dada a inversão nas relações de poder entre indígenas e portugueses, fez com que as regras lícitas de descimentos, guerras justas e resgates fossem contornadas por portugueses e indígenas interessados. A escassez de mão de obra, especialmente em função das recorrentes epidemias que assolaram o Estado do Maranhão e Grão-Pará, que reduziam o montante de gentios aldeados e cativos, tal como a dinâmica da base exportadora extrativista e sua demanda por braços, fazia tanto a coroa flexibilizar as restrições legais, como fazia vista grossa para os moradores, administradores coloniais e missionários desrespeitarem os regramentos (Dias, 2012; Chambouleyron *et. al.* 2009; Dias Bombardi, 2016).

Essas transgressões também são explicadas pelas necessidades da reprodução social, em cenários onde o Estado falhou em suprir os meios de subsistência mínimos pela redistribuição, onde o tempo da burocracia é maior que o imediatismo dessa reprodução (Souza Junior, 2012; Ravena, 2005). Nesses cenários, que eram comuns na colônia, associados às propensões instintivas predatórias, à violência e o desrespeito à legislação indigenista, era uma estratégia

regularmente usada pela sociedade – a causa dessa ameaça à reprodução era a ausência dos braços indígenas, responsáveis em tudo pelos meios materiais de subsistência da colônia.

Porém, mesmo sem epidemias, havia uma tensão constante em função da escassez da mão de obra. Se os aldeamentos eram o principal mecanismo de acesso ao trabalho indígena enfatizado pelo projeto colonial, tendo como arranjo institucional dominante as missões religiosas, as necessidades de moradores e da administração colonial concorrem com as necessidades dos administradores dos aldeamentos, ou seja, os missionários. O conflito de interesses entre missionários e moradores pelo "governo temporal" dos indígenas aldeados se tornou um paradigma para o estudo do período colonial na Amazônia, como bem explora Chambouleyron (2013).

Como administradores ou tutores, os missionários eram acusados de negarem aos moradores o acesso ao trabalho indígena. Por sua vez, os missionários alegavam os abusos realizados pelos moradores, quando o aldeado era cedido (Perrone-Moisés, 1992). Essas questões só se agravavam durante epidemias que dizimavam os aldeamentos. Assim:

> [...] o Estado do Maranhão e Grão-Pará se tornou um palco de disputas em torno da mão de obra indígena, ou, como querem alguns autores, em torno da liberdade indígena (Chambouleyron, 2013 p.181).

Como afirmado, a legislação indigenista era flexibilizada de acordo com as circunstâncias. Ela foi mudando ao longo do século XVII e XVIII. Em 1718 é instituído o uso da força para a realização de descimentos, ou seja, indígenas poderiam ser descidos contra vontade. Para isso, bastava que não estivessem inseridos na sociedade colonial: "andam nus, não reconhecem rei, nem Governador, [...], não fazem diferença de mãe e filha para satisfação de sua lasciva, comem-se uns aos outros, sendo esta gula a causa injustíssima das suas guerras [...]". Essas condições que se aplicavam a uma vasta gama de comunidades indígenas flexibilizaram ainda mais a legislação tornando-a mais permissiva à violência.

Aliada mais tarde à liberação de descimentos particulares, como em 1728[115], a violência é, então, institucionalizada como mecanismo de descimento (Chambouleyron *et. al.* 2009 p.124). Entre 1738 e 1747, o rei permite as tropas de resgate particulares (Dias *et. al.,* 2020). Com o avanço do poder militar e político dos portugueses no vale amazônico, a violência se torna elemento estrutural que vai mitigar a liberdade e ações estratégicas dos indígenas. A violência, de acordo com a literatura, se articula às liberdades promovidas pela Coroa à

[115] Nessa década, houve uma epidemia na região.

iniciativa dos particulares em comandarem algumas das quatro instituições de acesso ao trabalho indígena. Como resultado, para fugir da violência dos descimentos organizados por moradores, os indígenas negociam voluntariamente descimentos para os aldeamentos missionários, envolvendo localização da aldeia e artefatos de seus interesses (ferramentas, panos, anzóis de metal e etc), inclusive, financiado com recursos da fazenda real (Chambouleyron *et. al.* 2009; Arenz, 2014; Costa, 2012).

Considerando a evolução da legislação indigenista, destacamos o Regimento das Missões (1686-1757), marco legal que permaneceu, não sem alterações, por um período longo, se comparada as outras determinações legais com força de lei. Antes do Regimento das Missões, com a finalidade de evitar excessos contra os indígenas aliados, a legislação oscilou[116] entre proibir e liberar a escravização (resgates e guerras justas) e quais agentes coloniais seriam responsáveis pelos descimentos e administração dos aldeamentos (Perrone-Moisés, 1992). O Regimento das Missões estava pautado em um acordo entre os diversos interesses coloniais. Esse acordo foi costurado no interior da Junta dos Negócios do Maranhão (1684-1692), criada pelo rei Dom Pedro II, para buscar uma solução para os conflitos entre moradores e missionários no Estado do Maranhão e Grão-Pará, que foram responsáveis, por exemplo, pela Revolta de Beckman, em São Luís, em 1684, quando os missionários foram expulsos pelos moradores (Mello, 2009).

Essas juntas funcionavam como um tribunal consultivo, corriqueiramente utilizado pelo Conselho Ultramarino para assuntos específicos (Mello, 2006). Reforçando a importância jesuíta nos assuntos políticos e ideológicos sobre a evangelização e trabalho indígena no Reino, a participação do padre Felipe Bettendorff é destacada como determinante por Dias (2017) na obtenção dessa convenção.

Mello (2009) nos apresenta os principais pontos do Regimento das Missões: a) o governo espiritual e temporal dos indígenas era de responsabilidade dos missionários; b) criou-se o ofício de procurador dos índios; c) somente missionários poderiam morar com os aldeados; d) os missionários deveriam realizar descimentos para aumentar a população aldeada a serviço da defesa e dos moradores; e) a repartição dos indígenas se dava em duas partes, sendo uma para o aldeamento e outra para os moradores e defesa do Estado; f) O tempo de serviço fora dos aldeamentos foi estipulado posteriormente em 1 (um) ano na capitania do Grão-Pará e na do Maranhão; g) seriam repartidos apenas indígenas entre 13 e 50 anos, com algumas exceções

[116] Mello (2009 p.48): "[...] defesa incondicional da liberdade indígena (alvará de 30 de junho de 1609 e a lei de 1º de abril de 1680), ora permitir o cativeiro dos indígenas (lei de 10 de setembro de 1611, lei de 9 de abril de 1655).

de mulheres (farinheiras, amas de leite); h) como homens livres, deveriam ser pagos pelos serviços, de acordo com especificidade local.

Contudo, o Regimento das Missões não incluíra a escravização, proibida desde 1680, apenas versava sobre o descimento dos indígenas e seu aldeamento. Em 1688, a Coroa volta a emitir legislação específica dos resgates e guerras justas, que dão fôlego à escravização indígena. Para Dias (2017 p. 244), é uma clara transformação desse expediente em uma política colonial:

> A nova lei regulamentava de maneira mais precisa o procedimento, estipulava um financiamento público e as regras de arrecadação de imposto; além disso, tornava obrigatório o envio anual de tropas oficiais de resgate ao sertão, acompanhadas de um missionário que, representando a vontade do rei, examinasse o procedimento.

As missões passam a ser, além de repositório do trabalho indígena, uma rede logística de apoio à economia. Localmente, o equilíbrio de forças entre os missionários, moradores e administradores coloniais, na determinação da política indigenista, no que tinham jurisprudência para decidir, segundo Dias (2017 p. 244), se dava na Junta das Missões. Desde o final do século XVII, os debates e decisões se realizam nessa junta, formada por autoridades eclesiásticas e civis locais, que tinha como função:

> [...] decidir sobre guerras contra índios hostis, sobre descimentos de índios pacíficos, expedições e regulamento de tropas, emissões de licenças para particulares realizarem tanto descimentos como resgates, enfim, todas as questões concernentes aos índios e ao uso do seu trabalho, exercendo uma função executiva e legislativa complementar.

Avaliando o final do século XVII e primeira metade do século XVIII, se observa que essa Junta foi cada vez mais permissiva com a violência nos descimentos, guerras justas e resgates (Dias, 2017). Como vimos, a permissão em 1718 de descer indígenas contra a vontade, adicionada em 1728 à realização de expedições com financiamento e administração de particulares, são fundamentos da política colonial que levam à formalização de descimentos particulares e de um comércio de escravos indígenas, como uma alternativa às restrições impostas aos indígenas aldeados. Esses modelos legais de acesso ao trabalho indígena, portanto, se estabeleceram no vale amazônico até a reforma pombalina, e eram responsáveis por movimentar o trabalho para o interior da economia.

Contudo, como afirma Neves (2012), Farage (1996) e Dias *et. al.* (2020), havia um comércio clandestino de cativos que era maior que o proveniente das guerras justas e das tropas de resgate legalizadas. Motivados pelos conflitos e pela restrição de acesso ao trabalho

indígena, esse modelo também prejudicava a arrecadação da fazenda e levava a meios mais hostis de comércio aos indígenas. Denominadas de amarrações,

> [...] nome genérico para toda a forma ilícita de obtenção de trabalhadores indígenas, que acabavam tornando-se escravos. A prática mais comum consistia em lançar fogo na aldeia, matar os homens e prender as mulheres e crianças (Dias *et. al*., 2020 p. 21-22).

Adicionamos a essas práticas violentas, as realizadas através do comércio por tropas de resgate ilegais, ou seja, sem licença para tal, conforme mencionado pelos autores.

Dias *et. al.* (2020), com base em diversas fontes históricas, propõem uma ordem de grandeza para as formas de acesso ao trabalho indígena que estavam fora da sociedade colonial, o que implica em nossos parâmetros de interdependência (proxy) que utilizaremos para caracterizar a dominância dessas variantes no nosso sistema populacional complexo. Reorganizamos seus dados para expressar o acesso a essa mão de obra de acordo com variantes proveniente de esforços estatais e particulares, onde a predominância das variantes estatais reforçam a nossa hipótese de redistribuição. Nas estatais incluímos descimentos oficiais, tropas de resgates oficiais e guerras justas. Nas particulares, descimentos privados e tropas de resgate privado.

Tabela 1 – Acesso ao trabalho indígena por iniciativa do Estado ou de particulares por período

	1680-1700		1701-1730		1731-1750	
	Índios	%	Índios	%	Índios	%
Estatal	13506	99%	33982	77%	28960	69%
Particulares	120	1%	10320	23%	13232	31%

Fonte: DIAS *et. al.* (2020).

Na Tabela 01 temos a primeira aproximação em relação à dominância entre as variantes. Nos três períodos estudados pelos autores, há um predomínio das estratégias que envolvem recursos e organização estatal das expedições. Considerando os três períodos, as variantes estatais introduziram na economia 76.448 indígenas (com predomínio dos descimentos oficiais, seguido das tropas de resgates oficiais), enquanto que os particulares 23.672, destacadamente no terceiro período, quando por ordem da Coroa, as tropas particulares passaram a ter papel relevante no resgate de indígenas nos sertões. Esses dados, baseados em registros e licenças para a execução nos sertões dessas estratégias, apresentam dados mais contundentes, contudo, como afirmamos acima, há uma dimensão ilegal que não pode ser mensurada por esses meios, visto que não dispõe de dados oficiais.

Para inserir essa variante ilegal, que resulta na escravização, e não em descimento (quando o indígena se torna escravo e não um súdito), Dias *et. al.* (2020 p. 21-22) utiliza o parecer do Juiz Francisco Duarte dos Santos de 1734, que foi enviado pelo Rei para emitir uma opinião conclusiva sobre os conflito entre moradores e missionários pelo controle da mão de obra indígena. Em sua investigação, Dias *et. al.* (2020 p. 22), concluiu a favor dos missionários, pois, de acordo com ele:

> [...] Afirmava que os moradores não tinham muito do que reclamar e que, a cada 50 escravos, apenas 10 ou 12 possuíam o seu registro de escravidão, todo o restante sendo, portanto, oriundo de práticas ilícitas.

Ou seja, proporcionalmente, a escravidão ilegal era 400% maior que a soma de seus congêneres, a tropa de resgate oficial particular e a guerra justa.

Não há dados e documentos que subsidiem a extrapolação para todo o período do Regimento das Missões desse parâmetro de, cinco indígenas escravos ilegais para cada um com documentos na colônia, que se referem ao ano de 1734, contudo, de forma temerária, e reforçando que não se busca uma medida exata, os autores do texto realizam esse movimento por ausência de outras fontes. Há inúmeros motivos para contestarmos o uso desse parâmetro de forma generalizada: i) a influência das epidemias; ii) diversificação das variantes que acessam cativos e o aumento de seu número; iii) um fluxo crescente dos descimentos oficiais que estavam consolidados; iv) a dinâmica da pauta exportadora; v) a derrota dos indígenas Manaos na década de 1730, que liberou a zona do rio negro – principal fonte de cativos para a colônia –, dentre outras. Todas essas variáveis indicam tendências e contra-tendências ao estímulo à escravização ilegal, o que resultaria em uma flutuação desse parâmetro de cinco para um adotado pelos autores entre a década de 1680 e 1750.

Tabela 2 – Outros parâmetros conhecidos para a proporção entre escravização ilegal e legal

Perído	Escravos legais	Proporção entre escravização ilegal e legal		
		400% maior	100% maior	50% maior
1680-1700	5400	21600	10800	8100
1701-1730	15480	61920	30960	23220
1731-1750	20282	81128	40564	30423
TOTAL	**41162**	**164648**	**82324**	**61743**

Fonte: DIAS *et. al.* (2020).

Tabela 3 – Participação do Estado e dos Particulares na interiorização de trabalho indígena na colônia por níveis de comércio ilegal de indígenas

Proporção entre	1680-1700		1701-1730		1731-1750	
escravização ilegal e legal	Estatal	Particulares	Estatal	Particulares	Estatal	Particulares
400 % maior	38%	62%	32%	68%	23%	77%
100% maior	55%	45%	45%	55%	35%	65%
50% maior	62%	38%	50%	50%	40%	60%

Fonte: DIAS *et. al*. (2020)

Considerando as Tabelas 02 e 03, se extrapolarmos esse parâmetro de cinco para um, temos o resultado alcançado pelos autores, ou seja, que a escravização ilegal é 400% maior que a soma de todos os indígenas feitos cativos pelas formas legais, resultando em um total de 164.648 mil indígenas feitos escravos ilegalmente, somando os três períodos. Sabendo que esses indígenas iam para a mão dos particulares, teríamos três períodos, respectivamente, 62%, 68% e 77% de toda a mão de obra indígena introduzida na colônia por variantes realizadas por particulares, e nosso argumento de que o trabalho é a base da redistribuição na colônia perderia força, apesar de não ser seu único fundamento.

Contudo, Dias *et. al.* (2020) cita que o padre jesuíta Antônio Vieira, em 1655 estimava que menos da metade dos indígenas escravizados nos sertões amazônicos eram legais, especificamente, determinava um intervalo entre um valor menor que a metade e 1/3. Utilizando esses parâmetros, fizemos um exercício para construir mais dois cenários para a oferta de escravos indígenas na colônia, adicionando aos de Dias (2020). O resultado foram os cenários onde a escravização ilegal é maior que a legal em 100% e 50%, os limites inferior e superior de padre Vieira. Temos com esses percentuais, valores de indígenas escravizados bem inferiores, contudo, ainda maiores que a soma das outras variantes congêneres de escravização. Considerando o cenário de 100%, somente no segundo período, o percentual das variantes particulares ultrapassou as Estatais, com 55% e 45%. Apesar de inferior, as variantes estatais ainda são responsáveis por 45% dos escravos. Quando utilizamos o parâmetro de 50%, as particulares se tornam dominante apenas no terceiro período, com a Estatal ainda responsável por 40%. Adotamos esses cenários alternativos para exemplificar como esses parâmetros com mudanças podem alterar a interpretação dos fenômenos. Escravizar ilegalmente 2/3 dos indígenas, o número mais conservador dos cenários, ainda é um número imponente, considerando o número de canoas, braços, suplementos, moedas de troca e outras pré-condições necessárias para realização desse empreendimento.

O que podemos concluir sobre a escravização ilegal? Acreditamos que sua dinâmica é marcada pela flutuação no período entre a década de 1680 e 1750, se alternando períodos com parâmetros baixo e elevado de escravização ilegal em relação a legal. Como ocorreu com a

dominância das formas lícitas, que se alterou no período analisado, mudanças significativas na estrutura devem ser consideradas: no caso das formas lícitas, iniciou-se o primeiro período com o arranjo incontestável de dominância dos descimentos (aqui consideramos oficiais e particulares juntos) com 60% dos indígenas introduzidos na colônia e terminamos no terceiro período com essa dominância contestada pelos resgates, que saíram de 29% e chegaram a 48%, contra 52% dos descimentos. Com relação à escravização ilegal, isso nos ensina que pode ser até mesmo arbitrário considerar que ela foi a estratégia dominante em todo o período analisado.

Nosso argumento, como os dados demonstram a partir da reagregação que realizamos, é que, não necessariamente a dominância da variante da escravização ilegal representa que o Estado perde o seu papel como principal meio de acesso ao trabalho indígena no sertão – elemento relevante em nossa hipótese de redistribuição, apesar de não ser o seu único fundamento, pois o Estado exerce também um papel importante em redistribuir os indígenas quando eles já se encontram dentro do sistema colonial. No cenário mais conservador que construímos, apesar de ter números enormes e expressivos de escravização ilegal e sua dominância enquanto variante, ainda assim, nos dois primeiros períodos, essa dominância se consolidou com o Estado estruturalmente (no agregado entre as opções Estado e particulares), sendo a principal solução de arregimentação de braços indígenas considerando todas as variantes. Portanto, a dominância da escravização ilegal tão paradigmática nas análises históricas não refuta necessariamente o papel central do Estado na redistribuição do trabalho na Amazônia, pois ela é conciliável. Portanto, concluímos que é temerário utilizar um parâmetro fixo (400% maior que a legal) para determinar o tamanho da escravização ilegal em todo o período, porém, reconhecemos a importância de se abordar essa problemática como empreendido por Dias *et. al.* (2020).

A dinâmica dessas variantes ao longo dos dois séculos implicaram em mudança de poder no vale amazônico. Já em uma estrutura social em que se vê relações de poder mais assimétricas e em desfavor, os indígenas passam a ser ainda mais pressionados pela exploração do seu trabalho. Lopes e Campos (2021), citando Porro (1995; 1992), afirmam que no século XVIII, os povos que constituíam os Cacicados amazônicos, por ação das epidemias, guerras justas, resgates e aldeamentos ao longo do século XVII haviam desaparecido ou passado por um processo de transformação cultural, perdendo parte de sua identidade. Alguns autores sistematizados por Arenz (2014) alegam que os próprios missionários assumiram posturas diferentes, uma de defesa dos indígenas (1653-1693) e uma mais voltada à exploração comercial da sua força de trabalho, especialmente relacionada à coleta das drogas do sertão (1686-1757).

Portanto, a administração estatal centralizadora, por compreender a importância de uma disponibilidade adequada de trabalho indígena para a subsistência coletiva e desenvolvimento da colônia, organiza o processo de obtenção através dos descimentos, guerras justas e resgate, inclusive, financiando essas expedições. No caso dos descimentos, considerando as missões como a solução dominantemente instituída para embutir nos indígenas hábitos de pensamento e ação condizentes com a civilização europeia e torna-los aptos a prestarem serviços como homens livres, é concentrada nos recursos sob a supervisão dos missionários, com regramentos de uso e condições específicas de compartilhamento. Os missionários não eram livres para disporem do governo temporal dos indígenas, tão pouco estavam fora do Estado português onde gozavam de influência política e filosófica. Regras como as estabelecidas pelo Regimento das Missões deixavam claro a importância dos braços indígenas para a defesa no Estado e para o serviço dos moradores, sendo os religiosos apenas os tutores, legalmente regulados pelo Estado.

Dessa forma, o Estado auxiliava no financiamento (Neves, 2012) e na execução dos descimentos, recebia os indígenas para o aldeamento e os transferia para a tutela dos missionários, que por sua vez, eram obrigados a compartilharem os serviços dos indígenas livres com os moradores e o Estado, ao passo que os evangelizavam e os civilizavam aos moldes europeus. É uma preocupação constante do Estado prover, através da redistribuição, uma quantidade adequada de indígenas para a subsistência direta dos moradores e atividades de coleta e produção de *commodities* que alimenta a cadeia de exportação. Além disso, a própria atividade das tropas dos resgates e da guerra justa depende de braços aldeados e de alianças com nações amigas. Não há, em nenhum momento do processo de descimento, a compra e venda de indígenas, primeiro, porque não eram escravos, e segundo, a lógica empregada era o pagamento das obrigações não-econômicas.

Quanto a guerra justa e ao resgate, quando financiados exclusivamente pela fazenda real (anterior a 1728), o movimento integrativo dos cativos na economia originou trocas diretas e um comércio administrado, respectivamente. Quanto à guerra justa, os cativos deveriam ser redistribuídos entre os credores ou vendidos, para que fossem feitos os pagamentos com os recursos monetários adquiridos. Com esses recursos, deveriam ser pagas as despesas, os impostos da coroa, e o restante distribuído entre governador e os militares envolvidos na batalha (Perrone-Moisés, 1992). Reforçamos que o dinheiro utilizado era principalmente o cacau, porém, o pano e outras drogas também circulavam como moeda. De qualquer forma, dado um preço estabelecido pelo governador, eles eram vendidos em praça pública, pelo menos os que eram de propriedade da fazenda e do fisco, ficando em aberto a venda dos cativos da tropa, recebidos como recompensa pela batalha vencida, ou seja, redistribuídos.

As tropas de resgate, por outro lado, adquiriam dos indígenas aliados seus escravos, podendo vendê-los ou utilizá-los. O resgate origina um comércio administrado, financiado pela fazenda real, sendo a equivalência na troca direta e a quantidade a ser resgatada de cativos determinada por autoridade colonial, por meio de licenças. No trecho abaixo, Dias (2017 p.250-251) apresenta a determinação do governador da ordem que deve ser realizado o resgate.

> Já o regimento de 1738 traz informações um pouco mais precisas, mencionando o financiamento público, instituído pelo alvará de 1688. Diz o governador que se fizessem os resgates até "onde chegar a Fazenda"; depois seriam feitos os resgates dos missionários, em seguida, os do primeiro e segundo cabos da tropa, dos demais oficiais e soldados e depois dos particulares que acompanhavam a tropa. Ou seja, instituiu-se uma ordem de operação dos resgates que privilegiava aqueles realizados com os recursos da Fazenda e, somente depois, seguindo a dita ordem, aqueles realizados com recursos próprios dos interessados.

Como pode ser constatado, em 1738, o financiamento público da tropa de resgate não impedia que missionários, militares e particulares que acompanham a expedição realizassem o comércio particular. Com a autorização das expedições particulares, com recursos próprios, tendo como exemplo típico os cabos de canoa que também eram seus proprietários, o resgate, potencialmente, pode ter sido ampliado como recurso de obtenção de cativos. Isso ocasionava uma mudança estrutural nos sertões: se antes os indígenas aliados comercializavam indígenas inimigos, que se tornaram escravos por motivações não-comerciais, a lógica se inverte, e os aliados passam a fazer escravos para a comercialização. Portanto, os indígenas aliados em troca de "ferramentas, panos, cachaça, avelórios e outros produtos estimados [...]" fizeram parte e se beneficiaram desse comércio, tanto pelos bens recebidos, como por dizimarem seus oponentes com financiamento dado pelas tropas (Dias, 2012 p. 6). Segundo Dias (2017 p. 257):

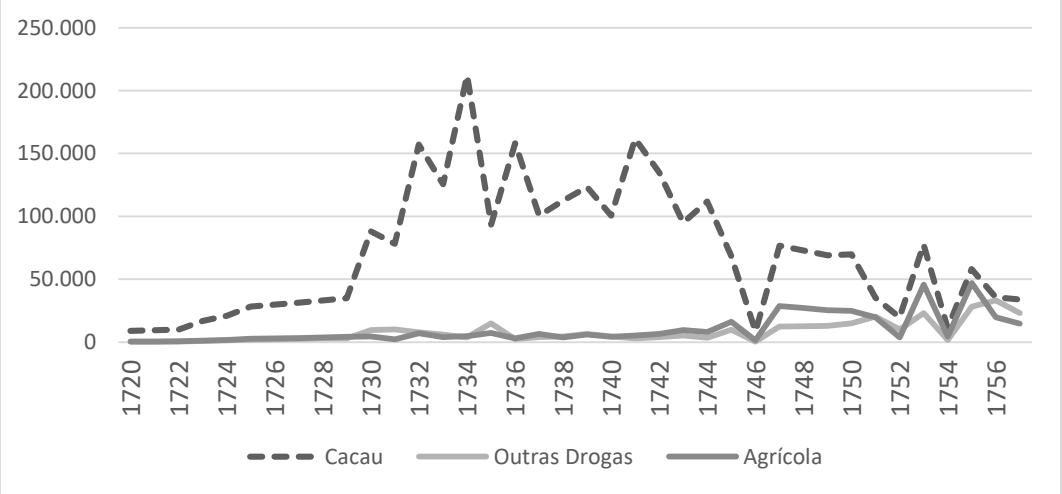
> [...] o comércio de prisioneiros indígenas estava sendo realizado, de fato, com base na deturpação das relações indígenas. Isto é, para atender a demanda portuguesa (também a de holandeses, ingleses, franceses e espanhóis), nações indígenas passaram a realizar ataques mais frequentes a outras nações, em busca de cativos que pudessem vender aos seus parceiros comerciais, alterando o sentido original das suas guerras.

Portanto, além de indígenas para o trabalho, essa rede redistributiva e comercial fazia chegar aos indígenas aliados mercadorias europeias através do comércio, que transformaram o seu meio material, conforme apontado por Denevan (2010), com a substituição do machado de pedra pelo de metal. Também, através das oportunidades geradas, proporcionava aos integrantes das tropas os recursos para a subsistência, pois podiam receber cativos e revendê-los ou utilizá-los para providenciar sua subsistência. Governadores, ao receberem bonificação, também tinham incrementado seus rendimentos.

O papel das drogas do sertão não foi esquecido, porém, é necessário posicioná-lo em relação as suas pré-condições, pois sem indígenas para construir canoas, guiar, remar, pescar, caçar, coletar, etc., a economia das drogas do sertão não existiria, só o fazem em função de um estado redistributivo que assegura a disponibilidade de trabalhadores, para a coleta das drogas e diversas outras atividades que garantem a subsistência interna na sociedade colonial. As drogas do sertão são responsáveis pelas rendas geradas através da exportação que irão dinamizar a economia da Capitania do Grão-Pará, porém, implicam em desorganizações recorrentes da economia substantiva, visto a sua conexão ao mercado externo.

Em Costa (2012a) é apresentada a base exportadora da Amazônia colonial (Gráfico 1). Com dados a partir de 1720, é possível constatar que o cacau foi o principal produto dessa base, ao lado de outros produtos extrativos e da agricultura. Nos primeiros anos da série, até metade da década de 1730, o cacau foi responsável por mais de 80% do valor da produção exportada, chegando a 97%, em 1736 (Gráfico 2).

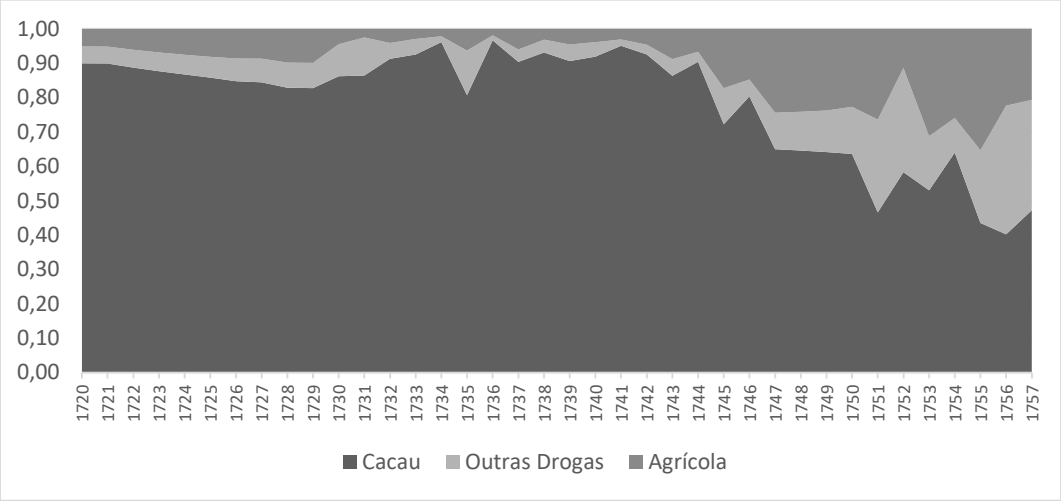
Gráfico 1 – Valor da Produção Exportada (em réis)



Fonte: Costa (2012a).

A partir do ano de 1734, o valor de produção do cacau cai, enquanto que a quantidade produzida agrícola e seu valor aumentam, acompanhada pelo valor das outras drogas do sertão (Gráfico 3). Esses movimentos fazem com que a agricultura de exportação e as outras drogas do sertão sejam responsáveis, respectivamente, por 21% e 32% do valor da produção exportada em 1757, enquanto que o cacau representa 47%.

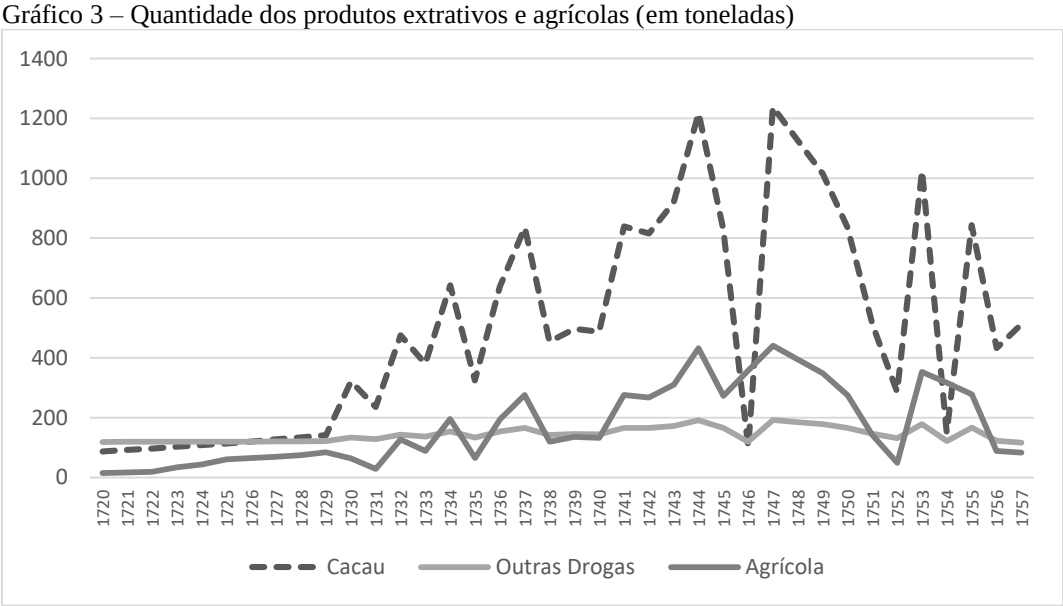
Gráfico 2 – Participação dos produtos da base exportadora no valor da produção (em %)



Fonte: Costa (2012a).

A quantidade produzida de cacau tem uma tendência crescente até o ano de 1747, quando, a partir de então, segue em tendência de queda até o fim do período. Os preços do cacau acompanham a expansão da produção até o ano de 1734, quando iniciam um movimento de queda, retornando aos patamares dos anos 1720 no final do período.

Gráfico 3 – Quantidade dos produtos extrativos e agrícolas (em toneladas)

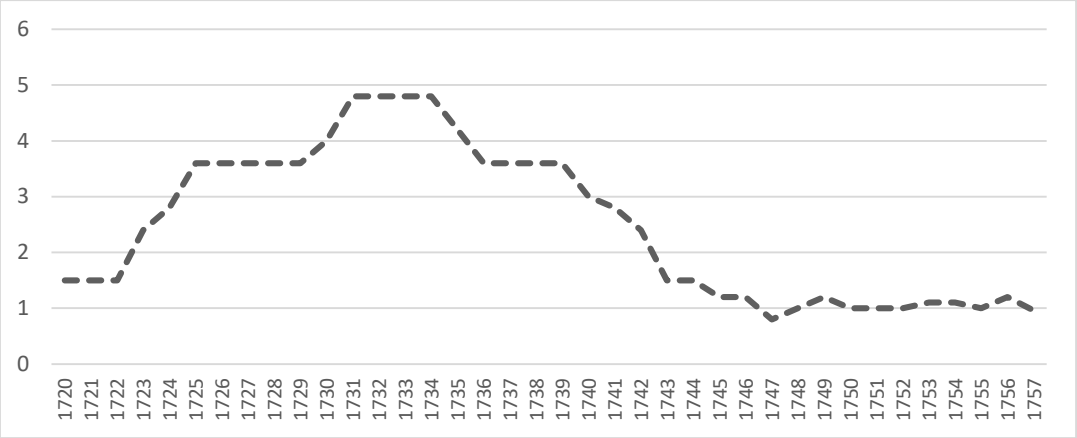


Fonte: Costa (2012a).

Os exportadores da colônia, na tentativa de manter sua renda com a queda dos preços a partir de 1734, aumentam a quantidade coletada até 1747, contudo, como podemos verificar no valor da produção, essa expansão não foi suficiente para compensar a queda acentuada do preço (Gráfico 4). De 1747 em diante, a produção inicia uma tendência de queda, tal como o valor de produção. Esses movimentos dos preços, quantidade produzida e valor da produção contribuem

para o aumento relativo do valor de produção das outras drogas do sertão e agricultura frente ao cacau.

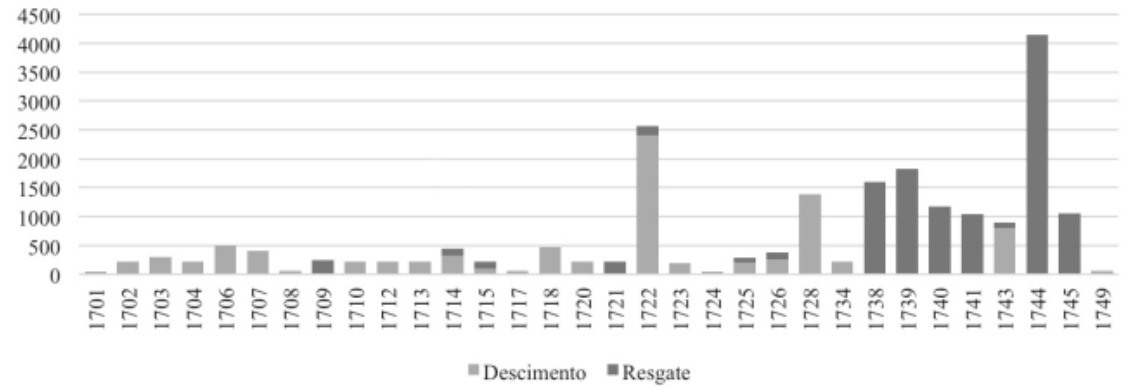
Gráfico 4 – Preços de exportação do Cacau (em Réis/tonelada)



Fonte: Costa (2012a).

Segundo os dados de Dias e Bombardi (2016), o deslocamento de indígenas para os aldeamentos, ou através dos resgates, depende da dinâmica exportadora e das epidemias. Quanto às exportações, destaca o cacau como fator determinante. Na Figura 6 temos as licenças emitidas para a realização de descimentos e resgates entre 1701 e 1749. Nas décadas anteriores a 1730 e 1740, essas licenças não extrapolavam 500 indígenas por ano – a exceção é o ano de 1722. Porém, observamos uma mudança tanto na quantidade, como na composição das licenças na décadas seguintes. Além da quantidade extrapolar com frequência o número de 500 indígenas, se aproximando de 1000; as licenças para resgates suprimem em importância as de descimento. Isso decorre das mudanças nas políticas indigenistas que ficaram cada vez mais permissivas com as incursões particulares, não somente em função da escassez aguda em tempos de epidemias, mas pela dinâmica do extrativismo cacaueiro, que como vimos acima, teve uma expansão da quantidade produzida nas décadas citadas.

Figura 6 – Licenças concedidas (número de indígenas) pelas juntas das missões para a realização de descimentos e resgate



Fonte: Dias e Bombardi (2016 p. 270).

Assim, a economia das drogas do sertão, como meio material exportável, traz consequências para a demanda por trabalho indígena e para o abastecimento interno da colônia. Ocorre um efeito substitutivo, se os indígenas aldeados e cativos são direcionados para a coleta das drogas do sertão, o abastecimento interno da colônia é comprometido, visto que era baseado na domesticidade das missões e casas dos colonos, trocas diretas e redistribuição estatal, todas dependentes do trabalho indígena (Ravena; Marin, 2013). Com exceção das missões que produziam um excedente para financiar as suas expedições de coleta, os colonos dependiam cada vez mais de uma oferta maior de indígenas. Logo, até mesmo as expedições de coleta e de resgate oficias e particulares que dependiam de suprimentos (farinha, sal, aguardente, pano e etc) viam-se ameaças por esse efeito substitutivo. O que não se alterava era a pressão pela expansão da força de trabalho à disposição dos interesses coloniais.

b) Meios de subsistência: Um exemplo de como esses recursos eram redistribuídos pela administração colonial através do pagamento da folha salarial, se refere ao pesqueiro real. Quando ocorria a contratação das rendas reais no século XVIII, os pesqueiros reais estavam inclusos. Como condição, o contratante recebia 22 indígenas para a pesca. Um dos pesqueiros reais mais importante era na ilha do Marajó, pela abundância de tainhas, que por sua vez, era disponibilizada para comercialização em Belém. Contudo, o contrato também implicava em obrigações de pagamentos em espécie a militares, administradores coloniais e clérigos, como informado por Fiori (2015 p. 36).

> As tainhas ainda eram usadas como complemento do ordenado de funcionários da coroa e da côngrua de membros da igreja [...] assim como os tecidos de algodão e o sal, a utilização de tainhas como parte dos pagamentos parece ter sido uma prática comum na Amazônia [...] tainhas eram entregues, como pensão, a militares e funcionários da coroa pelo contratador do pesqueiro.

O mesmo observamos em Neves Neto (2017 p. 156-157):

> [...] todos os meses o contratador mandasse buscar uma canoa com tainhas para que fossem dadas à infantaria na forma de propinas. Caso o contratador faltasse com essa obrigação, deveria pagar duas varas de pano por cada cruzado do dito peixe com que faltar a cada mês à infantaria. [...] independentemente de ser "causa natural" ou "culpa sua" [em caso de não entrega da canoa] o contratador era obrigado a pagar o valor das tainhas em cacau aos filhos da folha.

Outro relato são as "derramas de farinha" nos aldeamentos e vilas próximas de Macapá para redistribuir esse alimento para os trabalhadores ocupados nas construções portuguesas. Essas derramas viabilizavam o pagamento dessa mão de obra em gênero (Ravena, 2005). Esses

dois casos são exemplos de como os pagamentos da administração colonial fazem circular meios e subsistência diretos entre a população, sem necessidade de mercados e moedas cunhadas.

c) Filhos da Folha: a redistribuição do Estado monárquico português pode ser ampliada pela remuneração dos filhos da folha[117]. Quanto aos filhos da folha, eles recebiam em "dinheiro da terra", pois era o meio de pagamento corrente, baseado nos réis como padrão de valor. A equivalência entre o dinheiro da terra (cacau era o principal) e os réis era atualizada por uma junta, como argumentado por Lima (2006 p. 42), reavaliando o poder de compra das remunerações e que dava estabilidade aos preços praticados.

> Nesse aspecto, vale ressaltar que os muitos documentos [...] apesar de os valores serem comumente apresentados em réis [...] essa era apenas uma forma de referência para se saber o quanto seria dispendido em gêneros, como os pagamentos e compra de víveres. Isso porque os gêneros tinham seu valor em réis estipulados pelo peso [...] a arroba do cacau possuía valor de 3$600 réis; já o cravo e a salsa valiam 5$000 réis por arroba. [...] Quem estipulava o preço dos gêneros e do pano de algodão? Nesse caso havia uma reunião (junta) das principais autoridades para debater sobre o aumento ou não dos produtos em que se baseada a economia do Estado. É o que se verificou em muitas vezes, como no ano de 1733, quando foi feito um termo da junta que se reuniu para debater o aumento do preço do cacau que foi de 3$600 para 4$800 réis por arroba. Fora reunida por convocação do governador José da Serra, na qual estavam presentes o senado da Câmara do Pará, o ouvidor-geral, o provedor-mor da Fazenda real e o procurador da Fazenda Real.

Lima (2006) identifica a presença dessas juntas ainda no século XVII. Quando os recursos da fazenda não eram suficientes para arcar com as obrigações, o procedimento convencionalizado era uma capitania emprestar fundos para a outra, como no caso ocorrido em 1712, em que o governador, em carta ao rei, aventa essa possibilidade. Outra forma de financiar o pagamento dos filhos da folha era a realização de sequestros de recursos dos moradores da capitania, com a condição de realizar a devolução posteriormente, como ocorrido na capitania do Pará, em 1725 (Lima, 2006 p. 42-43).

O pagamento dos filhos da folha, em gêneros da terra, ainda estavam submetidas as relações de *status*. Dependendo da cotação dos gêneros, os filhos da folha recebiam seus rendimentos em um ou em outro gênero, dependendo da posição social do solicitante, portanto, o pagamento era realizado em gênero que tinham valorização oscilante no Reino, como atestado pela reclamação feita pelo Bispo do Pará, frei Bartolomeu de Pilar, na década de 1740 (Lima, *et. al*, 2009 p. 214):

[117]Segundo Lima (2006), eram os funcionários coloniais civis, militares e eclesiásticos que recebiam, respectivamente; salários, soldos e côngruas.

> O bispo do Pará, Frei Bartolomeu de Pilar, reclamou que sua côngrua —estabelecido em 400 mil réis - lhe era pago em "frutos da terra". O problema era que naquela época a arroba de cacau, avaliada em quatro mil réis na capitania do Pará, valia apenas 1.500 a 1.600 reis em Portugal. A queda do preço do cacau, portanto, afetou os rendimentos do bispo, que argumentou que o governador, que recebia em pano de algodão, não teve essa perda e ganhou muito mais do que ele (AHU, P, CU, doc. 869)[118].

O circuito redistributivo, então, é revelado sem muita dificuldade: O Estado concentra o recebimento de serviços honoríficos, indígenas, dízimos, quintas, impostos (ou os leiloa a um terceiro, o contratante, como vimos anteriormente) em gêneros da terra como meio de pagamento equiparados com base no padrão de valor em réis, e redistribui mercês, pagamentos para os filhos da folha na forma de salários, soldos e côngruas, fazendo circular na economia, não somente meios de subsistência diretos (como as tainhas e a farinha) e indiretos (os indígenas), como também, produz a própria base monetária do Estado, tendo destaque o cacau e o pano nessas funções. O que se observa é uma economia organizada através das obrigações não-econômicas, que através do pagamento, faz circular os meios de subsistência. Nesse movimento redistributivo, mais uma vez, não há compra e venda, nem um meio de troca preferencial baseado em moedas cunhadas, logo, não temos o mercado e seus elementos como instituição integradora dominante.

Esse circuito econômico é reforçado em Ravena e Marin (2013), que estudam o papel das missões e dos indígenas no abastecimento da colônia. Para as autoras, a autossuficiência baseada no trabalho indígena das unidades institucionais básicas de produção, ou seja, as missões religiosas e as casas e fazendas dos colonos, baseadas na domesticidade, substituem os mercados internos e moedas cunhadas para assegurar os meios de subsistência utilizados no abastecimento da colônia. Não obstante, acrescentamos que a domesticidade só é possível pelo circuito redistributivo mais amplo, este sim substituí os mercados e seus elementos na realização de integração entre os homens.

Para além da economia amplamente redistributiva, combinada à domesticidade, se desenvolve uma especialização regional da produção com Belém e as outras vilas e aldeamentos missionários funcionando como fornecedores e entreposto comerciais de produtos básicos para as expedições de coleta, resgate e guerra justa, onde se instituem trocas diretas, ou seja, baseadas no escambo. Essas mesmas trocas diretas parecem ser um elo do abastecimento no interior das urbanidades da região. Porém, as autoras são categóricas ao afirmarem que não

[118]Texto original: "El obispo de Pará, dom fray Bartolomeu de Pilar se quejaba de que su congrua —establecida en 400 mil réis— le era pagada en "frutos de la tierra". El problema era que en esa época la arroba de cacao, evaluada a cuatro mil réis en la capitanía de Pará, valía en Portugal solamente de 1.500 a 1.600 réis. La caída del precio del cacao, por lo tanto, afectaba los rendi mientos del obispo, quien argumentaba que el gobernador, que recibía en paño de algodón, no tenía esa pérdida y ganaba mucho más que él (AHU,P, CU, doc. 869)".

existiam mercados e moedas cunhadas em circulação nos moldes europeus no Estado do Maranhão e Grão-Pará, contudo, isso não significa a ausência de trocas baseadas na redistribuição, domesticidade e reciprocidade que garantiam o abastecimento interno e coleta dos produtos exportáveis nos sertões com níveis apreciáveis de eficiência.

4 A GÊNESE DO AVIAMENTO: DE PRESENTES AO COMÉRCIO ADMINISTRADO E SEU DESENVOLVIMENTO NO PERÍODO DO REGIMENTO DAS MISSÕES (1686-1756)

Com a estrutura social e sua organização delineada, podemos passar ao nosso objeto, o aviamento propriamente dito. Meira (2017 p. 173-174) atribui ao comércio estabelecido entre Holandeses e os indígenas Caribe, no vale dos rios Essequibo e Orinoco, a gênese da instituição do aviamento na Amazônia, enfatizando o papel central do rio Negro.

> Em resumo, inicialmente os holandeses, através de seus aliados Caribe da costa, seguindo os caminhos fluviais do Essequibo e do Orinoco, forjaram um comércio [a crédito] com os indígenas do rio Negro e alto Orinoco pelo menos desde 1625, em busca de escravos para as lavouras do litoral, principalmente de tabaco, produto de interesse da Companhia das Índias. E os governadores do Maranhão e Grão-Pará, como também os colonos e seus aliados indígenas, pelo menos desde 1639, deram-se conta do papel estratégico do rio Negro para a colonização da região por três motivos mais destacados. O primeiro era a salubridade dele em comparação com o Solimões/Amazonas: em suas águas pretas não há abundância de mosquitos. O segundo, geopolítico, era sua ampla navegabilidade e possibilidade de ligação por canais e afluentes com a bacia do rio Orinoco e do Essequibo, além do próprio rio Amazonas, através das ligações com o rio Japurá, que facilitariam o acesso de espanhóis e holandeses desde o Suriname e da Nova Granada. O terceiro, e mais importante, era econômico: a abundância de recursos naturais e de nativos, ambos úteis para prover o comércio de mercadorias e de escravos entre os Principais indígenas, os colonos e missionários que, com a conquista lusitana, se instalavam em São Luís, Belém e nas dezenas de aldeamentos ao longo do rio Amazonas.

Sobre essa hipótese, podemos tecer algumas considerações. Em 1613, os holandeses fundaram o forte Kijkoveral, na foz do rio Essequibo. Os holandeses também construíram um forte onde mais tarde seria estabelecido o forte Gurupá pelos portugueses em 1623, no estuário do rio Amazonas. Com esse forte, os holandeses puderam comercializar com os nativos da região, em especial, com os habitantes do rio Xingú, porém, como é um ponto estratégico para o vale amazônico, o comércio pode ter sido realizado com outra nações, no Amazonas e seus afluentes. Disso, desprendemos que poderiam ter empregado hábitos similares de comércio nessa região aos que originaram o aviamento no rio Essequibo e Orinoco. Deixaremos essa questão em aberto, contudo, não negamos sua existência e possível relevância na institucionalização do aviamento.

Como observado na citação acima, o rio Negro e sua conexão com outras bacias era militarmente estratégico. Para além disso, havia um grande contingente habitacional e de drogas do sertão, despertando, tanto o interesse dos portugueses, pelo Amazonas e baixo rio Negro como o dos holandeses, através do alto rio Negro e Orinoco. Ao contrário do que aconteceu na foz do Amazonas, os holandeses se fixaram na foz do Essequibo e estabeleceram comércio com

os indígenas da região, que através da rede já estabelecida nos tempos pré-coloniais, conectaram a Amazônia holandesa à portuguesa, com as mercadorias e armas holandesas sendo utilizadas, por exemplo, por indígenas Manao na resistência aos portugueses durante o século XVIII, no médio e alto rio Negro.

Uma segunda questão diz respeito à gênese do aviamento se relacionar a um tipo de comércio específico para ter acesso aos cativos – as tropas de resgate. Para o autor, pelo menos antes das reformas pombalinas, esse comércio fomentou o aviamento na Amazônia portuguesa via rio Negro, uma das principais fontes de cativos para a ocupação colonial. O hábito de comércio estabelecido pelos holandeses com os Caribes e destes com os seus parceiros comerciais do interior do continente, envolvia indígenas cativos e drogas em troca de mercadorias europeias antecipadas a crédito, o "escambo a crédito". Esse hábito transcendeu o movimento do meio material, e por imitação, também inseriu uma variação de comércio para além das nações indígenas do vale do rio Orinoco, chegando ao rio Negro e Amazonas, tornando-se uma instituição do comércio envolvendo cativos e drogas, também entre indígenas e portugueses (Meira, 2017).

Porém, o autor não inclui nas suas análises da gênese do aviamento os descimentos para os aldeamentos missionários, quando esses indígenas não eram cativos, mas "tutelados", em um processo que é diferente das tropas de resgate; haviam os aldeamentos particulares, porém, os missionários são mais relevantes. Segundo Souza Junior (2012 p. 258), durante o Diretório dos indígenas, [...] "os descimentos voltaram a ser feitos utilizando-se o antigo método dos missionários, que buscavam convencer os índios a descer presenteando-os com as mais diversas quinquilharias". Como vimos, os aldeamentos, ao lado das tropas de resgate e das guerras justas, eram as formas lícitas empregadas para a aquisição de mão de obra indígena após a década de 1680. Analisando a barganha de indígenas com missionários para o descimento voluntário e constituição de um aldeamento, o Governador do Maranhão e Grão-Pará, a quem os missionários repassaram as condições dos indígenas e solicitaram deferimento, trata o caso da seguinte maneira em 1722:

> Em carta datada de 10 de agosto de 1722, o governador informava sobre o descimento que realizara dos índios que viviam nas praias do Maranhão e da Parnaíba da nação Tremembé [...] pedindo para que o padre João Tavares os assistisse e que fossem aldeados perto do rio Tamara, por ser mais fácil viver e para ficar longe das escravizações injustas realizadas pelos moradores, o que eles conhecem muito bem como práticos e ladinos. O governador argumentara que deferira o pedido, com a alegação de que eles seriam úteis para avisar a chegada de navios inimigos e impedir os fugitivos que iam pela praia. Solicitara ao rei que com a finalidade de estes índios não se aliarem a inimigos lhes fossem dadas ferramentas, anzóis e pano à custa da

> Fazenda real, procedimento este que devia ser realizado nos demais descimentos (Chambouleyron *et. al*., 2009 p.126).

Dessa carta, podemos argumentar que os descimentos para aldeamentos, que resultavam em indígenas tutelados e vassalos do rei, também poderiam ser realizados com o oferecimento de mercadorias europeias. Como veremos, Meira (2017) relata os descimentos por meio do aviamento no período pombalino para a transformação de aldeias em vilas portuguesas, assegurando o território para os domínios portugueses. Resumindo, o aviamento ganhou escala e representatividade também por meio dos descimentos para os aldeamentos missionários.

Seguiremos com a hipótese de Meira (2017), de que as tropas de resgate estão envolvidas na gênese do aviamento na Amazônia portuguesa, e aprofundaremos a sua análise. Contudo, nosso sistema populacional complexo de instituições também incluí outras identificadas pela análise historiográfica, que achamos pertinente reafirmar a sua presença – o aviamento do descimento e o aviamento redistributivo dos indígenas tutelados pelos missionários – este último, como não é citado pela revisão de literatura, iremos desenvolver nos capítulos seguintes.

Quais eram os procedimentos utilizados pelos holandeses na gênese do aviamento relacionados aos cativos? Os comerciantes holandeses, utilizando a antiga rede de comércio pré-colonial, que conecta o rio Orinoco ao Negro, realizavam os seguintes movimentos integrativos:

> [...] o cativo indígena foi transformado em mercadoria pelo escambo a crédito promovido pelo capital mercantil holandês. Observa-se claramente: o comerciante batavo adiantava as mercadorias aos comerciantes Caribe, que ficavam com uma dívida a ser paga com escravos ou especiarias; os Caribe, por sua vez, adiantavam as mercadorias aos seus aliados (e também comerciantes) indígenas no interior, em pagamento pelos cativos [originados de guerras feitas contra outras nações] e drogas, que depois lhes eram entregues, e na sequência aos holandeses. [...] Ou seja, constituiu-se ali a cadeia de aviamento que seria reproduzida, e ampliada, pelas Tropas de Resgates portuguesas no Noroeste Amazônico a partir de 1640 [...] (Meira, 2017 p. 178-179).

A mesma solução disseminada pelo comércio através da bacia Orinoco-Negro entre os indígenas é adaptada pelo lado português, porém, adicionada das especificidades citadas acima: i) O processo inicia com o aviamento redistributivo dos indígenas tutelados nas missões, que executavam várias funções, desde remadores e guerreiros até coletores das drogas nas expedições oficiais e de particulares. Esses indígenas iam aos sertões cedidos pelos aldeamentos missionários (Ferreira, 2016), com o depósito antecipado de 50% da sua remuneração, que era de duas varas de pano por mês, ficando o missionário como fiel depositário (Perrone-Moisés, 1992; Souza Junior, 2012; Ravena, 2005; Farage, 1986). ii) Chegando às aldeias nos sertões, os

comerciantes portugueses, representados pelos cabos de canoa, antecipavam mercadorias a crédito aos principais das nações aliadas do rio Negro. O pagamento da dívida contraída com o adiantamento era feito com cativos, provenientes das guerras que faziam com outras nações indígenas inimigas. Aqui temos uma diferença em relação ao aviamento batavo. Segundo Pompeu (2021 p. 89), os produtos a serem adquiridos nos sertões determinavam o destino das expedições, pois afirma que cacau e indígenas não estavam distribuídos igualmente pelos sertões amazônicos, ou seja, haviam regiões abundantes em cativos, porém, escassas em cacau, ou abundantes em cacau e escassas em cativos. O destino declarado das expedições determinava qual seria o objetivo principal, se cativos ou drogas, dificilmente, conciliáveis.

> O cacau se concentraria em duas regiões, a primeira, mais próxima de Belém, passa pelo Marajó ocidental e o Cabo do Norte, na região fronteiriça com os domínios franceses, chegando até aos arredores da fortaleza de Gurupá. Já a segunda região, se estendia da boca do rio Madeira (incluindo este rio) até as confluências do rio Solimões, quase chegando aos domínios castelhanos (Pompeu, 2021 p. 89).

Assim, quem iria ao Cabo do Norte se concentraria apenas no cacau. As expedições que fossem a região do rio Madeira, além do cacau, também realizavam a captura e beneficiamento dos derivados da tartaruga, por exemplo, sendo uma expedição mais flexível. Contudo, o argumento central do autor é que o comércio de indígenas estava fora dessas rotas, se concentrando no rio Negro, portanto, drogas e cativos não poderiam ser objetivos compartilhados de uma expedição e de suas canoas, as expedições que estavam em busca de cativos ou de drogas, eram especializadas. Assim, a coleta das drogas se concentrava no uso dos indígenas aldeados (nas canoas missionários e dos particulares), sendo que, os indígenas não aldeados dos sertões tinham pouca participação nessa atividade. Já os descimentos e tropas de resgates dependiam de um intenso comércio com os indígenas não aldeados em relativa autonomia política nos sertões.

iii) O aviamento também era utilizado para realizar os descimentos, através do pagamento antecipado, como vimos anteriormente em Chambouleyron *et. al*. (2009) e também em Souza Junior (2012) – realizamos uma releitura dos argumentos destes autores, fundamentados na inclusão dos descimentos pelo aviamento feito por Meira (2017) no período pombalino.

O papel evolucionário das redes de comércio pré-colonial, nessa explicação, não pode ser negligenciada. Conforme exposto por Schaan (2009) e Porro (1995), essa rede de comércio entre tribos estava fundada na troca de presentes honoríficos entre as classes superiores dessas sociedades. Podemos interpretá-la como comércio de presentes, baseado na reciprocidade em

termos de Polanyi (2012). Em busca de prestígio, *status* e confiança, os parceiros comerciais realizam movimentos de meios materiais qualitativamente certos, na ocasião certa. Mesmo que não quantificáveis, são essenciais para que um interessado tenha acesso, com aval do chefe político e religioso, aos recursos que têm interesse e que estão presentes na unidade política sob o seu comando. É um sistema de dádiva e contradádiva, que como vimos em Polanyi (2012), não tem correspondência temporal entre presente e cancelamento da dívida – essa dívida não é econômica. A doação, o presente, em causalidade cumulativa, suscitam a reciprocidade posterior entre os chefes, criando alianças. É esse o fundamento do recurso que é antecipado como presente na rede de comércio intertribal pré-colonial em termos polanyianos.

Então, quando do contato inicial com os holandeses e portugueses, esse comércio estabelecido a crédito, nesses termos, era um comércio de presentes, de dádiva e contradádiva. São esses presentes dos europeus aos chefes das nações indígenas que os proporcionam acesso aos recursos administrados por eles, estabelecendo alianças, não só militar e política, mas comercial – facões, machados, armas de fogo, flechas de ferro são exemplos de produtos movimentados nesse comércio. São essas alianças que convencionam os acordos comerciais dos gêneros envolvidos nas trocas: Drogas do sertão ou escravos, como contradádiva, por mercadorias europeias como dádiva (Whitehead, 2011; Meira, 2017).

A diferença essencial em relação à colonização portuguesa, para além da estrutura de organização social, era que a holandesa não pretendia ocupar o interior e baseava-se apenas no comércio como estratégia de influência territorial naquele momento (Meira, 2017). Não aprofundaremos o debate do aviamento sob influência territorial holandesa[119], visto que, não exploramos a estrutura da organizacional social de suas colônias no Caribe, sendo assim, passaremos à Amazônia portuguesa.

Dentro do sistema português delineado no capítulo anterior, o "escambo a crédito" pode ser compreendido com mais rigor. O aviamento é uma instituição comercial e redistributiva, porém, sobretudo financeira. Se relaciona ao comércio administrado, redistribuição dos indígenas tutelados e às finanças em gênero. Redistribuição e comércio administrado são coisas diferentes, pois movimentam recursos nas esferas internas e externas das sociedades, porém, estão correlacionadas (Polanyi, 2012). O aviamento é redistributivo porque, dentro da sociedade colonial, movimenta trabalho, através da redistribuição dos indígena tutelados para moradores e o Estado, por um período de no máximo um ano, conforme o Regimento das

[119]O processo de colonização foi dirigido pela companhia das Índias Ocidentais, uma instituição privada que se conecta ao comércio mercantil e internacional, financiada por um mercado de ações inovador e emergente nas cidades holandesas do século XVII (Whitehead, 2011; Meira, 2017).

Missões (Mello, 2009). O aviamento é um comércio administrado porque, através dos resgates e dos descimentos, faz movimentar recursos (especialmente cativos e indígenas descidos/tutelados) de fora para dentro da sociedade, que combinam-se internamente a uma segunda cadeia de aviamento, no caso dos indígenas tutelados; as trocas diretas e redistributivas (pagamento), no caso dos cativos e drogas do sertão.

As finanças em gênero estão em interdependência com um sistema monetário heterogêneo, que foi dominante nos sertões amazônicos por séculos após a colonização. Mais uma vez, em sua origem, vemos o resultado da interação entre as duas culturas: por um lado, se impõe à estrutura indígena e seu sistema monetário baseado em gênero, aderente ao comércio de presente e práticas recíprocas e redistributivas combinadas. Neste, o padrão monetário cunhado não exerce a função de dinheiro. Portanto, como o comércio entre europeus e indígenas, bem como a redistribuição do trabalho indígena, são realizados através de gêneros realizando a função de objeto monetário e, consequentemente, exercendo alguns dos usos do dinheiro, essa se impõe aos portugueses que a assimilam para realizar as transações com os indígenas – como já vimos, sem as transações com os indígenas, seja de caráter externo e interno, a economia da colônia seria inviável. Vemos aqui uma expressão intransponível da estrutura econômica das sociedades amazônicas, que por sua força, foram impostas aos moradores, militares, religiosos e administradores portugueses na Amazônia.

Por outro lado, o Estado português proibiu a circulação de moedas cunhadas na colônia, devido ao seu custo de manutenção e os desvios do uso do material de confecção das moedas para outros fins, como expõe Lima (2006), porém, estava associada a essa proibição um sistema redistributivo funcional que operava sem essa base monetária cunhada, tornando-a redundante e desnecessário os custo de sua implantação pela fazenda real. Temos, nesse caso, de ambos os lados (indígena e europeus), uma conveniência pelo sistema monetário heterogêneo e sem moeda cunhada que caracterizou as finanças em gênero desse período. Isso contribuiu para uma das características marcantes do aviamento: sua independência do uso da moeda cunhada nas integrações econômicas que organizou.

Portanto, o aviamento estava contido na economia substantiva, pois movimentava (pelo comércio e redistribuição) e financiava a aquisição do principal recurso a ser redistribuído pelo Estado, e que garante os meios de subsistência dos súditos: o trabalho indígena. Complementarmente através dos aviamentos redistributivos das drogas do sertão, ele avança os produtos que possibilitaram a inserção da capitania na economia colonial portuguesa e internacional, instituindo um comércio na cidade de Belém com a Europa, através da metrópole. Nesse sistema monetário diverso, temos vários produtos como meio de pagamento (indígenas,

cacau, pano, cravo, tainhas, farinha, mercadorias europeias, etc); os réis, exclusivamente como unidade de conta e padrão de valor; e com meios de trocas não preferenciais, onde vários produtos e gêneros extrativos eram utilizados como meio de troca direta (escambo), já que a circulação da moeda cunhada era proibida (Ravena, 2005; Chambouleyron, 2003, 2013; Lima, 2006; Lima *et. al.*, 2009; Fiori, 2015; Neves Neto, 2017).

As propensões instintivas e o meio material que conformaram essa instituição também importante para compreender o aviamento. A sociedade colonial que se estabeleceu no estado do Maranhão e Grão-Pará tinha nas combinações das propensões instintivas a predominância do instinto predatório. Militares e clérigos estavam afastados da indústria por se ocuparem de funções honoríficas: guerrear e evangelizar. Como se daria a subsistência dessa classe ociosa transposta para o Estado, onde não existia os pressupostos estruturais da sociedade portuguesa metropolitana? A solução foi o uso do trabalho indígena nas artes industriais, uma posição que condizia com a percepção europeia de que eram civilizações inferiores, e que era fundamentada em uma condição mais pragmática: os portugueses tiveram que utilizar o conhecimento e a base material indígena para sobreviver na colônia, adequando seus hábitos de consumo (Fiori, 2015). Isso ocorreu através da escravização do indígenas ou do trabalho tutelado.

A escravização e a tutela do indígena não oferece apenas o trabalho para o desenvolvimento das práticas de produção baseadas em conhecimento eurocêntrico. Na verdade, esse uso é limitado. A apropriação do trabalho indígena é simultaneamente a apropriação pelo sistema colonial do conhecimento e tecnologia indígena agrícola, extrativa (plantas, pesca e caça), náutica, guerreira e outras. As nações indígenas se desenvolveram na Amazônia em uma relação de interdependência com o meio natural, como estudado pela Ecologia Histórica. Para esse ambiente, as práticas indígenas com qual interagiram ocasionaram distúrbios (roçados, dispersão de sementes e outros) ao longo do período pré-colonial, que ocasionou enriquecimento da diversidade. Dito de outra maneira, as nações indígenas produziram, na Amazônia, florestas antrópicas, ou seja, o bioma não é puro e intocado, pelo contrário, foi manejado por milênios, de acordo com práticas dominadas, reproduzidas e aperfeiçoadas pela cultura indígena (Clement *et. al*., 2015; Balée, 2017; Torres, 2008).

Há uma diversidade de técnicas empregadas para este fim, que fazem parte dos hábitos dos indígenas, que proporcionaram uma intervenção no bioma para que ele atendesse as suas necessidades de reprodução. Os roçados são uma imitação de processos naturais da floresta, contudo, de forma sistematizada e direcionada para as espécies mais úteis, através de processos de sucessão. A mandioca, importante para o abastecimento da colônia, tem um processo controlado de seleção de variedades e reprodução, baseada, tanto na dispersão de clones, como

na presença da dispersão de sementes no roçado. As capoeiras, terras que foram utilizadas para a agricultura e que ficam em pousio longo, têm funções nas sociedades indígenas, pois são fonte secundária de alimentos vegetais, servem de atrativo para animais facilitando a caça, e sua vegetação é utilizada na construção de instrumentos de pesca, caça e outras utilidades. A dispersão de sementes pelo cotidiano das sociedade indígenas também auxiliou a desenvolver florestas com as espécies mais utilizadas. Além dessas práticas, os indígenas eram os guias dos portugueses nas expedições, por seus conhecimentos de navegação e de táticas de guerra, eram os principais caçadores e coletores para prover de alimentos as canoas; e dominavam a técnica de construção de embarcações (Clement *et. al*., 2015; Balée, 2017; Torres, 2008; Coelho, 2005, 2006).

Assim, quando entram na sociedade colonial, os indígenas trazem consigo um aporte tecnológico que se tornará o fundamento da base de produção da colônia, e que por muito tempo, predominou sem contestação frente ao trabalho africano. É um aporte que privilegia a floresta e a diversidade, e menos a monocultura. Portanto, não é apenas o uso da capacidade de trabalho do indígena aplicada à tecnologia europeia, ao contrário, há uma dependência explícita do conhecimento e tecnologia indígena para se garantir os meios de subsistência da colônia, tanto para o abastecimento interno, quanto para as exportações. Associada à redistribuição do trabalho, temos uma redistribuição também do conhecimento tecnológico indígena.

Mesmo que pela perspectiva do colonizador, extrativismo e agricultura sejam mutuamente excludentes, foram as práticas agrícolas de manejo de roçados e florestas, aliadas às tecnologias de pesca e caça que proporcionaram o sedentarismo na Amazônia, como vimos no caso dos Cacicados. Apesar de associar a agricultura ao progresso, os europeus viram suas opções de viabilizar economicamente a colônia limitadas (considerando os seus interesses), o que resultou, por força dos processos causais e cumulativos, no predomínio do extrativismo na região, representado pela economia dominante das drogas do sertão e no abastecimento, especificamente, dependente da farinha. Finalmente, o que produzir, como produzir, qual dinheiro utilizar, e por quais instituições se integrar, no período colonial, dependeu dos agentes na base de produção, os indígenas aldeados e não aldeados.

Os hábitos utilizados para se ter acesso ao indígena, dada a propensão instintiva, dependeria das circunstâncias. Enquanto as nações indígenas (Cacicados e principais influentes), estruturalmente, eram a forma organizacional dominante na estrutura do território, conferindo-lhes poder militar e político – eles próprios, com graus relevante de manifestação do instinto predatório (Veblen, 2015) foram os portugueses obrigados a se aliar a algumas nações para fazer guerra contra as nações inimigas, primeiro, para controlar o território junto

com seus aliados, e segundo, para ter acesso a escravos, provenientes tanto da guerra justa, como das tropas de resgates.

Alternativas para os indígenas inimigos eram poucas: fugir para os sertões, podendo ser confrontados por nações inimigas; guerrear contra seus adversários indígenas e portugueses que cada vez mais se equiparavam em número, porém, com armamento superior; ou, aceitar o hábito do descimento, constituindo aldeamentos missionários ou particulares, onde seriam convertidos à fé cristã e civilizados aos moldes dos hábitos europeus. A adesão a este último hábito, o aldeamento, parece ter sido uma manifestação estratégica mais predominante do instinto da inclinação parental, dada à ameaça de desaparecimento do grupo em questão.

Então, guerra justa, tropas de resgate (incluindo os clandestinos) e aldeamentos (privados e missionários) foram os hábitos que, inicialmente, se estabeleceram como variações, decorrente do comportamento instintivo predatório da classe ociosa indígena e europeia. Não havia um mercado de trabalho organizado, e acreditamos que o aviamento esteve relacionado a maioria desses hábitos, exceto a guerra justa, que proporcionou acesso ao trabalho indígena que estava fora do sistema colonial. Os indígenas desejavam influência política e derrotar inimigos – existia uma política indígena, como afirma Coelho (2006) – e ter acesso contínuo aos produtos europeus. Os europeus conquistaram os novos territórios para o rei de Portugal e para a Igreja, além de suprirem sua subsistência e exportarem as drogas dos sertão, sem, contudo, realizarem funções industriais. Para ambos os objetivos, o indígena era necessário, onde se delineou uma política indigenista pelos conquistadores (Coelho, 2006).

Com a decadência na representatividade estrutural das organizações sociais e políticas indígenas nas áreas de maior influência dos portugueses, explicada pelos aldeamentos ou pela devastação da população por guerras, resgates e epidemias, a violência ia se instituindo, e aumentando ainda mais a pressão sobre os povos originários, normalmente burlando a legislação vigente e pactos de amizade, principalmente quando havia uma relativa diminuição das disponibilidades de trabalho indígena frente às necessidades dos agentes coloniais. Nessas circunstâncias, toda sorte de ilegalidades eram cometidas e, provavelmente, davam ainda mais impulso às amarrações.

Contudo, onde as alianças entre portugueses e indígenas promoveram um descimento regular de cativos e homens livres, – seja pelo poder das nações indígenas, pelas distâncias ou pela densidade populacional da região – as tropas de resgate e os descimentos para aldeamentos se instituíram como hábitos convencionalizados, e permaneceram por períodos relativamente longos. Foi, ao que parece, o caso do rio Negro.

As tropas de resgates e guerras justas eram fonte de acumulação de riqueza e prestígio social na sociedade colonial, por ser, ao mesmo tempo, uma função honorífica a serviço do Estado e uma oportunidade de enriquecimento. Dada a escassez de braços aldeados provenientes dos descimentos, as relações de prestígio deviam também importar na distribuição dos indígenas aldeados e tutelados pelos missionários, ou seja, os moradores com funções honoríficas e com mais prestígio deviam ter preferência. Como vimos anteriormente, a riqueza dos indivíduos não era adquirida como motivação em si mesma, ela fazia parte de estratégias amplas de honorabilidade, como o casamento, filantropia e a familiatura em ordens, que dependiam e proporcionavam acumulação de cabedais, alcançando as esferas superiores de prestígio da sociedade. No Estado, o hábito instituído para enriquecimento era o comércio, tanto pelo comércio de cativos indígenas e drogas do sertão, como com as mercadorias enviadas aos sertões (Mello, 2013; 2018; Pompeu e Viana, 2020).

Portanto, em sua gênese, o aviamento conecta a base material da sociedade colonial a necessidade de resgate dos indígenas cativos, descimento de indígenas tutelados e do extrativismo das drogas do sertão na Amazônia portuguesa. Os cativos e indígenas aldeados detêm o conhecimento para realizar as atividades industriais na colônia, sendo responsáveis pelo abastecimento interno – também imposto pela estrutura da sociedade, que impede a classe ociosa de realizar tais funções. Por sua vez, os colonos estavam habituados a um padrão material proveniente da cultura europeia, necessitando desses bens para sua reprodução, que em sua grande maioria, eram importados da metrópole, viabilizados pelo comércio das drogas do sertão e de algumas *commodities* exportáveis, como o tabaco. Tanto a agricultura como o extrativismo dependiam dos braços indígenas, sejam eles cativos ou aldeados.

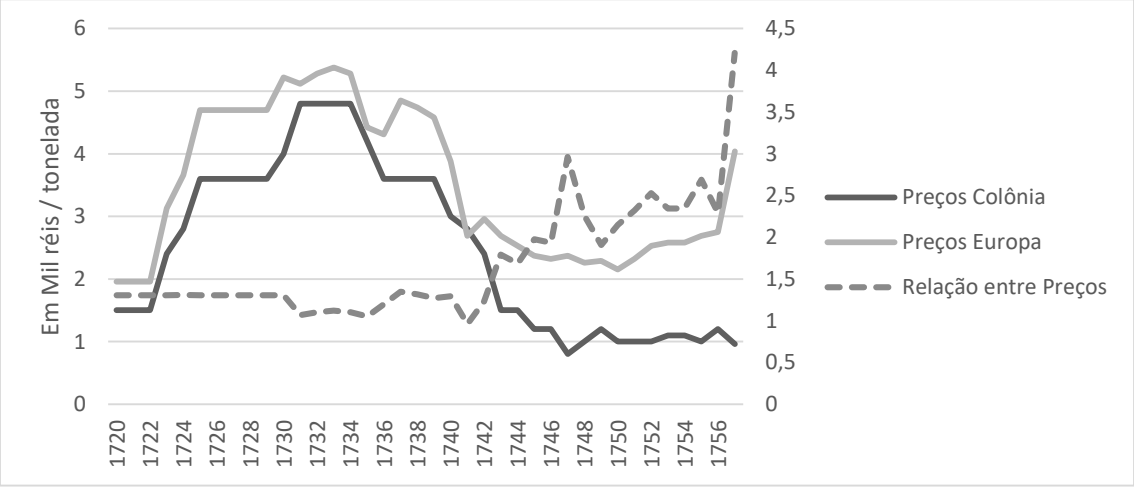
Em síntese, no caso do fator trabalho, o escambo de cativo na cidade de Belém (exceção da guerra justa, e especialmente nos referindo as tropas de resgate oficiais), o descimento dos indígenas pelos missionários e o acesso ao trabalho dos indígenas tutelados dependiam majoritariamente da instituição financeira do aviamento, um exemplo amazônico das finanças em gênero de Polanyi (2012), que se coaduna em causalidade cumulativa com a economia que era predominantemente redistributiva, baseada na circulação de meios de subsistência pelos pagamentos realizados pelo Estado – e por moradores em escala menor – combinada a uma esfera subalterna de domesticidade (Ravena e Marin, 2013; Ravena, 2005). Fora desses mecanismos, tínhamos o escambo, onde as trocas diretas eram realizadas baseadas em equivalências.

Adicionalmente, com os povos aliados não aldeados, onde não havia uma subjugação política e militar, se estabelecia o comércio administrado. Vemos claramente dois circuitos no

Estado redistributivo, um interno, que depende da redistribuição, domesticidade e trocas diretas; e um externo, dependente do comércio, com a metrópole (acesso a mercadorias europeias) e com os indígenas dos sertões (acesso ao trabalho que, consequentemente, é utilizado na coleta das drogas do sertão).

Com relação ao comércio externo com a metrópole, o pacto colonial impõe uma assimetria de poder, pois somente é possível acessar o comércio internacional via intermediação metropolitana (Novais, 1989). Como vimos, o extrativismo é a principal fonte de exportáveis, destacando-se o cacau. A metrópole ganha tanto com o comércio de bens europeus, quanto com as drogas do sertão. Os bens europeus eram comercializados em Belém por "comissários volantes", que detinham exclusividades de alguns produtos concedidos pelo rei (Souza Junior, 2012). Em relação às drogas do sertão, conforme Costa (2012a), no período de 1720 a 1757, houve uma inversão profunda na apropriação da renda gerada na colônia. Enquanto que, antes da década de 1740, os produtores coloniais se apropriavam da maior parte da renda das exportações, a partir dessa década, o processo se inverte vigorosamente, com os agentes metropolitanos saindo de pouco mais de 20% para, aproximadamente, 60% de apropriação entre 1720 e 1757. Uma indicação dessa mudança é a relação entre os preços de exportação do cacau pagos na colônia e os operados no mercado europeu (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Relação entre preços pagos na colônia e preços no mercado europeu



Fonte: Costa (2012a).

Enquanto os exportadores coloniais tentam manter suas rendas aumentando quantidade produzida durante boa parte da década de 1730 e 1740, os agentes metropolitanos, pelo menos desde o início de 1740, iniciam um processo de expansão das suas margens de lucro com a compra e venda do cacau, fazendo o preço pago na colônia cair mais aceleradamente que os preços internacionais que recebem, ampliando o "gap" entre o preço que compram na colônia e o preço que vendem na Europa. Os preços que antes de 1740 tinham um "gap" aproximado

de 30%, passaram a ter 320% em 1757. Isso resultou no aumento da apropriação da renda pelos agentes da metrópole em relação aos da colônia, tornando-se aqueles, os principais beneficiários.

Contudo, essa base exportadora só é realizável em função de o Estado português administrar a redistribuição de indígenas na Amazônia, centralizando e depois distribuindo. É o aviamento também o responsável por movimentar as drogas dos sertões até os portos de Belém – exceção seria as canoas missionárias. Na nossa revisão de literatura, identificamos, ao longo do período, dois modelos institucionais que organizam a coleta de drogas do sertão: canoas missionárias (Farage, 1986) e canoas particulares de coleta (Dias, 2012; Pompeu e Viana, 2020; Pompeu, 2021). Com exceção das canoas missionárias, nossa argumentação é que todas as canoas dos particulares dependiam do aviamento da tripulação para realizar a expedição.

Os europeus eram dependentes dos indígenas aldeados e cativos para a reprodução da economia, seja através do circuito interno ou externo. Então, o aviamento relacionado a essa provisão ganha em importância, quando referida às condições de reprodução. Porém, a solução institucional encontrada pela economia redistributiva para acessar os recursos dessas nações dependeu dos hábitos compartilhados e estabelecidos pelos indígenas aliados para realizar os movimentos transacionais de seus cativos e aldeias (da internalização da força de trabalho dependia a coleta das drogas do sertão e o abastecimento da colônia), onde encontramos como central a noção da obrigação não econômica e o endividamento por meio da dádiva e contradádiva para estabilizar as relações de crédito. É esse hábito que constituirá o nosso conjunto anterior, ou seja, a estrutura institucional amadurecida.

Nosso modelo de causalidade cumulativa que explica a habituação e convencionalização do aviamento relacionado à dádiva e contradádiva é o da agência individual e mudança gradual com seleção de sucessor, apresentado no tópico a.1 e ilustrado na Figura 1. Vejamos como a origem, crescimento e persistência do aviamento enquanto instituição comercial e financeira são explicados pela variação, herança e seleção do nosso sistema populacional complexo compreendido pelas variações que possibilitam acesso ao trabalho indígena que está fora das fronteiras coloniais. Escolhemos, dentre as variações, o aviamento relacionado ao comércio administrado das tropas de resgate oficiais para aplicar a metodologia institucionalista por termos dados mais contundentes de sua relação com o aviamento[120].

[120]Abordaremos os processos causais e cumulativos do aviamento redistributivo dos indígenas tutelados – operado internamente na sociedade colonial pela redistribuição – no capítulo posterior, quando entendemos que este hábito

No conjunto anterior, temos o comércio de presentes de cunho recíproco das sociedades indígenas (Whitehead, 2011). Estruturalmente, essa é a instituição dominante, ou seja, ela cresceu e amadureceu suas interdependências com os indivíduos, obtendo a persistência com a escala e representatividade de dominante. Esse comércio de presentes das nações Caribes guarda semelhança com as práticas comerciais adotadas pela estrutura hierárquica indígena da Amazônia portuguesa, os Cacicados ou Chefiaduras do vale do rio Amazonas (Schaan, 2009; Porro, 1995).

Através do comércio no rio Orinoco-Negro, um hábito inovador chega a Amazônia portuguesa: os interagentes vão recombinando o hábito instituído de comércio de presentes para estabelecer uma nova variante, o aviamento. Essa recombinação habitual é a causa que perturbará a estabilidade relativa da estrutura que orienta os hábitos de comércio. Os interagentes na cadeia de causa e efeito são os portugueses e indígenas aliados no vale do rio Negro, que assimilaram as práticas provenientes do comércio caribenho (Meira, 2017). Essa variante é acrescentada ao conjunto anterior por seleção de sucessor, adicionada ao lado do comércio de presentes. Destacamos que o hábito anterior dos presentes e sua relação de dádiva e contradádiva contribui com a variante do aviamento, pois herda elementos que lhe assemelham, porém, que também o diferenciam. Iniciamos assim a passagem para o conjunto posterior, através da seleção de sucessor realizada pelo estrutura, em função da mudança causada pelo contato com o europeu mais continuamente.

Ambas as sociedades organizadas hierarquicamente sob a redistribuição, onde o instinto predatório é o dominante, depois de instituírem um comércio regular, adotam outro hábito mais adequado aos trâmites contínuos – nessas circunstâncias, as sociedades indígenas eram relevantes, tanto em âmbito político, como militar. O aviamento comercial (comércio administrado) cumpre essa necessidade, estabelecido os interesses de ambos os lados: os europeus, dada as condições materiais impostas na colônia, dependem de indígenas; os indígenas cobiçam instrumentos de metais, armas e diversas novidades da cultura europeia, o que atribui prestígio a sua classe ociosa e respaldam o seu poder, tanto em sua comunidade, como em relação as outras. O instinto predatório (Veblen, 2015) orienta o objetivo a ser alcançado pelo hábito, ou seja, a solução se coaduna com hábitos que envolvam força e violência no interior das sociedades indígenas (política entre nações alterada pela política indigenista portuguesa não menos violenta) para adquirir o fator trabalho que é primordial para a reprodução material da economia colonial (interna e externa), digo, que afaste o europeu da

associado à antecipação de 100% dos salários dos indígenas ao diretor e ao tesoureiro dos índios, compreendem uma relevância estrutural importante (Arenz, 2014; Harris, 1998).

indústria e o possibilite extrair o trabalho do outro. Nesse caso, a escravização se torna a via de atender as necessidades das duas economias, hábito que não era estranho em ambas, apesar dos significados diferentes.

A adição ao conjunto anterior do aviamento perturba a ordem das interdependências ou inter-relações existentes entre os indivíduos e os hábitos de comércio, entrando essas interdependências em oscilação, iniciando um processo causal e cumulativo específico, que em diferentes graus, pode alterar a estrutura setorial e da sociedade como um todo, dado que constituem um sistema e guardam coerência. Como vimos, por meio da crescente exigência da economia por cativos para a coleta das drogas do sertão, abastecimento, produção de algumas *commodities* e, se adicionarmos as epidemias, o aviamento é compartilhado como hábito de comércio de cativos por um número maior de aliados indígenas no rio Negro. A própria política indígena, que envolve conflitos e alianças entre as nações, favorece o crescimento do aviamento, pois este se torna um mecanismo de acúmulo de vantagem militar (armas de metal e de fogo) sobre o inimigo e que, por consequência, fomenta a guerra e a conquista (com ou sem presença dos aliados portugueses), uma expressão latente do predomínio de hábitos predatórios nos povos originários, que alimenta o prestígio das classes dominantes nessas sociedades. Então, instintos, instituições e meio material beneficiam o crescimento do aviamento.

De forma contrária, o comércio de presente passa por um processo de redução de sua representatividade relativa, pois o processo causal e cumulativo faz com que a seleção de sucessor, realizada pela estrutura, rearranje sua função nessas sociedades. Nessas circunstâncias materiais e institucionais, o aviamento passa a se expandir com menor ímpeto, da mesma forma que as oscilações das trocas de presentes, ganhando a escala e a representatividade que determina a sua posição no processo mais geral da estrutura, passando a ser assimilada, logo, instituída e ganha persistência.

Não temos como afirmar quais das formas de comércio que passaram a conviver, tornou-se majoritária na estrutura, porém, a presença do aviamento se tornou estruturalmente relevante no que se refere ao comércio de cativos no rio Negro, controlado pelos portugueses. Pelo menos em relação aos Caribes, o comércio de escravos, por exemplo, se tornou a variação dominante, segundo Whitehead (2011 p.12), que analisou a evolução desse comércio entre indígenas e holandeses. Com base no relato de um padre na região por volta de 1700, afirma que "[...] sua única ocupação [dos caribes] é constantemente ir e voltar da guerra, vendendo e matando índios". O mesmo argumento, de que houve deturpação das relações de guerra entre as nações indígenas pelo comércio de cativos, é afirmado por Dias (2017) no território português. Prova

da relevância estrutural desse crescimento e expansão do aviamento é o aumento dos conflitos intertribais apontados por Meira (2017) nessa região, em busca de cativos para o comércio.

Assim como nos caribes, as nações indígenas do rio Negro, sob influência portuguesa, experimentaram uma mudança no seu meio material e combinações instintivas, ocasionado pela nova estrutura institucional do comércio administrado, ou aviamento de indígenas cativos. Guerra e violência reforçaram o predomínio médio do instinto predatório (Veblen, 2015), que é coerente com as exigências do comércio de aviamento para suprir os meios materiais que proporcionam poder político e prestígio social, ou seja, instrumentos mais eficientes de guerra e produtos que proporcionem honorabilidade. Sendo assim, a mudança na estrutura institucional levou a uma transformação nos elementos da tríade vebleniana.

Quais características da variante do aviamento se assemelham e se diferenciam da variante do comércio de presentes, ao ponto de herdar certas características, e ao mesmo tempo, constituir-se em instituição diferente? Destacamos quatro características que nos ajudaram a entender esse processo evolucionário.

A primeira é a quantificação dos produtos envolvidos. Enquanto que, no comércio de presentes, o resultado quantitativo é irrelevante para os dois lados, tendo como princípio norteador o presente qualitativamente correto à situação, no comércio administrado característico do aviamento, a quantificação se torna importante. Ao menos pelo lado europeu, a quantificação é utilizada tendo como referência a equivalência dos produtos trocados, com base nos seus valores em réis. Essa quantificação se faz mesmo na ausência de uso da moeda cunhada na transação, uma condição para realizar o comércio com os indígenas. Isso possibilita adequar as quantidades almejadas de indígenas por produtos da cultura europeia disponíveis para a troca. Essa quantificação também auxilia no controle por parte dos portugueses das contas devedoras, caso as dívidas não sejam totalmente canceladas (Chambouleyron, 2013 p. 91; Neves, 2012).

A segunda característica é que há uma bilateralidade entre as unidades políticas envolvidas. Os meios utilizados por holandeses e portugueses para obterem influência nos territórios amazônicos, como afirmado por Meira (2017), foram diferentes. Os holandeses utilizaram o comércio, já os portugueses, iniciaram uma campanha militar em consonância com a constituição de aldeamentos, fortificações e centros urbanos, que foram também plataformas para o comércio. Essa infraestrutura de ocupação promoveu uma profunda desarticulação da organização social indígena no vale do rio Amazonas, tanto em função da aculturação europeia, como pelas guerras com as tribos inimigas e mortes por epidemias. As estruturas, antes com graus significativos de redistribuição aderentes a presença dos Cacicados nas várzeas, que

dividiam a estrutura social amazônica com aldeias autônomas e menores na terra firme, onde a reciprocidade era a regra[121], passam a convergir para esta última, ou seja, onde o parentesco volta a ser a instituição dominante, e a redistribuição subalterna.

Em suma, a conquista e a ocupação do território foram orientadas por um Estado que era muito mais presente que o Holandês (Whitehead, 2011). Assim, com o tempo, a estrutura redistributiva portuguesa foi sendo imposta aos indígenas em graus diversos, seja aldeados ou não, como estrutura macro regulatória, substituindo os Cacicados.Com graus mais elevados de imposição da estrutura portuguesa, seja pela força ou através de alianças, temos as relações no território se espraiando em benefício destes últimos. Os aliados aldeados passaram a ser vassalos do rei. Contudo, com os aliados não aldeados, que se fecham relativamente em sua autonomia política baseada no parentesco, estabelecem relação com o Estado redistributivo como parceiros comercias, através do comércio administrado. É um grau menor de subjugação que se adequa à estrutura redistributiva, mas que é a base para a relação bilateral desenvolvida pelas tropas de resgate. Ou seja, eles gozam de certa autonomia, como no caso dos caribes e holandeses (Souza Junior, 2012; Dias, 2017).

A terceira característica é o adiantamento de recursos sem receber imediatamente uma contrapartida. O modelo institucional de comércio – o aviamento – não era um comércio mercantil em termos polanyianos. Como observado por Whitehead (2011), a troca de presentes era uma instituição comum entre os povos sul-americanos, podendo engendrar dádiva e contradádiva em outras regiões da Amazônia. No início das relações comerciais com os europeus, o comércio de presente, pautado em dádivas e contradádivas, base da reciprocidade, dava segurança e estabilidade às integrações econômicas, sendo a força que promovia a execução dos acordos.

Já no comércio administrado – o aviamento – a confiança entre as partes do acordo é garantida pelo pagamento antecipado do comerciante europeu, que origina uma dívida e torna o indígena devedor. É uma clara recombinação dos termos do comércio de presente; depois de instituído, um hábito é reproduzido como fim, sem que a compreensão dos seus meios seja relevante, como afirma Veblen (2015), quer dizer, o hábito de antecipar recursos no comércio, antes uma dádiva e pautado na reciprocidade, é reproduzido como uma pré-condição protocolar e passa a ser adotado como uma regra no aviamento sob a tutela do comércio administrado entre unidades políticas relativamente autônomas. Como antes, o indígena é obrigado, culturalmente, a pagar sua obrigação não-econômica, sem contestar os fundamentos dessa dívida – dívidas

[121] Essa diferença entre as organizações sociais da Várzea (Cacicados) e terra-firme (grupo menores) é argumentada por Ravena e Marin (2013).

grandes e antigas entre unidades políticas autônomas estabilizam as finanças e as relações políticas e militares, segundo Polanyi (2012), e dão preferência ao credor em acordos que envolvam concorrência de outros postulantes, por influência junto aos devedores.

A quarta característica do aviamento herdada da variante do comércio de presentes é que a relação comercial estabelecida não se encerra com o pagamento da dívida, o que se estabelece é uma relação de longo prazo, personalizada e organizada com base em direitos e obrigações que se renovam com as sucessivas expedições. Essas características também auxiliam na segurança dos acordos, através das dívidas em sentido contrário. Muitas vezes, a dívida do principal indígena com o comerciante é contrabalanceada por uma dívida em paralelo e em sentido oposto, pautada no casamento entre o comerciante e uma indígena da aldeia, quando pela tradição nativa, o tomador da esposa fica em dívida com os doadores (Whitehead, 2011; Meira, 2017). Temos, assim, mais uma estratégia para estabilizar o comércio e reduzir ainda mais a incerteza para os dois lados da operação, em adição ao adiantamento de recursos. Meira (2017) e Chambouleyron (2013) chamam os comerciantes casados com indígenas de "cunhamenas". Os cunhamenas se tornam parentes via casamento, e assim estabilizam uma relação de longo prazo entre o sistema redistributivo português e a estrutura organizacional indígena.

O parentesco, como instituição que respalda a reciprocidade, ganha escala e representatividade na estrutura colonial após a dissolução dos Cacicados, se combinando à redistribuição portuguesa através do comércio administrado; o comércio administrado a crédito, firmado entre as unidades políticas relativamente autônomas, representadas pela pessoa do principal e dos cabos, tem garantia complementar (segurança na execução dos termos) na dívida do casamento no sentido contrário, onde reinam as relações de parentesco – isso adiciona mais um elemento de mitigação de incerteza, que se adiciona à terceira característica. Não por caso, Meira (2017) afirma que cada comerciante tomava inúmeras esposas nos sertões, em diferentes comunidades, o que lhes proporcionava fazer comércio com diversas nações.

Dessa forma, o principal contrai uma dívida fundada em obrigações não-econômicas com o comerciante português e vice-versa, minimizando as incertezas da operação de crédito para os dois lados. A origem das dívidas são as obrigações não-econômicas: i) são relações que se prolongam no tempo, pois o objetivo não é apenas uma transação e sim, o estabelecimento de uma relação comercial e pessoal longínqua, com esta última não se encerrando com o abatimento da dívida – o contrário ocorre no comércio mercantil. Isso pode explicar o porquê, geralmente, o cancelamento das dívidas é parcial no aviamento, o que renova o interesse e a necessidade por novas rodadas de comércio; ii) os comerciantes contraem dívida em paralelo

com os principais, reforçando as relações de confiança e reduzindo a incerteza (Meira, 2017). Nesse caso, os cunhamenas passam a ser parentes, e não apenas comerciantes, um vínculo social que não se encerra com as transações comerciais.

Para fornecer outro exemplo das estratégias indígenas de estabilização das relações sociais e econômicas (reduzindo incertezas), iremos apresentar uma abordagem menos predatória do comércio de cativos, que envolve motivações não-mercantis entre indígenas e europeus. Segundo Whitehead (2011), o cativo de guerra, interpretado como escravo pelos europeus, na verdade, não se enquadrava perfeitamente nessa categoria, quando das primeiras relações de comércio. O significado nas sociedades indígenas era outra. O cativo se tornava parente, pois, após a guerra, eram estabelecidos laços de reciprocidade entre os derrotados e vitoriosos, através do comércio de presentes e do casamento, com a finalidade de estabelecer alianças. O cativo, por ser parente, tinha obrigações servis. Logo, o que o principal comercializa como presente com o europeu, não era um escravo, mas um parente e sua submissão.

Essa condição de parente do cativo reforça que os indígenas podem não ter praticado o comércio de cativos por motivações emulativas inicialmente, mas sim, por relações de reciprocidade. Sendo assim, os principais transferiam a obrigação de trabalho servil do cativo como presente, mediado pelo comércio de presentes, naquela circunstância, a instituição de comércio dominante. A concessão de um parente estabelece um vínculo para além da transação específica, tornando-se permanente e de longo prazo. Essa preocupação em estabelecer vínculos personalizados duradouros continua no comércio administrado ou aviamento, e é representado, por exemplo, pelo casamento entre índias e comerciante, como visto acima – não foi nosso objetivo revisar todas as estratégias indígenas registradas para estabilizar o comércio. Assim, eram recorrentes essas estratégias pautadas em obrigações não-econômicas para dar segurança aos acordos.

Assim, quantificação dos produtos trocados, bilateralidade entre unidades políticas relativamente autônomas, adiantamento de recursos (crédito)[122] e o vínculo comercial

[122] Cordialmente, o Prof. Dr. Rafael Chambouleyron discordou de parte do nosso argumento durante a banca de defesa. A discordância envolve o aviamento dos indígenas nos sertões pelos cabos de canoa, pois o mesmo afirma que existem documentos que comprovam as transações de compra e venda de cativos, entre as tropas e os principais, em termos à vista, e não com adiantamentos. Outra questão levantada pelo autor, e que se coaduna com as tropas de resgate em geral (não só as oficiais), se refere ao tempo da expedição. Como o período é curto, não haveria tempo para o adiantamento de produtos e posterior pagamento em cativos. Acreditamos que o recorte adotado para analisar as tropas de resgate, ou seja, a referência estrita as tropas de resgate oficiais, como também o uso de referências de diversos artigos que corroboram com a hipótese do aviamento entre cabos de canoa e principais nos sertões, são dados robustos para validar o nosso argumento, contudo, não invalidam a hipótese do Prof. Dr. Rafael Chambouleyron. Nosso referencial teórico baseia-se, sobretudo, na diversidade econômica e institucional, sendo assim, a hipótese levantada pelo autor é perfeitamente conciliável com nossos argumentos, visto que, as duas formas de comércio (aviamento e compra à vista) podem ter convivido nos sertões da Amazônia

longínquo e personalizado fazem do aviamento uma instituição específica, se comparada ao comércio de presentes.

Analisados o princípios darwinianos, outro aspecto do aviamento das tropas de resgate oficiais se mostra relevante. Ele unifica duas dimensões da economia substantiva: os movimentos de cativos através do comércio administrado e as finanças em gênero necessárias para sua realização e controle, adaptadas a um sistema monetário heterogêneo. Vejamos cada uma dessas dimensões.

Por comércio, devemos compreender uma relação bilateral, logo, pacífica. O comércio tem o objetivo de adquirir bens não disponíveis na sociedade em questão (Polanyi, 2012). Quando analisa o comércio, Polanyi (2012) é taxativo: se aplica às relações bilaterais com grupos externos. Uma coisa é a circulação dos meios de subsistência internamente, como a que ocorre através da redistribuição (tributação e pagamento dos filhos da folha por exemplo). Para além da economia doméstica do grupo ou Estado, aplica-se o comércio de longa distância, por exemplo, um conceito de comércio para movimentar meios de subsistência através de exportação e importação. Não encontramos, em nossa revisão de literatura, nenhum indício de que os indígenas, exclusivamente descidos pelas tropas de resgate, eram provenientes do pagamento de tributos ao rei de Portugal, pelo pacto de vassalagem com os principais [123]. Isso exclui que esses recursos eram movimentados pelos mecanismos redistributivos internos, o que reforça a flexibilidade da vassalagem imposta aos indígenas aliados não aldeados e sua relativa autonomia.

Esta característica nos revela duas coisas: i) os indígenas que não desciam para os aldeamentos tinham relativa autonomia política em relação às leis e autoridades coloniais, se elevando de vassalos a parceiros comerciais, dado principalmente às distâncias e a vastidão do território português, o que representa um modelo menos assimétrico de poder, reduzindo a passividade das nações indígenas e seus principais em relação aos portugueses, tão comumente implícitas na literatura – porém, não negamos o papel da violência como método de interação, quando se interrompe a bilateralidade; ii) Com esse argumento em mente, a consequência é que a categoria de comércio deve ser utilizada para explicar, em termos polanyianos, o movimento entre os sertões "não-aldeados" e as centralidades portuguesas. Nem sempre o termo

colonial. Isso nos exigiria ampliar as variantes em nosso sistema populacional complexo que movimentam cativos para o interior do sistema colonial, porém, em nosso entendimento, não se excluem.

[123] Identificamos esse mecanismo apenas na Vigência do Diretório. Farage (1986 p. 61-62) associa a inserção das nações indígenas na sociedade colonial pelo pagamento de tributos e dízimos.

"comércio" é utilizado pela historiografia com o cuidado que nos é exigido pelo referencial teórico.

Nesse ponto, nos deparamos com uma questão proeminente no debate sobre o aviamento – as relações de poder. É patente a convergência de que o aviamento se assenta sobre relações extremamente assimétricas de poder, especialmente, quando analisamos o período da economia da borracha. É necessário, desde tempos remotos, revitalizar esse debate. No período em questão, a exploração inerente ao aviamento dependerá da relevância estrutural das organizações sociais indígenas no vale Amazônico. Como já abordamos recorrentemente, essa estrutura é dinâmica e foi se alterando em desfavor às nações indígenas, digo política e militarmente, ao passo que ganhava relevância a ordem portuguesa. Enquanto as nações eram poderosas, o aviamento tinha uma relação de poder equilibrada para as duas partes.

Com a desestruturação dos Cacicados e a convergência para organizações parentais, essa relação de poder tende a beneficiar aos portugueses, em especial, onde não haviam outros europeus concorrendo pelo apoio indígena. Nesse caso, principais e suas nações estavam suscetíveis às circunstâncias e à conveniência dos portugueses em utilizar ou não a coação nos termos do aviamento – a economia política redistributiva em relação ao fator trabalho é um ponto crítico na colônia e oferece combustível para a violência portuguesa em temos de escassez de trabalho. Os indígenas que optam em descer de suas comunidades para os aldeamentos, buscando proteção das práticas violentas dos moradores (resgates ilegais e amarrações) e os já aldeados e tutelados nas missões, são exemplo dessa relação, pois a estrutura os coage a se submeterem ao aldeamento e, quando aldeados, o direito de uso do seu trabalho está aquém de sua vontade, mesmo que haja remuneração – ambos, como vimos, realizados por meio do aviamento. Nesse caso, temos a inserção dos indígenas nas sociedades coloniais, tornando-se, essencialmente, recurso a ser redistribuído.

Por outro lado, onde a influência dos portugueses ou de outros europeus era tênue, ou havia concorrência entre colonizadores (como no rio Negro antes e depois do Tratado de Madri), se estabelecia um aviamento com relações menos assimétricas, ou seja, mais equilibrado do que no caso do domínio irrestrito dos portugueses. São nesses casos que diversas estratégias para estabilizar o aviamento, recorrendo ao endividamento não econômico, fazem parte do repertório. Aqui, temos bilateralidade e comércio, com relações de poder mais equilibradas e poder de exploração do colonizador menor, resultando em termos do acordos menos desiguais.

Nesse último caso, a política indígena foi mais contundente na produção de cativos, enquanto que, naquele outro, a constante coação dos portugueses impõe a condição da

realização de guerras contra outras nações, não pela política indígena, mas pela política indigenista ou por ações ilegais realizadas pelos moradores – se os aliados não conseguem cativos, eles próprios são vítimas da escravidão. Assim, entre um e outro caso de resgates, as relações de poder tendem a beneficiar mais e menos os principais aliados aos portugueses nos acordos de aviamento. Obviamente, as nações que tiveram sua população transformada em cativos pelas guerras justas ou pelas tropas de resgate foram as que mais sofreram, pois não conseguiram se adequar à mudança institucional.

Continuando com a bilateralidade, temos três formas de comércio: comércio de presentes, dominante em sociedade baseadas na reciprocidade; comércio administrado ou de tratados, onde a redistribuição é dominante; e o comércio mercantil, respaldado pelo mercado (Polanyi, 2012). Porém, dada a estrutura redistributiva do Estado português, a coerência institucional nos aponta que o comércio não era principalmente mercantil, mas administrado. Quatro pontos são destacados por Polanyi quanto a esse tipo de comércio: motivação, especificidade dos produtos, acordos e distâncias.

No interior desse sistema redistributivo, as pessoas envolvidas nesse comércio fazem parte das classes privilegiadas dos dois grupos: os principais, os cabos de canoa, missionários e a administração colonial que financiava e organizava as tropas de resgate. As motivações desses agentes não são exclusivamente econômicos, pois envolvem o *status*. Cabos de canoa, missionários e administração colonial estão regidos por uma estrutura que beneficia e enriquece materialmente os indivíduos que prestam serviços honoríficos ao rei, recebendo mercês. É esse reconhecimento que dá significado à riqueza acumulada, e confere prestígio social na sociedade colonial. Se o lucro isoladamente não é a motivação principal, visto que a riqueza sólida provêm de mercês, então, não temos comércio mercantil.

O comércio administrado é de produtos específicos, logo, as regras se aplicam a produtos pré-estabelecidos pelos acordos entre os comerciantes europeus e os principais. No caso, os principais recebem antecipadamente mercadorias provenientes de hábitos europeus e pagam com cativos. É mais uma contradição com o mercado, pois exige homogeneização dos produtos e da moeda cunhada, dado que se articula ao comércio em geral, ou seja, os mercados obliteram as diferenças, pois "[...] aquilo que a natureza distinguiu o mercado homogeneíza" (Polanyi, 2012 p. 145). Se temos especificidade, não temos mercado, nem comércio mercantil. Na ausência de mercados formadores de preço, importação e exportação dependem dos trâmites burocráticos e administrativos ou de tratados entre chefes e os cabos de canoa sobre as condições da transação (Polanyi, 2012). A centralização dos produtos exportáveis e a divisão dos importados recebidos, como pagamento pelas nações indígenas, são movimentados

domesticamente através da redistribuição, subalterna às relações de parentesco – vimos que o avanço português no vale faz com que as estruturas redistributivas dos Cacicados se reduzam ao parentesco. Quanto ao comércio administrado e as condições para especificidade dos produtos, exemplificando com o comércio colonial, Polanyi (2012 p. 145) afirma que:

> Quinhentos anos depois, o comércio africano e das Índias Orientais e Ocidentais das companhias de comércio e navegação europeias era feito, acima de tudo, em arranjos determinados pelas maneiras como os bens que serviam de tributos eram arrecadados dos nativos, quer por seus príncipes, quer pelos próprios europeus, a fim de serem exportados para a Europa.

Complementarmente, a bilateralidade – na ausência de mercados formadores de preços flutuantes para produtos homogêneos – condiciona que toda transação é negociada em acordos tácitos ou baseados no costume (como entre parentes, no caso dos cunhamenas), onde não há espaço para a barganha. Informações como proporção entre produtos, pesagem, qualidade, armazenagem, custódia, regulamentação e pagamentos, créditos, controle dos envolvidos e outros, são estabelecidos nos acordos entre os líderes. Depois de instituída essas regras, o comércio administrado não necessita de tratados prévios, de meio, se torna em um fim, instituindo-se como hábito.

As distâncias parecem ser determinantes no tipo de mecanismo que movimenta cativos, de um lado, e mercadorias europeias, de outro. As distâncias percorridas entre as centralidades, especialmente Belém, só eram vencidas, inicialmente, pelas expedições, dado papel do Estado na organização e financiamento, como referente às tropas de resgate oficiais: os sertões não eram lugares seguros e acolhedores. Essas expedições eram, tanto missões comerciais, como militares, tendo como comandante os cabos de canoa, nomeados pelas autoridades coloniais que seguiam para os sertões com uma cópia do regimento oficial em mãos, emitido pelo governador, orientando como deveria ocorrer os processos de resgate e divisão dos resgatados (Dias, 2017).

Os cabos se enquadram no que Polanyi (2012) denomina de "comerciante com motivação de *status*", pois seu prestígio é reforçado pelo resultado não só para si, como para toda a tropa que participa das expedições e para o Estado redistributivo, ao qual representa e financiava a expedição para a aquisição de cativos. Como veremos, sua eficácia como sertanejo[124] poderia resultar em mercês reais, estas sim, fontes sólidas de enriquecimento e prestígio social.

Podemos agora nos voltar às finanças que estão envolvidas nesse comércio. A Coroa regulamentou o resgate e a guerra justa através do alvará de 28 de abril de 1688, instituindo

[124] Caso do capitão André Pinheiro de Lacerda será apresentado adiante.

também um fundo destinado à financiar essas expedições. Esse fundo é chamado de "Tesouro dos Resgates"[125], sob o comando do tesoureiro dos resgates. Segundo Neves (2012 p.2), "[...] foram depositados inicialmente três mil cruzados 'nos gêneros mais convenientes aos ditos resgates' – ou seja, facas, ferramentas, panos, contas de vidro, avelórios etc. – que eram trocados com os índios pelos cativos". Os recursos eram adiantados aos cabos de canoa para organizarem a expedição, ou seja, providenciavam o "rol" que constituía alimentos, munições e produtos a serem trocados com os indígenas. Além de produtos proveniente da cultura europeia, dentre os produtos do rol se destacava a farinha de mandioca como base da alimentação da tropa (Neves, 2012 p. 6), como na carta mencionada abaixo. Ravena (2005) já havia destacado o papel importante da farinha no abastecimento da colônia.

> Os gastos feitos durante o preparo das tropas incluíam também a alimentação das peças que seriam resgatadas. Como numa carta de 22 de outubro de 1738, na qual o governador ordenava ao provedor da Fazenda Real que desse ao capitão mor do rio Itapecuru "cem alqueires de farinha da que se acha na Aldeia das Bocas para sustento das peças de resgates" que seriam feitas para os moradores "de baixo da tropa expedida pra o Rio Negro", ficando os cem paneiros de farinha pagos pelo Tesouro dos Resgates (Apep, cod. 25, doc. 111).

Há um dinamismo econômico proporcionado pela armação das canoas que se destinam à expedição das tropas de resgate. Tomando como exemplo a armação de uma expedição para a coleta de drogas do sertão, alguns itens são comuns às tropas de resgate, como a farinha, as canoas, aguardente, o sal, panos e etc, a diferença é que o financiamento era dado pela fazenda real, ou seja, a cadeia de aviamento se iniciava em Belém com a tesouraria dos resgates.

> Na verdade, o envio das canoas ao sertão demandava uma grande movimentação dentro da sociedade amazônica. Havia a necessidade de se adquirir ou alugar canoas, o que já aquecia a economia das madeiras e, também dos aldeamentos onde muitas dessas canoas eram construídas. Havia a necessidade dos inúmeros alqueires de farinha a qual citei anteriormente, e que dependiam da produção de índias farinheiras, geralmente, nos aldeamentos missionários. Havia a necessidade de se conseguir os tecidos, com os quais os indígenas recebiam seus salários [aqui o pagamento de salários se aplica exclusivamente as canoas de coleta das drogas do sertão, porém, o pano também era utilizado como pagamento por cativos], ou até mesmo, a confecção de roupas que eram utilizadas para o mesmo fim. Estamos diante de uma cadeia produtiva ampla, que conectava diferentes atores [...] onde até os índios estabelecidos nas salinas reais, acabavam se tornando importantes no desenvolvimento dessa atividade. Enviar, anualmente, canoas ao sertão, garantia o funcionamento de uma rede bem mais ampla de comércio (Pompeu, 2021 p. 108).

[125] Como afirma Neves (2012 p. 6), o Tesouro dos Resgates também era utilizado para auxiliar no financiamento dos descimentos.

A particularidade de ser estatal, não proibiu que, em paralelo à tropa de resgate, se realizasse negócios privados. Como já citamos em Dias (2017 p. 250-251), o governador institui uma ordem para realização dos negócios que incluem os particulares.

> [...] depois dos particulares que acompanhavam a tropa. Ou seja, instituiu-se uma ordem de operação dos resgates que privilegiava aqueles realizados com os recursos da Fazenda e, somente depois, seguindo a dita ordem, aqueles realizados com recursos próprios dos interessados.

Em Sommer (2005), temos relato de uma soldado da tropa de Belchior Mendes de Moraes, assentada no Rio Negro em 1720, que fez uma importância relevante para si (apropriação privada), comercializando cativos com os principais. À *priori*, pode ocorrer a apropriação privada em paralelo aos negócios do Tesouro dos Resgates, dando oportunidades econômicas aos cabos de canoa e aos soldados (e seus associados em Belém) para exercer uma dupla função, ou seja, havia negócios que ocorriam em âmbito estatal e privado na mesma expedição, porém, aquele se sobrepunha a este.

Esses cabos e militares ainda eram pluriativos, no que se refere a suas competências nos sertões ao longo de sua carreira como "práticos dos sertões". Essas diversas experiências conformavam seu prestígio na sociedade colonial e até mesmo na metrópole, como atesta a análise da trajetória do sertanejo André Pinheiro de Lacerda, que esteve envolvido em expedições de coleta, descimento e resgate ao longo de sua atuação nos sertões. Com a expedição retornando a Belém e São Luís, o dinheiro de uso específico adiantado pelo "Tesouro dos Resgates" deveria ser devolvido à administração colonial, que, por sua vez, cobrava os impostos (direitos) sobre as peças adquiridas pelos moradores. Assim, segundo Neves (2012 p. 2), "[...] ficava a Coroa como aviadora dos resgates, havendo sempre reposição do investimento inicial – três mil cruzados – e ainda lucro sobre cada resgate, já que era cobrado tributo por cada índio resgatado".

No que se refere às tropas de resgate como aviamento comercial (comércio administrado), elas emergem em uma estrutura redistributiva que organiza a sociedade colonial, onde o dinheiro é de uso específico e não geral – na ausência dos mercados, visto que não existem moedas cunhadas em circulação – contribuindo para a regulação das relações de *status* e, por consequência, consolidando um sistema monetário heterogêneo, pois há um objeto monetário para cada uso do dinheiro. Pela causalidade cumulativa entre essas instituições, a manipulação e controle dos estoques e fluxos dos objetos monetários originou um tipo de finança em gênero, a variedade selecionada pelo sistema financeiro colonial para organizar o crédito das tropas de

resgate, representada em sua especificidade pela instituição aviamento. Esse crédito é estatal; oferecido em gêneros diversos e adequados à realização dos objetivos das expedições, o que exclui as moedas cunhadas; é contratado pelo comércio administrado, sob designo do rei, em busca de cativos.

Uma questão central para a nossa hipótese do aviamento no período do Regimento das Missões é reunir argumentos indicativos de que nos sertões a transação, das tropas de resgate oficias e indígenas, ocorria através do crédito e não com compras à vista. Alguns trabalhos atuais da historiografia amazônica, como de Pompeu (2021 p. 49) aceita o argumentos de Meira (2017 p.89) de que o comércio de cativos, feito pelas tropas de resgate, era o aviamento:

> O sistema de aviamento, como vimos, não se restringe à combinação da ação de condução, pelos comerciantes, de mercadorias industrializadas aos sertões e seu escambo com os produtores da floresta. Para a sua constituição é necessário que esse escambo seja feito através do adiantamento a crédito das mercadorias, e consequentemente, instituindo a dívida correspondente. [...] No território do Noroeste Amazônico, a intensificação do escambo com os europeus a partir da década de 1640, levou a uma transformação das trocas (e guerras) inter-étnicas que já ocorriam e constituíam uma premissa estruturante do sistema social indígena. Diante dos novos interesses comerciais, tanto dos europeus em busca de escravos e drogas do sertão [caso dos holandeses], quanto dos nativos interessados nas mercadorias europeias, esses objetos, cada vez mais desejados, passaram a ser adiantados aos principais [...] (CAYÓN, 2009; Dreyfus, 1993; Farage, 1991; Sommer, 2005; SWEET, 1974; Wright, 2005).

As tropas de resgate oficiais, como descreve Dias *et. al*. (2020 p.18) ficavam nos sertões sob o comando de seus capitães da expedição por mais de um ano no rio Negro, como foi o caso do capitão Lourenço Belfort, rico comerciante de São Luís que comandou a tropa entre 1737 e 1739, e entre 1744-1745, dentre outros exemplos (Sommer, 2005) – na segunda, o Estado já havia liberado tropas de resgates particulares, ao contrário da primeira, onde as tropas eram exclusivamente oficiais. Temporalmente, isso era mais que suficiente para estabelecer os vínculos necessários de confiança e dívida para a realização do aviamento. Nos sertões, segundo Sommer (2005 p. 412), a prática era representada pelo adiantamento de mercadorias: "Para obter cativos, o tesouro real adiantava mercadorias, que os cabos então distribuíam a crédito a aliados nativos ou a comerciantes independentes[126]". Até os negócios privados realizados por integrantes das tropas de resgate envolviam o aviamento. No caso já citado acima:

> No início da década de 1720, o soldado da tropa de Belchior Mendes de Moraes, que mais tarde lideraria a guerra contra os Mayapena, fez uma boa soma para si mesmo contatando chefes e adiantando mercadorias em troca da entrega de escravos (Sommer, 2005 p. 240).

[126] Tradução nossa.

Em mais um episódio que demonstra bem as particulares do aviamento realizado pelas tropas de resgate oficiais sob comando dos cabos e a concorrência ou cooperação entre eles e os cunhamenas (como Braga), resultou em conflitos e até mortes no rio Negro:

> A competição entre Braga e Lourenço Belfort, cabo da tropa de resgates e rico latifundiário maranhense de ascendência irlandesa, resultou em assassinato. Segundo Belfort, Braga e seu grupo ultrapassaram a guarda que Belfort montou nas cataratas "à força das armas", instigaram uma revolta dos índios no rio Uaupés e emboscaram uma bandeira. A certa altura, Belfort conseguiu capturar Braga, mas não conseguiu mantê-lo prisioneiro. Os nativos aliados de Belfort e outros homens da tropa pediram que Braga fosse libertado porque estava em dívida com todos eles. Em outras palavras, todos eles haviam adiantado bens a ele em troca de escravos, confirmando seu papel generalizado no tráfico negreiro. Enquanto Belfort retratou Braga como um tirano, seu relato também sugere que Braga e seus aliados agiram impiedosamente para proteger a si mesmos e a seu monopólio do comércio. Se um concorrente conseguisse formar uma aliança com um grupo inimigo, os aliados de Braga estariam sujeitos à captura e escravidão. Assim como Braga defendia seus interesses, Belfort certamente tinha em mente sua própria prosperidade, pois, de acordo com um relatório, ele adquiriu mais de 1.000 escravos índios apenas no Rio Branco para seu uso pessoal. Mesmo que as investidas de Belfort fossem auto motivadas, o conflito demonstra a competição entre cunhamenas e a tropa de resgate oficial no sertão[127].

Com base nesses trechos, fica posto o nosso argumento de que o crédito e não o pagamento à vista constituiria a característica dominante do aviamento das tropas de resgate nos sertões, que complementarmente, tem respaldo nos estudos do crédito empreendidos por Polanyi (2012) em sociedades que são integradas por FIE alternativas ao sistema de mercado.

Assim, na ausência do dinheiro de uso geral (moeda cunhada), temos os seguintes usos específicos do dinheiro pelo aviamento das tropas de resgate: i) uso como entesouramento: os produtos antecipados como crédito, antes existiam como recursos armazenados pela centralidade na forma do Tesouro dos Resgates e reservas privadas (destinadas à apropriação privada pelos integrantes da tropa). Pelo lado indígena, cativos também eram centralizados e armazenados pelo chefe para que possam honrar suas obrigações comerciais;

ii) uso como meio de pagamento: os produtos provenientes do Tesouro dos Resgates e das reservas privadas quando movimentados, eram utilizados para pagar antecipadamente pelos cativos. É a condição para se criar a dívida não econômica, tendo como tomador, o indígena, o que lhe obriga, por costume, a realizar o cativeiro – a confiança pode ser reforçada por uma

[127] Ao que tudo indica, essa passagem se reporta à segunda passagem de Belfort pelos sertões do rio Negro, provavelmente, dada à riqueza desse comerciante, era uma tropa de resgate particular, o que não altera o fato de que Braga foi um cunhamena importante no rio Negro e praticou o aviamento por anos, representando um bom exemplo da operação do aviamento como hábito instituído com relação ao comércio de cativos.

dívida em sentido contrário, que personaliza e torna longínqua a relação, como o caso dos cunhamenas. A dívida proveniente da antecipação era paga com cativos;

iii) as equivalências dos produtos envolvidos no escambo eram equiparadas pelos comerciantes europeus, utilizando como padrão de valor os réis – os principais utilizavam algum parâmetro para a negociação, porém, não conseguimos identificá-los na revisão de literatura;

iv) complementarmente, como a relação comercial não se encerra, e o cancelamento parcial da dívida podia ser perfeitamente acomodada nas relações de longo prazo, havia exigência, novamente, do padrão de valor para o controle das contas devedoras pelos comerciantes europeus – infelizmente, não temos informação sobre o nível de sofisticação contábil envolvido nesse processo pelo lado europeu nos sertões, contudo, o controle contábil pelo tesoureiro dos resgates em Belém evidencia essa manipulação de contas devedoras (Neves, 2012);

v) quanto ao uso do dinheiro como meio de troca, relacionado as moedas cunhadas, não teve função no aviamento. A moeda cunhada emprestava apenas sua característica de "unidade ideal" para realizar o controle contábil do tesoureiro dos resgates, e possivelmente, servia de algum parâmetro orientador para o cabo de canoa em suas negociações nos sertões. Sendo assim, não temos também mercados envolvidos com a instituição do aviamento nos sertões, pois todo o processo ocorre em termos de comércio administrado, entre uma estrutura redistributiva colonial que concede flexibilidade às nações indígenas amigas, que são elevadas a parceiros comerciais e mantêm autonomia de suas comunidades.

Dito de outra maneira, o dinheiro empregado no aviamento não era de uso geral: essa característica ocorria quando se empregava a troca indireta, viabilizada pelo uso do dinheiro como meio de troca, tendo como objeto monetário as moedas cunhadas. Havia um meio de pagamento específico aceito pelos dois lados da operação e sua posse interferia na regulação das relações de *status* em suas sociedades – produtos provenientes da cultura europeia, de um lado, cativos de outro. Os principais que acumulavam produtos europeus em seus domínios, ascendiam politicamente, logo, os pagamentos se convertiam em meios de reprodução das relações de *status* no interior da nações indígenas: armas, ferramentas, utensílios de metal, e outras, reforçam o prestígio dos principais e suas aldeias, os únicos que apareciam como negociantes pelo lado indígena.

Por outro lado, o comércio de exportação e importação da colônia com a metrópole era possível apenas em razão das drogas do sertão, que dependiam dos indígenas que as coletam. Vemos exemplos de sertanejos e comerciantes/ militares que receberam mercês da Coroa, tanto

pelo descobrimento de novas drogas do sertão quanto pelo comércio de indígenas (livres e cativos). Como demonstra Chambouleyron (2013 p. 84), haviam sertanejos de prestígio, inclusive na corte, como o Capitão André Pinheiro de Lacerda[128], que eram "[...] especialistas em descobrimentos [de drogas do sertão] e operações nos sertões". Essa riqueza acumulada no comércio logo era utilizada em estratégias de nobilitação. Em ambos os casos, as mercês ampliavam consideravelmente a sua riqueza e, principalmente, o seu prestígio. O prestígio social e político, em ambas as sociedades, não se alcançava pelo acumulo de dinheiro cunhado, mas sim, pelo acesso e fluxo de dinheiro com *status* social.

Quanto aos cativos, não era qualquer grupo de moradores da capitania que tinha sua demanda atendida pelas tropas de resgate oficiais. Sendo o trabalho indígena um recurso estratégico na colônia e redistribuído pelo Estado, não podemos desconsiderar a importância dos privilégios decorrentes do prestígio social no processo de distribuição desse recurso. O argumento de que esse fundo para os resgates atendia majoritariamente e preferencialmente as pessoas com prestígio do que as de estratos inferiores não é infundado. Assim, considerando que as tropas de resgate oficiais eram permanentes e os resgates particulares se tornam mais constantes a partir de 1738 e pontuais antes disso, nossa afirmação condiz com a de Dias e Bombardi (2016)[129] citada abaixo, pois em tempos normais, a tropa oficial era a principal fonte de cativos, sendo a distribuição a arena de disputa entre a preferência para a classe ociosa e um mínimo que garantisse o atendimento dos menos afortunados, sem que isso gerasse conflitos agudos.

> Claro que esse comércio particular [resgates por particulares] atendia especialmente aqueles que dispunham de dinheiro suficiente para financiá-lo. Os que não tinham ficavam dependentes da distribuição oficial [provenientes das tropas de resgate oficiais]. E como vários moradores reclamavam da falta de índios e outros tantos pediam autorização para fazer descimentos e resgates às próprias custas, em 1721, o rei encomendou ao governador que a lei de 1688 fosse cumprida e que fossem enviadas tropas de resgates ao sertão.

O recurso do Tesouro dos Resgates deveria estar principalmente à disposição para a reinvindicação por moradores ilustres da capitania do Grão-Pará, o que demonstra que o cativo, como objeto monetário pago pelos indígenas para quitar o adiantamento que originou a dívida,

[128] Por seus serviços honoríficos ao Rei, foi concedido Mercês, tanto pecuniárias como a familiatura a ordem de cristo (Chambouleyron, 2013 p.86): "Mas alguns anos antes de ser indicado pelo próprio monarca para capitão-mor do Pará, recebia uma significativa mercê. Em 1691, depois de reproduzir sua folha de serviços apresentada ao Conselho Ultramarino, se lhe concediam 20 mil réis, "que serão dos efetivos", como hábito da Ordem de Cristo, "que lhe tem mandado lançar"".

[129]Na revisão de literatura, essas autoras foram as únicas que indicaram alguma segmentação na distribuição dos cativos em virtude de poder econômico e social.

em Belém, se convertia em objeto de regulação das relações de *status* entre os agentes. Não era qualquer morador que poderia almejar esses recursos e dispor de um cativo, convergindo majoritariamente para aqueles com prestígio social. Os custos desses cativos, que eram reembolsados à tesouraria dos resgates, também poderia ser um impeditivo aos estratos mais baixos da sociedade. Portanto, o tesouro do resgate, preferencialmente, circulava entre a elite, e apenas o necessário entre as classes mais baixas.

O aviamento exige flexibilidade do sistema monetário e do sistema financeiro, que não poderia ser suportada por economias sob a égide do sistema de mercado. Quanto ao monetário, as instituições integradoras da economia redistributiva faziam circular os meios de subsistência ou os meios que proporcionavam sua produção, sem intermédio do dinheiro para trocas indiretas (a moeda cunhada) e que também não dependiam da articulação dos elementos de mercado, que naquele momento, no máximo, estavam dispersos, não integrados e com potencial muito limitado para garantir a formação de preço de algum produto específico.

Esses produtos acumulavam, no processo, dois significados, os de produtos a serem consumidos (seja no consumo ou produção internamente ou no comércio exterior) e de objetos monetários. De ambas as partes, seja europeia ou indígena, esses produtos se constituíram como meio de pagamento, depois que entraram em movimento e deixaram de ser produtos entesourados ou estocados. Quanto aos europeus, seu cálculo econômico no comércio devia estar atrelado ao seu parâmetro de valor das mercadorias levadas aos sertões para as trocas pelos indígenas, ou seja, utilizando os réis como padrão de valor, que por sua vez proporcionava o estabelecimento de equivalências no aviamento com o indígena, evitando-se, assim, prejuízos na transação. Logo, a base monetária exigida pelo aviamento é heterogênea, com cada uso do dinheiro exigindo um objeto monetário específico.

As exportações das drogas do sertão, como principal meio de viabilidade econômica da colônia em relação aos anseios da metrópole, dependia, nesse período, sobretudo das receitas provenientes do cacau. Além de produto exportável, ele também era utilizado como meio de pagamento (interno e externo) e como meio de troca (Lima, 2006). Destacamos o seu papel como meio de pagamento, tanto de recebimento, como de realização de pagamentos pela administração colonial, ao lado de outros objetos monetários relevantes, como os rolos de pano. Contudo, sua inserção no comércio internacional, se comparado ao pano que circulava internamente, adicionava um viés de oscilação de sua equivalência com os réis, e por consequência, com os outros produtos. Essa oscilação, que causava infortúnios tanto ao Estado, quanto aos colonos, trouxe uma instabilidade ao sistema monetário, resultando, a partir da década de 1750, na inserção da moeda cunhada, em especial, na dimensão urbana da economia.

O problema aqui não era o dinheiro de uso específico e a heterogeneidade monetária – onde a dinâmica do aviamento contribuía como reforçador e dependente. Mais sim, a sua dimensão como mercadoria no comércio internacional intermediado pela metrópole, que o implicava em uma dinâmica para além do controle das instituições internas da colônia. Ele era o principal meio de pagamento pelos produtos importados vindos da metrópole, portanto, sua desvalorização, a partir de meados da década de 1730, pode ter restringido o acesso a esses produtos, causando um impacto negativo na circulação dessas mercadorias e sua distribuição no Estado, ocasionando a sensação de retardo econômico pelos moradores.

Até mesmo o aviamento, dependente desses produtos para o comércio com os indígenas, pode ter sido impactado. Essa instabilidade logo foi associada a ausência da moeda cunhada e de mercados locais, como apresentado por Lima (2006) em relatos da época, e menos as restrições impostas pelo pacto colonial – como as mudanças de apropriação da renda analisadas por Costa (2012a) – e o comércio internacional de cacau, as verdadeiras fontes do desequilíbrio. A queda dos preços do cacau e a restrição do pacto colonial fizeram com que o valor das exportações, em geral, estivessem em 1757 e valores similares aos de 1730.

Quanto ao sistema financeiro, temos dois processos importantes: as características do financiamento e a manipulação de contas devedoras. O financiamento se adequada às circunstâncias e coerências com as outras instituições que organizam a sociedade, dentre elas, o endividamento por obrigações não-econômicas, como vimos anteriormente, e o dinheiro de uso específico. Quanto a este, o crédito não é fornecido em moeda cunhada, mas sim, por meios de pagamentos aceitos pelos indígenas, que eram exigidos pelo aviamento. O Tesouro de Resgates é, na verdade, um fundo estatal onde se entesouram produtos da cultura europeia de interesses dos indígenas e mantimentos necessários para a subsistência das tropas de resgates oficias durante a expedição, como a farinha de mandioca, o sal, aguardente e outros. Ou seja, é um grande armazém, que quando movimentado pelo aviamento, torna-se um fundo de meio de pagamentos para as tropas de resgate.

O Estado é financiador e também interessado direto nos resultados das tropas de resgate, pois do seu sucesso depende a estabilidade econômica e política do Maranhão e Grão-Pará. O representante comercial do Estado, o cabo de canoa, tem a função de suprir os colonos e a administração colonial com cativos, em primeiro lugar, e depois, obter alguma vantagem econômica com tal função – sobretudo com os cativos que recebem como pagamento oficial pelo Estado e as apropriações privadas que já relatamos anteriormente. Acumula dois objetivos, que não se excluem: o de representante comercial do estado (honorífica) e o de comerciante privado. O desequilíbrio em favor do último poderia comprometer o comando das canoas e a

participação em expedições em anos subsequentes, visto que, os nomes dos cabos passavam por avaliação das autoridades. Então, o empreendimento financiado não objetiva o lucro à *priori*, mas a estabilidade das condições de subsistência da colônia, pois sem braços indígenas, a economia substantiva entraria em colapso.

Os produtos e a sua valoração em réis que compõem o Tesouro dos Resgates interferem na velocidade de compartilhamento dos recursos na sociedade. O aviamento faz esse estoque de produtos circular constantemente na economia, ou seja, além de movimentar recursos antes estocados, imprimindo-lhes velocidade de circulação e potencializando seu uso, também possibilita a criação dos objetos monetários utilizados como meios de pagamento que, como vimos, é repartido como pagamento entre os embarcados na expedição (administração colonial, o cabo e os indígenas envolvidos), originando uma corrente de trocas diretas em Belém e nos aldeamentos – caso os integrantes da tropa não desejassem os cativos recebidos como pagamento, poderiam empreender a troca direta.

A aceleração de circulação dos estoques do Tesouro dos Resgates auxilia na circulação monetária de âmbito mais amplo e próximo da subsistência, aderente a outros objetos monetários que compõem o sistema monetário do Estado, pois na organização do rol das expedições, itens importantes como a farinha, sal, aguardente, panos, canoas e outros, são providos nos aldeamentos no caminho dos sertões, pagos com outros produtos do Tesouro dos Resgates. Além dessa esfera, os cativos dados em pagamento aos embarcados nas canoas das tropas são convertidos em objetos que, ao mesmo tempo, são monetários e de subsistência (farinha, tainhas salgadas, panos, carnes, derivados das tartarugas, etc). Pela ausência de um meio de troca preferencial, tinha-se um escambo complexo (troca direta), como denominado por Polanyi (2012).

Um dinheiro que é de uso restrito, que circula preferencialmente para beneficiar a elite, o Tesouro dos Resgates passa a fomentar uma diversificação de trocas diretas a partir dos pagamentos feitos às tropas de resgate oficiais, fazendo aumentar a circulação de dinheiro na economia em geral, e não apenas para os privilegiados. Literalmente, se cria moeda (objetos monetários) através do aviamento, pois os pagamentos fazem aumentar a circulação de diversos produtos (que também são moedas) em Belém e nos aldeamentos, que antes ficariam subutilizados e restritos aos circuitos da domesticidade. Essas trocas diretas, como visto em Lima (2006) e Lima *et. al.* (2009), são baseadas em equivalências proclamadas pelas autoridades coloniais, não se caracterizando como preços.

Na chegada a Belém, os recursos empenhados nas tropas de resgate eram reembolsados à tesouraria dos resgates pelos moradores que recebiam os cativos, adicionados ao pagamento

dos impostos pela aquisição. Esse reembolso era realizado com os diversos objetos monetários que circulavam no Estado, em especial, drogas do sertão (especialmente cacau) e rolos de pano. As drogas do sertão poderiam ser exportados e convertidos novamente em produtos da cultura europeia. Os rolos de pano eram usados na troca por farinha e aguardente em Belém e nos aldeamentos que serviam de entrepostos dos sertões, pois faziam parte do rol das expedições de resgate financiadas pelo tesouro.

Todo esse processo estava sob o controle contábil do tesoureiro dos resgates, onde o padrão de valor representado pelos réis era de especial importância para equilibrar débitos e créditos dos tomadores de empréstimos (contas devedoras), realizar um balanço dos recursos à disposição do fundo e outros fins (Neves, 2012). Como podemos constatar, é uma grande finança em gênero, sendo a tesouraria dos regates o grande órgão centralizador contábil e financeiro do aviamento relacionado às tropas de resgate.

Assim, a cadeia de endividamento, tão comum nas análises do aviamento, se revela: a tesouraria dos resgates, um órgão do Estado, é o grande aviador em Belém. Ela disponibiliza os recursos aos cabos (ou capitães das tropas, como vimos em Sommer) que armam as canoas das tropas. Canoas precisam de tripulação, então, os indígenas tutelados são aviados pelos cabos nos aldeamentos missionários para operarem como navegadores, remeiros, guerreiros e outras funções mais. Chegando às aldeias, os principais assumem dívidas com os cabos das expedições de resgate, que adiantam os recursos disponibilizados pelo tesouro dos resgates, e em contrapartida, os principais pagam suas dívidas com cativos. Na esfera privada, o cabos também aviam os principais em busca de seus interesses particulares. Portanto, na base do endividamento, temos o Estado, e no topo, os principais, intermediados pelos cabos de canoa que, privadamente, também realizam aviamento em busca de cativos. Esses mesmos cabos, com acúmulo de recursos, já no final do período estudado, iniciam suas expedições particulares em busca de cativos e drogas, como é o caso de José Miguel Aires, descrito em Pompeu e Viana (2020).

Para não deixar sem comentários o aviamento empregado nos descimentos e o aviamento redistributivo dos indígenas tutelados para a coleta das drogas do sertão, há indicadores de que compartilhavam a mesma base monetária e financeira. Quanto aos descimentos realizados pelos missionários, o Estado era uma fonte de recursos, pagando as côngruas dos missionários e mais uma quanta fixa por ano para subsidiar os descimentos, suprindo as expedições com recursos do Tesouro dos resgates (NEVES, 2012). Um exemplo desse procedimento ocorreu na citação

de 1722[130] que extraímos de Chambouleyron *et. al*. (2009 p. 126), ao retratar o pagamento do descimento, em gêneros diversos, e que deveria ser replicados em outras oportunidades. Obviamente, os recursos acumulados pelas atividades econômicas das missões, como as expedições de suas canoas para coleta do cacau, eram mais representativas para financiar o aviamento dos descimentos (Souza Junior, 2012). Além disso, todo o recurso que era disponibilizado antecipadamente como pagamento, era baseado em gêneros diversos, ou seja, era dinheiro de uso específico.

As drogas do sertão, como já tratamos anteriormente, se constituíam em expedições específicas e diferentes das realizadas pelas tropas de resgates oficiais. Eram realizadas principalmente pelas canoas dos missionários e dos particulares. Atribuímos ao aviamento redistributivo o hábito de integração que possibilitava às expedições particulares irem arregimentando força de trabalho tutelada e aldeada nas missões. Portanto, esses indígenas embarcados nas expedições de coleta dos particulares eram aviados com a antecipação de 50% do salário (dois rolos de pano por mês de trabalho), que era depositado sob custódia dos missionários, e o restante era recebido no retorno. Complementarmente, recebiam "potobas" distribuídas em conluio com os cabos de canoa (Pompeu, 2021; Roller, 2013). Dessa forma, eles não participavam dos resultados das expedições, como os cabos de canoa, por exemplo. Além disso, os cabos poderiam financiar suas próprias canoas[131] ou ser aviados por comerciantes com cabedais em Belém.

Esses cabos, como informamos antes, eram pluriativos como práticos dos sertões. Alguns, inclusive, cabos de canoas que comandaram tropas de resgates particulares estiveram em algumas de suas experiências nos sertões ligados às expedições das tropas oficias anteriores, portanto, reproduzem os hábitos gerais que conformam as características do aviamento, contudo, sob uma perspectiva estritamente do lucro como motivação (Pompeu; Viana, 2020; Dias, 2012). Em Sommer (2005 p.413) temos o relato de militares que participaram de expedições oficiais e também comandaram tropas de resgates privadas, quando elas foram autorizadas continuamente entre 1738 e 1747, como o:

> Cabo José Miguel Ayres que recebeu permissão para negociar 40 escravos alguns anos depois de liderar uma tropa, enquanto a junta concedeu a um de seus sucessores,

[130] "[...] Solicitara ao rei que com a finalidade de estes índios não se aliarem a inimigos lhes fossem dadas ferramentas, anzóis e pano à custa da Fazenda real, procedimento este que devia ser realizado nos demais descimentos" (Chambouleyron *et. al.*, 2009 p.126).

[131] Ver o caso do militar, comerciante e cabo de canoa José Miguel Aires em Pompeu e Viana (2020 p. 270-271). Este, além de acumular capital com as atividades corriqueiras do aviamento, foi contemplado durante a vigência do diretório com Mercês que o elevaram a outro nível de acumulação: a redistribuição das fazendas jesuítas. Voltaremos a abordar a questão da acumulação por mercês no capítulo seguinte.

> Estácio Rodrigues, permissão para levar 30 escravos alguns anos antes de sua promoção a cabo.

Em Oliveira (2001 p. 65) temos um passo adiante, pois estabelece uma relação direta entre o aviamento e o comércio ilegal de escravos realizados por intermédio dos cabos. Colocamos estas últimas apenas como provocações, pois um estudo específico para delimitar o papel do aviamento nas tropas de resgate particulares, descimentos particulares e escravização ilegal ou amarrações deve ser empreendido, completando assim, o nosso sistema populacional complexo de instituições que proporcionaram o acesso ao trabalho indígena que estava fora do sistema colonial.

Há aqui elementos para defendermos a acumulação de capitais localmente, possibilitados pelas atividades cotidianas do Estado, porém, não provenientes do mercado, e sim, do aviamento, que como vimos, é estranha a historiografia econômica brasileira. Com a proibição das tropas de resgate em 1748, o comércio das drogas do sertão se destacará como atividade quase exclusiva das expedições e canoas (legais) que sobem o vale amazônico. Esta será a base material que reproduzirá o aviamento naquele período.

Finalizando, o aviamento que se desenvolve antes das rupturas institucionais pombalinas, não depende, em nenhuma parte de sua cadeia de integrações econômicas, da existência de mercados, da moeda cunhada e do dinheiro de uso geral (meio para troca indireta), ao contrário, antes, se organizou pela total ausência deles e em consonância com as instituições integradoras indígenas, destacadamente, evoluiu do comércio de presentes, caracterizando-se como comércio administrado a crédito, no que se refere ao movimento externo de recursos. Sendo assim, dependeu da interação entre a estrutura social redistributiva portuguesa e as estruturas indígenas, com uma base monetária diversificada e estabilizadora das relações de *status*, fundada no dinheiro de uso específico e nas finanças em gênero. Em âmbito interno, mesmo que não tenhamos analisado evolucionariamente os mecanismos causais e cumulativos, a cessão dos indígenas tutelados se operou pelo aviamento, contudo, relacionado à redistribuição. Nesse mesmo âmbito, o aviamento, combinado às trocas diretas e redistribuição pelos pagamentos, fez circular cativos e drogas do sertão.

Financeiramente, o aviamento disponibiliza aos indígenas, por intermédio dos cabos de canoas, meios de pagamentos oriundos do tesouro dos resgates e de reservas particulares, representados em objetos monetários da cultura europeia; recebe para o cancelamento da dívida indígena, o pagamento em cativos, únicos aceitos pelo representante comercial. A instituição financiadora, no caso das tropas de resgate oficiais, a *priori*, não tem como objetivo primeiro a realização de lucros individuais, mas a garantia da subsistência do Estado, com redistribuição

de cativos para o trabalho junto aos moradores. O aviamento, pautado no dinheiro de uso específico de estabilização do *status* social, a sua maneira, faz acelerar a circulação monetária, literalmente criando dinheiro para as trocas diretas que abrangem a parte da população que não se limita à autossuficiência da domesticidade. Antes, estes recursos estavam imobilizados como Tesouro dos Resgates e acessíveis aos mais privilegiados. Por fim, as finanças das tropas de resgate, quer dizer, os créditos e débitos que alimentam com recursos o aviamento das tropas de resgate de forma macro, é controlado contabilmente pelo tesoureiro dos resgates, sendo essencial o padrão de valor, unidades ideias e equivalências.

Nesse sentido, todas as instituições guardam coerência entre si, dada a causalidade cumulativa que renova continuamente a estrutura social. Portanto, as circunstância de ordem da organização social, integrações econômicas, instituições de apoio e sistema monetário, promoveram, na Amazônia, o movimento de drogas do sertão e, principalmente, do trabalho. Quanto ao trabalho, no caso específico das tropas de resgate oficiais, evolucionariamente, a instituição financeira de não-mercado – o aviamento comercial – foi responsável pela operação de finanças em gênero a crédito, tanto pelo comércio administrado, como por combinação de FIEs, fundamentando o endividamento em obrigações não-econômicas e no uso específico do dinheiro – estas são, provisoriamente, as principais características da instituição do aviamento em relação a outras modalidades que promovem a circulação de mercadorias a crédito.

Assim foi a redistribuição e o Estado, como instituição centralizadora, que nos permitiu vislumbrar o aviamento e sua coerência com o sistema econômico amazônico, que emerge entre os extremos dos mercados e da domesticidade na história econômica do Brasil, nos permitindo aprofundar seus processos evolucionários (inclusive apresentando variantes do comércio administrado e da redistribuição) mais detalhadamente que o debate já iniciado pela historiografia econômica amazônica.

5 MUDANÇAS ESTRUTURAIS DURANTE O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

A década de 1750 é marcada por rupturas institucionais importantes. A assinatura do Tratado de Madri em janeiro de 1750, posterior à morte do Rei D. João V e à ascensão D. José I em julho, alteraram a estrutura da sociedade, tanto no reino, como no Estado do Maranhão e Grão-Pará[132] (Farage, 1986; Meira; 2019; Souza Junior, 2012). Essas duas mudanças institucionais alteraram significativamente o papel do indígena na estrutura do Estado redistributivo colonial; as estratégias decorrentes do tratado de Madri os transformaram em "fiadores do território português", alterando positivamente as relações de poder para os indígenas da colônia, especialmente para aqueles que tinham suas aldeias nas fronteiras do território com a Espanha (Meira, 2019). Já a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, no reinado de D. José I resultaria na expulsão da ordem jesuíta do Estado e no estabelecimento do Diretório dos Índios (1757-1798), que implementaria uma gestão laica da força de trabalho indígena (diretores e principais) e promoveria a maior inserção desses agentes na estrutura de poder no período colonial (Souza Junior, 2012).

Para além dessas mudanças que repercutiram sobre aqueles agentes, outros de relevância foram inseridos na estrutura, destacamos a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM), a força de trabalho africana e o campesinato caboclo (matos, 2019; Sampaio, 2004; Souza Junior, 2012; Costa, 2012; Guzman, 2006; Guzmán e Raiol Junior, 2019; Harris, 1998; Machado, 2016).

O Iluminismo teve um papel importante nas mudanças empreendidas. A forte influência das ideias iluministas nas políticas pombalinas se concentraram em três eixos, Sampaio (2004) considera o fortalecimento do poder da Coroa (centralização); o incentivo às práticas agrícolas e mercantis; e a redução do poder da Igreja. Na colônia, a laicização do Estado resultou em uma forte descontinuidade para os aldeamentos missionários e sua economia autárquica. O Marquês de Pombal enviou seu próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado para ser Governador do Estado. E nas correspondências com o irmão, segundo Souza Junior (2012), Pombal foi construindo uma posição cada vez menos amistosa para com as ordens religiosas, em especial, com jesuítas, concluindo que estes eram um entrave para o florescimento econômico do Estado; a economia dos aldeamentos missionários, baseados numa combinação de domesticidade e redistribuição como forma de integração econômica, reduzia o espaço para emergência das trocas mercantis, além disso, o governo temporal da mão de obra indígena pelos

[132] A partir de 1751 passa a ser denominado de Estado do Grão-Pará e Maranhão.

missionários e o seu uso, de acordo com seus interesses, impunha obstáculos ao acesso do Estado e dos moradores a esse recurso pelo tempo e quantidade que necessitavam, gerando conflitos. Por fim, a ordem dos jesuítas ainda tinha uma faixa de isenção do pagamento de impostos pelos produtos exportados, principalmente as drogas do sertão. Em mais uma flagrante afronta às ordens do poder Estatal, os jesuítas dificultaram a execução das demarcações impostas pelo Tratado de Madri, restringindo a disponibilidade de indígenas para a empreitada e atrasando a comissão espanhola (Farage, 1986; Souza Junior, 2012; Sampaio 2004).

Com essa conclusão sobre as condições do Estado e as causas dos problemas, uma série de medidas foram tomadas: 1) criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755, destinada a fomentar o comércio dos produtos do Estado e ofertar mercadorias europeias e escravos africanos; 2) lei de 06 de junho de 1755, que declarava a liberdade dos indígenas e proibia a sua escravização; 3) lei de 07 de junho de 1755, que retirava dos missionários o governo temporal dos indígenas; 4) em 1757 foi promulgada a lei do Diretório dos Índios, que viria para regular a liberdade indígena, sua gestão laica e sua vassalização; 5) expulsão dos jesuítas dos limites do reino em 1759 e o confisco dos bens da companhia (Farage, 1986).

Essas mudanças na estrutural social, com a alteração de hábitos e instituições de forma não gradual, implicaram em um novo arranjo de combinações instintivas que foram beneficiadas pela estrutura em mudança e pelo meio material: a ênfase passa a ser as inclinações relacionadas ao “comércio”. Em particular, observaremos uma inflexão do prestígio dos religiosos no interior da classe ociosa e o acesso dos indígenas a uma baixa hierarquia dessa classe ociosa colonial. Antes de analisar essa dinâmica institucional, iremos abordar os agentes que construíram a realidade cotidiana da colônia no período. Iniciaremos pela perda de relevância dos missionários na estrutura.

5.1 A expulsão dos Jesuítas e o Diretório dos Índios

A administração temporal e espiritual dos indígenas aldeados nas missões jesuítas foi o principal argumento utilizado pelas autoridades coloniais laicas para justificar a supressão do Regimento das Missões pelo Diretório dos Índios. A tutela dos indígenas descidos pelos missionários, em especial os jesuítas, foi dinamicamente se transformando se considerarmos o período entre 1686 e 1750, pois nesse intervalo, os missionários arregimentaram um poder político e econômico relevante na colônia e na metrópole, ao ponto de suas necessidades de

redistribuição do trabalho indígena em suas missões autárquicas tornarem-se conflitantes com os objetivos postos no Regimento das Missões, ou seja, com a redistribuição estatal do trabalho. Contudo, apenas uma mudança dos hábitos de pensamento da Coroa poderia ressignificar tal processo de mudança do perfil da tutela missionária a serviço da redistribuição Estatal. Essa tutela se autocentrava na redistribuição autárquica entre as missões que conflitavam com os anseios do Estado. Utilizamos o termo ressignificar pelo fato de que já haviam, a tempos, denúncias em relação a insubordinação dos jesuítas em maior ou menor grau às ordens régias encampadas pelo Regimento das Missões – essa insubordinação não deixava de ser uma resposta ao desrespeito de moradores e dos administradores coloniais à legislação que orientava o uso do trabalho indígena.

Essa mudança de hábitos de pensamento e, por consequência, de como processar uma informação recebida, se altera com emergência do Marquês de Pombal. De fundamento do projeto de colonização durante o Regimento das Missões, os jesuítas passam a ser responsabilizados pela miséria do Estado; eram os aldeamentos missionários e sua autonomia autárquica a causa do subdesenvolvimento do comércio no Estado e sua consequente situação precária. Antes, associados ao interesse de colonização do Estado monárquico, agora, os jesuítas são considerados entraves a esse objetivo "civilizatório". Para explicar essa virada que marca nossa ruptura estrutural que desencadeia o período do Diretório dos Índios, dois processos se acumulam em um clímax: as ideias iluministas do Marquês de Pombal e os conflitos dos jesuítas com os nomeados por aquele para Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão e para o Bispado, respectivamente, seu meio irmão e D. Miguel de Bulhões.

Em suas missões diplomáticas em Londres e Viena, que se iniciaram em 1738 e 1744, Sebastião José de Carvalho e Melo teve contato com as ideias iluministas. Segundo Oliveira *et. al*. (2013 p.2), citando Pazzinato e Senise (1997), o iluminismo atingirá seu ápice nos Estados europeus durante o século XVIII, e poderia ser compreendido como a predileção pelo "[...] racionalismo, o liberalismo e o desenvolvimento do pensamento científico, tendo contribuído para várias transformações culturais, dentre elas, o apoio na separação gradativa entre Fé (religião) e Razão (ciência)". O iluminismo logo foi apropriado pela burguesia em ascensão social para garantir que o Estado absolutista reduzisse sua regulação sobre o sistema econômico. Uma forma das monarquias absolutistas não negarem por completo tal movimento se concretizou nos monarcas "déspotas esclarecidos", contudo, sem abdicar da centralização do poder em seus reinos (Oliveira *et. al.*, 2013).

Nada seria mais contrastante com as ideias iluministas que o reinado de Dom João V (1707 – 1750). Em seu reinado, a Igreja e a Companhia de Jesus eram prestigiadas e tinham

influência política decisiva sobre suas decisões – o que explica o motivo pelo qual as denúncias contra a Companhia nunca repercutiram na relação com o monarquia e o Estado. A relação entre a Companhia de Jesus e a Coroa portuguesa era longínqua já naquele tempo. Fundada no século XVI, a Companhia foi primeiramente requisitada e recebida pela Coroa portuguesa, que em 1546 auxiliou a criação da primeira província jesuítica. Ao longo dos dois séculos de presença nos domínios portugueses, especialmente responsáveis pela educação na metrópole e nas colônias, os jesuítas angariaram enorme prestígio, como podemos observar nos arranjos que resultaram no Regimento das Missões em 1686. É esse cenário dominado pelo teocentrismo que o Marquês de Pombal vivenciava (Oliveira *et. al.*, 2013).

Com a morte de Dom João e a posse de Dom José I, com reinado entre 1750 e 1777, o Marquês de Pombal é nomeado como um dos seus ministros. Contudo, foi a atuação de Pombal durante o grande terremoto que atingiu Lisboa em 1755 que o catapultou na hierarquia de poder do reino português. A partir de então, agirá como um déspota esclarecido, o que por sua vez, altera por completo a relação entre o Estado e a Igreja, e principalmente, altera a sorte da Companhia de Jesus nos domínios portugueses.

> [...] consolidar entre a Igreja e o Estado uma certa união, pressuposto de um reino católico como era Portugal, mas no qual a Igreja agiria em modo dependente e subalterno às necessidades do Estado, e o clero, sobretudo nas colônias, especialmente os religiosos, como agente de "civilização" dos indígenas, controlado e à disposição dos projetos de desenvolvimento político e econômico do governo (Rodrigues, 2009 p. 204).

Podemos enquadrar o conflito das décadas seguintes entre Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus, em parte, nesse cenário de orientação iluminista de seus pensamentos. Esse conflito se localiza, dentro do nosso interesse de análise, em uma de suas frentes de batalha no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Com a morte da rainha em 1754, que era protetora da Companhia de Jesus, o caminho para as reformas iluministas de Pombal, em relação aos jesuítas, está aberto. Esse processo toma contornos na Amazônia com a nomeação do governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão e do bispo do Pará, ambos de sua confiança, que desencadearam uma acumulação de animosidades com os Jesuítas, que resultará na expulsão da ordem em 1759 (Damasceno *et. al.*, 2018).

D. Miguel de Bulhões chegou à Amazônia em 1749. Antes, porém, se inteirou dos desafios e sendo homem de confiança de Pombal (Oliveira *et. al.*, 2003), requereu "[...] ordem interina em favor da sua jurisdição episcopal sobre as aldeias dos missionários" que, visivelmente, tinha a intenção de afrontar a autonomia missionária (Rodrigues, 2009). Bulhões

interviu em um tema que já havia gerados conflitos entre os clérigos ordinários e os missionários em períodos anteriores – a nomeação de párocos para as missões. Em resposta, a ordem negou suas igrejas nos aldeamentos e indicou que o Estado deveria erguer suas próprias estruturas. Bulhões fez chegar sua versão a Lisboa, contribuindo com acusações de insubordinação da ordem. Em Damasceno *et. al*. (2018), quando analisa os escritos do padre jesuíta José Caeiro sobre a expulsão e exílio dos jesuítas – uma versão dos jesuítas do processo – fica clara a posição antagônica que os jesuítas adotam em relação a Bulhões, inclusive, com insinuações sobre a sua vida particular.

Contudo, o principal personagem na cumulatividade das animosidades no Estado do Grão-Pará e Maranhão é o Governador Mendonça Furtado. Em artigos secretos de seu regimento, havia instruções para que este reduzisse o poder dos missionários no Estado. Com essa indicação, chegou em Belém e iniciou as reformas propostas em seu regimento. Durante a execução de suas ordens e, complementarmente, a reponsabilidade de representar Portugal nas expedições de demarcação do Tratado de Madri (1750), proporcionou ao Governador os fatos para construir sua argumentação em prol da expulsão dos missionários do Estado.

Havia para Pombal uma estreita relação entre a atrofia da agricultura e do comércio na colônia, e a atuação do missionários, o que explicava a situação precária que se encontrava o Estado. Os missionários, impelidos pelas drogas do sertão e pela autossuficiência de seus aldeamentos, não beneficiavam o desenvolvimento estrutural da agricultura – i) por destinarem os indígenas, principalmente à coleta das drogas; ii) por não incentivá-los decididamente à agricultura nos aldeamentos, reforçando uma postura reticente dos indígenas em relação a esta atividade; iii) pelas barreiras impostas aos pedidos por indígenas feitos pelos moradores que praticavam a agricultura e, por consequência do comércio que ela poderia despertar na colônia[133]. Por outro lado, a não integração dos indígenas aos fluxos de comércio, que eram controlados pelos padres (internamente e externamente, pois tinham representações na metrópole), impedia o seu desenvolvimento cultural e reconhecimento como súditos do rei e, por consequência, reduziam a escala de ocupação do território por Portugal – o que era relevante no contexto do Tratado de Madri. O precário desenvolvimento agrícola e comercial era um indicador de que o aportuguesamento sob responsabilidade dos missionários não estava de acordo com os critérios de civilidade da atual regência (Sampaio, 2004; Farage, 1986; Costa, 2012).

[133] Como será apresentado adiante, Mendonça acreditava que a solução seria a inserção de escravos africanos que, inclusive, liberaria o indígena da sua sobrecarga de trabalho, o que finalmente proporcionaria as condições para este agente desempenhar sua função de súdito.

O primeiro conflito relevante entre Mendonça e os missionários foi a desobediência dos jesuítas em construírem aldeias em regiões estratégicas indicadas pelo Governador, tendo em vista as disputas territoriais com Espanha e Holanda. O segundo ocorre durante as visitas que o próprio Governador realiza nas aldeias missionárias, onde atesta que os indígenas não falam português e que havia uma disputa entre as congregações para ficarem com os indígenas descidos, além das práticas para os descimentos que se afastam dos preceitos de sua função evangelizadora e civilizatória (Rodrigues, 2009; Farage, 1986; Damasceno *et. al.*, 2008). Terceiro, Mendonça Furtado se apropriou de relatórios e documentos de autoridades coloniais que tinham uma posição crítica às práticas da Companhia de Jesus, como do procurador das Câmaras do Pará e do Maranhão, Paulo Nunes (utilizou inúmeros documentos contra os missionários, reunidos durante 15 anos) e do Ouvidor-geral do Maranhão João da Cruz Dinis Pinheiro. Depois de assimilá-las, fez com que chegassem a Lisboa, inclusive, ao próprio Pombal (Rodrigues, 2009; Farage, 1986; Damasceno *et. al.*, 2008).

A avaliação de Mendonça Furtado, resumida por Sampaio (2004 p. 38), deixa claro esse conflito e a responsabilização dos jesuítas pela miséria da colônia.

> De forma mais geral, na avaliação de Furtado, a ruína do estado esteve intimamente ligada à ação "perniciosa" dos missionários que, apoderando-se dos índios, levaram o comércio ao declínio, monopolizando os trabalhadores necessários à extração dos produtos do interior, restringindo o acesso dos particulares a estes trabalhadores, concentrando-se na produção alimentar e fragilizando o erário real com as suas isenções fiscais. Foram também os missionários que geraram certa autonomia para a produção local, limitando o desenvolvimento mercantil.

Essa avaliação de Mendonça Furtado se alinha às acusações feitas pelos moradores antes dos anos 1750. Abaixo, apresentamos os argumentos contra os fundamentos do empreendimento missionário, o mais bem sucedido na colônia até então.

> [...] Eles detinham o monopólio de fato da mão-de-obra aldeada, e podiam enviar os índios à coleta das drogas do sertão [canoas missionárias] sem pagar-lhes salários e sem necessidade de licenças, condições exigidas aos moradores. Eram, além disso, isentos da pesada taxação a que estavam obrigados os colonos (Farage, 1986 p.43).

De acordo com Souza Junior (2012), a riqueza material acumulada pela ordem na Amazônia, comparada às dificuldades enfrentadas pelos moradores, desencadearam acusações contra as atividades econômicas da ordem. Quando da expulsão dos jesuítas do reino, o confisco de seus bens – posteriormente doados às famílias ilustres como mercês ou leiloados pela administração colonial – demonstra que esse acúmulo de riqueza era real, dando certo respaldo

aos argumento dos denunciantes, da mesma forma que corrobora uma eficiência do modelo adotado pelos missionários.

Antes de se ausentar para expedições de demarcação, Mendonça Furtado já havia decidido pela retirada da administração temporal dos indígenas a cargo dos missionários (RODRIGUES, 2009). Porém, as expedições se constituíram, decisivamente, como uma fonte irreversível de conflitos. Mendonça Furtado sofreu resistência dos missionários para suprir com a mão de obra necessária à expedição. Mesmo a representação espanhola foi atrasada pelos empecilhos que teriam sido orquestrados pelos jesuítas espanhóis, não conseguindo o Governador encontrar esta expedição antes de seu retorno. Sua narrativa foi que, em desacordo com o interesse da monarquia, os jesuítas de ambos os lados da fronteira arquitetaram um plano para boicotar as demarcações, que reduziriam sua influência na região (Rodrigues, 2009; Farage, 1986; Damasceno *et. al.*, 2008).

No seu retorno a Belém, publicou as diversas leis que apresentamos acima, que minavam por completo a tutela missionária dos indígenas, laicizando sua administração. Em reposta, por ordem do vice-provincial da Companhia, os missionários se retiraram para os colégios da ordem, carregando consigo patrimônios comuns das aldeias onde missionavam em nítida afronta à deliberação da junta das missões de 05 de fevereiro de 1757. Segundo Rodrigues (2009 p. 232), esse evento foi o estopim da crise e resultou na decisão enérgica de Mendonça Furtado:

> A reação de Francisco Xavier foi a mais enérgica possível. Amparado pelos poderes que a Coroa lhe investira, decretou a imediata expulsão para o Reino de todos os religiosos culpados da menor infração as ordens régias.

Expulsos do Grão-Pará e Maranhão, a animosidade do Marquês de Pombal na metrópole seria implacável, resultando em uma campanha de difamação da Companhia que culminou com a expulsão pelo rei das posses portuguesas e extinção da ordem pelo Papa:

> Ora, tal atitude [insubordinação a Mendonça Furtado] passava a ser entendida pelo gabinete de Sebastião José como uma aberta rebelião às ordens do monarca, fazendo-os réus de *lesa majestade*, passíveis de punição, até mesmo de pena de morte (Rodrigues, 2009 p. 234).

Portanto, os dados que antes tinham uma interpretação permissiva pelo Estado, com o iluminismo de Pombal, passaram a ter uma outra conotação. A mudança de hábitos de pensamento requalificaram a informação e resultaram em hábitos de ação efetivos que ocasionaram uma ruptura institucional decisiva quanto ao modelo de colonização até então

desenvolvido na Amazônia. Pombal e seu gabinete escolhendo Mendonça e Bulhões, personagens que obviamente se alinhavam as suas pretensões para a Amazônia como afirma o Padre Caiero (Damasceno *et. al*., 2018), participaram dos mecanismos causais e cumulativos que resultaram na expulsão em 1759.

É esse o objetivo da lei de 07 de junho de 1755, que retira das ordens missionárias o seu principal elemento de poder político e econômico na colônia – a administração temporal dos indígenas. Como haviam denúncias acumuladas por parte dos moradores, a administração colonial esperava que um novo projeto que envolvesse laicização da administração temporal dos indígenas e a expulsão dos jesuítas não encontrasse resistência.

Os aldeamentos missionários eram a base da mão de obra aviada e da conversão cultural das nações indígenas – fora essa opção, a outra era escravizar os indígenas que passou a ser proibida. Portanto, em dois dias, 6 e 7 de junho de 1755, a organização do trabalho na colônia tem seus fundamentos institucionais alterados de forma brusca e profunda. Quanto a produção nesse período, em âmbito doméstico, os aldeamentos missionários supriam-se, bem como os colégios, com toda a sorte de produtos alimentícios, oriundos das especializações de suas fazendas e aldeias ao longo do vale amazônico, proporcionando uma redistribuição interna (Ravena; Marin, 2013; Ravena, 2005; Sampaio, 2004). Em âmbito externo, realizavam troca utilizando as drogas do sertão coletadas pelos indígenas aldeados para adquirirem os produtos da cultura europeia que necessitavam. Somada a estas medidas, a expulsão dos jesuítas em 1759 e a descontinuidade desse estrutura é relevante para toda a economia e sociedade do Grão-Pará e Maranhão, como veremos, ocasionou consequências positivas e negativas, tanto para os indígenas, quanto para os adversários políticos dos missionários, os moradores e administradores coloniais.

O Estado impõe a instituição do Diretório do Índios em 1757, para tutelar a liberdade dada aos indígenas e distribuí-los de acordo com a necessidade dos moradores por trabalho (Coelho; Melo, 2016). A Coroa necessitava ocupar com vassalos o vale amazônico para poder reivindicar o território de acordo com os termos do Tratado de Madri, portanto, os indígenas tinham que ser inseridos como tais na sociedade colonial, e não apenas como um recurso. A primeira lei (06/06/1755) proibia a escravidão indígena, infligindo um golpe definitivo às tropas de resgates e guerras justas. A lei que retirava a administração temporal dos missionários (07/06/1755), passando essa função aos principais, era vista como problemática, pois os indígenas não tinham, na opinião da administração colonial, aptidão para se autogovernarem (Farage, 1986). É no interior do Diretório que os principais (uma função oficialmente reconhecida na estrutura do Estado) e diretores ganham relevância na Amazônia colonial,

substituindo alguma das principais funções realizadas pelos missionários: tutela dos indígenas; organização e movimento da produção dos aldeamentos e realização de descimentos. Os indígenas também são requalificados pelo Diretório, expandindo sua integração a sociedade colonial, em diferentes funções e níveis de prestígio (Souza Junior, 2012; Farage, 1986; Meira, 2018; Coelho, 2006; Ribeiro; Ponte, 2017).

A função de diretor nas vilas amazônicas proporcionava inúmeras vantagens e oportunidades econômicas de enriquecimento. Não por acaso, era uma função de prestígio e concorrida entre moradores, militares portugueses e vigários. A cobiça de portugueses pelo cargo era tanta que recorriam a pessoas influentes no reino para que a nomeação ocorresse, como fez Francisco Xavier de Loureiro da Fonseca, em 1783 (Souza Junior, 2012). Por consequência, isso estava plenamente de acordo com a economia política colonial, que reservava cargos com prestígio e oportunidade de enriquecimento aos integrantes da Classe Ociosa. Essas alocações eram importantes para conciliar as estratégias de nobilitação dos agentes e os objetivos colonizadores da Coroa.

O diretor exercia funções importantes nas vilas: intermediar o comércio feito pelos indígenas; receber os depósitos de antecipação dos salários dos indígenas distribuídos aos moradores; fiscalizar as regras de distribuição dos indígenas; recolher o dízimo; organizar a construção da infraestrutura das vilas; atestar probidade dos cabos de canoa; fiscalizar as cargas das canoas vindas do sertão; realizar o pagamento dos salários dos indígenas com os recursos repassados por moradores e o tesoureiro Geral do Comércio dos Índios; incentivar casamentos monogâmicos e miscigenados; realizar descimentos; dentre outras. Contudo, foi expressamente proibido aos diretores o poder de coação sobre os indígenas, papel reservado aos principais (que podiam ser juízes e vereadores) e juízes ordinários. Os principais também estavam fora da jurisprudência dos diretores. Outra proibição era a realização de comércio com os indígenas sob a sua tutela (Souza Junior, 2012; Coelho; Melo, 2016). Em termos mais gerais, Farage (1986 p. 71) define assim a função do diretor:

> A principal tarefa de tais diretores seria, com auxílio dos párocos (estes últimos restritos à ‘direção das almas’), levar aos índios a ‘civilidade’, para que pudessem ser úteis ‘a si, aos moradores, e ao Estado’ (Diretório..., §§ 3, 4 e 5). E como parte intrínseca deste processo, deveriam inculcar nos índios o ‘amor ao trabalho’ e ‘aquella honesta, e louvável ambição, que desterrando das republicas o pernicioso vicio da ociosidade, as constitûe populosas, respeitadas e opulentas’ (§17).

Contudo, o cotidiano nas vilas onde os diretores tinham que realizar suas funções eram reflexos muito distantes da imagem desejada pelo Diretório. Souza Junior (2012 p. 242-245)

nos apresenta um cenário de constante conflito entre a administração laica das vilas e os indígenas tutelados: violência, desobediência e transgressões constantes das regras, tanto pelos integrantes da administração colonial, quanto pelos indígenas. Uma noção norteava esse conflito: apesar do Diretório reforçar a inserção dos indígenas na sociedade colonial, o fez por baixo na hierarquia, pois as diferenças entre brancos e indígenas continuavam acentuadas e propulsoras de conflitos. O branco arrogantemente se via como superior ao indígena, tutelado e a serviço daquele nas funções industriais.

Como vimos no capítulo anterior, o acesso ao trabalho indígena era, relativamente, o fator crucial de sucesso do empreendimento na Amazônia. O cargo de diretor proporcionava esse acesso, incluindo a extrapolação das disposições legais, proporcionando vantagens e oportunidades econômicas para os ocupantes do cargo. As estratégias adotadas pelos diretores para acumular riquezas eram várias: i) utilizavam o trabalho dos indígenas em suas roças e indústrias privadas sem realizar o pagamento dos salários; ii) realizavam comércio diretamente com os indígenas, trocando farinha e cravo, por exemplo, por aguardente – a farinha era uma fonte importante de renda para os diretores, dada a sua importância para o abastecimento da colônia; iii) forneciam indevidamente, sem portaria do governador, indígenas aos moradores e se apropriavam de seus salários; iv) se apossavam de parte dos salários pagos pelo tesoureiro Geral do Comércio dos Índios, quando eles eram requisitados para serviços estatais; v) cobravam duas vezes a 1/6 da parte que tinham direito da produção dos indígenas das vilas; vi) privadamente, utilizavam a facilidade de acesso ao trabalho indígena para enviar canoas de coleta. Estas eram as principais fontes de riqueza que o cargo possibilitava (Souza Junior, 2012; Coelho; Melo, 2016). No trecho abaixo, Souza Junior (2012 p. 250), citando documento do arquivo público do estado do Pará referente ao auto de devassa de 11 de dezembro de 1764, na vila de Veiros, aponta essa relação:

> Mandar 6 indios mais da Villa com os outros a fazer cravo, hindo por Cabo da Canoa Manoel Vieira Pinto, irmão do mesmo Vigário, em que este com seus irmaons, e Diretor erão todos interessados sendo-o também na rossa que o mesmo Director manda plantar com os índios da Povoação, e o Pe. Vigário de que vendem farinha [...].

Os diretores da vila de Gurupá, de parada obrigatória das canoas que iam e voltavam dos sertões, ainda recebiam produtos dos cabos, como potes de manteiga de tartaruga (Souza Junior, 2012). Legalmente, para realizar essa função, o diretor receberia 1/6 da parte da produção do povoamento (pagamento em gêneros, e que excluí os produtos comestíveis), tendo direito a 1 ou 2 indígenas pescadores e um caçador para suprir suas necessidades – os vigários

também tinham direito aos mesmos indígenas (FARAGE, 1986; Coelho; Melo, 2016). Porém, como apontado por Coelho e Melo (2016), várias povoações, em anos diferentes, apresentaram produção nula, o que significava que o diretor não receberia seu pagamento, a 1/6 da produção. Para garantir a sua sobrevivência e de sua família, o diretor empregava as formas ilícitas apontadas acima. Nessa condição, o fazia mais pela urgência das necessidades a serem satisfeitas do que pelo incentivo absoluto de acúmulo de riqueza – já explicamos essas transgressões como resultado das deficiências do Estado redistributivo em prover o mínimo de condições para a reprodução coletiva.

Quanto aos indígenas, o Diretório tinha como objetivo sua inserção mais acentuada na sociedade colonial através da transformação em vassalos ou seu "aportuguesamento" (Sampaio, 2004). Para isso, seria necessária uma transformação cultural ainda mais extensiva que aquela empreendida pelos missionários durante a vigência do Regimento das Missões. Se o convívio com os brancos nos novos povoamentos pluriétnicos proporcionaria a aprendizagem de costumes civilizatórios em geral, por uma "pedagogia da aprendizagem social e do exemplo", outros instrumentos foram mais incisivos na política indigenista:

> [...] o uso da língua portuguesa, o ensino para as crianças ameríndias, a concessão honorífica de encargos administrativos, o emprego de sobrenomes de estirpe lusitana, a construção e organização das casas ao estilo europeu, a utilização de vestimentas conforme o "status" ocupado, o incentivo aos casamentos mistos, o trabalho agroextrativista e o comércio etc (Directorio, 1988, p. 168-202 *apud* Ribeiro e Ponte, 2017 p. 118).

Com a proibição das tropas de resgate, os descimentos representam a principal estratégia para acessar o fator trabalho ainda com certa autonomia nos sertões amazônicos (aldeias autônomas), pois segundo Farage (1986), o Diretório representaria o clímax de assimilação desses grupos à sociedade colonial. Sendo assim, as regras do Diretório incidiriam sobre dois reservatórios de população indígena: a) uma que já se encontrava aldeada ou como propriedade dos moradores, escravizada, logo, inserida em níveis hierárquicos diferentes na sociedade colonial; b) outra que ocupava os sertões, especialmente aquelas nas área de litígio com a Espanha, que seriam inseridas na sociedade colonial através dos descimentos e tornar-se-iam "fiadores" desses territórios para Portugal.

Ao invés de missionários, a população indígena aldeada teria a administração temporal sob a responsabilidade dos diretores e principais, podendo ser disponibilizado aos moradores 1/2 dos trabalhadores e não 1/3, como na época dos missionários. Para as povoações, o objetivo

era “[...] que cada povoação fosse capaz de manter-se e gerar excedentes para colaborar com as necessidades do estado” (Sampaio, 2004 p. 46).

Uma vez nas povoações, o Diretório vislumbrava também uma inserção mais vertical do indígenas na sociedade, através do acesso a cargos honoríficos e de prestígio nos povoamentos, especialmente aos principais e seus familiares, que conformariam com os brancos investidos em cargos da administração colonial, a base do poder nesses lugares – obviamente, com níveis de prestígio desproporcionais. Assim, emerge dentro do sistema colonial, uma elite indígena, que teria a função intermediadora dos vassalos em posição mais baixa na hierarquia com os diretores. Os indígenas vassalos sem prestígio oscilariam entre a condição de súditos e recurso a ser redistribuído. Enquanto súditos, poderiam dispor de seu tempo em suas roças e atividades para a subsistência de suas famílias (monogâmicas), tutelados pelos diretores desde o momento do plantio, até o momento das trocas de sua produção e aquisição de bens da cultura europeia. Enquanto recurso (que é oriundo de sua condição de súdito), teria que disponibilizar o seu tempo compulsoriamente por seis meses. Logo, é grande a margem de tutela sobre a pretensa liberdade dos indígenas. Vejamos esses agentes indígenas e suas funções no Diretório.

Os principais eram agentes importantes no Diretório. A cooptação deles e a instituição da patente de principal na hierarquia de poder da sociedade colonial não estão dissociadas. Através das vantagens do cargo para si e para familiares, a política indigenista portuguesa buscava realizar a inserção mais efetiva dos indígenas como vassalos na sociedade colonial, tendo o cargo de principal como recompensa para as lideranças indígenas que cooperassem. Originalmente, o poder dos principais nessas sociedades não se baseava na hereditariedade, e nem na coerção, mas sim, em sua negação. Então, a:

> [...] manutenção da paz, a oratória, a generosidade e a poligamia seriam traços característicos das chefias, porque serviam ao propósito político indígena: manter a coerção e a violência de fora da relação política” (Clastres, 1978 p. 28-35 *apud* Coelho, 2016 p.123).

Porém, esses elementos não excluem como complemento a hierarquização fundada também na idade (respeito aos mais velhos) e militar (coragem e bravura), esta última infringida sobre os de fora da sociedade (Coelho, 2016).

No contexto do Tratado de Madri, os principais e suas nações, especialmente as que residem nas fronteiras, passam a ser “protagonistas maiores da nova política colonial” (Souza Junior, 2012 p. 257), por serem “os fiadores desses territórios” para os portugueses (Meira;

2017 p.191), lhes proporcionando poder de barganha e estabelecendo novos parâmetros para escolhas políticas dos indígenas. Era a conversão de aldeias em vilas ou os descimentos que asseguravam a transformação legal dos indígenas em vassalos, tornando o território uma posse portuguesa – e é claro, o pagamento dos dízimos.

Para ilustrar essa mudança de lado dos indígenas, no contexto do tratado de Madri, temos o caso do Principal Daricanana, da vila da Barcelos:

> O principal [...] foi preso com '47 pessoas de sua vassalagem, entrando nelas dois filhos do dito Principal'[134] em um mocambo na região das cachoeiras do rio Negro, pelo alferes Chrispim Lobo de Souza, que justificou a prisão do referido Principal nos seguintes termos: 'certificado das más práticas q' o dito principal havia feito e faria contra nós, e a favor dos Castellhanos. Chegando a tanto q' persuadia os índios daqueles certoens a q' nos atacassem (...) reclama o diretor da vila de Barcelos [...] da ingratidão do principal Daricanana, que, ao descer com sua gente para a vila, foi premiado com um tecido [...].

Naquele contexto, o cargo de principal, que já era uma instituição indígena e que foi assimilada pela política indigenista, com a função geral de,

> [...] um papel relevante, haja vista que sua colaboração e/ou rejeição teria grande importância para os resultados pretendidos, na medida em que o reconhecimento de sua autoridade, pelo restante dos indígenas, os levaria a seguir seu exemplo". Contudo, o apoio dos principais não vinha sem recompensas e acordos, era necessário então cooptá-los, pois eles seriam "[...] de fundamental importância [...] já que essas chefias serviriam de ponte entre as necessidades de seus grupos indígenas com as da nova política indigenista, no sentindo de conformá-las, o que reduziria os pontos de atrito" (Souza Junior, 2012 p. 257).

O "Principalato" também era utilizado nos moldes da economia das mercês, ou seja, era uma cargo honorífico atribuído aos indígenas que prestassem serviços relevantes ao Estado monárquico português. Como todo cargo na estrutura hierárquica do Estado, possibilitava vantagens e oportunidades econômicas a seus ocupantes. O cargo de principal também tornava-se pré-condição para investidura em outros cargos honoríficos, para si e seus parentes que estivessem ao acesso dos indígenas durante o Diretório. Machado (2017 p. 172) cita um símbolo antigo de prestígio e poder do cargo de principal: uma casaca azul e uma cana com borda de prata, um símbolo de poder concedido por Mendonça Furtado durante o Diretório. Em Farage (1986 p.73 nota 27), citando o parágrafo 9 do Diretório, a distinção com que devem ser honradas essas famílias são estabelecidas pelo próprio Governador:

---

[134] "Carta de Valério Correa Botelho de Andrade, Diretor da Vila de Barcelos, para o Governador da Capitania do Grão-Pará, João Pereira Caldas", datada de 4 de agosto de 1763. Arquivo Público do Estado do Pará, Códice 126: doc. 14, p. 31. In: Souza Junior (2012 p. 262-263; nota 148).

> E tendo consideração a que nas Povoaçoens civis deve precisamente haver diversa graduação de Pessôas á proporção dos ministerios que exercitão as quáes pede a razão, que sejão tratadas com aquellas honras, que se devem aos seus empregos: Recomendo aos Directores, que assin em publico, como em particular, honrem, e estimem a todos aquelles Indios, que forem Juizes Ordinários, Vereadores, Principáes, ou occuparem outro qualquer posto honorifico; e tambem as suas familias; dondo-lhes assento na sua presença; e tratando-os com aque1la distinção, que lhes for devida, conforme as suas respectivas graduaçoens, empregos, e cabedaes; para que, vendo-se os ditos Indios estimados publica, e particularmente, cuidem em merecer com o seu bom procedimento as distinctas honras, com que são tratados [...].

Em Ribeiro e Ponte (2017 p.124) fica evidente que os principais e suas famílias ascenderam politicamente, inclusive, se apropriando dos hábitos portugueses para reivindicar mercês dignas de sua posição e prestígio. Este é o caso apresentado abaixo:

> No caso de Cipriano Inácio de Mendonça, Isidoro António, Amaro Pereira da Silva e José da Costa de Sousa[135], estes índios – ou mamelucos, pois o documento não faz referência quanto a esta definição – requereram patentes com devido soldo por não poderem viver com a dignidade correspondente ao seu *status* social, enquanto filhos dos Principais de suas respectivas povoações. No caso de Silvestre Francisco de Mendonça Furtado[136], o mesmo fez alusão ao serviço prestado por seu pai, como Principal da vila de Porto de Mós, e demandou que lhe fosse dada a patente de sargento-mor, para que ele prosseguisse em seu serviço com o mesmo empenho que o seu pai, continuando assim o seu "legado".

Além disso, segundo Sampaio (2004), tanto principais, como os oficiais indígenas tinham privilégios, como o de estarem dispensados de irem nas canoas aos sertões coletarem as drogas, ainda mais, poderiam mandar de dois a seis indígenas para realizarem a coleta em proveito próprio, que comporia seu soldo, de acordo com a lei do Diretório[137].

Não é estranho nessas circunstâncias que as relações de poder no interior das comunidades indígenas se alterem; a hereditariedade nas ocupações honoríficas passam a ser uma característica desse período, destoando da antiga estrutura indígena (Coelho, 2016). É uma reviravolta tanto nas instituições portuguesas, como indígenas, pois agora, a economia política dos privilégios do Estado português está acessível aos indígenas que constituem uma classe ociosa ou uma elite indígena hereditária, passando a ocupar cargos honoríficos na sociedade colonial.

As funções exercidas pelos principais eram: i) impor coação aos indígenas; ii) distribuir a mão de obra indígena; iii) fiscalizar o uso da mão de obra nos termos do Diretório; iv) auxiliar

---

[135]Requerimento apresentado para o rei D. José I, em 4/7/1764 por Cipriano Inácio de Mendonça, Isidoro António, Amaro Pereira da Silva e José da Costa de Sousa. AHU, Pará [avulsos], cx. 57, doc. 5143.

[136] Requerimento apresentado para o rei D. José I, em 17/1/1767 por Silvestre Francisco de Mendonça Furtado. AHU, Pará [avulsos], cx. 60, doc. 5310.

[137] Segundo Farage (1986 p. 73-74), não precisariam pagar antecipadamente o salário dos indígenas, como eram obrigados os moradores.

no convencimento de outros principais a aderirem ao descimento; estabilização social das comunidades descidas (Souza Junior, 2012; Coelho, 2016). Como os diretores, os principais utilizavam seu poder sobre o tempo dos indígenas tutelados em proveito próprio[138]. Utilizavam indígenas em suas atividades privadas e não os remuneravam, distribuíam indígenas aos moradores sem portarias do governador, fomentavam a fuga para mocambos onde realizavam trocas por mercadorias produzidas nas roças, dentre outras formas (Souza Junior, 2012).

As povoações eram formadas por indígenas, brancos, negros e mestiços, ou seja, eram pluriétnicas. Essa diversidade nem sempre conseguia ser acomodada pelo cotidiano dos Diretórios sem que houvessem conflitos. Isso gerava uma série de crítica dos diretores às ações empreendidas por principais quando da ocorrência de conflitos e transgressões que envolvessem suas funções. Dentre elas, as queixas mais comuns temos a permissividade dos principais com os indígenas na aplicação da lei, até mesmo oferecendo esconderijo nas suas roças e não relatando crimes; que instigavam aos indígenas a desobediência aos diretores (Souza Junior, 2012).

Essa desobediência não pode ser ignorada, pois ajuda-nos a compreender a política indígena dentro do Diretório; permissividade de principais e oficiais, desobediência, fugas e violência contra os brancos faziam parte de um repertório que podemos entender como estratégias de resistência a vassalização pela qual esses indígenas passavam desde os tempos dos missionários. Essa resistência ganha ainda, amparo na estrutura social em mudança na colônia, quando os indígenas ascendem, além de principais, a diretores, alferes, sargentos, capitães, ajudantes, juízes ordinários, vereadores e outras funções – que apesar de se originarem de mudanças nas relações de poder nas comunidades indígenas ocasionadas pelo Diretório, dependiam ainda, para seu reconhecimento, da preocupação com reprodução coletiva do grupo.

Como argumenta Souza Junior (2012 p. 265), houve uma "restruturação de redes de solidariedade tribais nos Diretórios", permitida pela inserção dos indígenas em esferas de poder mais elevadas da sociedade colonial. Assim, não podemos deixar de destacar a mudança estrutural que requalifica o indígena na sociedade, apesar dessa oportunidade oferecida pelo Diretório ser direcionada a poucos, ou seja, aos que já desfrutavam de influência política nas comunidades, constituindo uma elite indígena no Diretório (Machado, 2017). Como argumenta Meira (2017), essa elite indígena, envolta por principais e seus parentes, e a elite branca, representada por diretores, militares e os comerciantes (principais, diretores, vigários, oficiais

[138] É necessário distinguir os recém-descidos dos já aldeados. Os recém-descidos, devido a organização hierárquica das nações indígenas, empregavam hábitos de distribuição do trabalho em favor do principal, já instituídas nessas sociedades pela sua economia política.

militares, e outros), conformavam os agentes concentradores do poder, com assimetria em favor dos brancos.

Na base econômica dessa estrutura estava os indígenas tutelados pelas autoridades do Diretório. A estes, ao contrário dos principais e seus familiares, o acesso às posições honoríficas era utilizado como ideário de recompensa, por aderirem à transição civilizatória proposta pelo Diretório. Ideário, pois as condições impostas pela duplicidade de funções, na maioria das vezes, os impossibilitava de alcançar o sucesso necessário para desfrutar de tais honrarias e privilégios (Souza Junior, 2012). Esse movimento civilizatório proposto pelo Diretório estava fundamentado, dentre outros elementos importantes já destacados, pelo trabalho disciplinado.

Para tanto, duas estratégias deveriam ser implementadas pelos diretores: o estímulo à agricultura e ao "comércio". Quanto à agricultura, por si só, utilizada como parâmetro recorrente de civilidade, deveria ser incentivada a produção de subsistência e a produção de excedente. A produção de excedente seria destinada ao abastecimento interno da colônia e para exportação, em ambos, Souza Junior (2012) destaca a instituição do "comércio" como relevante. Assim, o Diretório deveria embutir nos hábitos de pensamento e ação dos indígenas tutelados, quando do uso do tempo reservado à produção nos aldeamentos para proveito próprio, uma "ambição", "honesta e saudável", útil a eles próprios ao progresso da colônia. A recompensa não-corriqueira, através da economia das mercês, não demoraria a vir com o sucesso na função de produtor e comerciante de excedentes: se daria "[...] preferência a todos nas honras, nos privilégios, e nos empregos, na forma que sua majestade ordena[139]".

Os produtos privilegiados para esses objetivos civilizatórios eram a farinha, para o abastecimento, o algodão para fins de incentivo à indústria, e o tabaco para a exportação. O "comércio", porém, não se instituiu como o esperado, em função dos processos causais e cumulativos, repercutindo negativamente para os anseios da metrópole. A produção de farinha era posta em movimento ilegalmente pelos indígenas através da troca direta pela aguardente, que além de resultar em alcoolismo generalizado e suas consequências para a ordem nos povoamentos, fez os engenhos substituírem a produção de açúcar por esse produto. Isso prejudicava tanto a ordem, como as finanças do Estado, que pela ilegalidade desse tipo de transação, deixa de arrecadar os dízimos (Souza Junior, 2012).

É sobre o produto proveniente das roças e atividades durante o tempo dedicado à função de produtor que o indígenas experimentam sua dimensão de vassalagem. A passagem da autonomia relativa das nações para a condição de súditos, após os descimentos e conversões de

[139] Souza Junior (2012 p. 270).

aldeias em povoamentos portugueses, os insere no circuito redistributivo do Estado português. É o pagamento de dízimos e outros tributos que nos oferece o reconhecimento da vassalagem por parte do indígena (Farage, 1986 p. 61), assim como a redistribuição que tem acesso, por exemplo, aos privilégios e cargos honoríficos que a estrutura os possibilita.

Contudo, havia uma impossibilidade prática nesse projeto. Era difícil a conciliação entre o seu papel de produtor – de onde acumularia recursos por iniciativa própria, com a intermediação do diretor nas transações e na produção – com a de trabalhador, ou seja, de recurso a ser redistribuído, que doravante ao Diretório, foi sempre privilegiado pelo Estado, dada a sua própria demanda. Os excessos no uso do indígena como trabalhador e sua exploração, repercutiu no esvaziamento das povoações e no desabastecimento da colônia (Souza Junior, 2012; Ravena, 2005). Aprofundaremos a função do indígena como recurso redistribuído mais adiante, quando tratarmos da economia redistributiva desse período.

Os indígenas e as suas famílias, instituídas pelas imposições religiosas pautadas na monogamia, poderiam acumular recursos através da função de produtor e/ou, como trabalhador aviado, compulsoriamente, aos moradores e ao Estado, de onde recebia um "salário", que ficava sob a tutela do diretor ou do tesoureiro até o final do período de cessão, que não deveria ultrapassar seis meses. Em todos os casos, o Estado tutela o indígena e a sua família. Na função de produtor, o diretor incentiva certos produtos a serem produzidos em suas roças e intermedia as trocas da sua produção; na função de trabalhador, não escolhe a ocupação, o local do trabalho e não recebe simultaneamente os salários que eram antecipados pelos moradores, função exercida por principais, diretores e tesoureiros. Além disso, seu trabalho ainda é apropriado ilegalmente por diretores, principais e vigários, em alguns casos, até sem o pagamento devido.

A incompatibilidade entre a função de produtor e trabalhador leva a exaustão e resistência ao Diretório. Na palavras do Governador e Capitão-general do Estado, Manuel Bernardo de Melo e Castro:

> [...] o disgosto com que olhão o trabalho quando veem que se lhe demora o tempo de descanço, ou ao menos o de poderem hir cultivar o sustento para as suas mulheres, e filhos, e muitas vezes, ainda sem este motivo, fogem à violência da ocupação [...]"[140].

[140] Ofício do Governador e Capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datado de 26 de junho de 1761. Arquivo histórico Ultramarino_ACL_CU_013, cx. 49, D. 4519. In: Souza Junior (2012 p. 276).

Em paralelo ao esvaziamento das povoações, como constata Souza Junior (2012)[141], haviam movimentos de fugas entre povoações – sem negar a fuga para o "matto" e mocambos em proliferação, como estabelece a linha de raciocínio dominante, que é uma retirada unilateral em definitivo da sociedade colonial. A motivação era o oferecimento de melhores condições de cultivo, alimento, trabalho e proteção. Logo, essa oportunidade, dado a redução de população indígena nos aldeamentos, se converteu em poder e estratégia da política indígena – escolher as povoações onde as autoridades e o ambiente proporcionassem melhor bem estar aos indivíduos, o que mitigava tratamentos abusivos e beneficiava os gestores menos opressores (Souza Junior, 2012; Guzman; Raiol Junior, 2019).

5.2 O monopólio da CGCGPM e a inserção da mão de obra escrava

O empenho do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi imprescindível para a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Foi ele quem primeiro indicou ao reino essa possibilidade na carta de 1754. Matos (2019) expõe trechos de correspondências entre Mendonça e o Marquês de Pombal, onde aquele, repetidamente, cita a ideia de uma companhia de comércio como remédio para a pobreza da colônia. Em uma dessas correspondências, envia um esboço com 25 parágrafos, baseado em sua experiência nos sertões, para orientar a criação do Estatuto da futura empresa. E de fato, com a aprovação do rei para a criação da CGCGPM em 07 de junho de 1755, esse esboço se torna a base do Estatuto da empresa monopolista.

De acordo com Sampaio (2004 p. 40), o objetivo da companhia era:

> [...] estabelecer ligações regulares entre Belém e S. Luís com a metrópole através de um sistema de frotas [uma por ano] e abastecendo o mercado local com escravos de Angola, Benguela, Guiné e até Mato Grosso [demandante].

A rota foi concedida por 20 anos e interligaria a metrópole à Costa da África, São Luís e Belém. Os negócios lucrativos, respectivamente, que cada uma dessas praças ofereciam eram:

> A aquisição com condições mais favoráveis de pólvora, tecidos, armas e produtos domésticos na Europa; escravos, cera, marfim e urzela da África, e o açúcar, couros, cacau e outros produtos da colônia do norte da América portuguesa (MATOS, 2019 p. 201).

[141] No ano de 1774, de 54 povoações, 6 estavam acima do piso populacional estabelecido (150 indígenas aldeados), 6 estavam entre 100 e 150, e o restante, 42 povoações tinham em média 50 indígenas.

Para tanto, a empresa necessitaria de um aporte de capital maior que o arregimentado por Mendonça Furtado entre os residentes do Estado, 32.000 cruzados, em uma tentativa de criar, com esforços endógenos, uma empresa congênere – os negociantes se abstiveram da proposta, e não foi por falta de capitais, como demonstram os interesses do rico comerciante de São Luis, Lourenço Belfort (Sampaio, 2004).

Com a intervenção do Estado, a captação da empresa se deu pela emissão de 1200 ações com valor nominal de 400 mil réis, especialmente assimiladas pela metrópole. Para ocupar os cargos importantes (deputado e provedor) da Companhia, os interessados deveriam possuir pelo menos 10000 cruzados em ações, que além de participar da gestão e dos rendimentos regulares, abria a possibilidade para negócios escusos – como a venda de mercadorias em Portugal para a Companhia. Para ter direito a voto, eram necessários no mínimo 5.000 cruzados em ações. Apesar de sua proposta revestida de modernidade para o comércio com a colônia, a companhia não se libertou por completo da economia das mercês. A Coroa concedeu nobilitação aos que realizassem aquisições de ações de 10 mil cruzados ou mais, o que proporcionaria a "[...] ascensão social àqueles que possuíam vultuosos cabedais" (Matos, 2019 p. 158). Ou seja, era uma oportunidade de "enobrecimento", que como já visto, está vinculado às oportunidades ainda maiores e substanciais de enriquecimento. O Marquês de Pombal, sua esposa, a Rainha e o Rei, se tornaram acionistas da companhia[142]. Portanto, como afirma Matos (2019), o que houve foi uma simbiose entre o capital português e a Coroa, e não uma ruptura.

No Estado do Grão-Pará e Maranhão, o objetivo era muito claro, ou seja, estimular "o comércio mercantil" tão prejudicado pelos jesuítas, como argumenta Mendonça Furtado (Sampaio, 2004). Esse objetivo, por sua vez, se articula com as próprias reformas realizadas pela instauração do Diretório e a expulsão dos jesuítas em 1759. O Estatuto da CGCGPM e outras leis que a beneficiaram ao longo de seu monopólio até 1777, atribuíam uma soberania às ações da empresa que poderiam facultar o uso do autoritarismo com relação aos moradores. Para evitar tal procedimento, algumas restrições foram impostas, em especial, três: era facultado a exportadores a venda em consignação à empresa; foi fixada uma margem de lucro para a venda de fazendas secas e molhadas, o sal teve seu valor fixado em 540 réis por 4 alqueire; e era proibida a venda pela companhia de produtos em retalho (Matos, 2019).

Assim, a companhia inicia suas atividades em Belém e São Luís, e proporciona grandes mudanças no comércio com a metrópole. O primeiro grande impacto é sobre os comissários

[142] Consta que 38 ações pertenciam a residentes na colônia do Grão-Pará e Maranhão, dessas, cinco pertenciam a Lourenço Belfort, o mesmo que se recusou a participar do capital e direção da empresa que Mendonça Furtado tentou implantar (MATOS, 2019).

volantes e os comerciantes locais, que têm seus monopólios comprometidos. Os comissários que realizavam comércio na colônia com base em exclusividades metropolitanas, eram acusados por Mendonça Furtado de enganar os moradores, com produtos de baixa qualidade e preços elevados. Já os comerciantes locais, causavam escassez na praça, como do sal (produto essencial para conservar alimentos), azeite, vinagre, aguardente do reino e outros, comprando todo o carregamento, assim que desembarcavam em Belém, vendendo, posteriormente, em retalho, por preços exorbitantes (Souza Junior, 2012; Sampaio, 2004). Por outro lado, manteve a prática antiga do açambarcamento na praça de Belém, que privilegiava, no primeiro mês, negócios a grosso trato com os "filhos da terra", prejudicando, por exemplo, os comerciantes de Mato Grosso, que compravam dos comerciantes paraenses produtos de segunda mão, com acréscimos de 10% (Souza Junior, 2012).

Na exportação, as mudanças também se fizeram perceber. A regularidade da frota foi um dos maiores benefícios para a colônia. Antes de 1760, era facultado aos exportadores enviar seus produtos por consignação à Companhia, ou a seus representantes na Metrópole – constituía a pauta de exportação produtos agrícolas, porém, o principal eram as drogas do sertão, em especial, o cacau. Contudo, a carta régia de 26 de fevereiro de 1760 obrigava os lavradores a consignar seus produtos à junta de administração da companhia. Houve resistência, e o envio por contrabando (nos navios por conta da Fazenda Real que levavam madeira para a metrópole) e a continuidade do envio por conta própria de grandes comerciantes, pagando apenas o frete e os direitos da fazenda, continuou a existir (Souza Junior, 2012).

Outro mecanismo utilizado pela Companhia era o endividamento. Há dois circuitos distintos de crédito. O primeiro, exposto por Souza Junior (2012), se refere aos empréstimos concedidos em moeda cunhada corrente a lavradores paraenses pela Companhia, que também está relacionada à política pombalina de atribuir à empresa a responsabilidade de estimular a circulação monetária. Com base em Sampaio (2004) e também Souza Junior (2012), outro circuito revelado se refere aos empréstimos aos comerciantes de fazendas e pequenos comerciantes da colônia. Nossa hipótese é que estes, para adquirirem mercadorias e escravos, recebiam essas mercadorias a crédito e em gênero (não em moeda cunhada), constituindo dívida com a Companhia, que seria paga com os gêneros que estes intermediavam, vindos dos sertões. Nesse caso, a CGCGPM seria a principal aviadora da praça.

Sampaio (2004) não cita a política monetária pombalina, tão pouco determina se os recursos emprestados eram em gênero ou em moeda cunhada, por outro lado, tanto este como Souza Junior (2012) convergem para a premissa de que a companhia seria responsável pela circulação monetária, que não poderia vender a retalho, e que pode vender a crédito suas

mercadorias e escravos, acrescido de juros de 5% ao ano. Ademais, lavradores e comerciantes poderiam ser as mesmas pessoas, e ainda exercer cargos militares e civis na estrutura organizacional do Estado na colônia – não havia uma especialização dos agentes em uma ocupação.

Seguindo com a hipótese desses dois circuitos, um em moeda cunhada (proveniente também da política monetária pombalina) e outro em gênero, o endividamento é concreto e fonte de poder para a Companhia nas negociações da base exportadora: lavradores e extrativistas que deviam e trocavam direto com a companhia; ou intermediados e financiados por comerciantes que eram devedores da Companhia tinham o preço regulado pelos interesses de lucro da empresa monopolista, direta ou indiretamente. Portanto, conforme concluem Sampaio (2004) e Souza Junior (2012), o endividamento teve uma função estrutural muito importante nos negócios envolvendo a CGCGPM. Não podemos deixar de destacar a função exercida pela Tesouraria-Geral do Comércio dos Índios em Belém, como responsável por fazer as compras junto a esses comerciantes para os indígenas engajados nas "canoas comuns". Quanto às canoas particulares e lavradores, o crédito oferecido pelos comerciantes em espécie, parece ser um reforço a instituição do aviamento.

Esses dois circuitos de endividamento, que perdurou até 1772, proporcionaram a emergência de uma classe de "negociantes modernos", denominados de "Mafulinheiros", que assumiram a dominância dos negócios na praça de Belém, desbancado a predominância dos antigos negociantes na estrutura. Foram os "Mafulinheiros" os beneficiados da classe comercial que emergiram com as atividades da companhia, e foram estes também os que tinham as maiores dívidas quando do fim do monopólio em 1777, logo, dívida, funções honoríficas e economia na Amazônia continuam imbrincados e foram reforçados pela Companhia – dois dos maiores devedores da Companhia eram João Manoel Rodrigues e o alferes José Ferreira Lisboa; João foi tesoureiro dos índios e José era testamenteiro de Antônio Rodrigues Martins, também ocupante do cargo de tesoureiro dos índios. Ou seja, a tesouraria articulava as canoas do comum aos comerciantes e, estes a Companhia, com o tesoureiro responsável por receber os gêneros e pagar os indígenas, tutelando-os também em suas compras, logo, constituindo-se em espaço privilegiado para fazer negócios lucrativos, acumulando a função de tesoureiro e comerciante (Souza Junior, 2012).

Por fim, um tema que é central na tese. A CGCGPM mudou a dinâmica da economia redistributiva – alterou o sistema monetário, ajudando a instituir o dinheiro de uso geral; ficou responsável por realizar o pagamento dos filhos da folha, um importante canal de redistribuição;

arrematou o principal dízimo da colônia, pagando em "dinheiro de contado"; fez empréstimos em dinheiro a moradores, à câmara e ao próprio Estado.

Se Polanyi (1994; 2012) relaciona a existência de elementos de mercado, à existência de transações com moeda cunhada, a companhia contribuiu sistematicamente para a emergência desses elementos até 1772. A moeda metálica (cunhada) teve sua circulação autorizada no Estado do Grão-Pará e Maranhão somente com o decreto de 12 de setembro de 1748[143]. A partir desse decreto, Portugal inicia remessas de moedas para o Estado. Em 1756, o Estado passa essa responsabilidade à CGCGPM, apenas desfeita com a provisão de 01 de setembro de 1772, quando o Estado voltou assumir esse papel. Como já vimos nos capítulos anteriores, FIE, dinheiro e formas de organização do Estado têm uma coerência entre si, logo, uma mudança no sistema monetário por determinação da metrópole altera as forças entre as FIEs, privilegiando, nesse caso, a troca mercantil e as moedas cunhadas. Logo, a instituição do mercado, ou seus elementos, ganham respaldo da estrutura para uma existência mais representativa.

A responsabilização da Companhia pela monetização da colônia, com base nos dados da historiografia, foram realizadas com algumas estratégias. A primeira é o já mencionado empréstimo concedido a lavradores em moeda cunhada, que por sua vez, forçava os interessados em maiores fundos a adquirirem ações da CGCGPM para que, através desse vínculo, tivesses seus limites de crédito expandidos. É um caso empírico da emergência das finanças em dinheiro na Amazônia, baseado no crédito em moeda cunhada e nas condições para a participação em um potencial mercado de ações metropolitano (Souza Junnior, 2009 p. 302). A estratégia acima foi apresentada, explicitamente, no trabalho de Souza Junior (2012), contudo, acrescentamos uma estratégia que Sampaio (2004 p. 42) também não vislumbrou: a responsabilização da Companhia pela monetização das despesas do Estado. A identificamos no trecho a seguir, com o financiamento fornecido às despesas.

> [...] todas as despesas do Estado, desde o pagamento dos soldos das tropas e côngruas, passando pelo financiamento do fardamento das tropas, da construção de naus e fragatas, pagamentos de madeiras remetidas para o Arsenal de Lisboa etc., eram supridas por ela na forma de empréstimos (Souza Junior, 2012 p. 203).

É o Estado que institui a circulação de moedas, sejam elas de uso específico ou geral. Não há forma mais contundente de realizar esse tipo de institucionalização do que o Estado receber e pagar com a nova moeda a ser instituída. Foi isso que o Estado do Grão-Pará e

[143]Decreto do rei sobre o uso da moeda provincial no estado do Maranhão. Lisboa, 12 de setembro de 1748. AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 31, doc. 3132.

Maranhão fez utilizando um dos principais canais de integração econômica da redistribuição – o pagamento dos filhos da folha e de outras despesas do Estado. E em Lima (2006 p.172-175) é demonstrada a transição do pagamento dos filhos da folha de gênero para as moedas cunhadas. A priori, a estratégia não é financiar o Estado, mas prover a circulação econômica de moedas emprestadas ao Estado pela Companhia, para substituir os pagamentos que antes eram realizados, tendo como moeda os gêneros produzidos. Mais tarde, a Companhia enviava letras de crédito à Fazenda Real para compensação da transação, talvez, com gêneros da terra recebidos em dízimos e outros impostos nos sertões (Sampaio, 2004). Portanto, com o pagamento de soldos e côngruas em moedas cunhadas, por exemplo, o circuito redistributivo da economia precisava, necessariamente, do complemento de mercados ou seus elementos para se realizarem as trocas indiretas, substituindo os pagamentos em espécie e as trocas diretas (escambo).

Mais uma estratégia pode ser acrescentada a esse repertório. Sampaio (2004 p. 41), afirma que "[... Además, en 1766, una nueva legislación determinaría que los títulos de la compañía tendrían en el comercio el valor del dinero líquido". Ou seja, o título de dívidas passou a ser utilizado como dinheiro de uso geral, ou seja, como meio de troca indireta. Por fim, a companhia injetou ainda mais moeda cunhada no sistema econômico redistributivo com a arrematação do dízimo de maior importância na colônia – o dízimo dos embarques. Como vimos, arrematar dízimos elevava o prestígio social do arrematante. Contudo, antes da lei que autorizava a introdução de moeda cunhada no Estado, em 1748, os dízimos eram pagos em gêneros ao Estado. Já em 1759, a Companhia arrematou o mais lucrativo dos dízimos, o de embarque, pagando em "dinheiro de contado" e oferecendo diversas vantagens, como a participação nos lucros da venda na metrópole dos gêneros. Ou seja, a Companhia recebia os dízimos em gêneros e pagava antecipadamente em "dinheiro de contado", ou seja, em moeda cunhada que incrementava a circulação.

Assim, com um grau que ainda não podemos precisar, a estrutura econômica é modificada, no mínimo, inserindo novas variantes de dinheiro, instituições integrativas e títulos de dívidas na economia do Estado. Portanto, nesse aspecto em particular, a CGCGPM propiciou o enriquecimento da diversidade monetária, financeira e integradora da economia, mesmo que esse embrião fosse veículo de estruturas mais homogêneas, como argumenta Polanyi (2012).

Ainda temos mais um objetivo da Companhia que não aprofundamos propositalmente: a introdução contundente de negros africanos. Matos (2019) argumenta que essa era a principal intensão de Mendonça Furtado, sendo uma obsessão tão grande quanto a criação da própria Companhia. O Governador depositava o sucesso do fomento das atividade "comerciais" no

trabalho escravo. O elevado preço dos escravos fazia os moradores dependerem em tudo dos indígenas aldeados e cativos para suas atividades e sustento, o que, durante o período do Regimento das Missões, levou a conflitos entre moradores, administradores e missionários. Com o comércio de escravos africanos pela Companhia, os moradores aumentariam a produtividade de suas plantações e os indígenas aldeados se dedicariam as suas roças e à coleta das drogas do sertão, expandindo a produção para a subsistência, para o abastecimento da colônia e para o comércio exterior, resultando em aumento dos dízimos a serem recebidos pelo Estado.

Os escravos, como afirma a literatura, não estavam aptos prontamente para exercer a atividade extrativa – o principal setor da economia do Estado (Costa, 2012). Sua inserção na colônia se deu em outros setores, como a agricultura (cana de açúcar, tabaco, arroz e outros), nas minas de ouro e diamantes do Mato Grosso, em obras públicas (como na Fortaleza de São José de Macapá), em serviços domésticos e na economia urbana de Belém que ganhava vulto como principal cidade do Estado junto com São Luís (Souza Junior, 2012). No final do século XVIII, 1787, Belém era uma cidade negra. 51% da sua população era composta por negros, ao passo que, na capitania do Rio Negro, em 1785, a predominância era indígena, 88%, com apenas 3% de negros. Os Negros, desenvolviam as mais diversas atividades:

> Circular por entre as ruas de Belém, nos séculos XVIII e XIX, significava encontrar carregadores africanos, vendedoras de açaí, mucamas e criados, forros negociando suas produções de tabaco, artigos de latão e cobre, chapéus de palha, oferecendo seus serviços de sapateiro, carpinteiro e ourives, folgando nas festas do Espírito Santo, de Nossa Senhora de Nazaré ou, ainda, membros da Irmandade do Rosário. Os escravos foram utilizados em outras tarefas como a construção de fortalezas, condução de embarcações para o Mato Grosso, no cultivo da cana, arroz, tabaco, mandioca, milho, nas fazendas de criação de gado e cavalos do Marajó. Foram apanhadores de açaí, pescadores, padeiros, trabalhadores do porto, serventes de obras públicas, calafates, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, vendedores de tabaco, garapa e frutas, lavadeiras, vendeiras, cozinheiras e tantas que sabiam "coser, lavar, engomar, cozinhar e também ganhar na rua (Sampaio, 2009 p. 28-29).

Essa mudança estrutural tão relevante em relação ao final do período do Regimento das Missões se associa às atividades da CGCGPM. Apesar das críticas ao preço elevado que era praticado, tanto pelo próprio Mendonça Frutado, em 1755, como pelo Governador João Pereira Caldas, em 1773, os carregamentos que chegavam a Belém se vendiam rápido e à vista, necessitando, inclusive, de militares para conter os ânimos durante as negociações. O açambarcamento e desvios dos escravos para o Maranhão e, especialmente para o Mato-Grosso (realizado por comerciantes da praça de Belém financiados pela Companhia), ajudam a explicar

esse frenesi em busca de escravos por moradores em Belém, mesmo a preços elevados em relação a outras praças (Souza Junior, 2012).

Além dos moradores que eram proprietários de *plantations* – tinham a opção de utilizar o trabalho indígena redistribuído pelos Diretórios, o que fez reduzir a exigência por negros – e os comerciantes (que os tinham como mercadoria), os integrantes da burocracia estatal, também era uma classe relevante de proprietários em Belém. A estrutura econômica possibilitava que eles aproveitassem as oportunidades de seus cargos. A construção da Fortaleza de São José de Macapá foi um desses casos. Em 1765, considerando as diversas frentes da obra, estavam sendo empregados no trabalho 169 indígenas e 177 negros, que foram cedidos pelo Senado da Câmara de Belém. Em 1773, o governador João Pereira Caldas menciona o aluguel pago pela Fazenda Real aos escravos de particulares e da Câmara da cidade de Belém empregados em obras públicas, a 140 réis[144], ao passo que o preço de um escravo em 1773 era de "80$000 a 150$000 réis" (Souza Junior, 2012 p. 171). Portanto, o aluguel era uma forma de rentabilizar o investimento realizado pela burocracia, em mais uma estratégia de acumular riqueza a partir da participação e conhecimento do funcionamento do Estado.

Uma outra parcela dos negros estava "fora" das regras da sociedade colonial, porém, conectada a ela através da economia e da resistência política que representavam. Nos referimos aos mocambos. Eles, inicialmente, eram formados por indígenas fugidos do regime português, seja através dos aldeamentos ou da escravidão. Por isso, na Amazônia, o termo mocambo é utilizado na historiografia ao lado ou substituindo o termo quilombo. Esses mocambos indígenas passaram a ser diversificados, com um pluralismo de agentes: indígenas, negros, miscigenados, "vadios", brancos pobres e desertores das tropas, ou seja, como afirma Souza Junior (2012), "uma reunião de despossuídos" e de rebeldes que não aceitaram a imposição da estrutura colonial.

Com a inserção mais pronunciada de negros africanos com as atividades da Companhia, eles vão ganhando representatividade na estrutura. Entre 1762 e 1801, haviam 16 mocambos onde indígenas e negros compartilhavam o cotidiano. Para termos um parâmetro, em 1776 haviam 54 povoações no Estado, logo, esses 16 mocambos representariam 30% desse número. Associado aos, aproximadamente, 80 mil negros inseridos no Estado entre os séculos XVII e XVIII (Sampaio, 2009), temos o que Souza Junior (2012 p. 166) denominou de "enegrecimento da Floresta". Esses mocambos compartilhados representavam:

[144] Ofício do Governador e Capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de melo e Castro, datado de 07 de abril de 1773. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_013, CX. 70, D. 5993. In: Souza Junior (2012 p. 280).

> [...] espaços de socialização e de troca de experiências, nos quais esses elementos populares foram construindo uma rede de solidariedade [...] Foi-se construindo, assim, a identidade de excluídos, que se materializou em inúmeros movimentos de resistência coletiva [...] (Souza Junior, 2012 p. 161).

Resgates de escravos africanos, saque a plantações e propriedades, ataques e destruição de propriedades do Estado e de senhores de escravos, resistência às tropas foram algumas das estratégias utilizas pelos mocambos. Com a revolução Francesa e a Haitiana, a preocupação do Estado com uma revolta de escravos e indígenas aumentou consideravelmente, dado o contato com Guiana Francesa, plataforma de disseminação desses fatos e suas ideias para a colônia, encontrando nos mocambos uma atmosfera propícia (Souza Junior, 2012).

O compartilhamento e vivência cotidiana com indígenas e brancos proporcionou o aprendizado necessário para sobreviver com as condições impostas pelo bioma amazônico. Um exemplo de como a convivência transfere conhecimento pode ser visto no caso de João da Silva. Escravo nascido em Angola, cresceu em Portugal e foi vendido para a CGCGPM em 1760, quando foi enviado para Belém, fugiu dois anos depois, subiu o vale amazônico convivendo com indígenas e missionários espanhóis, e tornou-se Capitán de la Conquista y Reducción de los Indios Infieles em 1778, nos domínios espanhóis. A convivência com os indígenas foi fundamental para se tornar prático dos sertões. Dentre as competências adquiridas,

> [...] revelavam uma familiaridade invejável com a floresta e com os índios: além do nheengatu, conheciam a maior parte das línguas faladas no baixo Putumayo (Içá) e Caquetá (Japurá); sabiam tratar com os índios aldeados e não aldeados; comandavam a abertura de roças, dominavam as técnicas da produção de farinha, da montagem das feitorias de manteiga e pescado, da fabricação de canoas e da construção de casas; conduziam canoas e faziam reconhecimentos de rios (Sampaio, 2009 p. 27).

A exemplo de João da Silva, o conhecimento compartilhado pelo convívio cotidiano pode ter sido também o meio pelo qual houve transferência de tecnologia, que os capacitou a sobreviver no bioma amazônico. Extrativismo, agricultura, caça, pesca, artesanato, navegação e outras atividades fundadas no conhecimento indígena podem ter sido compartilhadas nesses mocambos híbridos. Dessas atividades, surgiram recursos que foram comercializados por uma rede clandestina que envolvia cumplicidade e conflitos com moradores, contudo, não proibiu o movimento das drogas do sertão e os demais produtos para o interior da economia redistributiva portuguesa (Souza Junior, 2012).

Apesar do considerável avanço do trabalho africano, ainda sim, durante o período do Diretório, os autores da historiografia amazônica são enfáticos em afirmar que os indígenas ainda eram, como foram no período do Regimento das Missões, os pés e mãos dos moradores

(SAMPAIO, 2004), porém, contando agora com o trabalho africano, se combinando nas *plantations*, pecuária, obras públicas e economia urbana, dentre outras atividades, o que se intensificou pelo declínio populacional (indígena) das povoações (Souza Junior, 2012).

5.3 O campesinato caboclo

Ao final do período colonial e do Diretório dos Índios (1798), de acordo com a revisão de literatura de diferentes disciplinas, temos um campesinato caboclo em crescimento quanto a representatividade estrutural (Guzmán; 2006; costa, 2012; Harris, 1998; Machado, 2017; Sampaio, 2004; 2007). Foi nesse período que duas instituições seminais para os estudos do campesinato foram convencionalizadas na estrutura: a família monogâmica[145] e as pré-condições para a domesticidade.

Realizando uma análise das teorias do campesinato, utilizando autores como Abramovay (1990), Woortmann (1995) e Costa (2012b), temos um panorama das principais instituições abordadas, tanto na Europa, como no Brasil. Autores marxistas como Lênin e Kautsky, apesar de enfocarem na diferenciação social do campesinato, têm na família a unidade institucional de organização desses agentes (Abramovay, 1990; Costa, 2012b). Na contramão desse enfoque mais sistêmico da tradição marxista, que condenava teleologicamente o campesinato à diferenciação social, outros autores europeus como Chayanov, Galeski, Tepicht, Mendras (Woortmann, 1995), Ploeg (2006) e brasileiros como Costa (2012b) e Sabourin (2009) nos demonstram, com mais ênfase, a importância da instituição da família, seja com uma análise mais fechada (Chayanov e Tepicht) ou nas suas conexões com as comunidades, ou com sistema econômico, através, principalmente, de mercados (Galeski, Mendras, Costa, Sabourin, e Ploeg). Há ainda uma tradição no Brasil, com nomes como Graziano da Silva, José de Souza Martins e Otávio Velho, que estudaram o campesinato no século XX, que parte da família como unidade analítica e como ela se comporta na dinâmica de fronteira, assumindo dois extremos: totalmente envolvida com o capital mercantil e mercados, ou com autonomia em relação ao mercado (Costa, 2012c).

Nesses estudos, a família é a instituição mais elementar invariavelmente, ou seja, ela constitui a unidade econômica e social mais básica dessas diversas análises. Portanto, a grosso modo, sem a existência dessa instituição enquanto unidade analítica que comporta os hábitos de pensamento e a ação típica desses agentes, não podemos falar em campesinato. Na

[145] Isso não excluí o estudo de grupos familiares mais amplos.

Amazônia, desde o século XVII, a colonização vem tentando enquadrar a população demograficamente mais relevante da região, os indígenas, nos moldes dos casamentos monogâmicos para instituir famílias nucleares, onde se destaca a ação missionária. Esse projeto ganha uma forma mais sistemática durante o período do Regimento das Missões. Contudo, é no Diretório dos Índios que ele se torna um ponto chave para a emergência do campesinato caboclo, com o incentivo à miscigenação.

Um problema moral era recorrentemente apontado pelas impressões dos europeus, pois, como observa Souza Junior (2012 p. 285), a cultura indígena era permeada pela poligamia, nudez e antropofagia. Para reforçar o abandono desses hábitos, já iniciado, como mencionamos, pelo esforço missionário, o Diretório previa o estímulo ao "casamentos monogâmicos mistos etnicamente". Além disso, auxiliava na posse do território de forma mais efetiva, ao realizá-lo com famílias onde parte dos integrantes era branca (Guzman; Raio Junior, 2019). A miscigenação era uma realidade no Diretório, usos de termos referentes à miscigenação em documentos oficiais transcritos por historiadores são vários, como mestiço, mameluco, mulato, cafuso, caboclo e outros, e nos indicam sua relevância (Souza Junior, 2012; Ribeiro e Ponte, 2017; Meira, 2017; Machado, 2017; Guzman, 2006).

O trabalho de Guzmán (2006) nos oferece um retrato dessa política de miscigenação. O autor faz uma análise dos três grupos que a compõe: brancos, negros e indígenas. Os brancos, principalmente a serviço do Estado, como administradores coloniais e militares[146], como também, casais açorianos que chegaram a Amazônia em várias levas nos séculos XVII e XVIII. No período Pombalino, se fixaram em Macapá, Bragança, rio Tapajós e rio Xingu. Esses brancos, por exemplo, se miscigenaram com os indígenas no rio Negro, durante as duas comissões de demarcação da segunda metade do século XVIII, com os soldados casando com as índias, inclusive com as filhas dos principais, dando baixa no serviço.

Os negros, como já vimos, podiam somar mais 80 mil pessoas traficadas para a Amazônia até o fim do século XVIII. Foi com a atividade da CGCGPM que eles se tornaram uma realidade mais relevante na estrutura social. Números de pessoas traficadas indicados pela literatura variam de 14 a 28 mil no período de 1755 a 1777. Como vimos em Souza Junior (2012), os mocambos compartilhados por indígenas e negros podem ter sido uma fonte substancial de miscigenação. Ou mesmo dentro do Diretório, como no relato da agressão de um mulato a uma índia, em 1759 (Souza Junior p. 263).

[146] Podemos incluir Clérigos que, conforme Souza Junior (2012), não se eximiam de cometer abusos com as índias.

Quanto ao casamento entre branco e indígena, tinha uma função também moral. Era, na verdade, a principal estratégia de miscigenação do Diretório. Além dos presentes dados aos casais, o Estado incentivava esses casamento através da promessa de mercês e honorabilidade.

> Outrossim, proibia a discriminação taxativa para os que se casavam com os nativos, eximindo-lhes das restrições de acesso às instituições públicas ou às honras e dignidades próprias dos vassalos do rei de Portugal. Igualmente, estes vassalos e seus filhos mestiços seriam 'dignos da atenção real' e preferidos, nos lugares em que se estabelecessem, no preenchimento de cargos e funções que estivessem capacitados para exercer (Guzmán, 2006 p. 74).

O resultado da união de brancos e indígenas, especialmente de homens brancos e mulheres indígenas, eram os mestiços, denominados de caboclos pelos documentos oficiais. Como esse termo é utilizado de forma pejorativa no época dos Diretórios, o Estado emite um decreto proibindo o uso desse termo, por ser "injuriosa e ofensiva". A consequência é que nesses documentos o termo é estigmatizado e deixa de ser utilizado, o que dificulta o debate da miscigenação pela historiografia (Gusmán, 2006 p. 74-75). As famílias que se originaram desses casamentos incentivados, eram caboclas, e conforme Costa (2012a p. 56-57):

> [...] a criação de um número crescente famílias com dupla característica: detém o conhecimento índio da natureza circundante e, ao mesmo tempo, se reproduz atendendo necessidades e valores europeus. Tais famílias – nem índias, nem brancas, e sim caboclas – têm endogenamente as pré-condições de conhecimento para viver e produzir fora dos Diretórios, fora, portanto, do controle do sistema produtivo vigente. Pois, ao contrário das famílias dos colonos brancos, elas poderiam lidar sem dificuldades com o meio ambiente e, por outra parte, só com muita dificuldade poderiam viver sem mercadorias industriais europeias.

Esses processos causais e cumulativos incentivados pelo Diretório proporcionaram a reprodução dessas famílias caboclas fora de sua jurisprudência (COSTA, 2012a). O casamento, em sua maioria, ocorria entre o homem branco e a mulher indígena, logo, estando o homem branco fora das regras do Diretório, sua família gozaria de autonomia proporcionada pela autarquia, onde se estabelece desde cedo a domesticidade como FIE nas famílias.

No Diretório, os processos causais e cumulativos instituíram a família, tendo como base o casamento entre indígenas, porém, sua condição autarquia e sua economia baseada na domesticidade ainda não estão plenamente desenvolvidas. Reforçando, a lei do Diretório, ao passo que estimula os casamentos monogâmicos entre os indígenas e o convívio com os branco como fonte de aprendizagem de civilidade, por outro lado, estipula a tutela em todo o resto da economia doméstica das famílias nucleares; o que produzir, onde trabalhar, o que trocar e a que equivalência, ou preço, em caso de elementos de mercado. Ou seja, para as famílias nucleares

sob a tutela do diretor, dos principais e do tesoureiro dos índios, não havia autonomia alguma sobre a disposição do fator trabalho da família, a produção de subsistência e a parcela a ser trocada fora do âmbito da economia doméstica e o que seria internalizado de produtos externos – como veremos, não necessariamente através do mercado.

Não é difícil concluir que a capacidade dessas famílias de acumular recursos e patrimônio era menor, além de não dispor deles de forma autônoma. Esses mecanismos encontravam séria limitação no interior das povoações sob o comando dos diretores (ALMEIDA, 1990). Tais elementos citados acima constituem outras características imprescindíveis para famílias camponesas se reproduzirem no bojo das teorias do campesinato apresentadas, pois, conforme Costa (2012b p.95), a família camponesa é uma "[...] a um só tempo, unidade de produção e unidade de consumo. Encerra assim, concomitantemente, as funções das esferas de produção e reprodução". Nesse conceito, não há espaço para a tutela de agentes externos, por mais que as circunstâncias sistêmicas façam a família, no bojo de sua relativa autonomia, decidir por alterar suas preferências. Para essas famílias, conforme afirma Harris (2010 p.40-49) *apud* Machado (2019 p. 181), estas se tornariam "uma massa camponesa" somente com o fim da lei do Diretório em 1798, compartilhando ao lado dos brancos e negros a "cultura ribeirinha" característica da estrutura camponesa cabocla.

Outra linha de argumento da emergência de famílias caboclas diz respeito às pesquisas orientadas pelo conceito de brecha camponesa[147], de Ciro Flamarion Cardoso, adaptada à realidade da Amazônia por Sampaio (2007). A autora considera que os cativos indígenas, libertos pela lei de 1755 e que ficaram sob a tutela por seis anos de seus antigos proprietários e recebendo salários, portanto, fora do Diretório, convergiram para famílias autônomas, formando uma camada de pequenos proprietários "tapuios" que produziam alimentos e abasteciam os centros urbanos, apresentando a assimilação de civilidade desejada pela política indigenista portuguesa, conforme argumenta o Governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho (1798) apud Sampaio (2007, p.15-16):

> [...] ainda que passassem por vexações, e grandes opressões nunca tiveram aquela tutela efetiva, mais livremente dispuseram de si, dos seus trabalhos, e do que adquiriam. [...] Estes Índios, que já hoje não são muitos, e os seus descendentes pela maior parte já nascidos de mistura de cores, parecem ter chegado ao ponto de

[147] A brecha camponesa se aplica a uma alternativa proporcionada aos escravos no interior da economia doméstica das fazendas escravistas. Nela, os escravos desenvolviam a agricultura em posses de terras disponibilizadas por seus senhores (com extensão variada) nas áreas marginais da *plantation*, para complementar ou prover totalmente suas necessidades de alimento e vestuário (as rações). Então, haveria um grau de liberdade nas horas de descanso dos escravos que poderia ser utilizado para tal atividade sem a supervisão de feitores. O excedente eventualmente poderia ser vendido, inserindo os escravos privadamente nos "circuitos mercantis", auxiliando no abastecimento da colônia e acumulando recursos, inclusive para conseguir sua alforria (Garcia; Bastos, 2003).

> Civilização, de que tal Gente é suscetível, vem a ser a mesma em que se acha toda a Gente forra, e Mestiços pelos outros Portos do Brasil.

Completando o mosaico da emergência do campesinato caboclo, destacamos os mocambos compartilhados[148] por indígenas, brancos e escravos, que além de estarem fora do Diretório, também se encontram fora da sociedade colonial. Porém, como vimos, o número de mocambos não é desprezível e compõe, junto com as outras possibilidades apontadas pela revisão de literatura, como importante fonte de diversidade para a miscigenação e constituição de famílias caboclas.

Portanto, ao fim do Diretório, temos diversas variações que possibilitaram a entrega de um número crescente de famílias caboclas autônomas, podendo decidir sobre a produção, alocação do trabalho dos seus membros, autoconsumo, quantidade e valores dos produtos a serem trocados externamente, ou seja, para além do domínio da domesticidade. Recorrentemente, a literatura associa as estruturas camponesa aos pares teóricos, capital mercantil e mercado, que realizam a circulação da produção não consumida pela domesticidade da família e suprem com produtos industrializados e serviços essas unidades. Apesar da inserção de moedas cunhadas pelo Estado e pela CGCGPM, a emergência do campesinato caboclo não está associada aos mercados, pois como veremos, haviam apenas elementos de mercados dispersos, que ainda não detinham relevância institucional suficiente para explicar esse nexo-causal com o campesinato caboclo em forte expansão.

Com essa apresentação e aproximação de nossos novos agentes, podemos abordar a mudança de forma mais sistêmica. Portanto, considerando nossa tríade vebleniana, tivemos uma ruptura estrutural não-gradual na sociedade colonial. As leis de 1755 e o Diretório de 1758, apesar de alguns anos de intervalo, significam uma mudança brusca, pois primeiro, houve um rearranjo das regras de acesso ao trabalho redistribuído e uma nova via foi oferecida, a do comércio de escravos africanos. Segundo, a redistribuição do trabalho passa a ser gerida por agentes laicos e passa a ter ingerência de uma elite indígena. E terceiro, beneficiou-se uma legislação de fomento do "comércio mercantil", seja pela atividade da CGCGPM, ou pelo anseio de estimular propensões mercantis nos indígenas aldeados pelo Diretório, associadas à autorização de 1748 da circulação de moeda cunhada. Essas mudanças institucionais na sociedade colonial repercutiram na estrutura, pois a retirada da administração temporal da mãos dos jesuítas e sua expulsão, desarticulando o sistema autárquico das missões, proibição das

[148] Em Garcia e Bastos (2003), as autoras afirmam que a hipótese da brecha camponesa também pode ser empregada no caso dos Mocambos.

tropas de resgate e a supressão do comércio dos comissários volantes, que foram suprimidas e substituídas pelas medidas políticas acima, alteraram, por causalidade cumulativa, as instituições da colônia.

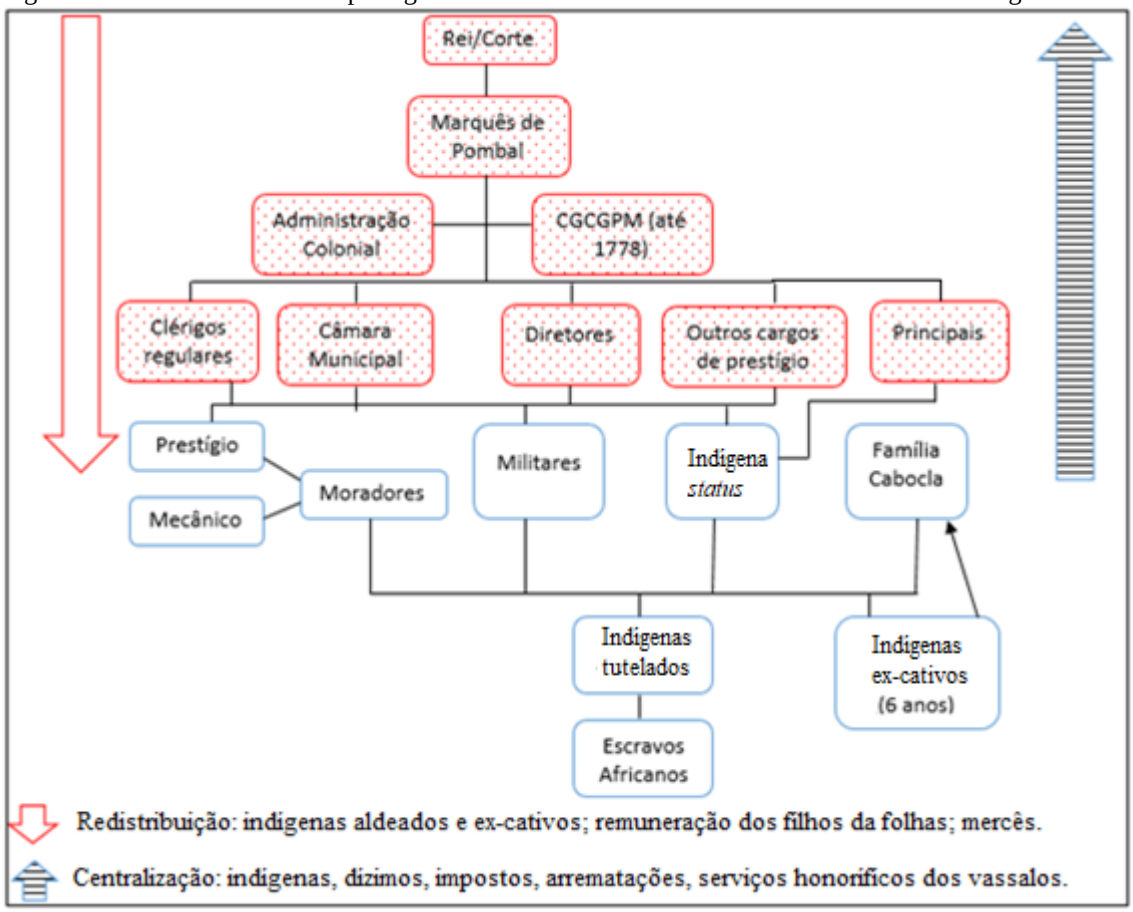
Essas mudanças alteraram, como em parte se desejava, os objetivos dos agentes, voltando-se para os objetivos comerciais, reduzindo a importância dos objetivos bélicos e clérigos do período anterior. A CGCGPM foi importante nesse mudança, pois além de aumentar o fluxo de comércio na rota metrópole – costa da África-São Luís-Belém, com destaque para as frotas regulares e com maior capacidade de carga, também foi importante na monetização (moeda cunhada) da economia colonial, oferecendo condições de emergência de um mercado local e finanças em dinheiro, onde aí sim, as trocas mercantis têm amparo institucional para o seu desenvolvimento, mesmo que tenha ocorrido com elementos de mercado dispersos e com problemas de institucionalização para além dos centros urbanos mais importantes. Essas mudanças rearranjaram entre a população dos sertões branca, indígena, negra e, especialmente, a cabocla, suas propensões pela troca, porém, associado ao aviamento e não à troca mercantil, como veremos adiante. É mais uma surpresa da cegueira da causalidade cumulativa, pois os paradigmas que orientam a análise do campesinato o associam, sistematicamente, ao capital mercantil e aos mercados formadores de preço e/ou sistema de mercado.

A CGCGPM ofereceu crédito e tecnologia para que a agricultura expandisse sua participação no valor da produção exportada na colônia, onde o papel do escravo como trabalhador mais afeito à imposição da disciplina de trabalho que os indígenas, e ignorante em relação ao território (desencorajava as fugas), pode ter beneficiado esse aumento relativo. Apesar disso, o principal setor da economia continua a ser o extrativismo e as drogas do sertão, agora sob o comando das canoas particulares e comuns, podendo os particulares utilizarem até 50% do trabalho indígena assentado nas povoações. Quanto ao abastecimento, a contradição entre a condição de súdito e recurso levou, recorrentemente, a crises de abastecimento, como um resultado inesperado das ineficiência do Diretório e da insistência estrutural em estimular o comércio mercantil. Para ficar evidente o nosso argumento nesse ponto, quisemos dizer que o afã pelo ganho com o "comércio" fez os indígenas serem afastados da sua condição de súditos, onde se preocupam com atividades de abastecimento, e os jogavam na condição de recurso redistributivo pela classe ociosa, onde se ocupavam em atividades de cunho exportador.

5.4 A Redistribuição durante o período do Diretório

Recorremos, novamente, ao organograma para exprimir a hierarquia organizacional do Estado redistributivo português. Como apresentado no tópico anterior, a expulsão dos missionários em 1759 e a inserção de outros agentes importantes na estrutura social, especialmente pela lei do Diretório e pela atividade da CGCGPM, resultaram em um novo arranjo das forças políticas e econômicas.

Figura 7 – Estado redistributivo português e sua estrutura colonial durante o Diretório dos indígenas



Fonte: Autor (2023).

Na Figura 7 temos a repetição da estrutura superior da hierarquia do reino português. Como no Capítulo 2, reafirmamos uma economia política do prestígio, fundamentada nos privilégios distribuídos pelo rei a sua Classe Ociosa, prestadora de favores e serviços honoríficos – é a denominação de economia das mercês de Olival. Continuando a apresentação do organograma, demos uma ênfase maior ao cargo de Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra ocupado pelo Marquês de Pombal entre 1750-1777, por ter papel relevante nas mudanças estruturais realizadas no período (Souza Junior, 2012). Com o declínio do prestígio dos missionários, a estrutura passa a ser administrada totalmente por agentes laicos, que de acordo com o título e posição que ocupa na sociedade, irá ocupar as diversas funções nos

regimentos militares, câmaras municipais, funções de principais e função de diretores – destacamos esses órgãos e funções por serem seminais ao entendimento da sociedade colonial.

Ao lado da administração colonial, que envolve os cargos mais importantes da colônia, e geralmente reservados a agentes da metrópole (como o de Governador e de Tesoureiro Geral do Comércio dos Índios), colocamos a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Como vimos, essa empresa monopolista ficou responsável por inúmeras atribuições estatais, adicionadas ao comércio proporcionado pela rota concedida por 20 anos. E, como argumenta Souza Junior (2012), os poderes concedidos pela Coroa à empresa eram de tal magnitude, que ela começou a ter ingerência na administração colonial e conflito com estes administradores[149], pois a Companhia passou a substituir o Estado em certas responsabilidades, como pagamento dos filhos da folha, política monetária, arrecadação do dízimo dos embarques, construção de fortalezas, incentivo à agricultura, concessão de empréstimos à Fazenda Real, e outras. Considerando a sociedade colonial e a abrangência de suas atribuições, poucos eram os grupos de agentes que não tinham relação direta com a Companhia.

Os moradores, como no período anterior, buscam acumular riquezas e prestígio na sociedade, sobretudo, com o lucro em atividades cotidianas que possibilitam uma acumulação social média, e por meio da acumulação por mercês. Ambas dependem das estratégias para alcançar os maiores níveis possíveis de honorabilidade. Logo, participação nas câmaras, pedidos para ocupar o cargo de diretor das povoações, cargos de oficiais militares, cabos de canoas e inúmeros outros correspondem a funções de prestígio, e que proporcionam oportunidades diretas e indiretas de enriquecimento. Isso se repete no período dos Diretórios, porém, as mercês irão transferir massas de capitais até então inéditas na trajetória colonial da Amazônia. Abordaremos esse tema mais adiante. O "comércio", por outro lado, ganha uma ressignificação da estrutura social, sendo a instituição privilegiada pelas reformas pombalinas, fazendo com que as pessoas que o personificam tenham seus caminhos encurtados em direção ao prestígio social e às mercês.

Na sociedade colonial, com relação à estrutura do Regimento das Missões, a principal mudança foi a possibilidade de uma elite indígena ocupar cargos de prestígio nas câmaras e funções militares, antes inacessíveis aos indígenas. Assim, entre os próprios indígenas, ocorreu uma diferenciação, entre indígenas com prestígio, indígenas aldeados e indígenas ex-cativos. Em suma, a diferença daqueles com prestígio para os outros dois, foi que eles não realizam atividades mecânicas e têm a honorabilidade de seus cargos e famílias reconhecidos pela

[149] Como nas reclamações feitas por Mendonça Furtado e outros Governadores em relação ao preço dos escravos Africanos traficados pela companhia.

estrutura colonial. Quanto aos indígenas aldeados e indígenas ex-cativos, encontram-se em posição equivalente, pois ambos ficaram sob a tutela do Estado e disponíveis aos moradores como mão de obra. Os aldeados tiveram sua tutela entregue ao diretor e ao principal, e os ex-cativos a seus antigos proprietários (fiscalizado pelo juiz dos órfãos), contudo, recebendo os devidos salários.

Mesmo partindo de uma condição de escravidão, logo, desfavorável em relação aos indígenas aldeados, conforme argumenta Sampaio (2007), a tutela deste último parece ter sido mais branda ao longo do período, o que proporcionou maior autonomia e acúmulo de recursos a esses indígenas que convergiram para unidades camponesas caboclas. Em detrimento, os indígenas aldeados, apesar te terem sido reconhecidos como súditos e aptos a receber mercês, foram tratados mais como recurso, do que como vassalos, quando eram movidos de um lugar para o outro em atividades que não escolhiam, longe de sua comunidade, família, roça e casa. Portanto, por uma perspectiva de relações hierárquicas, uma parcela minoritária – a elite indígena – obteve vantagens políticas e econômicas com o decreto do Diretório, quanto os outros da população, tiveram que encontrar um lugar de existência no jogo de interesse de seus tutores.

Os escravos africanos estavam na base da hierarquia. Podendo ser adquiridos por moradores, e os indígenas eram o estrato mais desfavorecido no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Contudo, foram essenciais para reduzir a pressão ainda grande sobre o trabalho indígena. À medida que o período do Diretório foi transcorrendo, o número de escravos africanos foi aumentando e o de indígenas aldeados reduzindo. Porém, a condição de dominância da dependência do trabalho indígena ainda persistia, amenizada pela inserção dos africanos. Além dessas fontes, a escravização indígena ilegal nunca cessou por completo, revigorando-se nos períodos de pressão sobre o trabalho colonial, como afirma Farage (1986).

A economia ainda mantém-se dominantemente redistributiva, ou seja, dependente dos pagamentos para fazer circular os meios de subsistência. Contudo, com o sistema monetário alterado em 1748, promovendo a circulação de moedas cunhadas, ganhando ainda mais impulso sob a responsabilidade da CGCGPM entre 1756 e 1772, a integração econômica exige uma instituição que conectasse o dinheiro de uso geral aos meios de subsistência. Isso é feito através da troca indireta, onde a instituição de apoio e o mercado e/ou seus elementos que podem ou não constituir preços para produtos específicos. Contudo, esses elementos de mercado se restringiram principalmente às principais centralidades, como Belém, e não ocorreram de forma espontânea. Nos sertões, a economia redistributiva continua como antes, associada ao pagamento, trocas diretas e na produção de subsistência dos Diretórios, fundamentada nas roças

do comuns e na produção das roças dos moradores para a subsistência. A moeda metálica não consta na lista de pagamentos dos indígenas, principais e diretores.

Os principais recursos centralizados pelo Estado são os indígenas descidos, dízimos, a arrematação desses dízimos, confisco dos bens dos jesuítas e os serviços honoríficos. O descimento dos indígenas, após a proibição das tropas de resgate, passa a ser a estratégia oficial do Estado para acessar a mão de obra indígena e tomar posse do território sob determinações do Tratado de Madri. Como veremos, o aviamento foi utilizado como estratégia para negociar os descimentos. Envolvido também na prática dos descimentos, temos a centralização de serviços honoríficos ao rei, como os prestados por principais e familiares, que tiveram seu reconhecimento oficial como moradores ilustres das povoações. Eles ainda desempenharam a função de arregimentar mais nações para as povoações.

Com a expulsão dos Jesuítas, todos os aldeamentos passaram a pagar os dízimos sobre a produção e todos os outros direitos reivindicados pela Coroa que antes estavam eximidos os missionários, o que, considerando o tamanho da economia envolvida nas missões, fez a arrecadação de dízimos aumentar. De qualquer forma, como nos dízimos sobre a produção das roças de farinha e na canoas do comum, por exemplo, a fazenda real ou o contratador dos dízimos recebia, em gêneros, os produtos oriundos dos sertões (Ravena, 2005; Farage, 1986). Quanto à arrematação dos dízimos, houve um período de transição dos contratos firmados ainda em gênero (pagos em cacau) para o dinheiro em moeda metálica, o novo padrão a ser adotado (Lima, 2006). Verificamos isso na arrematação da CGCGPM dos dízimos dos embarques em 1759, completamente negociado em “dinheiro de contado” (Souza Junior, 2012).

Na Vila de Macapá, temos um bom exemplo de como funcionava uma economia redistributiva sem moeda cunhada. Durante a construção da Fortaleza, na década de 1760, o arrematador dos dízimos também ficou incumbido da contratação do açougue e do pesqueiro, ou seja, atuou como instituição centralizadora, recebendo dízimos das vilas próximas, e distribuidor, redistribuindo os gêneros arrecadados (especialmente a farinha), adicionando carnes do açougue real e do pesqueiro, do qual era o contratante para realizar a distribuição. Como representante do grande armazém centralizador, também podia realizar trocas diretas com os moradores locais não envolvidos na construção da Fortaleza, pois estes recebiam pagamentos como filhos da folha. Isso fica evidente no trecho abaixo:

> Localmente funcionavam unidades administrativas destinadas a suprir os moradores de gêneros não produzidos por eles. Uma dessas unidades era o açougue, propriedade da Fazenda Real, que possuía sua própria canoa e abastecia moradores tanto por intermédio de contratadores de carne como por meio de pedidos diretos à cidade. O peixe também era obtido nos “pesqueiros reais”. Os maiores pesqueiros localizavam-

> se em vila de Franca (Santarém) e Faro. Recebia-se algum peixe de Soure, diretamente para Macapá. A carne e o peixe, juntamente com o sal e o açúcar, eram trocados diretamente com os contratadores que acumulavam as funções de contratadores e dizimeiros (Ravena, p.145).

Ainda em 1776, na vila de Nova Manzagão, a câmara local se queixava da equivalência dos produtos locais e as equivalências dos produtos de fora da vila distribuídos/trocados pelo dizimeiro-contratante, que tinha a função de realizar essa equiparação. A queixa deixa a entender que ele o fazia em proveito próprio e em prejuízo da vila (REVENA, 2005). A economia redistributiva apresentou uma solução própria para o problema do abastecimento durante a construção da Fortaleza, unificando a função do arrematador de dízimo com o de contratante do açougue e pesqueiro, tornando-o um centro distributivo (receber e pagar), armazém para trocas diretas (moradores) e responsável por estabelecer equivalências entre os gêneros.

Outra questão relevante é que, como afirmamos anteriormente, o estabelecimento de uma economia com monetização metálica se restringiu à praça de Belém, onde a estrutura possibilita a existência de elementos de mercado que podem ter convergido para mercados formadores de preços de alguns produtos, ou não, o que não anula a emergência dos elementos de mercado que apenas ainda não teriam capacidade integradora de produzir preços. Nesse caso, parece ser uma convergência com a ideia de zonas monetárias de Hollander (2017). Na presença de moeda cunhada, por natureza do item não comestível ou útil para subsistência direta do homem, é necessário uma rodada adicional de troca, a troca indireta, organizada por meios de mercados ou seus elementos dispersos. Porém, esses potenciais mercados locais passam a existir ao lado das trocas diretas e outras formas de redistribuição.

Nas vilas menores dos sertões, ou até mesmo onde houve a ocorrência de grande concentração de trabalhadores em obras públicas, como é o caso de Macapá, a regra parece ser uma economia com um sistema monetário e finanças baseadas em gênero. Ainda em 1777, foi sugerido ao Governador do Estado, que durante o período de escassez de farinha, o principal ingrediente da ração pagas aos militares, fosse substituído pelo pagamento em dinheiro metálico. Para indígenas e moradores, os pagamentos deveriam ser em arroz, que era abundante na região de Macapá (Ravena, 2005). Na ausência da moeda cunhada, a redistribuição e suas contas devedoras, auxiliadas pelas trocas diretas e determinação de equivalências fazem funcionar o abastecimento.

Uma consequência direta das reformas pombalinas foi a expulsão e confisco dos bens e direitos dos jesuítas no Estado, ou seja, a concentração dos bens no centro administrativo da

colônia. As Cartas Régias de 18 de junho de 1760[150] e de 11 de junho de 1761[151] foram utilizadas para orientar o sequestro, venda e distribuição dos bens da Companhia de Jesus, em favor da Coroa e da laicização da propriedade no Estado. O patrimônio foi dividido em três tipos. O bens móveis como livros, escravos, gado e cavalos não relacionadas a fazendas, e engenhos deveriam ser vendidos em "hasta pública". Os bens imóveis, representados por engenhos, casas e similares, também deveriam ser vendidos em "hasta pública", incluindo a orientação de que os de maior valor deviam ser parceladas em "soluções annuaes", contudo, mantendo o bem hipotecado (Souza Junior, 2012).

Nas fazendas maiores, com densidade populacional, deveriam ser transformadas em vilas, a infraestrutura de casaria deveria ser ocupada pelas repartições públicas e religiosas, e as terras dividias entre os moradores. Contudo, algumas das fazendas que se enquadravam nessas características foram concedidas (em desrespeito à lei de 1671) para beneméritos, que como afirma Souza Junior (2012 p. 225), eram "[...] uma elite leiga de funcionários-proprietários-negociantes, que, por seus vínculos com a estrutura burocrática do Estado, acabou sendo privilegiada no processo de repartição". Para esses membros da classe ociosa, estavam reservadas as fazendas menores e sem densidade populacional. Ainda constituíam parte do patrimônio da ordem, dívidas contraídas por empréstimos concedidos pela ordem a particulares. A Fazenda Real, imediatamente, assume o papel de credora dessas dívidas, parcelando o saldo devedor em cinco prestações anuais, com a condição de os devedores apresentarem garantias. Dessa, forma o patrimônio do projeto mais bem sucedido em explorar economicamente a diversidade amazônica passa a ser estatizado para depois ser redistribuído ou vendido. Veremos esse processo mais à frente.

Após essa breve apresentação da centralização dos recursos, passaremos a abordar sua redistribuição. Para ilustrar o funcionamento dessa economia não-mercantil, demonstraremos como o Estado redistribui os indígenas aldeados; remuneração dos filhos da folha e meios de subsistência; e capital produtivo por meios de mercês.

a) redistribuição dos de indígenas tutelados. Como argumentado por Almeida (1990), a lei do Diretório tem objetivos explícitos e implícitos. O explícito é o objetivo de inserir de forma mais abrangente o indígena na sociedade colonial, como súdito ou vassalo do rei, o que

[150]Carta Régia de 18 de junho de 1760, anexo ao Ofício do [Juiz de Fora e] Provedor da Fazenda Real da Capitania do Pará, José Feijó de Melo e Albuquerque, para o Secretário de Esatdo da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datado de 19 de setembro de 1762. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_013, CX. 44, D. 4001. Citado por Souza Junior (2012 p. 224).

[151] Carta Régia de 11 de junho de 1761, anexo ao Decreto do rei D. José I de 9 de novembro de 1762. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_013, CX. 53, D. 4866. Citado por Souza Junior (2012 p. 224).

foi feito com uma política de aportuguesamento dos hábitos desses agentes, porém, não devemos desconsiderar as circunstâncias do Tratado de Madri e a necessidade de uso e posse do território por parte de Portugal. O objetivo implícito é transformar os indígenas em uma mão de obra disciplinada para os moradores e para o Estado. É nessa última, onde se concentra a maioria da população, que argumentamos pelo seu enquadramento como recurso a ser redistribuído. Considerando o reservatório de indígenas na Amazônia, ou seja, o composto por aldeados nas missões, aqueles a serem descidos e os escravos, o Diretório abordou cada caso de forma específica.

Quanto aos escravos. Era grande a preocupação do Governador Mendonça Furtado com as consequências da lei de liberdade dos indígenas. Portanto, o Diretório e a regulação que foi proposta era um meio termo transitório e temporário encontrado pelo governador entre a total submissão, a escravidão, e a liberdade total, que resultaria em fugas e desordens. Após a promulgação da lei de liberdade em 1755, outra determinação com peso de lei foi promulgada pelo governador, visando conciliar as demandas da sociedade colonial e seus grupos de interesse. Os indígenas libertos e os brancos foram proibidos de se afastarem das imediações de suas residências sem a autorização do Governador (Farage, 1986). Essa lei assegurou a permanência dos libertos nos aldeamentos e lugares de trabalho.

Porém, foi o enquadramento como órfãos que decidiu seu futuro na sociedade colonial. Esse enquadramento exige a tutela, ou seja, necessitavam, dada a sua condição de vulneráveis (rústicos, ignorantes e os que se negavam a trabalhar, “os vadios”), de proteção por parte do Estado, com o fim de evitar os abusos dos moradores e corrigir seus hábitos indesejados. Assim, esses indígenas cativos, antes materializados como mercadoria e propriedade privada, passam a ser responsabilidade do Estado e entregues à administração do Juiz dos Órfãos, no Regimento dos Órfãos (Farage, 1986).

Na verdade, esse enquadramento parece ter sido uma estratégia de Mendonça Furtado para acomodar os interesses dos moradores prejudicados pela estatização dessa força de trabalho. De acordo com Farage (1986), logo no dia seguinte à promulgação da lei de liberdade, os antigos proprietários se dirigiram ao Juiz dos Órfãos para requisitar licenças para manter a seu serviços os indígenas libertos que antes eram sua propriedade. O próprio Estado aproveitou a oportunidade e requereu indígenas para os serviços reais. Eles estavam respaldados pela determinação de que essas licenças garantiam que os indígenas libertos ficassem por seis anos com seus amos, desde que pagassem os salários devidos.

Os indolentes, que se negavam a trabalhar, deviam ser forçados ao trabalho nas obras públicas, tal como as mulheres nessa mesma condição, que seriam presas na cadeia pública e

obrigadas a fiar algodão. Mais uma vez, apesar de impor o pagamento dos "salários", a preocupação do Estado era de garantir que os moradores tivessem acesso ao fator trabalho, que foi redistribuído em uma nova condição. Ademais, não é redundante afirmar a importância que o comando de indígenas representava para o prestígio das famílias: "Nesta colônia, em particular, era pelo número de indígenas que se media a riqueza de um morador" (Farage, 1896 p. 27). Nesses termos, podemos concluir que a condição de súdito foi suprimida pelo menos por seis anos, visto a restrição de liberdade imposta.

Em relação aos indígenas aldeados nas antigas missões, como já vimos, a administração temporal passa a ser laica, uma antiga reinvindicação dos moradores. É sobre estes que o Diretório tem maior aplicação e sobre os futuros descimentos. A literatura sobre o período do Diretório se detém em uma dicotomia velada; o uso da mão de obra na coleta das drogas do sertão/serviço real e o uso na produção para o abastecimento da colônia seriam incompatíveis, resultando em desabastecimento e fome generalizada na colônia (Ravena, 2005; Souza Junior, 2012; Almeida, 1990; Sampaio, 2004). Propomos uma releitura dessa dicotomia, pois entendemos com o acumulo de argumentos já apresentados em relação à economia redistributiva, que a relação dicotômica fundamental é entre a condição de súdito e a condição de recurso redistributivo.

O Diretório criou nas vilas e lugares dois estratos sociais, os que tinham o direito de reivindicar a servidão de outrem em benefício próprio (os moradores) e os que tinham a obrigação de servir (os indígenas aldeados sem prestígio). Logo, como moradores, tinha-se os brancos e a elite indígena – composta pelos principais, seus familiares e os que ocupavam os postos mais distintos, como oficiais militares, juízes, vereadores, diretores e outros (Almeida, 1990). Os moradores exerciam com plenitude a condição de súditos[152], já os indígenas aldeados ocupados em funções industriais, oscilavam entre a condição de súditos e de recurso.

Como vimos, na condição de súditos, deveriam os indígenas produzir em suas roças, meios para subsistência e excedentes. Os excedentes deveriam ser trocados, com intermediação dos diretores – o que se concatenava com a ambição do "desenvolvimento do comércio" pelo Diretório. A outra condição, a de recurso, obrigava o indígena ao trabalho compulsório em atividades e lugares aquéns de sua escolha. O Diretório determinava que 50% dos indígenas entre 13 e 60 anos deveriam ser cedidos por seis meses ao moradores, ao salário de dois rolos de pano por mês. Adicionalmente, exigia que isso fosse feito apenas com licenças emitidas pelo

[152]Essa plenitude não exclui as diferenças impostas pelo diretório entre brancos e indígenas de prestígio que ainda eram tutelados pelos brancos em algumas dimensões da vida cotidiana, como por exemplo, a troca direta de sua produção.

Governador, e depois de realizado o plantio das roças dos indígenas nas suas povoações. Os outros 50% disponíveis deveriam ser utilizados para as atividades do cotidiano das povoações, inclusive as canoas comuns e roças dos comuns, porém, o Estado tinha a prerrogativa de exigi-la de acordo com a conveniência (Farage, 1986; Almeida, 1990; Sampaio, 2004; Souza Junior, 2012).

O principal e o diretor da povoação recrutariam (compulsoriamente) e distribuiriam (arbitrariamente, em muito dos casos) o trabalho entre os moradores, o Estado e as atividades do cotidiano das povoações. Principais, diretores e vigários, por suas posições privilegiadas nas povoações, tinham direito ao trabalho dos indígenas. Aos diretores e vigários, a lei reservava para cada um, dois indígenas pescadores e um caçador nas povoações populosas, e um pescador e um caçador nas menos populosas. Os principais e indígenas com títulos honoríficos estavam dispensados de ir aos sertões, podendo enviar de dois a seis indígenas em seu lugar, em condições semelhantes aos moradores, porém, sem realizar o depósito antecipado dos salários (Farage, 1986). Era dessa produção que esses indígenas de prestígio retiravam seu soldo (Sampaio, 2004). As próprias povoações, por meio da câmara (em vilas) e do principal (nos lugares) demandavam indígenas para a expedição da canoa e roças dos comuns.

São nessas canoas dos comuns, que os indígenas com títulos honoríficos poderiam enviar outros indígenas em seu lugar. Elas deveriam ter no máximo 35 indígenas (25 nas povoações menores) sem contar os enviados pelos indígenas de prestígio. Os integrantes da expedição, o cabo da canoa e os indígenas, tinham seu pagamento realizado pela Tesouraria-Geral do Comércio dos Índios em Belém, o cabo recebendo 1/5 e os indígenas as sobras, tiradas as despesas[153]. As expedições das canoas do comum, portanto, não são de caráter privado. Quanto à roça dos comuns, era um tipo de propriedade estatal, onde a produção era utilizada para pagar os gastos e investimentos das povoações, como também, atender a necessidade de comunidades indígenas recém aldeadas. Os indígenas deveriam trabalhar em "alternativas semanas" nas roças do comum, enquanto que suas mulheres cuidariam de suas roças privadas. Como adicional, recebiam a alimentação e monitoramento providenciado pelo diretor (Almeida, 1990; Sampaio, 2004).

Os moradores, para terem acesso aos indígenas, deveriam depositar junto ao diretor 100% dos salários, ou seja, antecipavam os salários dos indígenas. Desse valor antecipado, 1/3 era repassado aos indígenas de imediato e os 2/3 restantes seriam recebidos ao final do serviço realizado. Em tese, os moradores não poderiam manter os indígenas em seus serviços por mais

[153]As despesas adicionais eram: despesa com a equipagem da canoa, dízimo (10%) da fazenda real, 1/6 dos diretores e 3% do tesoureiro (Sampaio, 2004).

de seis meses, e dependia da licença emitida pelo Governador. Como já vimos, essas normas eram transgredidas com frequência. A exigência de 100% do depósito antecipado dos salários ainda causou uma concentração dos negócios nas mãos dos moradores com mais recursos. Como vimos nos capítulos anteriores, equipar uma canoa e pagar a tripulação não era um investimento trivial. Dessa forma, a regra do Diretório provocou uma concentração dos indígenas disponíveis para os negócios das famílias mais abastadas do Estado, em especial, nas atividades de coleta das drogas do sertão que exigiam uma quantidade relevante de mão de obra. Os com menor cabedal, dessa forma, deviam recorrer às transgressões com diretores e principais (Souza Junior, 2012; Sampaio, 2009; Farage, 1986).

O Estado, com frequência, era outro agente que requisitava o trabalho dos indígenas aldeados. Durante a expansão territorial orientada pelo Tratado de Madri, com a construção de fortalezas, expedições de demarcação e monitoramento, associados a serviços corriqueiros como manutenção de pontes, estradas, pesqueiros, fábricas, corte de madeiras, expedição ao Mato Grosso e outros serviços, o Estado consumiu boa parte dos recursos de trabalho que o cabia, ou seja, os 50% dos indígenas aldeados (Souza Junior, 2012; Sampaio, 2004; Farage, 1986). Os indígenas a serviço dos moradores, como os indígenas a serviço do Estado, deveriam ser rendidos a cada seis meses, o que não ocorria, como era o caso da expedição ao Mato Grosso (Sampaio, 2004).

A magnitude de trabalho envolvida na construção da fortaleza de Macapá (RAVENA, 2005) e da fortificação do Rio Branco (Farage, 1986) são exemplos do trabalho e da organização econômica redistributiva necessária para suprir com meios de subsistência esses serviços reais. É patente a redução da população dos povoamentos que aprofundava mais ainda a exploração desses indivíduos, pois trabalhavam:

> Em ferros e separados das mulheres [...] Muitos eram mantidos no 'Real Serviço' por longos períodos e permaneciam nele por até três, quatro, cinco, e mais anos, por não haver outros índios que os pudesse substituir[154].

Souza Junior (2012 p. 276) nos apresenta um panorama no ano de 1774: "[...] dos 4143 índios aptos ao trabalho presentes nas 54 povoações da capitania do Pará, 1302 estavam empregados em serviços públicos [...]", ou seja, 31% dos indígenas a serem redistribuídos

[154] Ofício do Governador e Capitão-geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 6 de junho de 1773. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_013, cx. 71, D. 6024. In: Souza Junior (2012 p. 277).

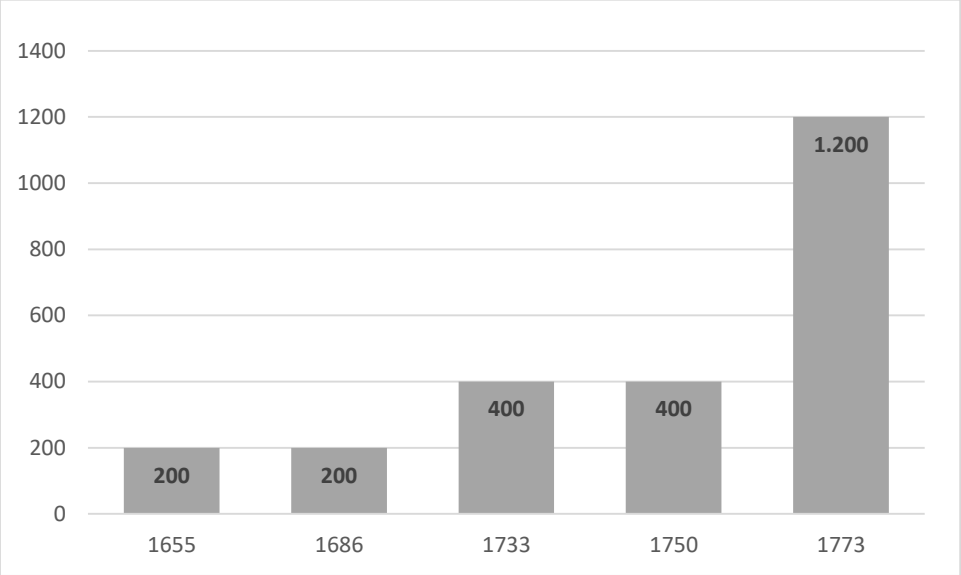
estavam a serviço do Estado, restando pouco menos de 19% para os trabalhos cotidianos dos povoamentos.

Por fim, os indígenas recém descidos tinham a prerrogativa de serem dispensados da redistribuição por dois anos (FARAGE, 1986). Quando chegavam às povoações, recebiam terras em suas imediações para fazerem roças e sustentarem suas famílias. Durante o ano sem produção dessas terras, se mantinham de imediato com os recursos provenientes das roças do comum. Só quando era transcorrido esse período de adaptação de dois anos que os indígenas estariam à disposição para serem redistribuídos.

Portanto, os serviços para moradores, o Estado, as roças do comum e em outras atividades relacionadas ao cotidiano das povoações, em especial a coleta das drogas do sertão, repercutiam negativamente na produção agrícola e na busca por meios de subsistência, dado o número limitado de braços. Enquanto aquelas atividades se relacionam aos indígenas como recurso redistributivo, estas se associam a sua condição de vassalo, inclusive, pagando impostos. Porém, a condição de recurso, apesar de não estar explícita na lei do Diretório, foi imposta prioritariamente pelo Estado, e as atividades de agricultor e comerciante que deveriam ser realizadas pela condição de súdito e viés de civilidade, foram desprestigiadas, resultando nas crises de abastecimento tão invocadas pela literatura – na verdade, a condição de comerciante se exacerbou nos diretores e principais.

O pagamento da mão de obra indígena, desde antes do Regimento das Missões, até o ano de 1773, ficou estável em duas varas de pano por mês. Em 1773, dado o baixo salário pago aos indígenas, o Governador ordena que passe a ser de seis varas de pano por mês. Assim, há uma estabilidade de quase 100 anos dos valores pagos em rolos de pano. No Gráfico 06 temos os valores em réis de um mês de trabalho, que conforme observamos, tiveram variações, porém, com períodos longos de estabilidade, o que nos possibilita que se tratam de equivalências e não de preços, e de redistribuição, e não de mercados. Além do pagamento pelos serviços, os contratantes arcavam com a alimentação dos indígenas (Souza Junior, 2012).

Gráfico 6 – Valores pagos aos indígenas por um mês de trabalho (em reis) no século XVII e XVIII



Fonte: Simonsen (2005); Farage (1986); Cruz (2013); Lima (2006); Souza Junior (2012)[155].

O pagamento devido aos indígenas, seja por particulares, indígenas de prestígio ou moradores, era feito em gêneros, como ocorria no período das missões. Nesse momento, mais uma vez, a tutela do Estado se fazia presente. Deveria o tesoureiro ou o diretor realizar o pagamento e fiscalizar o uso do dinheiro na troca por produtos de interesse dos indígenas, de forma que não fossem enganados ou adquirissem produtos supérfluos – não está claro quem realiza o pagamento dos indígenas em serviço para os moradores, contudo, como o diretor recebe o depósito, pressupomos que seja ele (Farage, 1986; Almeida, 1990; Souza Junior, 2012). Assim, a autonomia dos indígenas para realizar a troca da sua produção e o emprego dos valores recebidos pelo trabalho prestado aos moradores e ao Estado era muito baixa:

> Considerados 'rústicos e ignorantes', os índios aldeados não tinham nenhuma liberdade em suas atividades produtivas: a venda dos excedentes, o recebimento dos salários e até a compra dos produtos para suas necessidades eram feitos em seu nome pelos diretores e pelo Tesoureiro-Geral do Comércio dos Índios. Em função da cobrança dos dízimos, as roças deviam também ser cuidadosamente fiscalizadas pelos diretores (Almeida, 1990 p. 76).

Portanto, ainda não existiam condições objetivas para que o indígena e sua família, no interior do Diretório, assumissem características semelhantes ao do campesinato, que tem na

[155]Valor do mês de trabalho em 1655 por Simonsen (2005 p. 407); em 1686, Farage (1986 p. 42) estipula o valor em 2 varas de pano. Adotamos o valor unitário da vara de pano em réis de 1665 por ser a referência mais próxima. Em 1733, Cruz (2013 p. 114) estipula a equivalência de 1 alqueire de farinha para duas varas de pano. Em 1729, Lima (2006 p. 68), temos que 1 alqueire de farinha é 400 réis. Em 1750, o mês de trabalho continuava ser de 2 varas de pano, equivalente a 400 réis (Souza Junior, 2012 p. 279). Em 1773, o Governador estipula o valor de 1.200 réis (Souza Junior, 2012 p. 279).

família sua principal instituição organizadora se integrando ao sistema econômico de forma autônoma e sem a tutela de terceiros para realizar negociações.

b) a redistribuição de capital: o Estado teve um papel preponderante no período do Diretório no que se refere à acumulação de capital pela classe ociosa do Estado. Identificamos dois momentos cruciais dessa transferência de capital do âmbito público para o privado: a redistribuição dos bens da Companhia de Jesus e o possível parcelamento das dívidas de moradores com a CGCGPM. Denominaremos esse procedimento de acumulação por mercês, que corre em paralelo à acumulação proporcionada pelos negócios cotidianos do Estado. As mercês, apesar de esporádicas, se apresentam com magnitude relevante.

Com a centralização realizada, os bens dos jesuítas foram vendidos e outros redistribuídos. Dentre os redistribuídos, destacamos as fazendas, engenhos, plantações de cacau e outros. Somente na ilha Grande de Joannes (Marajó), 22 pessoas foram agraciadas com essas mercês. Os destinatários dessas mercês eram indivíduos e famílias que prestaram serviços honoríficos ao Rei de Portugal e que tinham relação com a burocracia civil e militar do Estado. Os critérios de prioridade para o recebimento das propriedades foram determinados pela lei de 1760.

> [...] graduando em primeiro lugar os Officiaes Militares, e mais Pessoas, que forão, ou tem hido deste Reino casadas e se domiciliarem nesse Estado: Em segundo lugar aos mesmo Officiaes Militares naturaes dessa terra também casados: Em terceiro lugar aquellas Pessoas distintas, que também se acharem casadas, e estabelecidas nesse mesmo Estado, e que não tiverem já bens de raiz competentes; excluindo absolutamente aquellas, que tendo terras próprias, as deixarão por negligencia sem cultura (Souza Junior, 2012).

Na prática, essa redistribuição de fazendas às pessoas "distintas" do Estado foi direcionada especialmente a militares, incluindo grandes fazendas como Tabatinga, São Caetano, Jaguarari e Gibrioé, que renderam 708$142 réis sob o comando dos gestores leigos entre 1760 e 1761. Os 22 novos proprietários de fazendas no Marajó tiveram "[...] a cada hum se deram 418 cabeças de gado vacum [...] e cada hum deles foi concedida meia légua de frente com três de fundo"[156]. As fazendas, engenhos e outros bens que foram vendidos em leilões tiveram o seu pagamento parcelado, aumentando o número de moradores habilitados a adquiri-las, ou seja, o Estado financiou a propriedade privada para essas pessoas com prestígio.

[156] Registro do Ofício de 16 de dezembro de 1786 do Governador e Capitão-Geral que foi d'Esta Província, dirigido ao Ministério Acerca da Distribuição das Fazendas de Gado sitas na Ilha Grande de Joannes, que Foram dos Extintos Regulares da Companhia de Jesus". Arquivo Público do Estado do Pará, Códice 1167: doc. 308, p.332. Citado por Souza Junior (2012 p. 229).

A outra redistribuição de capital realizada pelo Estado diz respeito às dívidas que tinham como credora a extinta empresa monopolista, a CGCGPM, em 1777. Os devedores eram diversos moradores do Estado. Como já apresentamos, a CGCGPM fundamentou seus negócios no endividamento. Quando a empresa foi extinta, os moradores do Pará deviam 483:709$595 réis, os do Maranhão 373:881$910 e de Mato Grosso 168:446$449 réis. No Pará, logo que a notícia da extinção da CGCGPM se tornou pública, um grupo de moradores:

> [...] apressou-se em enviar um requerimento à nova rainha, anexando a este um abaixo-assinado, que denegria a imagem da Companhia e solicitava, senão perdão da dívida, prazos bem elásticos para sua quitação [...], a exemplo do que ocorrerá em Portugal (Souza Junior, 2012 p. 310).

Infelizmente, Souza Junior (2012) não nos relata qual foi a resposta da Coroa.

O caso do Pará não era diferente do caso de Mato Grosso, se ressalvarmos os valores. Para os comerciantes de Vila Bela, a Coroa concedeu parcelamento da dívida por dois, três, quatro e seis anos, de acordo com o tamanho do débito com a CGCGPM[157], em 1779, com o pagamento sendo realizado semestralmente e em ouro (Rodrigues, 2008 p. 147). O parcelamento de débitos pela Coroa já havia sido autorizado no processo de laicização da propriedade dos jesuítas. Portanto, não seria uma decisão sem jurisprudência. Essas dívidas parceladas poderiam representar uma parte significativa do giro de capital necessário pelos comerciantes locais para financiar a coleta das drogas do sertão, e assim, estabelecer uma nova rede independente da CGCGPM em Portugal. A solução encontrada, dispondo de capital para financiar suas atividades, foi se associar a representantes na metrópole, o que ficou patente em cartas trocadas durante o bloqueio continental em 1807, com esse representante sendo denominadode “sócios” (Souza Junior, 2012).

Com base nesses dados documentais coletados pela historiografia, a acumulação extraordinária de capital por mercês, seja com a redistribuição dos bens jesuítas ou com a nossa hipótese de parcelamento das dívidas dos devedores da CGCGPM, proporcionaram, ao lado dos negócios cotidianos privados, uma acumulação de capital relevante no Estado. Haviam comerciantes com cabedais importantes. O negociante Lourenço Belfort, em São Luís, inclusive, proprietário de ações da CGCGPM; Souza Junior (2012) relata que comerciantes de Belém poderiam suprir por conta própria o Tráfico negreiro para o Estado; já em 1809, a invasão e a ocupação de Caiena foram financiadas por negociantes e fazendeiros do Marajó, em troca de privilégios para negociar os mantimentos para as tropas; são exemplos que desautorizam o

[157] Com a sua congênere em Pernambuco também houve o parcelamento das dívidas de seus devedores.

argumento da historiografia econômica brasileira referente a constante escassez de capital na Amazônia.

Esses autores não consideram as outras formas de acumulação de capitais baseadas em FIEs alternativas ao mercado, nesse casos a redistribuição (mercês) e o aviamento (negócios cotidianos). Não por acaso, dos 22 funcionários-proprietários-negociantes agraciados com as fazendas do Marajó, oito constam na lista dos devedores da CGCGPM (Souza Junior, 2012). Identificamos estratégias que proporcionam capitais suficientes para abandonarmos a hipótese de escassez de capitais, porém, ocorrem fora dos mercados. É uma complexidade a mais para entendermos como que existem negociantes com capitais relevantes, sem que existam mercados, ou de outra forma, exige uma requalificação do par teórico capital mercantil e mercados.

c) Remuneração dos filhos da folha e meios de subsistência: adiantamos anteriormente a relação da redistribuição através dos pagamentos feitos aos filhos da folha em Macapá e vilas vizinhas. Naquela oportunidade, destacamos que os pagamentos em rações, especialmente da farinha, compunha os soldos com diversos outros gêneros. Ademais, o movimento dos meios de subsistência era complementado pelas trocas diretas (escambo).

Como já abordamos um exemplo da economia redistributiva sem moedas cunhadas, vamos nos voltar para Belém, que pelos dados apresentados, passou por um processo de monetização depois de 1748. Assim como, nas povoações onde se desenvolviam grandes obras de infraestrutura, a inserção da variante do mercado local na economia urbana de Belém levou a problemas de abastecimento. Não haviam feiras no Estado, conforme afirma o Padre João Daniel (Daniel, 1976 p. 157-158 *apud* Ravena, 2005). A Feira é o *locus* do mercado, logo, um dos seus elementos. Tentando contornar esse problema, as autoridades coloniais organizaram um cronograma para a realização dessas feiras em Belém. Uma ordem[158] mandava que os diretores organizassem "montaria[159]" para a cidade, obrigando os indígenas aldeados a irem vender ou mandar representantes para vender a produção em praça pública da capital.

Na mesma ordem, ainda organizavam os dias para que cada povoação enviasse a montaria:

> [...] diretores das vilas de Salvaterra e Soure, e lugar de Mondim, alternadamente, deveriam mandar montaria às segundas-feiras; os da vila de Monsarás e Monforte, do lugar de Condeixa, às quintas-feiras; os dos lugares de Vilarinho Monte e de Ponte de

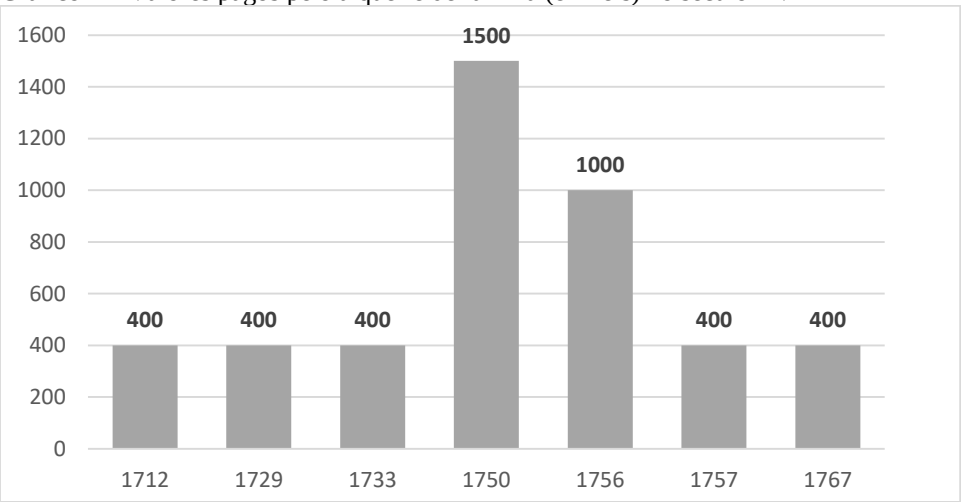
[158]Ordens que o Cabo d'Esquadra Vicente Ferreira do Regimento da Cidade [Belém] Deve Intimar aos Diretores, e juízes Ordinários das Villas, e Lugares Abaixo Nomeados. Datado de 10 de maio de 1794. Arquivo Público do Estado do Pará, Códice 83: doc. 92, p. 230. Citado por Souza Junior (2012 p. 269).
[159] Um tipo de embarcação.

> Pedra, aos sábados; e os das vilas de Beja e do Conde, aos domingos (Souza Junior, 2012 p. 269).

Essa tentativa de assegurar o abastecimento da capital é datada de 1794, 46 anos após a liberação da circulação da moeda metálica no Estado. Acumula-se, assim, a mudança do sistema monetário que se iniciou na década de 1750 com a redução dos indígenas aldeados à disposição dos moradores para providenciarem a caça, a pesca, frutos e plantações nas imediações da capital (domesticidade), devendo ser substituídos por escravos africanos que executassem funções semelhantes através da compra em mercados locais, abastecidos pelos indígenas aldeados, mas também, por um campesinato caboclo em expansão no final do período do Diretório, fruto da política indigenista portuguesa na segunda metade do século XVIII (SAMPAIO, 2007; Costa, 2012a; Harris, 1998; Harris, 2010 *apud* Machado 2017); e através das trocas diretas.

O desabastecimento, como já apresentamos, foi um problema recorrente durante o período do Diretório (Souza Junior, 2012; Ravena, 2005; Sampaio, 2004). Uma forma de identificarmos esse fenômeno é utilizando o comportamento da equivalência entre os réis e o alqueire de farinha, pois esse produto era um termômetro dos abastecimento da colônia (Ravena, 2005; Coelho, 2016).

Gráfico 7 – Valores pagos pelo alqueire de farinha (em réis) no século XVIII



Fonte: Lima (2006;); Cruz (2013); Souza Junior (2012)[160].

[160] Em 1712, um alqueire ou paneiro de farinha era 400 réis (Lima, 2006 p. 52). Em 1729, 1 alqueire era 400 réis (Lima, 2006 p. 68). Em 1733, segundo Cruz (2013 p. 114), um alqueire equivalia a 2 varas de pano, sendo que 2 varas de pano equivaliam a 400 réis, o salário de um indígenas antes de 1773 (Souza Junior, 2012 p. 279). Em 1750, um alqueire equivalia a 1$500 réis (Souza Junior, 2012 p. 158; Lima, 2006 p. 62). Em 1756, um alqueire era equivalente a 10 tostões (Cruz, 2013 P. 115). Um tostão equivale a 100 réis, logo, temos que 10 tostões valem 1$000 réis. Em 1757, um alqueire equivalia a um frasco de aguardente (Souza Junior, 2012 p. 253), porém, utilizando o valor do frasco de aguardente que equivalia a 400 réis em 1766, como afirma Souza Junior (2012 p. 285), chegamos a um alqueire por 400 réis. Em 1767, um paneiro de farinha equivalia a um frasco de aguardente, ou seja, 400 réis usando a cotação da aguardente em 1766 (Souza Junior, 2012 p. 285).

Como se pode observar nos dados do Gráfico 7, somente no início da década de 1750 o desabastecimento ocasionou alteração nas equivalências entre a farinha e os réis. O valor subiu abruptamente de 0$400 réis em 1733, para 1$500 réis em 1750, porém, retorna em 1757 a seu patamar histórico de 0$400 réis. Os dados corroboram com a literatura que afirma esse processo "inflacionário" durante o início da década de 1750 (Cardoso, 1984; Souza Junior, 2012; Lima, 2006). É mais uma evidência de que elementos de mercado não organizavam o abastecimento do Estado de forma mais abrangente, sendo responsável para tal fim a redistribuição e a proclamação das equivalências, como nos mostra Lima (2006).

Onde ocorria escassez, como nas grandes obras de fortalezas em Macapá e no Rio Branco, o Estado logo que tomava conhecimento do problema transferia meios de subsistências, como a própria farinha para os locais, realizando derramas de farinha, ou seja, resgate compulsório de farinha (referente aos dízimos) nas vilas próximas para suprir as necessidades dos operários, civis e militares, complementado pelo controle das rações dos militares (Ravena, 2005). Portanto, onde havia desabastecimento, o Estado, de acordo com a economia política delineada por Polanyi, tinha a responsabilidade de resguardar a população, promovendo derramas, redistribuindo seus estoques armazenados e promovendo cronogramas de montarias. Portanto, nas duas zonas monetárias, uma sob o comando do dinheiro de uso específico (nos sertões e vilas menores) e outra com dinheiro de uso geral associada às instituídas (cidade de Belém), o Estado sempre se faz presente em momentos agudos de crise.

Finalizando, portanto, temos uma economia predominantemente redistributiva, que se utiliza na maior parte do território, exclusivamente, dos pagamentos e trocas diretas para fazer movimentar os meios de subsistências. Na capital, por influência do dinheiro cunhado, um mercado local ou seus elementos emergem em combinação com os pagamentos e trocas diretas. Os indígenas aldeados sob a égide do Diretório e as famílias caboclas, fora dele, suprem os alimentos que abastecem a capital[161]. Complementando essa circulação, o Diretório incentivou a produção de subsistência dos aldeados em suas roças, e na capital, o que não era satisfeito pelos mecanismos anteriormente apresentados, a domesticidade baseada no trabalho de indígenas cedidos e de escravos africanos garantia a subsistência das residências. Externamente, a importação dos bens industriais eram garantidos pela produção de drogas do sertão e de commodities agrícolas exportadas pela CGCGPM e depois, pelos comerciantes com sócios na metrópole.

[161] Contudo, como defenderemos adiante, não acreditamos que esta seja a principal integração que caracterizaria o movimento do produção do campesinato caboclo, ou seja, ela seria uma forma secundária nas estratégias.

A própria economia das drogas do sertão estava envolvida na circulação dos meios de subsistência e abastecimento na colônia, através dos pagamentos feitos pelo Estado aos indígenas e cabos que integram as canoas do comum. Elas eram equipadas, ou seja, financiadas pela Tesouraria-Geral do Comércio dos Índios, um órgão que controlava as finanças em gênero dessas canoas em Belém, criada pela lei que instituia o Diretório dos Índios. Nela, se concentravam os produtos enviados aos sertões com quais eram financiadas as expedições; recebia obrigatoriamente toda a produção das drogas do sertão dessas canoas, quando o tesoureiro tirava sua remuneração, amortizava as despesas de equipagem, remunerava todos os envolvidos e descontava o dízimo; representava o órgão similar aos "bancos arcaicos" de Polanyi, como seu antecessor, o Tesouro dos Resgates, realizando o controle das contas devedoras e as compensações dentro de uma lógica contábil que considerava os réis como padrão de valor.

Nessa tesouraria se concentrava a responsabilidade de conexão entre a economia das drogas do sertão realizada pelas canoas do comum (incluindo pagamento dos envolvidos) no interior da Amazônia e a economia urbana de Belém, que a inseria no comércio internacional. Entre 1755 e 1777, essa conexão era feita através da sua relação com a CGCGPM, após esse ponto, não encontramos relatos se a tesouraria negociava com os comerciantes que assumiram as atribuições da Companhia, ou se enviava as droga do sertão e comprava produtos da metrópole por conta própria.

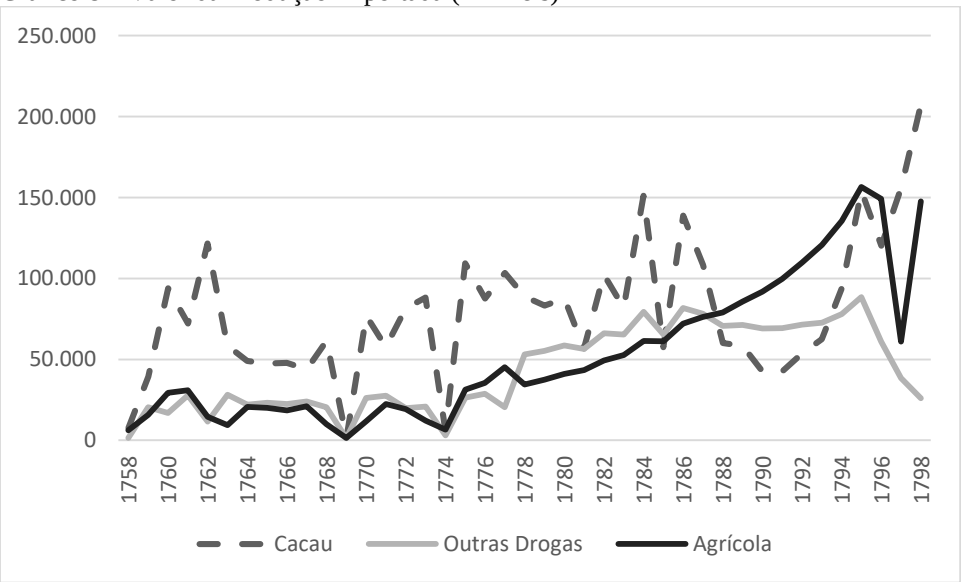
Contudo, independente da forma de inserção entre 1778 a 1798, a tesouraria foi o coração dos recebimentos e pagamentos redistributivos realizados pelas canoas dos comuns e o centro redistributivo (recebimento e pagamento) de todas as povoações regidas pelo Diretório, como demonstra Almeida (1990 p. 79-80), tendo fundamento em um grande sistema de finanças em gênero.

> Os mapas estatísticos das contas da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios, elaborados anualmente, a partir das informações enviadas pelos diretores, nos permitem identificar as principais despesas e rendimentos das povoações. Além dos gêneros do sertão, o tesoureiro recebia o dinheiro arrecadado nas próprias povoações, referente aos dízimos que eram lá cobrados, aos impostos e às vendas de alguns produtos do comum [roças do comum]. O pagamento de fretes constituía também uma fonte de renda para as povoações. Todas as transações comerciais tanto dos índios aldeados quanto dos moradores, eram sujeitas ao pagamento de dízimos. As principais despesas eram com o pagamento dos funcionários e dos índios e com os provimentos para as expedições do sertão. No mês de agosto, as expedições que tinham ido ao sertão seguiam para Belém, de onde regressavam em dezembro ou início de janeiro. Os cabos-de-canoa eram os encarregados de prestar contas ao tesoureiro sobre os negócios realizados. Os produtos coletados no sertão, tanto do comum quanto de particulares, eram levados a Belém, sendo os dízimos ali calculados. Quanto aos demais rendimentos das vilas, tais como arrecadações de fretes, dízimos, impostos,

> etc., deviam ser, juntamente com as despesas das povoações discriminados e lançados num Livro de Comércio, a partir do qual se tiravam duas vias que, junto com o dinheiro arrecadado, eram levadas à Belém e entregues ao Governador e ao Tesoureiro-Geral do Comércio dos Índios. Este era encarregado de conferir os dados e as contas, fazer o balanço das receitas, despesas e realizar os devidos pagamentos, que de acordo com o Diretório, eram efetuados na seguinte ordem: 1) o dízimo à Fazenda Real; 2°) despesas que se fizeram com as expedições; 3) porção que se arbitrasse ao cabo de canoa; 4°) a sexta parte pertencente aos diretores; 5°) distribuição do remanescente em partes iguais a todos os índios interessados. [...] O balanço geral da receita e despesa, a segunda quase sempre excedia à primeira. As expedições do sertão eram, na verdade, financiadas pela Tesouraria Geral do Comércio dos Índios.

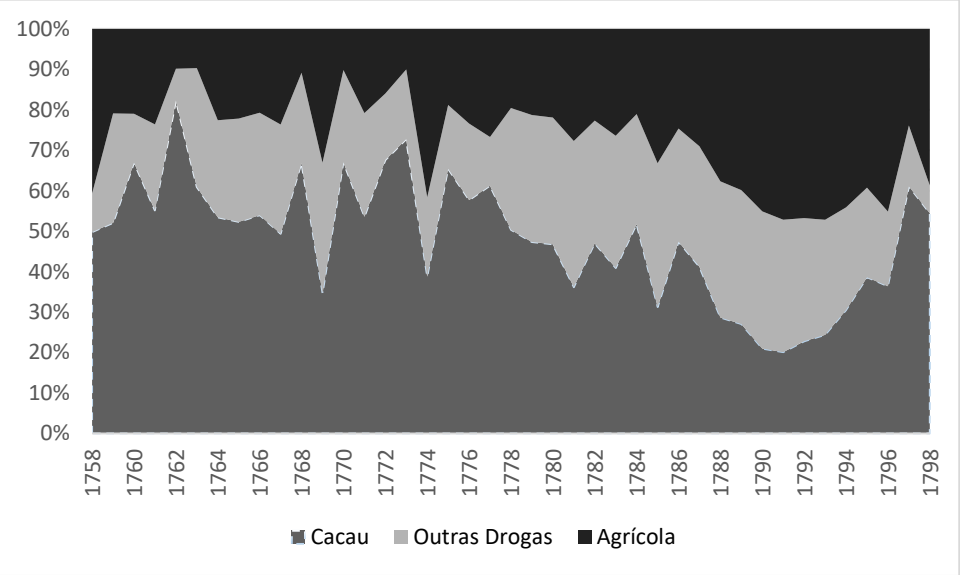
A pauta exportadora do Estado do Grão-Pará e Maranhão passou por uma mudança estrutural significativa no período do Diretório. De um predomínio elevado do cacau até a década de 1770, a pauta passa por um processo de inversão durante a década de 1780, quando os produtos agrícolas passam a dominar os valores exportados – se somarmos o valor exportado do cacau com o valor das outras drogas do sertão, veremos que nunca a agricultura se constituiu em atividade estruturalmente dominante, apesar de ter um período muito próspero durante a década de 1790. Esses produtos agrícolas eram, principalmente, o café, o arroz e o algodão. Tal expansão, além do investimento incentivado pelo período pombalino na agricultura e em escravos, foi beneficiado pela proibição da importação de café da Ásia, dando privilégio ao café amazônico durante a segunda metade do século XVIII, e pela guerra de independência americana e a revolução industrial inglesa, que fizeram com que o mercado mundial de arroz e algodão tivessem expansão, beneficiando a capitania do Pará – a capitania do Maranhão se beneficiou muito mais dessas mudanças (Costa, 2012a).

Gráfico 8 – Valor da Produção Exportada (Em Réis)



Fonte: COSTA (2012a).

Gráfico 9 – Participação dos produtos no valor da produção exportada (em %)

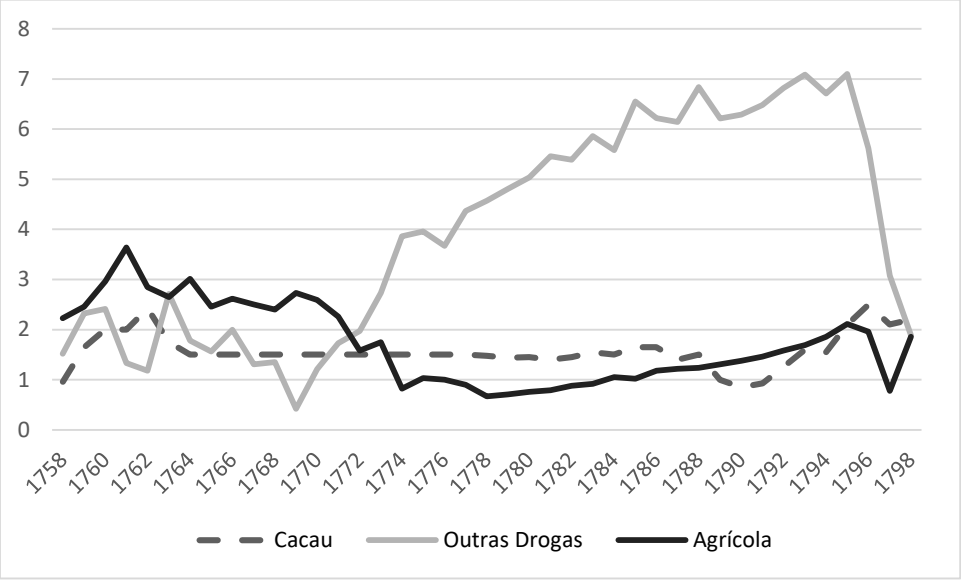


Fonte: COSTA, (2012a).

Esses movimentos do mercado podem ser observados na dinâmica dos preços. Relativamente, vemos que os preços do cacau perdem significância em relação as outras drogas do sertão e dos produtos agrícolas. Em parte, isso explica a restruturação pela qual a economia amazônica, atrelada ao mercado externo (intermediado pela metrópole) passou durante esse período. O destaque é para a expansão dos preços das outras drogas do sertão, que em média, passam de patamares menores a três réis antes da década de 1770, para aproximadamente sete na década de 1790. O cacau, por sua vez, em sentido contrário, encontra seu preço mínimo durante a década de 1790, chegando a valores abaixo de um. Por fim, as *commodities* agrícolas exportáveis, desde o final do década de 1770, experimentam um valorização contínua até o final da década de 1790.

Em relação ao ganho da metrópole na troca do cacau com a colônia, o preço metropolitano em relação à colônia nunca esteve em todo o período abaixo da razão de 1,5, com uma máxima de 4,5. Isso nos revela uma ampla banda de variação, instituindo arranjos de expropriação dos excedentes em extremos bem marcados. Durante o período do monopólio da CGCGPM, a razão ficou entre dois e quatro a maior parte tempo, porém, no período pós-CGCGPM, esses valores chegam a 1,5 e 4,5, aumentando a volatilidade, o que é característico do mercado sem uma empresa monopolista que era regulada pelo Estado. De forma geral, a economia exportadora cresceu, aproximadamente, 25 vezes durante o Diretório, com cacau, outras drogas do sertão e os produtos agrícolas aumentando, respectivamente, 27, 17 e 23 vezes.

Gráfico 10 – Preço dos produtos extrativos e agrícolas (em Réis)



Fonte: COSTA, (2012a).

Gráfico 11 – Relação entre os preços do cacau na metrópole e na colônia

Fonte: COSTA, (2012a).

Apesar de intimamente ligado ao mercado externo, não podemos desprezar a função de meio de pagamento e meio de troca (direto) que muitos desses produtos da pauta exportadora desempenhavam na economia redistributiva do Estado. Isso significa que, na sua função de dinheiro de uso específico, fazem circular meios de subsistência na economia doméstica do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que não conseguimos expressar quantitativamente nessa oportunidade, contudo, constitui a base da subsistência da colônia, facilitando o movimento de produtos, crédito e trabalho. São nesses circuitos da economia doméstica "invisíveis" para os nossos dados quantitativos que se situam a reciprocidade, domesticidade e redistribuição. No

tópico seguinte, veremos como o aviamento se adaptou a essa nova estrutura do período colonial.

6 AVIAMENTO REDISTRIBUTIVO: MOVIMENTANDO TRABALHO E DROGAS DO SERTÃO

O período anterior, representado pelo Regimento das Missões, nos entregou pelo menos três variantes do aviamento: tropas de resgate; descimentos e redistribuição dos indígenas tutelados nos aldeamentos. Dos quais, apenas a cessão dos direitos é uma atividade redistributiva, enquanto que as outros três se constituem em comércio – logo, adotando esse critério, teríamos SPC diferentes. Nessa altura, a ordem portuguesa já havia conquistado o rio Negro (derrota dos manaos) e iria se expandir ainda mais com o Tratado de Madri (1750).

Com a proibição das escravização indígena, em 1755, e a abolição das tropas de resgate da estrutura em 1748, a condução da reprodução da instituição do aviamento durante o período pombalino e do Diretório foi realizada pelo aviamento das drogas do sertão (ROLLER, 2013), pela redistribuição dos indígenas tutelados nos aldeamentos (Farage, 1986; Almeida, 1990; Souza Junior, 2012; Sampaio, 2004) e pelos descimentos de nações indígena para as povoações do Diretório (Meira, 2017).

Se não fosse a avançada crise demográfica das nações indígenas pelos motivos já apontados, os descimentos poderiam ser indicados como principal uso do aviamento. Na década de 1750, com o Tratado de Madri, os indígenas que ocupavam os sertões que faziam fronteira com o território espanhol passaram a ser cooptados pelas autoridades coloniais. Com o tratado Santo Ildefonso, de 1777, o "princípio jurídico romano do *Uti Possidetis*, que justificava a posse a partir de quem ocupasse o território" continuou a ser empregado, reforçando a necessidade de convencer os indígenas a tornarem-se vassalos do rei de Portugal. Como estratégia, se utilizou o aviamento (Meira, 2017 p. 191). A Fazenda Real, com o auxílio de negociantes locais, financiava o descimento em busca do trabalho indígena para a coleta das drogas do sertão e demais atividades – antecipava-se as mercadorias para os principais descerem para povoações ou para converterem suas próprias aldeias em povoações sob o domínio português. Isso garantia a posse do território aos portugueses.

Dois trechos de documentos oficiais retratam essa prática, especialmente na região do rio Negro. O primeiro data de 1761, logo no início do Diretório e da criação da Capitania do Rio Negro, é do Ouvidor da Capitania do Rio Negro, Lourenço Pereira da Costa, que destaca a participação do financiamento dos particulares:

> Para que as povoações não tenham decadência, antes se façam populosas, precisa-se muito que S.M. mande praticar os descimentos tão recomendados no parágrafo 18 do Diretório, em que se cuida, ou tem cuidado muito pouco, para os quais muitos

> particulares ham de também concorrer com despeza contanto que se lhe concedam índios dos descidos à soldada para as suas lavouras e tráficos, no que se não ofende a liberdade dos mesmos índios; [...] Não menos se faz preciso ordenar S.M. que no caso de se acharem alguma aldeyas de índios em sítio capaz, se pratiquem os seus principais ou chefes e estando eles prontos a aceitar voluntariamente as leis de Deus e de S.M. se civilizem nas mesmas aldeyas e se conservem nelas debaixo da mesma obediência [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (1761) *Apud* Meira (2017 p. 194).

O outro trecho, datado de 1775, destaca a importância dos descimento, e que o aviamento continuava a ser empregado, contudo, cada vez menos atraente, o que fazia aumentar as despesas da Fazenda Real:

> He certo, que os prêmios [mercadorias] são meios de adquirir Descimentos, e que eles se tem posto, e continua a por em execução; porem este he o menor atractivo para Homens, independentes, e leva bastante despesas á Real Fazenda, e muitas vezes inutilizadas com a fugida dos Indios Descidos [...]. Depois de creada esta Capitania estabelecida pella huma Guarnição Militar fortificada as Fronteiras, tudo isto pede obras, diligencias e expedições do Real Serviço; e tudo concorre para diminuição das Aldeas dos Indios (Sampaio, 1907 p.77 *apud* Meira, 2017 p.196).

Portanto, a fundação de povoações ou a conversão de aldeias foi uma ampla estratégia geopolítica de Portugal, que se utilizou da adaptação do hábito anterior dos descimentos pelo aviamento realizado com os indígenas durante o Regimento. Nas palavras de Meira (2017 p. 195), "[...] tratava-se do avanço de mercadorias europeias aos chefes indígenas, em troca não só de drogas mas também de descimentos [...]".

Já as expedições que tinham como objetivo a coleta e o comércio das drogas do sertão, foram de dois tipos no período do Diretório: as canoas dos particulares e as canoas do comum (Almeida, 1990; Farage, 1986; Roller, 2013. Sampaio, 2004). Em Roller (2013), durante o desenvolvimento da discussão sobre as canoas do comum, há relatos de que havia integração com indígenas autônomos ou do "matto" à medida que áreas de coleta foram ficando escassas, contudo, como: i) não temos dados contundentes sobre essa possibilidade; ii) não há clareza da instituição integradora utilizada. Escolhemos seguir os processos evolucionários do período do Regimento das Missões, sendo que, quando as canoas das expedições tinham objetivos de coleta das drogas, essa era a sua maior ênfase, e não havia, predominantemente, a simultaneidade com outras atividades, como do comércio com indígenas do "matto" (Pompeu, 2021); e por ela ser mencionada, tendo como objetivo maior o convencimento dos indígenas ao descimento e não o estabelecimento comercial longínquo, visto que a interação comercial seria civilizatória, vamos considerá-la por essas razões como secundária na estrutura que possibilita o acesso as drogas do sertão – quer dizer, as outras estratégias de acesso às drogas produziam

estruturalmente muito mais drogas do sertão do que o comércio com os indígenas nesse período, o que não minimiza a importância dessa última e sua reprodução nos séculos XIX e XX.

As canoas de particulares eram compostas por um cabo de canoa, o "jacumaúba" (o piloto da expedição, ou seja, prático dos rios, lagos e igarapés), e os remeiros – estes tinham aviado seu trabalho pelos cabos de canoa. Os jacumaúba, além de receberem o dobro dos salários, também não adentravam nas matas para realizar a coleta. As canoas eram equipadas com financiamento dos particulares. Porém, um dos seus maiores investimentos era depositar antecipadamente o equivalente a 6-8 meses de salários ao diretor das vilas onde ia arregimentando os indígenas autorizados pelo Governador. O diretor repassava 30% aos indígenas imediatamente, e o restante era retido para pagamento após o retorno. Além dos salários dos indígenas, o cabo teria direito a 1/5 dos produtos e a Fazenda Real, o dízimo. Apesar da exigência de 100% dos salários antecipados, agora estaria à disposição dos particulares 50% do trabalho das aldeias (SAMPAIO, 2004). O cabo deveria conduzir a canoa para Belém, onde relataria o comércio realizado e o desconto do dízimo da fazenda.

As canoas do comum[162] eram enviadas pra os sertões pelas povoações, tendo o financiamento da equipagem sob responsabilidade do Estado[163], nesse caso, o Estado financiava, pois equipava as canoas para que cabos e indígenas aldeados realizassem a coleta, contudo, ao contrário das canoas particulares, os indígenas participavam do lucro da expedição e não tinham nenhum valor antecipado pelo seu trabalho, assim, não eram aviados. A tripulação tinha os mesmo integrantes que a dos particulares. O cabo de canoa era indicado pela câmara, com a anuência do diretor. Os indígenas que compunham a expedição receberiam dois tipos de remuneração diferentes. Os que iam enviados pela elite indígena não tinham depositado seus

[162] Em Roller (2013 p. 210) cita um documento entre o Intendente geral do Comércio Mathias José Ribeiro para Governador Martinho de Souza Albuquerque em que descreve as expedições: "Quando em busca por cacau, a canoa deve deixar a aldeia até o dia 15 de dezembro; subindo o Rio Amazonas, vai para os rios Madeira, Peru ou Solimões. Como é costumeiro, [a tripulação] encontra um local numa margem de rio, onde faz uma feitoria, construindo uma oca de palha com uma estrutura ampla como sua base, em que se seca o cacau. Tendo chego nesse destino, o que deveria acontecer por volta de 20 de janeiro, preparamse as esteiras (tupes), que imitam os tapetes tecidos nos Algarves, em que se seca o cacau e também se coloca dentro quando chove. [a tripulação] também fazem canoas pequenas o suficiente para que se dividam [em equipes diferentes] na busca pelo cacau, e deixando o cabo para trás na feitoria com dois índios, sobe-se o rio. Coleta-se o fruto do cacau ao longo das margens dos rios, e às vezes se vai meia légua na floresta adentro, pegando os frutos lá [...] por um período de seis, oito ou mais dias. Retornando à feitoria, entrega-se o cacau ao cabo; os índios que não foram a primeira vez agora se unem aos outros e retornam para coletar os frutos, até que tenham agrupado um montante suficiente e não possam encontrar mais nenhum. Seca-se bem o cacau, de tal forma que quando é espremido nas mãos, a pele [da vagem] deveria abrir partindo-se, indicando que está perfeito; então se carrega a canoa da aldeia em um compartimento protegido [...]. Quando a colheita do cacau terminar, o que é normalmente em março, a canoa deveria ir à procura de outro produto, como o cravo amazônico, que é coletado da seguinte maneira [...]. Este trecho foi retirado do documento entre os indicados sobre a "Formalidade, q´ se costuma observar no negócio feito nos sertões", Belém, 27/11/1783. AHU, Pará, Avulsos, caixa 90, documento 7366.

[163] As povoações deveriam equipar suas canoas, contudo, como eram deficitárias, essa responsabilidade frequentemente recaía sobre a Tesouraria-Geral do Comércio dos indígenas (Almeida, 1990).

salários antecipadamente, pois recebiam seu pagamento no retorno da expedição. O restante da tripulação embarcava pela remuneração proveniente do rateio do lucro da expedição, depois de debitadas da produção todas as outras despesas (pagamento de cabos, diretores, despesas da equipagem e tesoureiro), que segundo Roller (2013), na capitania do Pará era de 30% e na do rio Negro de 15%. Essa canoa regressaria para a vila ainda para as festas juninas, e com um descanso de alguns dias, seguiria para Belém onde entregaria os produtos a tesouraria, que realizaria o pagamento de todos os que tinham direito, inclusive, à elite indígena. Para esses indígenas, dada a escassez de mão de obra, essa parada em Belém poderia se estender por meses, pois o Governador poderia os reter para trabalhar em obras públicas (Roller, 2013; Sampaio; 2004; Almeida, 1990).

Por fim, uma outra variante do aviamento, não menos importante, foi redistribuição dos indígenas tutelados nos aldeamentos para as canoas particulares. De acordo com a regra do Diretório, a metade da população aldeada estava disponível para a solicitação dos moradores para as mais diversas atividades. Porém, como as drogas do sertão eram as principais atividades do Estado do Grão-Pará e Maranhão, essa deve ter sido o principal uso dessa reserva de trabalho. Assim, os particulares pediam autorização ao Governador para embarcarem como tripulantes um determinado número de indígenas, o piloto e os remadores, para realizarem a coleta das drogas do sertão, estando a expedição sob o comando do cabo de canoa. Dada a permissão pelo Governador, o particular depositava 100% dos salários antecipadamente para os diretores da vila de onde iam arregimentando essa mão de obra no caminho dos sertões (Sampaio, 2004).

Com a tripulação completa, os indígenas realizavam uma função dupla de remadores e de coletores ao longo da expedição. O aumento do depósito de 50 para 100%, em relação ao período do Regimento das Missões, acrescentado do aumento do salário dos indígenas em 1773, acarretou uma concentração dessas expedições nas mãos de poucos negociantes com cabedais suficientes para esse empreendimento (Sampaio, 2004).

Assim, o aviamento pode ter sua trama assim resumida: o aviamento foi utilizado para movimentar trabalho de fora da sociedade colonial para o seu interior. Para acessar recursos sobre o controle de sociedades indígenas independentes da sociedade colonial, tínhamos dois roteiros: esse movimento se faz pelo descimento de indígenas, o que envolvia deslocamento das pessoas ou conversão das aldeias em povoações portuguesas. Financiada pela Fazenda Real e por particulares, consistia em adiantar as mercadorias europeias aos indígenas (para o principal) que, para pagar a dívida não-econômica, tornava-se vassalo do rei.

Uma vez dentro da sociedade colonial, esses indígenas podiam ser aviados para particulares compulsoriamente, com seus salários pagos antecipadamente em mercadorias, contudo, ficavam sob a tutela do diretor até que retornassem da expedição de coleta das drogas do sertão ou outra atividade para qual foram designados pelos particulares. Temos, nesse caso, o aviamento empregado para fazer movimentar o recurso redistributivo da força de trabalho. Para obter as drogas do sertão (e outros produtos e serviços), o particular deveria antecipar o pagamento, ficando o indígena trabalhador e seu tutor em dívida. Para quitar a dívida, o trabalhador deveria prestar o serviço ao particular.

Todo aviamento realizado para movimentar recursos para o interior da economia colonial, como indígenas e territórios, podemos denominá-lo de comércio administrado. Estão envolvidos nesse comércio, tanto súditos do rei de Portugal, por um lado, como os principais das aldeias autônomas do outro (Meira, 2017; Roller, 2013). Quando movimentava recursos no interior do sistema colonial, como o que o ocorre com o aviamento do direito ao trabalho dos indígenas aldeados, o aviamento era uma instituição de cunho redistributivo, pois o Estado, compulsoriamente, obrigava os indígenas aldeados a trabalharem para os particulares, desde que fosse feito o pagamento antecipado dos salários na forma de depósitos em gênero (Sampaio, 2004; Farage; 1986). Tanto no comércio como na redistribuição, o aviamento acoplava uma dimensão financeira, pois os pagamentos eram realizados antecipadamente, criando-se uma obrigação, porém, de cunho não-econômico.

Em relação à redistribuição do trabalho indígena, o Estado se tornava devedor do particular, que depositava os 100% dos salários dos trabalhadores, quando o diretor ficava com 2/3 do valor até o retorno da expedição ou serviço prestado pelo indígena. A origem da dívida estava também em obrigações não-econômicas. O Estado tinha uma obrigação não-econômica com seus súditos da classe ociosa em redistribuir o trabalho dos seus súditos indígenas, aos que podiam pagar por ele, nos termos designados pelo rei. Além disso, tinha que impor compulsoriamente o trabalho a uma parcela de seus súditos, e não poderia fazer isso sem uma remuneração pelo trabalho a ser realizado, visto que não eram escravos. A compulsão ao trabalho era a obrigação não-econômica que os indígenas vassalos tinham com o seu rei, porém, a remuneração era necessária e deveria ser assumida pelo particular.

A obrigação não-econômica era assumida pelo Estado indiretamente, pois era tutor do indígena, o que o fazia ser fiel depositário dos salários, costume instituído que remontava ao Regimento das Missões – pensada naquela circunstância para mitigar o interesse dos indígena pelas fugas durante as expedições, visto o crédito que tinham nas mãos dos missionários, seus tutores; ou conforme Pompeu (2021), essa estratégia de antecipação do pagamento também foi

utilizada pelos missionários para forçar os particulares a honrarem suas obrigações com os indígenas. Essa dívida originada pelo depósito antecipado deveria ser paga com a execução dos serviços nos termos das regras das expedições e das outras atividades, o que exigia a adaptação do indígena a reivindicar direitos e cumprir obrigações, segundo as leis lusitanas. Contudo, o pagamento ocorria ao longo da execução do serviço, que apenas, posteriormente, poderia ser averiguada pelo Estado, quando punições podem ser impostas aos indígenas e aos seus contratantes por desrespeitarem os termos do acordo.

Todos os agentes envolvidos participavam por obrigações não-econômicas: o Estado deveria suprir com trabalho indígena à colônia, base da reprodução da sociedade; o indígena deveria aceitar a compulsão ao trabalho imposta pela relação de vassalagem, quando assumia sua condição de recurso-trabalho temporariamente; o particular pagaria antecipadamente, pois era a única forma de realizar o comércio de drogas do sertão, atividade que respondia por sua função na sociedade e justificava seus serviços honoríficos ao rei de Portugal, o que pode fundamentar pedidos de mercês e verdadeiro enriquecimento – o enriquecimento cotidiano com os negócios era ampliado pela distribuição de mercês.

Portanto, trabalho e drogas eram essencialmente dinheiro como meio de pagamento e recursos indispensáveis à reprodução econômica da colônia. As mudanças institucionais na estrutura, ao proibir as tropas de resgate, expandir ações de descimento para conquistar territórios, aumentar o percentual de indígenas a serem redistribuídos e a alternativa de compra dos negros africanos, implicou relevantemente no processo evolucionário do aviamento.

Segundo Coelho (2005), o fator trabalho passou a ter, potencialmente, maior disponibilidade de acesso para os particulares. Contudo, se fez a custos mais elevados – maiores pelo aumento do depósito, pelo aumento dos salários dos indígenas (década de 1770) e pelos custos elevados dos escravos africanos. Ou seja, a classe ociosa que dispunha de privilégios e recursos para ter preferência no acesso ao trabalho, seja indígena ou africano, tinha uma relativa melhora no quadro geral, contudo, a pressão dos moradores menos abastados por condições propicias de reprodução não podia ser ignorada, por isso a ênfase do Diretório, quando estabeleceu a função de principal e diretor, na realização de novos descimentos, pois era a via mais acessível ao trabalho para os moradores pobres, tendo como meio, a redistribuição pelo aviamento. Nesse caso, mesmo para os indígenas sem prestígio, a condição de súdito limitava a exploração exacerbada como recurso. Apesar dessa última ter sido privilegiada, ambas eram relevantes para o Estado e seus objetivos predatórios de disseminação do "comércio", assim, diminuiu-se relativamente o fosso de poder do indígena na sua relação política com o morador branco, porém, esse fosso ainda era significativo.

A pressão sobre o trabalho das populações de fora da sociedade, realizada pelo aviamento para descimentos, se fez em condições de poder mais simétricas, se comparada à condição anterior do Regimento das Missões, devido ao Tratado de Madri e de Santo Idelfonso. Esses descimentos eram negociados e os privilégios oferecidos à classe ociosa indígena pelo Diretório demonstrava que a inserção se deu, quanto as relações de poder, de forma mais simétrica para os indígenas em geral. Em compassado com a dinamização das pautas de exportação através do aumento relativo dos produtos agrícolas, o meio material da colônia continuava a depender essencialmente do bioma amazônico, dos movimentos proporcionados pelas canoas e pelos produtos importados do Reino. Assim, o aviamento das drogas do sertão pressionava ainda as nações indígenas autônomas indiretamente, especialmente, pela necessidade de descimentos para suprir a demanda por mão de obra que não podia ser compensada pelo comércio de escravos africanos.

Internamente, a coleta pelas canoas do comum e particulares (com tripulação aviada) ainda fazia aumentar a circulação de produtos através das trocas diretas (e algumas ilegais) que se realizavam nas paradas das expedições nos povoados amazônicos. Algumas eram ilegais, pelo fato de que a Real Fazenda era impedida de recolher o dízimo. Para os cabos que aviavam a tripulação, essas trocas diretas (ou utilizando outra instituição como o aviamento, pois o autor se refere genericamente ao termo comercialização) podiam oferecer oportunidades de acesso às drogas do sertão e outras mercadorias de interesse para o abastecimento e exportação em Belém. Esse comércio realizado era uma prerrogativa dessa função, pois:

> [...] o cabo também poderia levar pequenas canoas, junto da principal, com produtos de sua conta que seriam comercializados ao longo da expedição nas diversas paragens do sertão, sobretudo, na viagem de ida [...] (Pompeu, 2021 p. 79).

Cacau, cravo, salsaparrilha e outras drogas do sertão movimentadas dos sertões para Belém, com a participação do aviamento: nessas transações, a dívida e pagamento eram a tônica desses processos. Eles viabilizavam entre 1755 e 1777 as importações de produtos da cultura europeia através da CGCGPM, que também tinha o monopólio dos trâmites de sua exportação. Depois da perda do monopólio da companhia e até o fim do Diretório, um arranjo entre comerciantes coloniais com sócios na metrópole desenvolveu-se para realizar o movimento dos bens exportados e importados que compunha uma parcela relevante do meio material, articulando a economia amazônica com uma experiência de monetização incipiente, com o mercado mundial através da metrópole.

Como salientou a historiografia, a CGCGPM expandiu a atividade "comercial" na colônia com base no endividamento, ou seja, acabou incentivando as transações em gênero que tinha objetivo de substituir pelas trocas indiretas, conforme determinado pela metrópole. A CGCGPM adiantava as mercadorias a crédito aos negociantes de grosso trato em Belém, que as antecipavam aos negociantes a retalho. Estes associados aos particulares, que podiam ser cabos de canoa, financiavam as expedições particulares que executavam o restante do aviamento nos sertões. Como pagamento, recebiam as drogas dos sertões, com quais pagavam a CGCGPM. A dívida com companhia impedia a barganha em relação às condições de negócio, o que proporcionava indiretamente a empresa uma ingerência e poder na determinação de equivalências nas cadeias de aviamento – a própria CGCGPM tinha os preços dos importados regulados pela coroa.

Tanto os capitais produtivos das fazendas jesuítas como as dívidas das quais a extinta CGCGPM era credora na colônia, redistribuídas através de mercês, foram responsáveis pela acumulação significante dos negociantes no período, adicionadas à acumulação proporcionada ao negócios cotidianos e corriqueiros da colônia. Isso proporcionou a substituição da CGCGPM por negociantes diversos, sem prejuízo das frotas e do comércio internacional, via metrópole.

O endividamento (não-aviamento) também ocorreu com as expedições do comum, contudo, a vinculação ocorreu com os sertões e seus práticos através de um centro de compensação, a Tesouraria Geral dos Negócios dos Índios, que financiava essas canoas e recebia como pagamento a amortização das despesas de "equipagem das canoas" e mais os dízimos da empreitada. Não temos informação de que cabos, diretores e indígenas de prestígio faziam com seus pagamentos em gêneros, mas é provável que fossem compensados nesse grande centro redistributivo, representado pela tesouraria, em troca de produtos da cultura europeia.

Por causalidade cumulativa, as propensões instintivas foram interagindo com essa nova estrutura institucional e com o meio material mais diversificado pelo acréscimo da agricultura e pelo trabalho do negro africano. Como pretendia a política pombalina, os hábitos de "comércio" se disseminaram entre os agentes da sociedade. Nos sertões, brancos, negros fugidos, indígenas e mestiços transacionavam produtos, contudo, a principal forma de integração econômica não foi o mercado, mas o aviamento (comércio e redistribuição) e a troca direta. Em Belém, combinado à troca direta e ao pagamento, elementos de mercado incipientes emergiram, e práticas transacionais mercantis, monetárias e de finanças de mercado foram se avolumando na estrutura. Antes direcionado, predominantemente, para campanhas militares e conquistas de almas, no Diretório os objetivos dos agentes, em interação com a nova estrutura

e o meio material era redirecionado, e passava a beneficiar as trocas, ou seja, o aviamento, trocas diretas e mercancias, esta última em menor escala, reduzindo relativamente a dependência da domesticidade como forma de abastecimento da colônia.

Especificamente em relação ao aviamento, uma série de estratégias foram adotadas pelos agentes, de acordo com sua condição de exercer poder: a) os diretores, aviando indígenas para particulares sem portaria; se apropriando indevidamente dos depósitos; b) os indígenas, com leniência dos cabos de canoa, desviavam clandestinamente uma parte da produção, as "potobas" – os próprios cabos realizam comércio clandestinamente ao longo das povoações nos sertões (Roller, 2013); c) principais e oficiais indígenas eram dispensados dos trabalhos mecânicos, logo, não eram aviados, pelo contrário, tinham direito a trabalhadores remunerados para providenciarem seus soldos; d) descimento são negociados entre indígenas e autoridades, que além dos pagamentos imediatos do aviamento, os indígenas eram contemplados com funções honoríficas e uma vassalagem reconfigurada, menos exploradora do que o modelo anterior.

Apresentamos as variantes do aviamento apontadas pela historiografia e pesquisas antropológicas; a FIE e comércio que os qualificam; os recursos que eles movimentam e sua relação com a tríade vebleniana. Prosseguiremos agora com a análise dos modelos causais e cumulativos. Do sistema econômico colonial, destacaremos dois setores relevantes onde o aviamento se faz presente e com quais exploraremos os modelos que nos auxiliam a compreender o processo evolucionário. Os setores destacados são o do trabalho e de drogas do sertão. Não precisamos reafirmar a representatividade e importância desses recursos na economia colonial. Iniciaremos pelo trabalho, ou seja, nosso sistema populacional complexo é formado pelas instituições que promovem acesso ao trabalho na Amazônia colonial[164].

O setor do trabalho é enormemente reestruturado pelas reformas da década de 1750. O modelo de causalidade cumulativa que utilizaremos é o de ruptura estrutural não-gradual com seleção de subconjunto e sucessor, expresso no tópico a.2.3 e ilustrado na Figura 4. A estrutura abruptamente altera seus critérios de seleção, o que por sua vez, altera a capacidade de reprodução das instituições que compõem esse sistema populacional complexo. Havia um conjunto de leis que promoveram essa mudança nos critérios de seleção. Primeiro, a lei de liberdade e a lei que muda o governo temporal dos indígenas, alterava completamente o conjunto anterior. Com a lei de liberdade, a escravidão indígena foi proibida, desarticulando o

[164] Difere do sistema adotado nos capítulos anteriores em relação ao trabalho, pois aquele se preocupava em compreender a dinâmica institucional de como esses indígenas eram incorporados ao sistema colonial (ou seja, como fluíam de fora para dentro da colônia), por isso os descimentos faziam parte dele. Nesse capítulo, optamos pelas instituições que disponibilizam o recurso trabalho diretamente aos interessados finais.

comércio de cativos (CC) no Estado. Esse comércio de cativo (CC) era alimentado pela troca de presentes, as guerras justas e as tropas de resgate nos sertões, esta última, predominantemente organizada pelo aviamento. Ao lado do comércio de cativos, tínhamos a redistribuição do trabalho aldeado (RM) sob o governo dos missionários, que os concediam aos particulares, por meio do aviamento. Esses trabalhadores redistribuídos pelos aldeamentos missionários eram descidos pelo aviamento, no âmbito do comércio administrado, contudo, a lei que retirava dos missionários o governo temporal, e depois, a lei que determinava sua expulsão da colônia, desarticularam a variante RM.

Com as leis supracitadas, o conjunto anterior A[165] e os hábitos e seus parâmetros de representatividade (i)[166] que estavam amadurecidos entram em forte variação descendente, pois através da seleção de subconjunto realizada pela estrutura, dada que seus critérios se alteraram, o cativeiro de indígenas tornou-se proibido, os cativos movimentados pela troca de presentes, guerra justa e tropas de resgate deixam de ser uma opção, fazendo as transações de cativos em Belém (que era instituído com base no troca direta e no pagamento) passarem por uma supressão acelerada. Em paralelo, um dia após a lei de liberdade, o Estado retirou o governo temporal da tutela dos missionários e os repassou à administração dos principais, sob a tutela dos diretores, fazendo o parâmetro i da variante RM entrar também em forte oscilação negativa, compondo com a redução do CC – a extinção de RM seria finalizada com a expulsão dos jesuítas em 1759.

No decorrer do decrescimento estrutural de CC e RM, por meio da mudança estrutural não gradual, posto no nosso conjunto B, o Estado promoveu a instauração de outras três variantes no mundo do trabalho colonial. O Estado, não só alterou as regras da seleção, como também, enriqueceu com novas variantes o sistema analisado. Essas variações são propostas para solucionar o vácuo deixado pelo decrescimento dos hábitos do conjunto A, são uma recombinação da experiência dos portugueses na Amazônia e de outros soluções adotadas para suas colônias, portanto, são dependentes evolucionariamente do passado. Além disso, estão em consonância com a nova perspectiva com relação à propensão instintiva predatório focada no comércio e na mudança do meio material, especialmente com a inserção da agricultura – é a relação da instituição com os outros dois elementos da tríade vebleniana.

Os administradores coloniais adaptavam ou incentivavam determinados hábitos em circulação no sistema econômico. A redistribuição do trabalho pelo Diretório (RD), foi herdado

[165] Visualizar a figura referente a esse modelo no tópico 2.2.4. Estamos utilizando seus elementos para explicar esse processo.

[166] Cada variante tem um parâmetro i de representatividade, ou seja, o quanto esse hábito é utilizado pelos indivíduos e em combinações com outras instituições que compõem o sistema populacional complexo.

da redistribuição missionária, porém, com as especificidades, como a gestão laica do trabalho e o depósito de 100% dos salários. A tutela por particulares dos cativos indígenas libertos em 1755 (EC), com o pagamento dos devidos salários, foi uma maneira de acomodar a demanda por trabalho atendida anteriormente pelos indígenas cativos, sem negá-los a condição de súditos, porém, regulando sua liberdade de ir e vir – acomodavam também os interesses dos proprietários que tiveram sua propriedade centralizada pelo Estado. A tutela desses indígenas por particulares, pode ter relação hereditária com o hábitos de descimentos privados que foram realizados durante o Regimento das Missões. Por fim, uma reinvindicação antiga, dado o seu sucesso nas capitanias do Brasil e em outras colônias portuguesas, a introdução mais contundente de escravos africanos (EA) foi uma prioridade durante o Diretório, levado a cabo pelo CGCGPM. Foi uma solução institucional importada de outros territórios portugueses, vislumbrando seu impacto na mudança do meio material com o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Vamos agora aprofundar a análise de como é alimentada essa variação, ou seja, como a herança contribui para as variantes. Essa análise será realizada apenas para a variante redistribuição do trabalho durante o Diretório (RD), onde o nosso objeto de estudo, o aviamento, é fundamental. Faremos isso demonstrando que essa variação guarda relação com as instituições passadas, alimentada pela herança habitual, reestruturando o mundo do trabalho na Amazônia. Para tanto, recorreremos a análise das semelhanças e diferenças entre as instituições analisadas.

a) O depósito antecipado dos salários dos indígenas concedidos. A redistribuição do trabalho indígena pelo Diretório é uma herança do hábito de redistribuir os indígenas aldeados no Regimento das Missões, ambos organizados pelo aviamento. Esse hábito, que esteve oficialmente regulado no Regimento, foi mantido no Diretório, porém, adaptado. Neste, o particular deveria depositar 100% e não 50% como na regra anterior. Do valor, 30% eram disponibilizados imediatamente aos indígenas pelo diretor. Portanto, no período anterior, já havia um hábito de antecipação dos valores dos salários, que eram retidos pelos missionários até o retorno dos indígenas, como forma de mitigar as fugas e deserções e para garantir que os moradores realizassem o pagamento (POMPEU, 2021). Este hábito se mantém e passa a ser utilizado como norteador do aviamento da mão de obra redistribuída.

b) O trabalho era o recurso movimentado pelo aviamento redistributivo nesse sistema, ou seja, o recurso de interesse dos particulares. O trabalho indígena ainda se constitui como principal fator de produção do Estado, principalmente no que se refere à coleta das drogas dos sertão e para garantir a domesticidade nas casas e sítios dos moradores. Os indígenas,

especialmente no início do Diretório, continuaram a ser os "pés e as mãos" dos moradores. Sem os indígenas aldeados, muitas famílias de moradores e seus negócios não prosperariam. Como no período do Regimento das Missões, o controle do trabalho representava poder político e econômico na colônia, com o Estado recorrentemente sendo responsável por equilibrar essa gangorra da economia política – ampliou o acesso dos particulares de 1/3 para 1/2 o percentual de indígenas disponibilizados pelo Diretório e incentivou os descimentos.

c) O tempo de cessão era limitado e o pagamento era realizado em gêneros. O aviamento redistributivo dos indígenas tutelados era contratado por um tempo determinado, estipulado na licença emitida pelo Governador – no Regimento, a junta das missões era a responsável pela emissão dessas licenças. No Regimento, esse período foi fixado em 1 ano na capitania do Pará. No caso do Diretório, esse período variava, dependendo da atividade. Na coleta das drogas do sertão, isso representava de seis a oito meses. Contudo, as transgressões desse tempo eram frequentes e deveriam resultar em punições, o que, geralmente, não ocorria (Souza Junior, 2012). Assim, o indígena, apesar de ser tratado como um recurso, não era escravo dos particulares, por isso, tinham direito à remuneração. A regra de duas varas de pano por mês de trabalho obteve uma estabilidade de pelo menos 118 anos. Não por acaso, em causalidade cumulativa, como o sistema monetário da colônia, especialmente nos sertões, os pagamentos em gêneros eram uma regra desde o período do Regimento.

Comentando os parágrafos do Diretório, Da Costa Brito (2003) afirma que cada povoação deveria ter um cofre para guardar os depósitos feitos pelos moradores, contudo, o mais provável é que ficassem junto com o armazém onde eram guardados os dízimos coletados à espera de transporte para a Belém – é mais uma contradição da lei com a realidade amazônica. Como a circulação de moeda cunhada era limitada, como vimos no caso de Macapá e vizinhança, nos sertões, o padrão de pagamento do aviamento era em gêneros, conforme foi instituído ainda no decorrer da colonização no século XVII. As moedas cunhadas continuavam sem relevância estrutural no sistema monetário dos sertões, pois o próprio pagamento oferecia a cadeia de produtos necessários para a subsistência dos trabalhadores, sem a necessidade de uma troca indireta. Se havia necessidade de permuta, essa se realiza pela troca direta.

d) O trabalhador era redistribuído através do aviamento, acordado entre particulares e seu tutor designado pelo Estado. Em ambas as leis, o Estado determinava a tutela do indígenas, atribuindo-lhe a condição de incapaz. No Regimento, a tutela era exercida pelos missionários, no Diretório, pelos diretores. O tutor, pelas atribuições que lhe eram dadas, também foi fiel depositário dos salários. Com o depósito feito, o trabalhador indígena ficava obrigado a trabalhar pela dívida que assumiu o seu tutor, proporcional ao crédito depositado. Essa tutela

dos recursos proporcionou uma série de acusações se os indígenas recebiam ou não os recursos depositados no retorno do serviço.

e) A não cumulatividade da dívida. A dívida contraída pelo indígena não podia ser considerada cumulativa, ou seja, era quitada no momento do retorno do indígena ao aldeamento e não era passível de gerar um endividamento. Assim, a quitação da dívida era realizada pelo trabalho realizado em um determinado período de tempo, e não pelo resultado do trabalho em si. Nesse ponto, o aviamento do trabalho indígena era diferente das outras variantes que podem gerar endividamento.

f) Triangulação estatal baseado na dívida, obrigação não-econômica e redução da incerteza. Em relação ao cumprimento do acordo, ou seja, as garantias de pagamento da dívida, isso ocorria pela origem das dívidas estarem fundadas nas obrigações não-econômicas dos súditos com o Estado. Quando o particular depositava o valor dos salários, ele não o fazia para um indivíduo com o qual não tinha obrigações. O tutor, a terceira parte do acordo entre particulares e indígenas aldeados no aviamento, era um representante do próprio Estado. Assim, o particular antecipava recursos para o Estado, com o qual se relacionava em condição hierárquica subalterna; esse hábito se reportava ao período anterior das Missões, quando os particulares pagavam antecipado para garantir que iriam honrar com suas obrigações. Se o Estado era obrigado a suprir com trabalho os particulares, do que resultava a manutenção de seu prestígio e poder sobre os súditos, estes eram obrigados a seguir as determinações impostas pela Coroa. Portanto, o particular se tornava credor de uma dívida, que se originou e era regulada em termos contratuais por uma relação de vassalagem anterior, onde predominava obrigações não-econômicas assimétricas entre o súdito (o credor) e o Estado (devedor). Como poderiam os particulares se negarem a antecipar recursos ao Estado, a quem tentavam agradar e prestar serviços honoríficos que garantissem um verdadeiro enriquecimento em formato de mercês? Era assim que as hierarquias se impunham nas relações econômicas.

O indígena aldeado que teve seus salários antecipados ao seu tutor, representante do Estado, também se tornava credor, porém, esse crédito era condicionado pela sua condição de recurso. O indígena só tinha desbloqueado esse valor, caso cumprisse com as atribuições que lhe foram impostas, quando na condição de recurso, pela sociedade colonial. Era sua obrigação não-econômica com o Estado o pagamento em meses de trabalho compulsório, contudo, com remuneração garantida. Mais uma vez, a posição hierárquica determinava a garantia do crédito e do débito na operação. Portanto, o particular e o indígena garantiam o cumprimento dos acordos de aviamento por manterem ambos o crédito com um terceiro, o Estado, com o qual tinha obrigações não-econômicas. O Estado era quem garantia a segurança da dívida através de

uma triangulação imposta pela tutela, fundamentada na força das obrigações não-econômicas entre as três partes. Se a retiramos a triangulação, temos que: o indígena assumia uma dívida com o particular que antecipou seus salários. A triangulação fazia com que o indígena só recebesse pelo trabalho compulsório quando retornasse ao fim das atividades contratadas e o particular só tinha acesso ao trabalho a longo prazo se cumprisse os termos da cessão dos direitos, especialmente, o tempo, condições de trabalho e os valores depositados. Assim, o Estado, como intermediário, garantia as dívidas, seus termos e a realização dos pagamentos pelos interessados.

g) A importância da família para mitigar a fuga e para a segurança da dívida. Esse expediente do depósito antecipado, tendo um terceiro como fiel depositário era uma estratégia importante no período do Regimento das Missões, quando o hábito da constituição de uma família nuclear e o apego ao lar ainda era extremamente incipiente entre os povos descidos dos sertões. Para completar o contexto, a comunidade indígena formada não tinha os mesmo laços de parentesco das que foram desfeitas, pois apesar dos cuidados, diversos grupos constituíam um mesmo aldeamento. Os próprios padres negligenciavam a punição a certos desvios da conduta cristã, como a poligamia e a adoração e festas aos deuses pagãos (Arenz, 2014).

Com o Diretório, o hábito da família, e por consequência, do pertencimento a um lar já ganhara mais representatividade na estrutura social (Coelho, 2005). Famílias indígenas e as miscigenadas com brancos, como foi a tônica do período, se multiplicaram dando robustez aos laços constituídos entre os membros de uma casa familiar. Com isso, gostaríamos de apontar que, quando o indígenas tinham aviado o seu trabalho aos particulares, com o avanço das instituições portuguesas na estrutura, eles já possuíam relações familiares e sentimentos de pertencimento a um lar que os incentivavam ao retorno para a povoação de origem.

Assim, o depósito antecipado pago ao tutor, que daria segurança à dívida do aviamento, se torna com o passar do Diretório mais uma inercialidade institucional do que o hábito coerente com a estrutura presente. Ou seja, é o hábito sendo replicado e reproduzido afastado do objetivo que lhe deu origem, apenas pelo fato de ter se tornado uma convenção. Isso não significa que se perde a importância da triangulação do Estado, estamos conjecturando apenas que a emergência e a maior representatividade da família é um motivo forte o suficiente pra o retorno ao lar, o que faz do depósito um terceiro cada vez mais desnecessário para assegurar esse retorno. Tanto a família ganha força nesse período, que 1/3 do depósito seria repassado imediatamente à família do indígena aviado que ficaria nas povoações a espera de seu retorno.

h) Esse mesmo depósito antecipado, que caracterizava a relação de aviamento, também deu início a um processo de concentração da riqueza no Estado. O aviamento dos

trabalhares, associado ao aumento dos salários em 1773 e as despesas de manutenção do trabalhador durante a realização do serviço, como a demanda por farinha, são condições que retiram do circuito redistributivo uma parcela significante dos particulares com negócios que exigem um grupo grande de trabalhadores. O percentual de indígenas à disposição nos aldeamentos aumenta, contudo, é contrabalanceado por um custo maior para o seu aviamento.

Assim, conforme Sampaio (2004), houve uma concentração dessas atividades nas mãos dos mais ricos e com cabedais suficientes para empreenderem esses pagamentos antecipados. Sendo assim, o indígena, na condição de recurso, passou a circular ainda mais entre os mais ricos e com prestígio, principalmente, se isso envolve uma escala maior de trabalhadores – reservando o Estado um mínimo para atender os menos privilegiados, afim de assegurar seu *status* e poder. Assim, os cabedais vão se avolumando nas mãos daqueles que combinam, um acesso ao crédito na praça de Belém, de cabedais acumulados pelos processos cotidianos da economia e pela acumulação por mercês. A riqueza se torna mais uma pré-condição para a sua própria acumulação.

i) A gestão laica e as oportunidades do aviamento para os diretores. O conflito entre missionários, particulares e administradores coloniais em torno do trabalho indígena foi uma constante no período do Regimento. Se compararmos os dois arranjos de aviamento da mão de obra indígena, o primeiro parece ter maior participação do instinto da inclinação parental, sob o comando do instinto predatório dos clérigos. Isso lhe confere uma condição menos predatória e mais preocupado com o bem-estar indígena, obviamente, dentro da imposição dos padrões culturais e religiosos do colonizador. Ou seja, o instinto predatório, apesar de dominante entre os clérigos, tem tonalidades mais amenas. Ao contrário, temos uma reversão com os diretores.

Dentre as funções dos diretores, uma das mais importantes é mediar a habituação ao "comércio" dos indígenas e a "uma ganância saudável". Fez isso ele próprio orientado por objetivos pecuniários relacionados ao "comércio", o que proporcionou uma exploração maior dos indígenas pela disseminação desse hábito auto interessado – nos referimos à exploração quando o indígena está na condição de recurso, e não de súdito. Umas das transgressões desses agentes é o uso do trabalho indígena, para qual é tutor, em benefício próprio: enviar expedições em seu proveito; aceitar o aviamento de particulares sem as licenças do Governador, com uma remuneração como recompensa; e outros mais. Então, ao contrário dos jesuítas que presavam pela domesticidade dos aldeamentos, conceder indígenas e utilizá-los em proveito individual era um negócio lucrativo para os diretores, mesmo que isso representasse desabastecimento do povoamento

Com esse aporte hereditário, não sem processos novos e mudanças, a variante RD emerge na estrutura, junto com as outras duas promovidas pelo Estado – cada uma com seus processos hereditários específicos. Depender da herança, como vimos, não significa imutabilidade – a variação que depende, em certo grau, da sua herança do passado, é o cerne da inovação no institucionalismo.

Essas variantes, em consonância com o decaimento das variantes existentes anteriormente, conformam o conjunto C. Portanto, com base na seleção de sucessor, essas variantes entram em um processo de crescimento de sua representatividade, pelo aumento do parâmetro i. Estas foram promovidas como inovações pela estrutura em coerência com a nova política indigenista e de colonização adotada pelo Estado monárquico português, logo, passam a ser privilegiadas pela seleção. Em contrapartida, literalmente, todas as instituições do conjunto anterior A, derivadas do período do Regimento das Missões, são descontinuadas pela estrutura, o que, se não fosse conduzido com os cuidados expostos em Farage (1986), poderíamos ter uma revolta generalizada dos moradores.

No conjunto C, temos o início da estabilização das variações das respectivas representatividades de cada instituição. Dada a magnitude da descontinuidade, essas variações assumem grandezas elevadas e inversamente proporcionais. Os parâmetros de i de CC e RM têm oscilações estruturalmente desagregadoras, ao passo que, a primeira vai sendo substituída pelas variantes EA e EC; e a segunda, pela RD, que oscilam da magnitude inversa, ocupando a relevância estrutural das anteriores. Assim, chegamos ao conjunto posterior D, com uma estrutura do setor trabalho totalmente diferente da que iniciamos no conjunto A, em decorrência da mudança nos critérios de seleção e das inovações propostas pela estrutura. Constitui-se o conjunto pela variantes RD, EC e EA com seus parâmetros em amadurecimento, ou seja, que ganham persistência ao longo do Diretório. De acordo com Coelho (2005), em 1773, o número de indígenas aldeados era maior que o de escravos africanos. No final do Diretório, em 1798, eles se encontravam equiparados, o que demonstra, apesar de ter ganhado permanência na estrutura, esses hábitos de acesso ao trabalho tiveram sua representatividade alterada ao longo do período analisado.

Analisando ainda esse mesmo conjunto D, temos então, que o aviamento é invariavelmente relevante na promoção do acesso ao trabalho na Amazônia colonial, pois a RD passa a ser uma das soluções institucionais combinada a EC e EA, com essa última mudando sua posição relativa no final do período. Apesar de hábitos de acesso ao trabalho diferentes, uma continuidade é persistente entre os conjuntos A e D: o aviamento é a instituição dominante. No conjunto A, o aviamento era a instituição que alimentava dominantemente a CC, como era

também a instituição que redistribuía o trabalho sob a tutela dos missionários. Assim, estava combinada à FIE e ao comércio que realizavam o movimento mais relevante de trabalho na Amazônia. A dominância do aviamento no setor trabalho, combinado (no caso do CC se combina a troca direta e ao pagamento), ou exercendo exclusividade (RM, que é alimentado pelos descimentos também sob o comando do aviamento), foi consolidada ao longo dos séculos XVII e XVIII. Assim, no processo evolucionário desencadeado pela causalidade cumulativa do conjunto A para o conjunto D, vemos a dinâmica das instituições relativas à emergência (extinção), crescimento (ou decrescimento) e persistência (perda de representatividade) se alterando, de acordo com a mudança dos critérios de seleção e com as sucessivas inovações (variação), que em grau relevante, dependem da herança.

Podemos agora passar ao processo evolucionário do setor das drogas do sertão[167], onde mais uma vez o aviamento é uma instituição integradora de destaque. As drogas do sertão foram os principais produtos da pauta de exportação para a metrópole, com destaque para o cacau. As reformas da década de 1750 proporcionam dois processos causais e cumulativos diferentes, com temporalidades distintas. O primeiro se concentra nos processos engendrados no período inicial das reformas. O segundo se refere à dinâmica do período como um todo, destacando a emergência do campesinato caboclo. Mais uma vez utilizaremos o modelo de ruptura estrutural não-gradual com seleção de subconjunto e sucessor (a.2.3).

Quanto o primeiro, no conjunto anterior A, temos as instituições que promoviam o movimento das drogas do sertão na economia amazônica ao final do Regimento das Missões. Temos dois canais, as canoas missionárias (CM) e as canoas particulares (ARcp). As expedições realizavam coleta das drogas do sertão em territórios controlados pelos portugueses, utilizando o trabalho redistribuído que compõe a sua tripulação. Contudo, apenas as canoas de particulares aviavam sua tripulação, com as canoas do comum engendrando uma modalidade redistribuição que não envolve o aviamento, apesar de haver financiamento pelo Estado.

Como vimos anteriormente, as reformas promulgadas em 1755 e 1757 alteram os critérios de seleção da estrutura. As atividades que envolviam os missionários são excluídas pela estrutura. Inicia-se uma seleção de subconjunto, com a variante canoas missionárias (CM) entrando em forte retração de sua representatividade (i), como podemos observar no conjunto B. Em compensação, as canoas particulares ARcp se beneficiam da mudança, contudo, não sem adaptação. Têm os empecilhos impostos pelos missionários (críticas do moradores) retirados,

[167] Vamos nos aprofundar mais no segundo processo causal e cumulativo, que trata da coleta das drogas relacionadas à emergência de uma nova estrutura, o campesinato caboclo. Portanto, quanto à coleta pelas canoas, faremos uma explicação mais superficial, contudo, indicando seleção, variação e herança.

agora, sob a tutela dos diretores, teriam uma resistência menor (inclusive com a liberação ilegal de indígenas) e quantidade de indígenas a sua disposição maior, contudo, a um custo maior (teriam que depositar 100% dos salários referente ao período).

Contudo, a lei do Diretório impõe uma burocracia estatal que deve ser paga pela própria economia desenvolvida pelas vilas e lugares que serão criados pelo Estado. Isso exigiu que o Estado intervisse mais uma vez: além do incentivo à agricultura para suprir o abastecimento e exportação, recombinava o hábito das canoas missionários e promovia a afirmação de uma nova variante para realizar o movimento de drogas do sertão no vale amazônico, as canoas do comum (CCD), financiadas pelo Estado, contudo, sem aviar os seus participantes. Atribuímos seus processos habituais à herança das canoas dos missionárias, pois se utilizava da coleta das drogas para acessar recursos e bens da cultura europeia que não são produzidos pelas vilas e lugares, e além disso, tinha um repertório de arregimentação da mão de obra que era diferente do aviamento, apesar que ainda estivesse contido no repertório da redistribuição, como era ao que parece no período do Regimento das Missões.

Logo, as canoas do comum eram um empreendimento de coleta Estatal e particular ao mesmo tempo, pois a tripulação das canoas tinham seu rendimento auferido dos resultados da expedição – o Estado reforça aqui seu poder sobre o trabalho redistribuído, pois era o único que utilizava a força de trabalho sem pagar antecipadamente, independente da tutela exercida pelo Diretor. Era ainda uma redistribuição de mão de obra, pois o indígena aldeado sem prestígio não tinha opção de escolha de embarcar ou não nas canoas, contudo, não se tratava de aviamento, pois não tinha valor dos seus rendimentos antecipados pelo Estado – este apenas equipava as canoas.

A emergência desse hábito, uma inovação proposta pelo Estado, acrescentava à seleção de sucessor ao processo causal e cumulativo, como está representando no conjunto C. Enquanto a variante CM estava em forte decrescimento e foi extinta, a variante emergente CCD, iniciava seu processo de crescimento da representatividade na estrutura, ao lado da variante relacionada às canoas particulares. Ao fim circunstancial do processo causal e cumulativo, temos nosso conjunto posterior D, conformando duas variantes, operadas pelas canoas do comum e canoas particulares.

Como vemos em Roller (2013), as canoas particulares, com a tripulação aviada, foram responsável por 80% das drogas do sertão produzidas no período. Com a operação dos princípios darwinianos, observamos que a emergência das CCD e extinção das CM se realiza com aquela crescendo sua representatividade na estrutura pelo vácuo deixado pela CM. Com o amadurecimento de suas posições na estrutura, CCD e ARcp persistem na estrutura, com

dominância desta última na coleta das droga do sertão, tendo como fundamento o aviamento da mão de obra embarcada. Assim, temos o aviamento em mais um setor relevante na economia, o das drogas do sertão, como principal integrador, reafirmando o seu repertório no que tange à obrigação não-econômica, sistema monetário e finanças.

Agora, voltaremos ao processo com temporalidade mais longa. Três perturbações causadas pelas reformas pombalinas foram imprescindíveis para os processos causais e cumulativos de mais longo prazo, e que tiveram sua reverberação na estrutura da sociedade. Eles foram, paulatinamente, se avolumando e transformando a estrutura, porém, aqui abordaremos essa mudança pela óptica do setor das drogas do sertão. Assim, os critérios de seleção operados em interação com o meio material e as propensões instintivas, de acordo com as premissas das reformas pombalinas, vislumbra um papel diferente para o indígena, seja ele aldeado ou cativo, pois busca o seu fortalecimento como súdito e sua integração mais contundente ao sistema colonial, quer dizer, está apto a servir de mão de obra ao Estado e aos particulares, realizar a produção agrícola e comercializar seus excedentes de suas roças, contribuindo para a economia do Estado em geral – a importação de escravos Africanos também aliviaria, de acordo com Mendonça Furtado, a demanda por trabalho dos indígenas. E por fim, isso dependeria da assimilação da cultura europeia, o que foi realizado pela ação de diretores e vigários; inclusão dos indígenas na hierarquia burocrática do Estado; convívio com os portugueses nas vilas e lugares; e pelo incentivo à miscigenação.

Antes de avançar para as inovações proporcionadas por essas mudanças estruturais, é oportuno aprofundar, nesse momento, um ponto que não abordamos sistematicamente nos capítulos 5 e 6, como fizemos nos capítulos 3 e 4 – o protagonismo indígena durante o Diretório. Adotamos uma estratégia nos capítulos 5 e 6 de enfatizar outros pontos com processos causais e cumulativos e menos esse protagonismo como fizemos anteriormente. Porém, é importante que fique bem demarcado que isso ocorreu, também, durante o Diretório.

O Diretório dos Índios buscou ordenar as relações entre diversos agentes no interior da sociedade colonial, principalmente os que viviam na vilas e se relacionavam institucionalmente com os indígenas aldeados. Souza Junior (2012), como já demonstramos no capítulo anterior, e Coelho (2005) nos apresentam um ótimo repertório das estratégias para contornar a lei, adotadas por diretores, vigários e outros agentes da burocracia e particulares. Contudo, é a subversão dos indígenas que iremos enfatizar, ou seja, o Diretório era infringido ou utilizado de acordo com o interesse dos diversos agentes nas vilas.

O nosso ponto de partida para deixar demarcado o protagonismo indígena é que existia uma política indígena em paralelo à política indigenista portuguesa. Essa política indígena era

multifacetada, pois as diversas nações indígenas adotavam diversas estratégias de interação com os colonizadores. O fato é, como defende Coelho (2006 p. 119), que não podemos enfatizar essa política apenas pelos extremos, da não-submissão (guerra) e a submissão total, pois "ambas prejudicam a percepção de outras dimensões da relação que acabou por se estabelecer entre populações nativas e os colonizadores". A política indígena era considerada, tanto dentro, como fora do Diretório. Quando fora, as negociações com os principais para realizar os descimentos se estendiam por longos períodos (Coelho, 2005). Obviamente, a decisão de realizar o descimento considerava os prós e contras, em relação à política indígena. As motivações para o descimento eram diversas: o acesso aos itens europeus já disseminados nas aldeias indígenas; o acesso ao armamento que possibilita vantagens militares; a proteção de nações nos aldeamentos contra o ataque de nações inimigas; o acesso a instrumentos de trabalho; a oportunidade de realizar comércio nas vilas (Coelho, 2005). Disso, podemos concluir que os indígenas tinham interesses políticos e econômicos que eram ponderados quando avaliavam o descimento, conforme isso ocorria, não podemos considerá-los como marionetes no jogo da política indigenista portuguesa.

Uma vez dentro do Diretório, ou seja, quando as nações aceitam os descimentos, eles não se emancipavam da política indígena, pelo contrário, as interações com os principais "do matto" continuavam e eram frequentes. Os principais das nações descidas eram intermediários entre os dois mundos, que eram fluídos, o da sociedade colonial e das nações indígenas independentes. No decorrer de negociações dos descimentos com nações independentes, esse papel de intermediário se destacava. O principal das nações indígenas descidas tinham que conciliar os interesses, tanto das nações indígenas, como dos europeus nas vilas, o que explica o processo longo de negociação e convencimento nesses processos (Dornelles, 2024). Mais uma vez, é evidente que a política indígena é importante, tanto fora, como dentro da sociedade colonial, carregando consigo os interesses de diversos grupos indígenas.

Na sociedade colonial, os indígenas aldeados se submetiam formalmente à legislação do Diretório, contudo, como afirma Coelho (2006 p. 278):

> [...] o que pretendo afirmar é o fato de o controle sobre as populações indígenas nunca ter sido absoluto, a despeito de todas as iniciativas da administração colonial, no sentido de dominar aquelas populações. Os casos em que as populações indígenas aldeadas demonstram estarem decididas a, mesmo descidas, manter sua autonomia, se acumulam.

Isso resultou em "subversão" constante por parte dos indígenas, contudo, isso não os impediu de utilizar o Diretório e reivindicar os seus direitos quando era de seu interesse, logo, também se apropriaram dos regulamentos dessa lei, pois:

> [...] Aquelas populações consideravam a nova ordem, na qual se incorporavam, muito seriamente – sublevando-se contra o que consideravam injusto, mas decididos a permanecer em sua nova vida (Coelho, 2006 p. 124-125).

Portanto, como veremos abaixo, apesar de decididos pela vida colonial, os indígenas resistiam e se manifestavam contra a tutela do Diretório, em busca de uma flexibilização que os oferecesse maior autonomia, assim, como afirma Coelho (2006), a problemática não é, relativamente, a resistência a permanência na povoação, mas sim, a tutela imposta pelo Diretório. Apresentando essas estratégias, ponderaremos o tratamento formal e pouco flexível dado ao Diretório até este ponto. Em paralelo, também nos oferecem um panorama de como essas estratégias indígenas atuaram na estrutura e a moldaram, conformando um cotidiano adaptado ao instado no Diretório, o que nos possibilita visualizar o protagonismo indígena.

Por dentro do Diretório, um dos casos é o interesse das chefias indígenas ou principais. As chefias ou principais já eram cooptados pelos portugueses com cargos honoríficos ou com reconhecimento dos seus serviços ao Estado desde o Regimento das Missões, porém, eram casos esporádicos. Durante o Diretório, isso se tornou oficial, como é o caso do "principalato". Além disso, é somente nos aldeamentos que, dominantemente, os direitos honoríficos dos principais se tornaram hereditários, pois isso não ocorria nas sociedades indígenas. Esses agentes se apropriam do sistema de regras formais coloniais para promover a transferência dos privilégios adquiridos com os descimentos para seus descentes, utilizando uma série de pedidos à majestade portuguesa para que assegurasse tais transferências – isso não era infundado na sociedade portuguesa, como vimos no (Capítulo 4). Então, o parentesco se torna uma instituição que assegura os privilégios:

> Em 1755, o índio Francisco de Souza e Menezes era promovido da função de Sargento Mor para a de Principal da Nação Maracanã. Seu filho Gonçalo de Souza de Menezes herdou a patente de Sargento Mor, vaga com a promoção do pai (Coelho, 2006, p. 123).

É um típico caso de uso da estrutura institucional portuguesa em favor dos seus interesses e de seus parentes mais próximos.

Outras posições de prestígio eram asseguradas aos indígenas aldeados pelo Diretório, como cargos nas câmaras, funções militares, e alguns casos isolados, até mesmo o cargo de

diretor. Essas funções, como já vimos em Souza Junior (2012), ampliaram ainda mais o protagonismo indígena e a visibilidade de suas pautas na estrutura, agora, em posições mais elevadas, se comparadas ao Regimento das Missões, em uma rede de solidariedade que foi se constituindo na sociedade colonial pelos indígenas aldeados. Inseparável dessa questão, os indígenas aldeados que vislumbravam posições honoríficas na estrutura, adotavam, como faziam os portugueses, estratégias nobilitantes para estarem aptos a esses cargos. É o caso de Antônio José Nunes, que foi vereador e almotacel na vila de Viana. Para tanto, solicitou dispensa do trabalho de seus filhos ao diretor para que tivessem educação formal, "[...] procurava viver com distinção e em harmonia com os brancos" (Dornelles, 2024 p. 76). Assim, fica patente a busca dos indígenas em ocupar as posições honoríficas asseguradas pelo Diretório.

O uso da "máquina de guerra" portuguesa era uma outra forma que os indígenas se apropriaram em seu benefício das relações nos povoamentos. Apesar de Ferreira e Viana (2021) utilizarem um caso do período do Regimento das Missões, essa estratégia se aplica perfeitamente ao caso do Diretório. Em canoas de guerra, ou seja, em campanhas militares, o conhecimento indígena do ambiente fluvial, táticas de guerra na florestas e rios e o conhecimento do inimigo eram comumente utilizados pelos portugueses. Então, os indígenas aldeados eram utilizados como guias, guerreiros e informantes.

Utilizando uma perspectiva decolonial[168], é possível observar que os indígenas manipulavam as informações prestadas aos portugueses para resolver seus conflitos entre nações, que eram orientadas pela política indígena. É o caso dos indígenas aldeados e aliados de guerra, que com seus depoimentos, auxiliaram os portugueses a guerrear contra os indígenas aruãs no cabo do norte – inimigos daqueles informantes – por fazerem comércio com os franceses e facilitarem seu acesso ao território português (Ferreira; VIana, 2021). Obviamente, se estes fossem aliados na política indígena, tal delação não seria realizada. Inferimos que o mesmo ocorra no Diretório, visto que, motivações de guerra intertribais (Coelho, 2006), o intercâmbio de informação entre principais fora e dentro da sociedade colonial (Dornelles, 2024) e, amplificando esse potencial, a ocupação de funções militares honoríficas pelos indígenas na estrutura estão presentes nessa época.

[168] Segundo Oliveira e Mesquita (2029 p. 4), "[...] lançar um olhar decolonial sobre a política indigenista é identificar nesses processos o protagonismo indígena e as diversas formas de resistência ao projeto colonizador, que buscava normalizar a identidade europeia como a única legítima e possível. Essa visão, no entanto, não considerou a capacidade dos povos nativos de encontrar formas de resistir, (re)existir e (re)viver – e, assim, subverter a dominação".

Coelho (2005) ainda argumenta que a inserção desses agentes na sociedade colonial não significa a "restrição do horizonte indígena". Uma vez dentro da sociedade colonial, acionaram seus direitos quando se achavam injustiçados ou reclamaram dos termos da tutela, como pedidos de reedificação de aldeias; denunciando e pedindo proteção contra diretores e vigários; solicitação da permanência na casa das famílias que serviram a vida toda, contra a vontade do diretor; requerendo a liberdade de senhores que se apropriavam indevidamente de seu trabalho; denúncia contra o Governador e Capitão-General da Capitania; retirada arbitrária de suas lavouras para trabalhar em obras públicas; reclamações de não ter liberdade para transitar entre as povoações; denúncia das condições de penúria das povoações e outras (Coelho, 2006).

O conhecimento e manobras, em proveito próprio, com as imposições do Diretório, eram também realizadas no que concerne às canoas do comum. Indígenas e cabos acordavam os termos dos depoimentos que deveriam ser prestados ao diretor das vilas, quando do retorno das canoas – como é o caso das potobas (Roller, 2013). Esses termos tinham o objetivo de assegurar que seus interesses, que extrapolam as determinações do Diretório, não fossem identificados.

> Da mesma forma que diretores, vigários e mestres-escola protegiam uns aos outros, com vistas a garantir o maior ganho possível do trabalho dos índios descidos; Estes últimos [indígenas] apreenderam a proteger seus interesses, em especial o comércio, livre da tutela do diretor, mantido com os cabos de canoa (Coelho, 2005 p. 281).

Com essas estratégias por dentro da sociedade colonial, os indígenas asseguravam o seu protagonismo, e que seus interesses e da política indígena fossem reafirmados. Contudo, essas estratégias incluíam também as subversões ao Diretório, onde se destaca a fuga. Uma noção importante das fugas é que elas não eram definitivas, ou seja, eram utilizadas como uma forma de manifestar o descontentamento com certos elementos da sociedade colonial, logo, sanada tal insatisfação, os indígenas retornavam as povoações. Essas fugas, quando em caráter mais duradouro, não representavam o retorno ao território de origem, mais comum eram as fugas para outros aldeamentos em busca de condições que proporcionassem maior autonomia e/ou uma tutela que beneficiasse os interesses indígenas, como apontado por Coelho (2005) e Souza Junior (2012) – Isso não quer dizer que não existiam fugas para fora da sociedade colonial, como ocorre com os mocambos e retorno aos territórios de origem.

Portanto, os indígenas aldeados não abandonavam a sociedade colonial, tão pouco esse era o seu objetivo, visto que "[...] o apego dos índios descidos às povoações – algo pretendido pela legislação – nem sempre correspondeu a obediência prestada às determinações metropolitanas (Coelho, 2006 p. 278). A tutela determinada pelo Diretório e aceita com

resistência pelos indígenas, como já afirmamos, era o que desencadeava as fugas e não a negação por completo da vida colonial. Esses conflitos tinham origem, tanto em relação à tutela da liberdade, trabalho e renda, como relacionadas às cerimônias e rituais.

A legislação fracassou em impor uma restrição a locomoção dos indígenas, pois há inúmeros casos em que eles mudavam de aldeamento sem portaria ou autorização prévia do Estado. As motivações para a fuga eram várias, como no caso da índia que, à revelia do seu diretor da Vila de Souzel, fugiu para a Vila de Mazagão para casar-se com um soldado (Coelho, 2005 p. 279). A redistribuição do trabalho para as expedições ao Mato Grosso, construções de Fortalezas e algumas expedições de coleta não eram aceitas com passividade, tendo em vistas as condições do serviço e o tempo em que ficavam longe dos aldeamentos. Nesses casos, principais ou mesmo membros da família providenciavam a fuga ou o esconderijo até que a demanda por trabalho findasse (Coelho, 2005).

Com relação ao cotidiano dos aldeamentos, temos o uso de violência contra os indígenas por serem "fujões e bêbados"; a resistência dos indígenas aos diretores; mães indígenas que tentam evitar ida de filhos ao Real Serviço; rebeldia dos indígenas em relação as autoridades, incluindo principais; manutenção em suas roças de escravos fugidos e indígenas de outros aldeamentos; indígenas que acusam diretores sem nenhuma razão para abrandarem a sua tutela; realização de comércio ilegal de parte da produção. Uma forma ainda peculiar de demonstrar a resistência indígena à tutela, e como isso moldava as instituições coloniais a sua cultura, é através da reafirmação de suas cerimônias e rituais:

> O diretor da Vila de Pinhel viu-se em apuros, quando tentou coibir a realização de provas de valentia, nas quais alguns índios enfiavam a mão em um pote repleto de formigas *tucandeiras*, causadoras de uma dor intensa. O Principal Sebastião Pinto e o Sargento mor Simão da Silva opuseram-se de forma veemente à iniciativa do diretor, ameaçando levantaram-se e armas, caso ele continuasse a condenar seus festejos (Coelho, 2005 p. 279).

São essas infrações ou o uso da legislação e burocracia colonial a seu favor que proporcionou aos indígenas (e os outros agentes coloniais) a institucionalização de um cotidiano regido pelo Diretório, contudo, permeado por práticas rebeldes que proporcionam a emergência de novidades e uma estrutura mais flexível e não uma imagem perfeita do Diretório – que será muito importante no período pós-Diretório. Aceitando-se essa imagem adaptada do Diretório, é possível observar o protagonismo indígena.

Retornando às mudanças estruturais da sociedade ocasionadas pelo Diretório dos Índios em uma perspectiva de mais longo prazo, elas irão promover a emergência de inovações

(variações) no sistema colonial, reorganizando a economia das drogas do sertão. O Diretório incentivava a miscigenação e o reforço as famílias nucleares, através do casamento e da monogamia, promovendo um processo de mais longo prazo, com a temporalidade de algumas gerações, fazendo gradualmente as famílias camponesas caboclas ganharem relevância. Os filhos dessas famílias, os caboclos, eram livres e não estavam presos à tutela dos diretores e autoridades coloniais, da mesma forma que seus pais – ou melhor, o pai, que na maioria dos casos era branco. Essa primeira geração, casando-se com brancos, indígenas, negros e outros mestiços enriqueceram a diversidade familiar sobre o qual se assentaria a economia amazônica (Costa, 2012a).

Com a lei de liberdade de 1755, os cativos indígenas ganham liberdade, porém, tutelada por particulares pelo menos por seis anos. Segundo Sampaio (2007), esses indígenas e seus descendentes constituíram famílias lavradoras, intimamente ligadas ao abastecimento da cidade de Belém. Tinham uma condição similar às famílias miscigenadas, pois estavam fora da tutela do Diretório. Por caminhos ainda não explicados em detalhes pela literatura, constituíram nesse grupo de produtores e lavradores, "tapuios", que ganharam autonomia e liberdade para adquirir propriedades e estarem livres dos trabalhos compulsórios impostos pelo Estado. Para esse argumento, convergem Sampaio (2007) e Sommer (2013).

Por fim, a criação da CGCGPM em 1755, tendo como um dos seus principais objetivos a inserção mais contundente de escravos africanos no vale amazônico fez com que a floresta passasse por um "enegrecimento". Já vimos, de acordo com Coelho (2005), que ao final do Diretório, a população de negros se equiparava ao dos indígenas aldeados. Porém, é a população negra que lutou e escolheu viver fora da sociedade colonial, formando mocambos com indígenas, brancos e outros mestiços que nos interessa nesse ponto (Souza Junior, 2012). Essas comunidades que eram em número significativo, tiveram um papel fundamental na miscigenação e na transferência de conhecimento para manusear o bioma amazônico. Assim, mais um trajeto nos leva a uma intensa miscigenação com a formação de famílias caboclas.

Com o passar do Diretório, as famílias caboclas provenientes da miscigenação (Costa, 2012a) de indígenas ex-cativos (Sampaio, 2007; Sommer, 2013) e de mocambos (Souza Junior, 2012), vão cada vez mais aumentando em número e representatividade na população do Estado, sem estarem enclausuradas na tutela promovida pelo Diretório – os mocambos – fora até mesmo das regras da sociedade colonial. Desta forma, uma estrutura camponesa vai se formando com um grau de autonomia compatível às exigências das teorias do campesinato revisadas por nós. Essas famílias, com autonomia para se locomover (com restrições aos mocambos), prestar serviços, produzir e trocar, dentro ou fora da sociedade colonial, provocam mudanças no setor

das drogas do sertão. O modelo de causalidade cumulativa que explica esse processo continua a ser o de ruptura estrutural não-gradual com seleção de subconjunto e sucessor, porém, com uma temporalidade diferente dos primeiros processos causais e cumulativos apresentados anteriormente, pois a seleção de sucessor, nesse caso, opera de forma mais lenta.

Antes de avançarmos para o modelo, é importante estabelecer as conexões entre esse campesinato em emergência e o aviamento. A historiografia econômica amazônica distingue expressamente o aviamento do mercado, porém, o subordina aos ditames do mercado como instituição mais abrangente do sistema econômico, ou seja, ele reproduziria as dinâmicas dominantemente ditadas pelo mercado. Essa trajetória se deve a Santos (1980), Costa (2012a) e Weinstein (1993) que o associam ao campesinato caboclo, principalmente, às vésperas da economia da borracha, em meados do século XVIII.

Com a inserção da moeda autorizada a partir de 1748, com os esforços empreendidos pela Coroa e pela CGCGPM, os elementos de mercado ou até mesmo o mercado interno, sobretudo restrito a Belém, pode ter iniciado um processo de emergência e crescimento ainda tímido, como demonstra os esforços do Estado em organizar as montarias para Belém já nos últimos anos do Diretório. Pois bem, esse mercado interno, relacionado ao abastecimento de Belém, não poderia ter a escala suficiente para ser considerado um par teórico que nos ajude a entender esse crescimento institucional de estruturas camponesas nos sertões. Para este fim, o par teórico mais coerente com a escala do campesinato; com o processo evolucionário da economia amazônica nos sertões; e com seus objetivos de exportação e abastecimento, é o aviamento.

Infelizmente, o paradigma do mercado como a FIE absoluta fez com que a historiografia econômica brasileira, a historiografia amazônica e as teorias do campesinato aplicadas à Amazônia assentassem seus argumentos, na maioria das vezes, sobre o pressuposto de que os mercados realizavam essa integração entre a família camponesa e o sistema mais abrangente, o que por seu turno, invisibilizou a investigação de outras FIEs. Onde os estudos empíricos não nos proporcionam dados, a teoria nos orienta em caminhos inexplorados: o mercado como paradigma é tão forte que a argumentação foi realizada tendo como pressuposto o mercado como realidade e bloqueando a possibilidade de outras FIEs. Orientados pelo institucionalismo, fizemos o contrário, partimos das FIEs possíveis e investigamos se a economia em um tempo e espaço específico poderiam suportar tais soluções institucionais.

Uma pergunta é essencial: como o campesinato caboclo nos sertões se integraria economicamente utilizando um mercado interno? Para tanto, o campesinato deveria se dirigir às cidades, vender sua produção em troca de moeda cunhada em um mercado, para depois realizar a compra das mercadorias com os comerciantes da cidade que satisfizessem suas

necessidades, dando em contrapartida, as moedas cunhadas na transação. Isso seria factível ao campesinato nas imediações de Belém, como argumenta Marín (2000) em relação ao rio Acará. As distâncias não parecem ser um obstáculo determinante para a não existências de mercados, pois a mobilidade dos indígenas utilizando os rios parece ser mais uma rega do que uma exceção, herdando aos camponeses esse cultura da mobilidade – comprovada pelo movimento muitas vezes ilegal entre os aldeamentos, como se queixam os diretores (Souza Junior, 2012; Coelho, 2005). Porém, ponderamos esse argumento em função das já citadas ordens do Governador aos diretores de povoações para enviarem montarias para a cidade, buscando instituir um mercado de alimentos em Belém que encontrava dificuldades para se tornar um hábito estrutural.

Acreditamos que essa não seja a realidade da maior parte do campesinato em crescimento na Amazônia. Este se concentrava nos sertões. A historiografia amazônica nos demonstra que, apesar de existir esforços na segunda metade do século XVIII para gerar excedentes para o abastecimento interno do Estado, ou seja, o movimento de produtos entre as povoações e as capitais para o consumo da população, e incentivar o mercado local ("comércio"), a atividade econômica principal eram as drogas do sertão, voltadas, principalmente, para exportação.

Os sítios dos indígenas aldeados não ficavam próximos, nem mesmo as povoações do interior do Estado, que foi um constante empecilho para regular o trabalho pelos diretores e administradores coloniais (Almeida, 1990). Se isso não é determinante como obstáculo, porém, reduz a escala da economia urbana em termos de concentração e centralidade da vida econômica. Não há motivos para ser diferente com as famílias caboclas. Pois bem, aqui não existem dados empíricos que nos possibilitem testar nosso argumento, logo, nos respaldamos no processo evolucionário da economia e da revisão de literatura sobre o tema, para nos fornecer um caminho mais coerente – o aviamento conectava essas famílias fora das povoações, e nos sertões da Amazônia, ao sistema colonial mais amplo.

A primeira restrição era a ausência de um mercado formador de preços nas vilas e lugares. Nas povoações e lugares do sertão, o capital dos negociantes que dependiam do mercado teriam um espaço restrito para proliferar. A produção agrícola excedente direcionada para o abastecimento era limitado, e o "comércio" das drogas do sertão e a produção agrícola exportável direcionavam seus fluxos para Belém de onde também vinham seus pagamentos, seja ele pelas canoas do comum, ou dos particulares, conectando essa economia à capital comercial majoritariamente. Quando haviam excedentes, poderiam ser requisitados pelo Estado para realizar redistribuição, através de derramas, para suprir vilas e povoações em crises de abastecimento, o que era frequente e diminuía a escala de produtos a serem negociados por

esses mercados – a derrama era necessária quando falhava a domesticidade das unidades familiares e a redistribuição dos recursos das roças do comum. A domesticidade nos sítios dos indígenas aldeados e particulares reduzia a dependência externa para alimentar seus trabalhadores. Em âmbito da povoação e lugares, as roças do comum eram uma garantia coletiva para os indígenas em adaptação e para despesas públicas, ou seja, mais um concorrente institucional quando se pensava em recorrer a um mercado para subsistência da população.

Em relação aos produtos da cultura europeia e outros produtos de subsistência locais, a circulação desses produtos nas povoações não era feita predominantemente por um mercado, mas sim, pelos armazéns do Estado, que recebia dízimos e depósitos dos particulares com os salários dos indígenas e pagava soldos, côngruas e outros pagamentos, por exemplo, sem mencionar que equipavam as canoas do comum. O restante se operava por trocas diretas entre os habitantes das povoações, que se ocupavam em suas roças ou nas roças do comum, nos sítios dos particulares ou nas expedições. Somado a isso, estava a proibição do diretor realizar "comércio" com os indígenas aldeados e a tutela que exercia sobre eles na troca de seus produtos. Assim, a circulação interna nas povoações se dava, predominantemente, pelos pagamentos e recebimentos do Estado feitos em gêneros; os produtos exportáveis estabeleciam fluxos diretos com Belém; o restante era complementado por estruturas redistributivas, domésticas e com trocas diretas. Assim, pouco espaço integrativo podia ser reservado para o mercado e as trocas indiretas, apesar de seus elementos poderem se manifestar sem uma interdependência relevante.

Em Sampaio (2003), ao analisar as povoação de Poiares (uma das maiores da capitania do rio Negro), retrata seu cotidiano e as edificações, contudo, sem deixar transparecer qualquer estrutura relacionada aos mercados locais, ao contrário, reforça o papel dos Armazéns Estatais:

> Porém, na passagem do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1786, a conjuntura já é diversa. A primeira imagem do lugar são as casas do principal dos Barés, Clemente de Mendonça e dos Manaus, Sebastião de Souza, e ainda a casa do abalizado João de Mendonça. Via-se imediatamente o curral de gado dos moradores. No centro da povoação, estava a modesta Igreja de Santo Ângelo e, ao seu lado, ficava a residência do vigário. Próxima, estava a casa do diretor, anexa ao armazém da povoação. Os moradores brancos possuíam 3 [...] As casas dos índios somavam cerca de 40 (FERREIRA, 1983, p. 473). [...] A vida cotidiana em Poiares ainda era tensa. Um grande incêndio ocorrido no armazém da povoação também serviu para desnudar os antagonismos ali latentes. [...] Quando retornou, o armazém ardia em chamas, perdendo-se as farinhas, o cacau, café, a salsa e os potes de manteiga do diretor, de Bento do Rego e João Manoel Rodrigues. Perdeu-se também a pólvora, o sal e o chumbo da povoação. O armazém e as casas vizinhas foram completamente destruídos (Sampaio, 2003 p. 167-168).

As famílias camponesas, nesse caso, não dispunham de um equipamento urbano nos sertões adaptado às condições de um mercado local; não havia um mercado físico para os camponeses venderem a produção para abastecimento – mesmo em Belém, passaram a existe a pouco tempo; não há comerciantes que comprassem a produção local exportável em um mercado e que vendem os produtos oriundos de fora da povoação através de trocas indiretas com o dinheiro cunhado. As expedições levavam esses produtos diretamente para Belém, onde se concentrava a cobrança dos dízimos da Fazenda Real. Não havia circulação relevante de moeda cunhada; a maioria da população não tinha liberdade para comerciar a produção (indígenas aldeados) e se mantinham ausentes da povoação por longos períodos de tempo, diminuindo a escala da economia urbana.

Portanto, essas famílias camponesas caboclas, tinham que realizar transações majoritariamente fora das povoações, sem intermediação da moeda cunhada, fazer movimentar para fora da unidade familiar sua produção excedente e exportável, assim como, em sentido contrário, acessar produtos externos que suplementassem seus meios de subsistência. Historicamente, nos sertões, o aviamento foi responsável por realizar tais operações, através das canoas. As canoas eram o elo móvel da cadeia de meios de subsistência que conectavam a principal centralidade, Belém, às outras povoações e famílias camponesas caboclas dispersas pelo vale amazônico. Destacadamente, as canoas particulares, porém, também as canos dos comuns de forma clandestina, realizavam trocas nas povoações ao longo dos sertões (Roller, 2013; Pompeu, 2021). O cabo de canoa, o representante militar e comercial do Estado, em expedições oficiais, por mais de um século, utilizou apenas uma forma de fazer comércio, o aviamento – demonstramos que é fluída a nomeação dos mesmos agentes como cabos de canoas oficiais e para canoas particulares, o que conectava a disseminação do hábito de aviamento nas duas formas.

Porém, não há um consenso sobre quem realizava o intercâmbio com as famílias caboclas em constituição na segunda metade do século XVIII. Observamos duas correntes na literatura: uma que defende que os “comissários volantes” realizavam essa integração; a outra, que as expedições e seus cabos de canoa eram responsáveis por essa função. Contudo, em ambas, o resultado era a institucionalização do “regatão” ou “mascate fluvial”, figura que era importante na economia amazônica nos séculos XIX e XX, e que se utilizava predominante do aviamento para realizar seus negócios (Neto, 2020; Mcgrath, 1999; Goulart, 1968; Couto; Morais, 2014).

Os autores como Neto (2020) e Mcgrath (1999) se alinham à argumentação que se coaduna com obra de MacLachan (1972)[169] quanto às origens do regatão. Para estes, a figura do regatão emerge durante o período pombalino. Provenientes das políticas imigratórias implementadas pelo Marquês de Pombal, esses europeus, judeus e árabes, que não se adaptaram à agricultura e à dificuldade de acessar mão de obra, se dedicaram ao comércio, fixando-se na rede urbana em constituição na Amazônia (Neto, 2020; Mcgrath, 1999). São denominados de "comissários volantes", porém, se diferem daqueles que, na literatura, eram responsáveis por abastecer a colônia antes da CGCGPM. Estes são especialistas no comércio realizado no interior do vale amazônico, conforme descreve Mcgrath (1999 p. 61-62):

> Durante boa parte do período colonial, a maior parte do comércio entre Belém e o interior foi conduzida por comerciantes itinerantes chamados de "comissários volantes" (MacLachan, 1972). Muitos desses comerciantes vieram dos grupos de pequenos produtores colonos que, incapazes de obter uma quantidade suficiente de mão-de-obra indígena para a lavoura, optaram pelo comércio como melhor alternativa. Esses comerciantes, cujas operações frequentemente envolviam apenas uma canoa e uma quantidade de cachaça, fizeram um comércio lucrativo, embora ilegal, com as aldeias indígenas do governo, comprando produtos florestais e agrícolas de índios e de diretores corruptos das aldeias. Apesar de constantes tentativas, as autoridades coloniais nunca conseguiram erradicar, e nem regular, essa forma de comércio. Consequentemente, no final da época colonial, os regatões eram um elemento ubíquo do comércio amazônico (MacLachan, 1972). Com a Independência e o declínio do pouco comércio e transporte organizado que existia entre Belém e o interior, o número de regatões aparentemente aumentou (Wallace, 1889: 261).

A outra versão adotada por autores como Cardoso (2015) e Leal (2017) tem como referência, a princípio, o obra de Goulard (1968). Para este autor, o regatão desembarcou na Amazônia junto com os portugueses. Está associado às tropas de resgate e outros métodos de escravização indígena, pois o agente comercial do regatão se personificava pelo cabo de canoa, que realizava esse comércio. Assim, Goulard (1968) atribui às expedições das tropas de resgate a emergência do regatão, em um período bem anterior ao apontado pela versão apresentada anteriormente.

> Já entre os primeiros caçadores de índios surpreende-se o regatão em atividade, posto que ao tempo não se o conhecesse por tal designação. Outra coisa não eram, do que autênticos regatões, muitos daqueles particulares que, ora integrando as tropas de resgate oficiais, ora por sua própria conta e risco, alcançavam e percorriam as conhecidas paragens à procura das aldeias para, em troca de mercadorias, adquirir "peças" negociáveis ou preálas para atenderem a encomendas antecipadamente feitas. [...] Com efeito, referindo-se ao regatão, Frei Vicente do Salvador já o apresentava como sendo Homem que se dava, nos séculos XVI e XVII, ao resgate de indígenas

[169] MACLACHAN, e. M. 1972. The Indian Directorate: forced acculturation in the Portuguese Amazon, 1700-1800. In. Aulden Dauril (Ed.). Colonial Roots of Modem Brazil, pp. 199-230. Berkeley: University of California Press.

> comprando-os a preços vis aos seus preadores. Como a invasão da Amazônia, pelos portugueses, deu-se em 1616, e admitindo-se que Frei Vicente tenha feito aquele registro talvez ao findar o primeiro quartel do século XVII pois terminou sua História a 27 de dezembro de 1627, conclui-se que o regatão surgiu naquela região quase que simultaneamente com a chegada ao Pará dos fundadores do Forte Presépio. É de crer tenha sido a sua presença no resgate de indígenas a causa da confusão salientada por José Verissimo quanto à origem da palavra regatão, quando, aliás, confirma Frei Vicente, ao dizer que o mencionado comerciante figurava entre os resgatadores de bugres (Goulard, 1968 p. 83-84).

Mais tarde, no período pombalino, o regatão se associaria às transações para adquirir as drogas do sertão:

> [...] O regatão, cujo o comércio a esse tempo prosperava em decorrência da crescimento de sua freguesia e a ambição do seu campo de atividade, que a exploração das drogas do sertão ensejava, não titubeou em adotar e adaptar para seu uso a nova arqueação [canoa], nela instalando seu armazém, o seu escritório e, não raro a sua residência (Goulard, 1968 p. 59).

Nosso intuito não é analisar quais das argumentações em relação a emergência do regatão apresenta evidências mais contundentes. Nosso objetivo é demonstrar que a família cabocla, em crescimento institucional, e sua característica de dispersão pelo vale amazônico, afastado das principais expressões de urbanização, tinha sua integração econômica assegurada, ou pelas expedições das canoas particulares e comuns – como vimos em Roller (2013) e Pompeu (2021 p.79), que pode oferecer certo respaldo ao argumento de Goulard (1968) – ou pelos comissários volantes, como afirma Neto (2020) e Macgrath (1999). Temos uma diferença essencial nessas abordagens: os comissários volantes tinham como objetivo principal de sua atividade o comércio, enquanto que as expedições tinham, principalmente, o objetivo de coletar as drogas do sertão. Quais delas ou como as duas desembocaram evolucionariamente no regatão do século XIX, infelizmente, não temos como responder no presente trabalho. Convencionalizamos, a partir desse ponto, que quando nos referimos à canoas, não estamos optando por nenhuma das duas versões[170].

Portanto, com um número cada vez maior de camponeses caboclos, à medida que as gerações vão se sobrepondo, cada vez mais dispersos pelo território ao redor das povoações e livres das amarras do Diretório eles se associam às canoas que estão em busca de drogas do sertão, que passam a ser seu par teórico mais adequado para realizar o movimento dos produtos nos sertões. No exercício de sua função nos sertões e para qual foram autorizadas a navegar e equipadas, em paralelo, as canoas, podem realizar o aviamento dessas famílias camponesas

[170] Infelizmente, não conseguimos ter acesso ao texto de MacLachan (1972) para aprofundar os nossos estudos e realizar uma análise mais criteriosa entre os argumentos.

caboclas, sem prejuízo de suas atribuições, visto que essas estão nos caminhos das expedições – é uma forma também de compensar a população em declínio nas povoações que servem de tripulantes e coletores. Por sua vez, a canoa dos comissários volantes tem sua finalidade última, o comércio. Nesse caso, o pagamento feito pelas famílias continua o mesmo de interesse das canoas: principalmente as drogas do sertão e os derivados da caça e pesca. O mesmo se aplica ao comércio com as famílias caboclas oriundas das miscigenações nos mocambos, que estão fora da sociedade colonial. Para esse caso, se replica o aviamento comercial já utilizado pelos cabos de canoa, conforme apontado por Roller (2013). O comércio administrado é ainda mais necessário nesse caso, pela exigência de confiança entre as partes por se tratar de comércio ilegal.

Ao longo de quase dois séculos de colonização europeia no vale amazônico, um capital (cabedais) comercial e mercantil foi se formando em Belém, tendo como principal fonte de acumulação, os negócios das drogas do sertão e mercês. A magnitude e importância desse capital se acentua no Diretório com a CGCGPM e, depois de sua dissolução, com os negociantes de Belém que tinham sócios na metrópole. Esse capital era um grande estoque de produtos de consumo das populações dos sertões, que precisava circular por eles para poder ser substituído por drogas do sertão, os principais produtos exportados por esses comerciantes para a metrópole.

Contudo, ao que pese a existência de um capital comercial e mercantil, quem realizava essa circulação nos sertões controlados pela sociedade colonial era a redistribuição, e não o mercado. Toda a carga cumulativa dos processos evolucionários se manifestavam para arranjar essa associação entre campesinato caboclo (famílias miscigenadas, famílias de ex-cativos indígenas e as famílias dos mocambos), canoas e negociantes de Belém. Esses agentes estavam habituados a operar com o aviamento nos sertões, para acessar o trabalho, realizar descimentos, adquirir drogas do sertão, em contrapartida, os pagamentos originavam finanças em gêneros, pautadas em obrigações não-econômicas. O que temos de específico, nesse caso, é que as canoas se relacionavam com famílias autônomas. Pela primeira vez, as transações das drogas do sertão se articulavam a agentes não tutelados (campesinato) pelas atividades coloniais, ou que estava fora da sociedade colonial (mocambos). Porém, isso não significava o abandono das práticas redistributivas, pois elas se combinavam ao comércio mercantil em Belém, por força dos processos evolucionários.

Finanças em gênero; relações pessoalizadas e de longo prazo, e obrigações não-econômicas fundamentaram essas práticas redistributiva nos sertões amazônicos, porém, passaram a ser cerceados pelo objetivo predatório do capital mercantil de assegurar a sua

reprodução individual, que conduziu essa obrigação nos sertões por canais mais e menos exploratórios, de acordo com a variação da taxa de lucro do centro distribuidor em Belém. Para tanto, os comandantes das canoas tinham um papel de intermediário e de moderador entre a necessidade de reprodução individual (do capital) e da reprodução coletiva, pois este representava a mobilidade e flexibilidade do sistema e que instituiu as relações pessoalizadas e duradoras com as famílias camponesas nos sertões. Entre a exploração pressionada por Belém e a necessidade de reprodução familiar, o comandante foi o moderador que acomoda os objetivos diversos desses agentes, de modo que ambas tivessem satisfeitas com as condições mínimas de reprodução.

Assim, onde a rede redistributiva dos meios de subsistência do Estado não chega (pelos pagamentos e trocas diretas), pois essas famílias estavam fora do Diretório, a rede redistributiva do capital mercantil em Belém tomou para si a função de centro e redistribuidor. Contudo, realizava essa redistribuição com um repertório mais restrito: pagava para depois receber, ou dito de outra forma, financiava para depois receber o pagamento. Este arranjo redistributivo não tinha o mesmo privilégio que o Estado, ou seja, receber para redistribuir e vice-versa. É nesses termos que a obrigação não-econômica – a dívida – era criada e organizava o pagamento do aviamento pela família camponesa em drogas do sertão.

Com esses elementos, argumentamos que o mercado não era a instituição que poderia oferecer meios de integração econômica suficientes à exigência do campesinato caboclo, e por extrapolação, também não era a principal via de acumulação dos negociantes que se concentravam em Belém, mas que também, estavam nos sertões, e dependiam do "comércio" das drogas do sertão e de mercadorias da cultura europeia. No lugar do mercado, o aviamento parece ser um par teórico mais adequado, seja através de suas variantes redistributivas ou de comércio administrado, considerando evolucionariamente as soluções institucionais adotadas pelos agentes e a estrutura. Estabelecido nossos argumentos teóricos que conectam as estruturas camponesas ao aviamento, passemos a analisar como essas famílias reestruturaram as instituições do setor de drogas do sertão.

Considerando que nosso conjunto anterior A é o resultado do processo causal e cumulativo do modelo descrito anteriormente, que se refere às canoas, podemos iniciar nossa análise. A lei de liberdade de 1755, que libertou os ex-cativos indígenas e as posteriores que o colocavam sob tutela do juízes de Órfãos, e depois, foram cedidos aos seus antigos donos; a lei do Diretório dos Índios de 1757, que incentivou o casamento pluriétnico e a miscigenação; e o tráfico negreiro mais intensivo realizado pela CGCGPM, a partir de sua operação no Estado e da formação extensiva de mocambos pelos escravos fugidos; resultaram a emergência de

variações (hábitos) diferentes na estrutura social da colônia, com a emergência das famílias caboclas fora do Diretório, contudo, de forma paulatina e gradual, conforme se desenrola a seleção de sucessor. Assim, no conjunto B, por ação da variação e da herança, ao lado das variantes que fazem circular os produtos do setor de drogas sertão, são acrescidos dois novos hábitos, o aviamento da família miscigenada (AFM) e o aviamento da famílias dos indígenas ex-cativos (AFC). O aviamento dos mocambos (AMc) é assimilada pelo hábito do aviamento comercial das canoas, por exigirem acordos entre comandantes e os representantes dessas comunidades, sobretudo, pela sua condição de ilegalidade.

Algumas características do aviamento das famílias caboclas se assemelham às variantes do conjunto anterior, portanto, agora, passaremos a analisar a herança desses processos: as finanças em gêneros, as relações pessoalizadas e de longo prazo e a integração redistributiva. Para as famílias camponesas em emergência e em crescimento institucional, as canoas realizam o movimento de meios de subsistência sem a utilização de moedas cunhadas, amparando-se na dívida e no pagamento, ambos realizados em gêneros faziam as drogas do sertão e mercadorias da cultura europeia circularem entre os sertões amazônicos e Belém.

As transações não ocorriam de forma impessoal e em uma única ocasião. A recorrência das transações e as diversas rodadas que faziam renovar a dependência mútua entre famílias caboclas e as canoas estabilizavam uma relação pessoalizada e de longo prazo, onde o dinheiro como pagamento e padrão de valor, e seu uso no controle de contas devedoras, era de fundamental importância, assim como o seu papel regulador de *status*. Essa relação se instituiu com base na dívida, porém, com características próprias, e que as diferenciava das variantes do aviamento até então, e da própria redistribuição, como veremos a seguir.

Os movimentos das drogas do sertão no interior do território, sob controle dos portugueses, ainda ocorria fundamentalmente por meio da redistribuição. Nos sertões, o mercado e seus elementos não tinham respaldo para se instituírem como em Belém. As obrigações não-econômicas e o seu pagamento entre campesinato caboclo e as canoas oferecia o respaldo institucional para o funcionamento da redistribuição. Não tínhamos comércio de presente e administrativo, pois os caboclos estavam dentro da sociedade colonial – exceção, como vimos, eram os mocambos. Não é mercado, pois a zona monetária de influência dessa instituição e seus elementos se restringiam a Belém, e no máximo, às localidades em seu entorno.

Não é reciprocidade, pois temos uma assimetria na relação entre famílias caboclas e as canoas, onde os produtos movimentados tinham magnitude quantitativa, ou seja, contas devedoras e credoras orientavam esses movimentos, ao contrário da dádiva e contradádiva, que

era orientada pelas qualidades certas na hora certa. Essa assimetria se aprofundava quando o pagamento realizado pelo caboclo tinha objetivo de assegurar um fluxo contínuo de bens de prestígio na comunidade, respaldada na emulação[171]. A dependência desses bens, que se constituía em dinheiro de uso específico regulador de *status* nas comunidades conformadas pelas famílias camponesas, era uma força mitigadora importante contra a inadimplência do crédito ofertado, ou seja, o não pagamento em gêneros, com um quantitativo aceitável pelas canoas, podia bloquear este canal por onde fluiam bens de prestígio, o que resultaria em perda de poder político e *status* na comunidade – estamos nos respaldando em nosso referencial teórico para inferir esse argumento.

O Estado não era a única instituição capaz de exercer o papel de centro redistribuidor. É aqui que iniciamos o destaque das diferenças. O capital mercantil que se consolidou em Belém acumulou meios de subsistência em seus estoques, direcionando sua redistribuição para os sertões. Fez isso através da dívida e do pagamento. É quase nula a possibilidade de movimento desses mesmos meios por compra e venda, onde um mercado emergiria. Portanto, as canoas realizavam o aviamento das famílias caboclas, redistribuindo os meios de subsistência que receberam a crédito do capital mercantil[172]. Portanto, os estoques dos comerciantes em Belém, apesar de não unificados, funcionavam em conjunto como um grande armazém que centralizava produtos da cultura europeia e os redistribuía para originar a dívida, utilizando procedimentos contábeis condizentes com as finanças em gênero. O pagamento da dívida proveniente da redistribuição supracitada pelos caboclos, providenciava o movimento que originou a centralização das drogas do sertão pelo capital mercantil, com o qual era possível acessar os

[171] Em Murrieta (2001 p.60-61), é analisado o padrão de consumo das famílias caboclas do Baixo Amazonas na década de 1990, nas comunidades da ilha do Ituqui, próxima a Santarém-PA. Nesse estudo, observa-se que o acesso e consumo de "produtos importados" como "[...] industrializados e outros alimentos importados como carnes e cereais enlatados, óleo de cozinha, leite em pó, manteiga e trigo [...]", era realizada por pouquíssimas famílias mais abastadas, sendo que o aviamento é uma das justificativas para essa escassez, e depois deste ter perdido sua influência, a falta de dinheiro corrente. De qualquer forma, utilizando o arroz como exemplo, afirma que os caboclos buscam emular os hábitos de consumo de fazendeiros e classe média urbana, que são mais abastados, e isso tem uma motivação para angariar prestígio e *status* na comunidade: "Assim, pode-se dizer que o arroz, carregando um pouco da mística da alimentação urbana e de elite, servia, como diria Roland Barthes (1997: 25), como um "sinal" e um "meio" para enfatizar, ou apropriar-se de, um estilo de vida considerado socialmente superior e desejado. Seria assim um mecanismo discreto para estabelecer algumas distinções de classe [...] sinalizava algumas das ambições sociais e a auto-imagem cultivada da família [...]". Infelizmente não encontramos referências aos hábito de consumo em geral e sua função no acumulo de prestígio e poder das famílias em comunidades caboclas durante o diretório, porém, acreditamos que essa prática do século XX sirva de prerrogativa de que não é infundada a inferência que realizamos com base no nosso referencial teórico vebleniano e polanyiano para o período do diretório. As restrições impostas pelo aviamento, como afirma o autor, dão ainda mais força para nosso argumento de que o dinheiro com *status* que as canoas dispunham, pela escassez, eram ainda mais valorizados e desejados pelos caboclos, potencializando o poder dos comandantes da canoa.

[172] Acreditamos, caso as canoas em geral, e as do comum, em específico, tivessem algum papel no processo evolucionário que instituiu os regatões, seu papel em relação às canoas dos particulares era menor, como demonstra a proporção que cada canoa comandava na coleta de drogas do sertão.

produtos da cultura europeia e renovar os estoques através do comércio externo com a metrópole, ampliando a magnitude destes estoques, para reiniciar o ciclo de endividamento pelo aviamento.

Centralização e distribuição ocorreram com uma economia política redistributiva em termos distintos. Não havia qualquer obrigação do campesinato caboclo com as canoas antes do adiantamento dos produtos. Por outro lado, redistribuição organizada pelo capital mercantil se comprometeu, antes de tudo, com a reprodução ampliada do seu capital, redefinindo os critérios de responsabilização coletiva impostos pela economia política polanyiana. As metas estabelecidas para as taxas de lucro dos negociantes, em Belém, regulariam a maior ou menor exploração pelas canoas nos sertões amazônicos. Nesse sentido, a combinação da redistribuição com o um centro mercantil retirou a obrigação com a reprodução coletiva da sociedade, e o submeteu, em última instância, aos objetivos de lucro. Assim, essa variante de aviamento estava desprovida, relativamente, das salvaguardas das relações anteriores, seja pelo comércio administrativo ou pela redistribuição a serviço do Estado – entre o lucro do negociante e a reprodução coletiva, a redistribuição mercantil fragilizou a reprodução social[173].

Na base do aviamento redistributivo mercantil está a família camponesa cabocla, autônoma e livre da tutela do Estado. Desde a emergência do aviamento na Amazônia, foi a primeira vez que a base aviada de trabalhadores pode decidir autonomamente pelo ingresso, ou não, na rede de endividamento. Como afirmamos anteriormente, a família cabocla não tinha qualquer obrigação que a submetesse ao centro mercantil. Isso muda apenas com o crédito oferecido pelas canoas, que originou a dívida. Complementarmente, essas família tem como representante o patriarca ou matriarca (com menos respaldo naquele período histórico) da família, que negociava os termos do aviamento com o comandante da canoa. Assim, não há missionário, principal, diretor ou outro agente que representasse esses trabalhadores. A família, como unidade elementar de organização, desfrutava da domesticidade plena, contudo, perdia as salvaguardas proporcionadas pela tutela do Diretório. É uma mudança significativa em relação ao conjunto anterior.

Por fim, a forma adotada pela redistribuição mercantil para criar a dívida difere da redistribuição estatal. Se o Estado, nos termos da economia política vebleniana, tinha respaldo para cobrar impostos e sustentar sua classe ociosa, bem como redistribuir apenas,

[173] Em estudo na década de 1990, Aramburu (1994) destaca práticas de solidariedade entre o padrão e o freguês, como em casos de doença. Contudo, apesar da possibilidade de cumplicidade do aviador com o aviado durante do diretório, relativamente, as salvaguardas oferecidas provavelmente ainda seriam menores que aquela proporcionada pelo Estado.

posteriormente, meios de subsistência ao povo em geral, o mesmo não se aplicava ao capital mercantil. Se a compra e venda com moeda cunhada não se instituiu nos sertões, uma rede redistributiva diferente da estatal se estruturou para suprir as famílias caboclas fora do Diretório e do vínculo com o Estado. Como sua predecessora estatal, a obrigação não-econômica era a sua essência. Essa obrigação era sustentada pela vasta tradição que se instituiu no vale amazônico ao longo dos quase dois séculos de colonização – de antecipar o pagamento pela transação realizada. Essa era a única forma possível para o capital mercantil receber pagamentos dos caboclos, visto que, não dispunha das premissas do Estado para primeiro receber e depois redistribuir.

Portanto, essa obrigação não-econômica teve um fundamento diferente da vassalagem Estatal; acreditamos que ela foi respaldada pelo *status* dos produtos da cultura europeia, que tinha na pessoa do comandante da canoa a personificação desse *status*, ou seja, cooptada à família pelo primeiro adiantamento, se estabelecia uma relação assimétrica pautada na posse desses produto. Entre quem deseja e quem detém os produtos de prestígio, logo, os em desvantagem buscavam estreitar os laços com o comerciante, e não afastá-lo. Mais uma vez, o dinheiro de uso específico foi chamado a exercer o seu papel de regulador de *status*. O fluxo contínuo e de longo prazo, que inevitavelmente aproximava as duas partes em uma relação pessoalizada, foi o objetivo da família cabocla, sendo essa garantia do pagamento da dívida e sua renovação periódica. Essa dependência criou uma assimetria de poder, com o comandante determinando os termos e equivalências entre os produtos (da cultura europeia *vs* drogas do sertão) e também, dada a dívida, o acesso privilegiado à produção do devedor, assegurando o movimento de drogas do sertão para os aviadores em Belém.

A dívida do caboclo com a canoa que foi se avolumando ou, no mínimo, que nunca foi quitada por sua renovação, recorrentemente motivada pela emulação, reproduziu constantemente a obrigação não-econômica, que é pessoalizada, paga em gêneros, de confiança e longo prazo, do caboclo com o comandante da canoa. Não temos atributos de uma dívida mercantil: impessoalidade da relação, pagamentos da dívida em dinheiro de uso geral e objetivo estritamente pecuniário (que proporciona a acumulação de capital viabilizado em algum momento pelo acesso a um montante inicial de dinheiro de uso geral).

É estabelecida uma dependência mutua, contudo, assimétrica: nos sertões, o meio de pagamento das canoas tinha mais prestígio que o do camponês, ou seja, as canoas detinham o meio de pagamento que atribuía prestígio ao seu possuidor. Uma casa camponesa com utensílios e alimentos da cultura europeia elevava o seu prestígio no interior das comunidades caboclas (MURRIETA, 2001). As canoas, como portadoras desse dinheiro, tinham a seu favor

a assimetria, pois controlavam a distribuição. A emulação entre as famílias caboclas compunha mais uma camada de segurança as canoas na transação de crédito, pois apenas o pagamento dentro de uma média normal de endividamento de longo prazo podia assegurar o fluxo contínuo desses produtos aos camponeses. Instituído o endividamento, de meio, ele se tornava um fim em si mesmo, dando ao credor um poder desproporcional em relação ao cliente.

A motivação emulativa da dívida complementavam as forças que restringiam as escolhas das famílias em relação a sua retirada da cadeia de endividamento. Se viam forçadas ao pagamento da dívida, contudo, sem nunca se desvincularem por completo desse circuito de crédito. Então, nosso aviamento redistributivo mercantil era uma adaptação ao ambiente dos sertões, a partir da redistribuição Estatal, onde o fundamento da obrigação não-econômica era o meio de pagamento com *status* possuído pelo comandante da canoa, o que lhe confere honorabilidade e poder suficientes para se tornar um recebedor contínuo de pagamentos, como se fosse uma estrutura centralizadora. Após os primeiros acordos, não importava quem precisava ser cooptado no início do processo causal, o relevante é quem tinha o produto com *status* e quem eram os credores e devedores dos pagamentos na instituição do aviamento, de onde se originava a assimetria de poder na relação – reforçando, inferimos essa explicação com base nas categorias de nosso referencial teórico e no processo evolucionário da economia colonial que delineamos, a partir da revisão de literatura histórica.

Com a emergência dessas famílias caboclas, tivemos o início do processo de crescimento institucional em C. Com o aumento do número de famílias caboclas (AFM e AFC), elas vão crescendo na estrutura gradualmente, o que repercute na sua representatividade (i) enquanto estrutura que pode oferecer drogas do sertão. Como as famílias caboclas nos mocambos são assimiladas pelo aviamento comercial das canoas, eles também entraram em crescimento. Relativamente, os outros hábitos que promovem movimento das drogas do sertão, as canoas particulares e comuns, variam negativamente com o crescimento dessas variantes. Quando a seleção de sucessor chega ao conjunto D, a oscilação dos parâmetros de representatividade se estabilizaram e amadureceram sua posição (transitória ou passageira) na estrutura institucional.

Nesse conjunto posterior D, temos acrescentado os três hábitos de aviamento instituídos da estrutura, contudo, ainda temos como dominante as variantes de aviamento relacionadas às canoas dos particulares e dos comuns, que dependiam do trabalho redistribuídos pelos aldeamentos. Porém, o fato relevante entre a década de 1750 e de 1790, é que essas famílias caboclas ganham relevância estrutural, passando a ser a forma dominante de aviamento apenas após o fim do Diretório em 1798, quando uma "massa camponesa" adicional e significativa – que estava aldeada, apesar de terem assimilado a instituição família, eram tuteladas pelas

autoridades – se libertou da tutela e se espraiou pelo vale amazônico (Neto, 2020). Esse movimento, decisivamente, teve força suficiente para transformar a família camponesa e o seu aviamento em uma variante dominante na primeira metade do século XIX – reforçando ainda mais o hábito de receber para depois realizar o trabalho, como se habituaram durante a tutela do Diretório.

Não estamos desprivilegiando as famílias caboclas que foram se constituindo ao longo do Diretório, apenas estamos conciliando a importância das famílias tuteladas, que com o fim do Diretório, ganharam autonomia e convergiram também para estruturas camponesas, que em último caso, inviabilizou o aviamento redistributivo que foi a base do trabalho das canoas particulares e da redistribuição das canoas comuns – a solução institucional para a ruptura estrutural de 1798, hipoteticamente, seria a estrutura camponesa cabocla, tornando-se o fundamento da economia das drogas do sertão – o que também, não excluiu sua importância nos gêneros para o abastecimento interno, como a farinha.

No setor das drogas do sertão, portanto, seleção, variação e herança nos proporcionaram uma revolução na estrutura, pois abandonamos o conjunto anterior A do Regimento das Missões com as canoas missionárias e canoas particulares, ambas com o trabalho na base de coleta tutelada e sem autonomia; chegamos ao fim do Diretório com as canoas dos particulares e dos comuns, dependentes da redistribuição Estatal do trabalho indígena, e com a base de trabalho da família cabocla, uma inovação do período que articulou as canoas, famílias autônomas e o aviamento redistributivo mercantil.

Portanto, os setores trabalho e de drogas do sertão se ampararam, em grande medida, nas integrações proporcionadas pelo aviamento para fazerem circular seus respectivos recursos durante o Diretório, existindo, na contramão, um fluxo intenso de gêneros e produtos como meio de pagamento. Temos, como no período anterior, uma extensa finança em gênero, englobando um sistema monetário e financeiro heterogêneo. Contudo, especialmente em Belém, a emergência de finanças em dinheiro atribuídas e apoiadas no mercado, iniciaram seu processo de estruturação. Vamos nos dedicar, a partir de agora, a especificar o sistema monetário e financeiro associado ao aviamento, pois não tivemos oportunidade de fazê-lo profundamente durante a análise dos setores de trabalho e drogas do sertão.

Para analisar essas finanças, nos concentraremos no aviamento que equipa as canoas dos particulares em busca de drogas do sertão com sua tripulação aviada. A grande estrutura que financiava o aviamento redistributivo e concentrava as drogas do sertão dessas canoas foi, em períodos distintos, a CGCGPM e os negociantes de grosso trato. Eles eram o grande centro contábil e compensatório das finanças em gênero das canoas dos particulares. O endividamento,

como vimos em passagem anterior sobre a Companhia, constituiu uma de suas estratégias para financiar e ter poder de determinação dos preços dos gêneros exportados. A CGCGPM, que era proibida de vender a retalho, porém, lhe era permitido conceder crédito em mercadorias aos negociantes menores da colônia, que por sua vez, financiavam as canoas particulares. Portanto, a cadeia de aviamento se iniciava na CGCGPM e negociantes menores de Belém. Eles substituíram o Estado e suas Tesourarias na função de financiador, centro contábil das contas devedoras e na realização dos pagamentos oriundos das finanças em gênero.

Com a dissolução da CGCGPM, negociantes independentes e de grosso trato, com sócios na metrópole, assumiram a função de centro operacional das finanças em gênero. Contudo, o faziam em uma estrutura descentralizada e independente, que em nível macro e em conjunto, funcionavam como um grande centro de armazenamento, regidos, obviamente, por seus interesses e hábitos que eram homogeneizados pela dinâmica concorrencial e da taxa de lucro que garantissem sua acumulação de capital em níveis satisfatórios – ou seja, apesar de independentes, tinham seus hábitos de gestão compartilhados, proporcionando, no agregado, um comportamento relativamente homogêneo, como se fossem um único centro redistribuidor.

Essa é uma diferença expressiva em relação ao financiamento pelo Estado. Este o fazia, não apenas pelos lucros, tendo vista o interesse civilizatório da colonização[174], utilizando como uma das estratégias o "comércio", e a estabilidade política na colônia. Apesar da redistribuição mercantil não ter os mesmo interesses e objetivos da redistribuição estatal, ela se moldava à estrutura institucional já organizada na colônia, onde as finanças em gênero e a dívida eram os elementos principais. A causalidade cumulativa impôs sua força; os hábitos integradores da economia se coadunaram com o sistema monetário e financeiro herdado de quase dois séculos de redistribuição estatal. O movimento dos meios de subsistência era feito com o pagamento antecipando a obrigação; com o dinheiro de uso específico, ao invés do dinheiro de uso geral.

Em relação ao sistema monetário, passemos a explorar os usos específicos do dinheiro. Apesar do avanço do dinheiro de uso geral em Belém, ou seja, do uso como meio de troca indireto, nos sertões amazônicos a regra continuou sendo um sistema monetário heterogêneo e interdependente com o aviamento. Os meios de pagamentos provenientes dos armazéns do capital mercantil, como produtos da cultura europeia já citados ao longo da tese, eram utilizados para aviar famílias caboclas e indígenas aldeados. Para quitarem a dívida proveniente do crédito, esses agentes usavam como meios de pagamento os produtos provenientes dos sertões, como as drogas dos sertões (principal) e produtos provenientes da pesca, da caça e da

[174] Não compartilhamos essa ideia de que a colonização é civilizatória, apenas estamos retratando as intensões e argumentos da Coroa.

agricultura (destacadamente, a farinha). As obrigações, dessa forma, são honradas utilizando-se dinheiro de uso específico, o meio de pagamento.

Honrar as obrigações no aviamento, não representava, necessariamente, quitar por completo a dívida – o que excluía, nesse caso, o aviamento redistributivo do trabalho aldeado. Um pagamento suficiente do cliente para manter o endividamento em níveis controlados, quer dizer, que a produção do cliente ao longo dos giros anteriores tinha um tamanho suficiente para pagar a dívida, era o bastante para a renovação da confiança e do crédito. Assim, como no período do Regimento das Missões, o dinheiro como padrão de valor era essencial. Nesse caso, os réis emprestam seu valor nominal como padrão de valor para realizar o controle de contas devedoras como uma unidade ideal, como também, era a referência para estabelecer equivalência entre os gêneros. O centro operacional do dinheiro, como padrão de valor, foi, na primeira parte do Diretório, a CGCGPM, e na segunda, os Armazéns do capital mercantil.

Em âmbito estritamente privado, quem operava o dinheiro como padrão de valor e determinava toda a cadeia de equivalência e contas devedoras com a unidade ideal dos réis era a CGCGPM. A companhia aviava os comerciantes, que aviava a tripulação em conjunto, ou não, com os comandantes das canoas. Com a dissolução da companhia, o aviamento relacionado, principalmente às canoas, deixava de ter uma única instituição como coordenadora e operadora central do dinheiro como padrão de valor. Com receio de um surto inflacionário com a introdução da moeda cunhada, Dom João estabeleceu que "[...] que as câmaras do dito Estado com a aprovação do Governador taixem os preços que os mesmo usuais deverão ter o dinheiro do primeiro ano de sua introdução"[175]. Assim, esse trecho indica que a intenção da administração colonial era determinar as equivalências apenas no primeiro ano, deixando posteriormente esse mecanismo de ajuste por conta dos agentes, sem uma coordenação central. Contudo, a sua regulação imposta a CGCGPM poderia estabilizar essas equivalências.

Independente se as equivalências deixaram de ser estabelecidas ou não, a partir do primeiro ano de introdução da moeda cunhada, elas passaram a ser operadas pelo capital mercantil segmentado, que substituiu a CGCGPM no comércio de importação e exportação, reduzindo a capacidade de fiscalização e controle da Coroa portuguesa – como vimos, a CGCGPM tinha que seguir as taxas fixadas no contrato sobre o lucro dos produtos movimentados, alguns, como o sal, tinham até mesmo seu preço fixado pelo Estado, o que demonstra a ingerência do Estado na mesma – vimos que a criação da Companhia representou

[175] Carta Régia de 10 de setembro de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_013, CX. 30, D. 2890. Citado por Souza Junior (2012 p. 219).

mais uma simbiose entre capital mercantil metropolitano e o Estado redistributivo, que uma ruptura.

Portanto, teoricamente, as variantes do aviamento que se articulavam ao capital mercantil, estavam sujeitos às variações nas equivalências entre os produtos, pois o Estado, aparentemente, já não dispunha de mecanismo de controle e fiscalização dessas equivalências como no período do Regimento das Missões e da CGCGPM, visto que, o desenvolvimento do capital mercantil forçou essa descentralização – é nossa suposição para o período, visto que não encontramos referência a esse controle das equivalências como a realizada pelas juntas. Ainda não temos preços, pois a estrutura continua a privilegiar o dinheiro de uso específico, ao invés do dinheiro de uso geral nos sertões, porém, essas equivalências perderam cada vez seu caráter estabilizante e de suporte a uma economia política mais preocupada como a reprodução coletiva. Nessa mudança, foi representativo o papel do aviamento redistributivo mercantil relacionado ao campesinato caboclo em crescimento na estrutura, associada à dominância das canoas particulares – o trabalho continuou tendo sua equivalência determinada pelo Estado, o que é uma base forte de estabilidade.

O dinheiro, como meio de entesouramento, alimentava o financiamento do aviamento, quando se transformava em meio de pagamento. O Armazém da CGCGPM, dos comerciantes em Belém e dos particulares, eram grandes tesouros fora da circulação, esperando o momento adequado para tornar-se meio de pagamento, quando fluíam pelos sertões através das canoas particulares, originando um fluxo contrário dos produtos extraídos da floresta. Em âmbito privado, a origem desses estoques de mercadorias nas mãos dos comerciantes e particulares se relacionava às atividades que proporcionavam uma acumulação corriqueira e a acumulação por mercês. A acumulação por mercês foi uma outra aplicação do dinheiro como meio de entesouramento – o Estado concentrava o tesouro e redistribuía para as famílias honoríficas da colônia, como foi o caso das fazendas, assim, ele circulava particularmente dentro da classe ociosa.

Em relação ao período anterior do Regimento das Missões, o dinheiro de uso geral, o meio de troca, adquiriu alguma relevância na estrutura, porém, restrito à centralidade urbana de Belém. Sua inserção, como já foi apresentado, criou as condições para a emergência de elementos de mercado com maior significância. Coadunado com a moeda cunhada e os elementos de mercado, esse dinheiro também possibilitou a circulação de dívidas, letras, ações da CGCGPM e crédito ofertado em moeda cunhada que representavam a emergência de mercados no sistema financeiro, mesmo que de forma incipiente – posteriormente ao Diretório, a ocupação de Caiena entre 1809 e 1817 por tropas paraenses, contribuiu para a circulação de

títulos da dívida pública (Souza Junior, 2012). Portanto, ao lado das finanças redistributivas do aviamento nos sertões, temos, em Belém, a emergência das finanças em dinheiro, ou como preferimos denominar, finanças de mercado.

Para além do aviamento, o dinheiro de uso específico foi um importante instrumento de distinção e prestígio – utilizaremos exemplos do aviamento para além das canoas particulares. O dinheiro que circulava através da instituição financeira do aviamento, também implicava na regulação do *status* e prestígio no vale amazônico. Os casos são inúmeros. Moradores ilustres das vilas e de Belém; proprietários ilustres de fazendas; diretores e vigários; principais e oficiais indígenas: para estes, o trabalho indígena, como meio de pagamento e redistribuído pelo Estado, era acessível formalmente apenas através das portarias emitidas pelo Governador, portanto, distante de uma boa parte da população, visto que, o contato com o mesmo e seus interesses nem sempre coincidiam com as demandas do povo sem prestígio da Capitania. Assim, o trabalho indígena era um "dinheiro de rico", ou seja, um meio de pagamento que era recebido preferencialmente pela elite colonial. Especificamente em relação ao aviamento, isso se tornava ainda mais verdade com a sua variante redistributiva dos direitos sobre o trabalho indígena – como o trabalho na colônia é escasso, os que tinham mais prestígio com o Governador, legalmente, asseguravam sua parcela de acesso ao trabalho por meio do aviamento.

Em uma dimensão da economia de subsistência totalmente oposta, está a aguardente. Se enquadra nos objetos monetários descritos por Polanyi como "dinheiro de pobre". Não há dúvidas quanto ao trabalho exaustivo e degradante realizado pelos indígenas redistribuídos pelo aviamento para as expedições das canoas particulares e também, mesmo não sendo um aviamento, para as canoas do comum. Eram meses remando embaixo de chuva e sol forte, frio e calor; meses coletando, caçando, plantando e pescando. Meses longe da família e de sua roça nas vilas de origem. Esses trabalhos exaustivos e a fadiga que se impunham ao trabalhador era amenizada pela aguardente. Ela se tornou um dos principais itens da "equipagem" das canoas e de trocas diretas nos sertões amazônicos. Se assegurar os meios de subsistência da tripulação embarcada pôde ser considerado parte do pagamento adiantado para esses trabalhadores, a aguardente era um meio de pagamento extremamente importante para os tripulantes remadores e coletores das expedições.

A base trabalhadora indígena ocupada em atividades mecânicas exigia o pagamento de uma parcela destinada à manutenção da expedição em aguardente (onde também se destaca a farinha de mandioca), hábito que se convencionou entre os embarcados nas expedições. Era um dinheiro de uso específico exigido para que o trabalhador redistribuído e/ou aviado desenvolvesse suas tarefas – tanto que, durante a proibição do consumo de aguardente na

colônia, apenas as expedições tinham autorização para consumi-la. Em Roller (2013 p. 235), temos uma noção da importância quantitativa e qualitativa do consumo de aguardente e do comércio ilegal que ela impelia através das trocas diretas nos sertões:

> Aparentemente, isso ocorreu porque, de acordo com um intendente, as quarenta e uma expedições de coleta do Pará e do Rio Negro consumiram 2.400 canadas (cerca de 1.674 galões) de aguardente por ano (uma média de cerca de 41 galões por expedição). Conforme explicou, "[o]s índios que vão para o sertão estão tão acostumados ao uso desta bebida que, quando está em falta, eles tomam a postura rebelde de se recusarem a trabalhar ou coletar qualquer coisa a mais". O fornecimento de aguardente terminou durante a expedição de 1761 ao lugar de Poiares, no rio Negro, e os tripulantes disseram ao seu cabo "que comprasse um pouco imediatamente, ou eles não continuariam trabalhando"; o cabo não teve escolha e acabou comprando uma frasqueira (recipiente que contém por volta de 10,5 galões ou 37,8 litros) de aguardente de um colono em troca de três arrobas (43,54 quilos) de cacau.

Por fim, um último exemplo do uso específico do dinheiro, e como ele regulou o *status*, podemos citar o prestígio que os possuidores de bens provenientes da cultura europeia adquiriram nos sertões amazônicos. Na casa do campesinato caboclo, a casa dos indígenas aldeados, o pagamento realizado pelo aviamento redistributivo mercantil atribuiu um *status* aos seus recebedores dentro da comunidade que viveram, pois eles atribuíam mais prestígio, quanto maior fosse o seu acúmulo. Esses bens, e não o dinheiro cunhado e de uso geral, eram os objetivos de consumo e acumulação dos agentes nos sertões. Por isso, eles eram exigidos como dinheiro nas transações realizadas pelo aviamento. No outro lado da transação, as drogas do sertão eram o meio de pagamento exigido pelos comandantes às canoas, por se tornarem, na praça de Belém, produtos de exportação para a metrópole. É o fluxo, o controle de estoque e velocidade de circulação desses objetos monetários que interessa ao estudo das finanças em gênero, como veremos adiante.

Em relação ao sistema financeiro, nos deteremos a explorar novamente as canoas associadas ao campesinato caboclo, que se articulavam e ajudavam a estruturar mecanismos específicos no sistema financeiro colonial. A cadeia de integrações que alimentava com produtos da cultura europeia às canoas que iam aos sertões, tem como plataforma a cidade de Belém. Em um primeiro momento, a CGCGPM foi a grande aviadora, alimentando os comerciantes a retalho que equipam e/ou financiam as canoas. Com o fim do monopólio daquela companhia, os grandes comerciantes, com sócios em Portugal, passaram a ser os responsáveis por aviar os comerciantes a retalhos e este, àss canoas (ou associados a estes). Cada comerciante, desde os de grosso trato, como os que vendem a retalho, mantinham a sua contabilidade própria com as contas devedoras dos agentes financiados. Nesse quesito, realizavam processos financeiros de controles similares aos que realizavam os tesoureiros pelo

Estado, como foi no Tesouro dos Resgates ou na Tesouraria-Geral do Comércio dos Índios, onde crédito, débito e compensações eram realizadas cotidianamente, com destaque para a função do dinheiro metálico como padrão de valor.

Apesar de constituírem diversas unidades comerciais autônomas e independentes, no agregado, seguindo hábitos similares de organização das finanças em gênero, representavam uma estrutura que centralizava produtos da cultura europeia, redistribuía através do aviamento para os sertões, recebendo como pagamento as drogas do sertão e outros produtos de origem animal e vegetal. Toda a economia que elas movimentavam através do aviamento do campesinato caboclo, foi fundamentado nessa dívida que se criou com a antecipação dos recursos. Não temos dados em pesquisas históricas do período que possa nos garantir que havia um controle escrito de contas devedoras entre o comandante das canoas e a família cabocla, portanto, o processo que determinava quanto seria o pagamento futuro do campesinato à canoa, pode ter sido definido pelas equivalências instituídas nos sertões e durante a negociação entre as partes no momento da entrega dos produtos vindo de Belém; dado um conjunto de mercadorias antecipadas pela canoa no período corrente, adicionado ao resíduo de dívidas dos períodos anteriores, se acorda que sera pago com x unidades da droga do sertão A, y unidades da droga do sertão B, e assim por diante, até que o valor se aproximasse do débito contraído pela família junto à canoa. Com a experiência e a relação pessoalizada de longo prazo, o comandante da canoa conhecia a qualidade e quantidade dos produtos que as famílias podiam entregar, servindo de teto para o endividamento e segurança do crédito oferecido.

A canoa realizava o aviamento do campesinato caboclo, o aviamento redistributivo mercantil, pois estava dentro da sociedade colonial, contudo, fora das regras do Diretório. Essa redistribuição tinha como instituição centralizadora o capital mercantil, que ao contrário das formas de aviamento que se relacionam ao Estado, seguiam uma economia política focalizada na realização de Lucros. O comandante da canoa, portanto, era o moderador dessa relação pessoal e não-mercantil, que contudo, sofria com os constrangimentos da dinâmica do capital mercantil na cidade: se assevera a exploração do campesinato caboclo, perderia a confiança das famílias, contudo, se não atendesse aos anseios do aviador em Belém, perderia um posto privilegiado na sociedade amazônica que proporcionava *status* e riqueza. Esse equilíbrio, no fundo, era o que proporcionava o sucesso das canoas e seus comandantes em suas expedições, especialmente com o avanço do campesinato na estrutura da economia amazônica.

Independente se a centralidade era o Estado ou o capital mercantil, o aviamento continuava a ser coerente em causalidade cumulativa com as finanças em gênero. Apesar do capital mercantil, geralmente se associar às finanças em dinheiro, na Amazônia,

especificamente no período estudado e nos sertões, esse capital se adaptou e se associou às finanças em gênero, reforçando-a, ao invés de mitigá-la. Ou seja, temos um caso particular em que o capital mercantil suprimiu a instituição mercado, em prol de mecanismos redistributivos. Até onde sabemos, essa contradição é um caso *su generis*: o capital mercantil, ao invés de reforçar a instituição do mercado ou seus elementos, o mitigou, reforçando, estruturalmente, uma instituição que promoveu a integração econômica não-mercado, no caso, o aviamento.

Até então, considerando a historiografia brasileira, o capital mercantil não havia se associado a uma instituição dependente da estrutura redistributiva com tamanha escala e importância em uma região colonial. A força estrutural, renovada pela causalidade cumulativa ao longo da história, impôs ao capital mercantil uma base monetária plural, que por sua vez, foi coerente com finanças em gênero. Tudo isso, fruto dos séculos de dominância de uma economia redistributiva promovida pelo Estado português, mas que dependeu, na base de produção, do trabalho indígena e suas instituições (como o dinheiro), que só na segunda metade do século XVIII inicia uma processo de incentivo a elementos de mercado, que, no entanto, se avolumou apenas na capital, encontrando uma barreira institucional instransponível nos sertões – essa barreira se afirmou, inclusive, durante a economia da borracha. Portanto, é esse longo processo evolucionário, regido pela causalidade cumulativa, que associou capital mercantil, redistribuição e finanças em gênero na Amazônia, instituindo um sistema monetário e financeiro plural. Essas características institucionais são coerentes com o aviamento, e não com os mercados – como essa coerência foi construída ao longo dos séculos analisados, foi o que tentamos demonstrar com a metodologia evolucionária.

A intensidade e a velocidade que os estoques de mercadorias circularam através do aviamento redistributivo mercantil, dependem da taxa de lucro dos comerciantes em Belém. Ao contrário do que ocorre com o aviamento redistributivo Estatal, que segue outros ditames, o aviamento redistributivo mercantil determinou a intensidade e velocidade do fluxo financeiro de acordo com seus objetivos individuais de lucro. O que essa mudança representaria? A subsistência dos agentes da colônia, em geral, passaria a depender cada vez mais da dinâmica das taxas de lucros desse capital, se não fosse a barreira imposta ao fator trabalho redistribuído e regulado pelo Estado: quando a taxa diminuía, a intensidade e velocidade de circulação dos estoques de mercadoria diminuíam, permanecendo como dinheiro entesourado por mais tempo (formando estoques); quando a taxa cresciam, a intensidade e velocidade aumentavam, reduzindo o tempo que o dinheiro se encontrava no uso de tesouro. Portanto, em conjunturas de crise dessa taxa de lucro, as dimensões da economia substantiva que dependiam do aviamento redistributivo mercantil das canoas, ou seja, o campesinato caboclo em sua ampla

maioria, seria conduzido a um cenário provável de escassez dos bens, dados como pagamento por esse centro mercantil.

Essa questão trouxe um elemento desestabilizador para a economia substantiva do vale amazônico, pois como já citamos, o campesinato se tornou cada vez mais importante na coleta das drogas do sertão. Considerando o longo período de predomínio da redistribuição estatal como forma geral e dominante de integração econômica, onde verificamos um compromisso com a reprodução coletiva, este avanço do capital mercantil na praça de Belém e a operação da redistribuição para fins de acumulação privada, tendo como base coletora o campesinato caboclo, não poderia estar alheia e desconectada das reivindicações por parte da população das salvaguardas, que eram comumente oferecidos pelo Estado a determinados estratos da sociedade.

Se as drogas do sertão exportadas foram movimentadas pelo aviamento redistributivo mercantil, uma parcela significativa dos meios de subsistência dependiam dessa economia para circular, vinculando integrações relevantes no interior da sociedade. Assim, a queda da taxa de lucro do capital empregado não seria um motivo legítimo para a população ver fragilizada a suas condições de subsistência, não para uma população que viveu sobre a tutela do Estado redistributivo por tanto tempo.

Porém, é importante frisar que o aviamento redistributivo mercantil, responsável por estabelecer integração econômica com o campesinato caboclo em crescimento na estrutura, só impunha sua dinâmica de reprodução quando o campesinato se tornara a principal base coletora de drogas do sertão, o que acreditamos que se realizou apenas com a dissolução do Diretório, em 1798. Portanto, antes disso, as mudanças estruturais relacionadas a essa variante do aviamento ainda estavam em um processo cumulativo importante, porém, insuficiente para se tornar força dominante. O Estado, a redistribuição e o sistema monetário e financeiro heterogêneos continuavam determinando as características fundamentais do sistema econômico.

Como a oferta de salvaguardas não eram uma função do capital mercantil, elas acabavam sendo supridas pelo Estado, pois a economia no Diretório ainda era imensamente redistributiva, apesar de relativamente, ter esse escopo reduzido pela redistribuição mercantil e a troca mercantil em Belém. Assim, não podemos negar que os fundamentos reprodutivos da economia política para a redistribuição estatal e mercantil são diferentes. No entanto, ainda assim, as operações de crédito e controle dos fluxos financeiros são estritamente relacionados à redistribuição, coerentes com o sistema monetário plural e compensação em gêneros por armazéns, tesourarias e casas mercantis. Portanto, uma autêntica finança não-mercado.

7 CONCLUSÃO

A análise da estrutura social que organizou a vida cotidiana da colônia e as mudanças pelas quais ela passou, evidenciaram uma interdependência significativa com o nosso objeto de estudo, o aviamento. Isso reforça nosso argumento da importância do estudo da estrutura que organiza a sociedade, pois é ela que nos processos evolucionários faz a vez do meio que realiza a seleção das variantes institucionais do nosso sistema populacional complexo. As mudanças que ocorreram nessa estrutura durante o período colonial e seus respectivos efeitos sobre as variantes do aviamento, com a emergência, exclusão e a ressignificação da representatividade nos SPCs de algumas de suas variantes, reforçam que a estrutura e as instituições específicas estudadas evolucionariamente têm uma coerência sistêmica.

A economia que resultou dessa organização social específica foi dominantemente redistributiva, apoiada materialmente pelos movimentos ou fluxos dos meios de subsistência promovidos pelas funções do Estado, como recebedor (centralizador) e pagador (distribuidor). Com a laicização da administração temporal dos indígenas e de seus aldeamentos, essa estrutura redistributiva encontrou seu auge durante o Diretório dos Índios, pois a necessidade de uma burocracia para sua administração e a expansão de súditos indígenas, ampliou a inserção de toda uma esfera econômica antes gerida pela domesticidade das missões religiosas. Apesar de defendermos sua dominância, não excluímos a representatividade das outras FIEs, como os elementos de mercado e/ou mercados locais, domesticidade, trocas diretas e do comércio em nossa argumentação – elementos de mercados especialmente após as reformas pombalinas.

Para ancorar o aviamento a essa estrutura social e econômica, realizamos, primeiro, uma sistematização do debate sobre o sistema monetário e financeiro em Polanyi (1994; 2012) – as relações de crédito, indissociáveis do aviamento, estão referidas às finanças. Essa construção teórica e sua empiria estão dispersas na obra de Polanyi, o que nos exigiu uma leitura objetiva com relação a essa temática. Não por acaso, essa revisão compreende a maior parte do nosso referencial polanyiano. Defendemos, portanto, que Polanyi nos herda uma teoria monetária e financeira não-mercado, ou seja, esses sistemas têm especificidades.

Aprendemos que as FIEs da reciprocidade e redistribuição, apoiadas por suas respectivas instituições, respaldadas por toda carga causal e cumulativa dos processos evolucionários, resultam em sistemas monetários caracterizados pelo dinheiro de uso específico e pelas finanças em tesouro e gênero. Inevitavelmente, essa teoria monetária e financeira de não-mercado amplia, consideravelmente, nosso repertório para entender esses sistemas em sociedades pré-modernas, como também, nas sociedades modernas, visto que, institucionalmente, a economia

é diversa, mesmo com a dominância do sistema de mercado. Acreditamos que esse referencial contribuirá para entendermos iniciativas de finanças que se baseiem em reciprocidade, proximidade, cooperação e com participação do Estado, que se constituem em alternativas ao sistema financeiro de mercado. Naquele caso, moedas locais, bancos comunitários e finanças solidárias, por exemplo, poderiam ser casos em que visualizamos uma importante simbiose com esse aporte teórico.

O segundo momento foi compreender como o sistema monetário e financeiro funcionava no cotidiano da Amazônia colonial, baseada em uma ampla economia redistributiva. Tanto no período do Regimentos das Missões como no Diretório dos Índios mostramos como os pagamentos e os recebimentos feitos pelo Estado com dinheiro de uso específico, no Regimento, e com a disseminação parcial do dinheiro de uso geral, no Diretório, faziam funcionar no cotidiano a redistribuição e um sistema monetário heterogêneo. Fizemos isso no período do Regimento analisando os pagamentos em gêneros realizados pelo Estado (e antes pelo seu recebimento) para os filhos da folha, o que incluía cacau, pano, meios de subsistência e outros, e a formação de um estoque de trabalho indígena pelas diversas estratégias implementadas pelo Estado (Descimentos, Guerras Justas e Tropas de Resgate Oficiais), para depois realizar a redistribuição, seja pelos missionários ou pela troca direta de cativos em Belém.

Durante o Diretório, voltamo-nos novamente para os filhos da folha, explorando os seus pagamentos nas vilas menos importantes como em Macapá e os pagamentos feitos aos embarcados e aos que têm direito à participação dos resultados das canoas do comum, ambos realizados predominantemente em gênero; outro pagamento importante foi o realizado aos que prestaram serviços honoríficos ao Estado, que recebiam mercês, como a redistribuição das fazendas jesuítas no Marajó e o parcelamento da dívida com a CGCGPM, o que proporcionou uma fonte sólida de acumulação de capital, adicionada aos negócios cotidianos. Por fim, destacamos o grande mecanismo redistributivo da mão de obra indígena aldeada, onde se fundamentava a economia política do Estado, por se tratar da principal fonte de trabalho durante todo o período colonial, mesmo com a atividade CGCGPM fortalecendo o tráfico negreiro. Entendemos que o indígena é redistribuído como recurso desde o período das Missões, contudo, no Diretório e sua tentativa de vassalização e integração mais profunda junto à sociedade colonial – até mesmo concedendo funções e privilégios antes reservados à elite branca – temos na dicotomia entre seu papel de recurso e de súdito um exemplo das consequências drásticas dessa dupla função: o desabastecimento e fome nas vilas e lugares.

Demonstramos, assim, a economia proporcionada pelo movimento de meios de subsistência através dos pagamentos e recebimentos do Estado, inclusive, regulando o acesso ao principal recurso da colônia, o trabalho indígena. Associado a isso, demonstramos também uma inegável busca por *status*, privilégio e posições honoríficas de uma classe ociosa afastada dos trabalhos mecânicos e industriais – sendo esse próprio distanciamento uma condição de reconhecimento de sua superioridade. As funções no Estado tinham como requisito as pessoas da classe ociosa com as qualificações certas, por isso, as famílias adotavam estratégias para se qualificarem, pois não é de se estranhar, essas funções eram as que ofereciam oportunidades econômicas mais vantajosas na colônia – é mais uma dimensão da economia das mercês.

Essas distinções entre uma classe ociosa e uma classe industrial ou mecânica, patente nas sociedades estratificadas de Veblen e Polanyi, encontra respaldo empírico quando analisamos o dinheiro de uso específico como um regulador de *status*. Na Amazônia colonial, o acúmulo de dinheiro de uso geral (a moeda cunhada) não representava qualquer símbolo de nobilitação, pelo contrário, eram os objetos monetários e seus usos específicos que proporcionavam prestígio. No Regimento das Missões, demonstramos que os principais indígenas que acumulavam produtos da cultura europeia através do comércio administrado (como com as tropas de resgate) desfrutavam de maior prestígio no interior de suas nações e nas relações que estabeleciam pela política indígena. Sertanejos que descobriam novas drogas do sertão e/ou eram bem sucedidos em abastecer o estoque de trabalho indígena colonial, recebiam mercês reais. O tesouro dos resgates se transformava em meio de pagamento mais aceleradamente quando a classe ociosa pressionava o Estado por cativos indígenas, o que nos revela que era uma categoria de recurso que circulava principalmente entre e pelo interesse da elite. Como bem sabemos, o tesouro dos resgates era composto por gêneros para equipar as canoas da expedição (farinha, aguardente e outros) e para pagar os indígenas (diversos utensílios, incluindo armas e utensílios potencialmente utilizados nas guerras), controlados contabilmente pela tesouraria dos resgates.

Para ilustrar a regulação de *status* pelo dinheiro de uso específico no Diretório, adotamos, além da nobilitação que se atribuí pelo dinheiro de uso específico acumulado, exploramos a distinção entre dinheiro de rico e dinheiro de pobre proposto por Polanyi. O primeira podemos observar pelo acúmulo de produtos da cultura europeia nas casas do campesinato caboclo, que atribui prestígio às casas dentro das comunidades formadas por esses agentes. Em relação ao dinheiro de rico, observamos que o *status* da família da sociedade colonial, ou da função exercida pelo indivíduo (como é o caso do vigário), proporcionava, no primeiro caso, um acesso facilitado ao trabalho indígena a ser redistribuído, pois dependia de autorização do Governador

– quanto maior a proximidade com este, o que dependia obviamente do prestígio do interessado, maior a facilidade de se acessar os indígenas. Em relação às funções exercidas no Estado por indivíduos, esses recebiam, como parte do pagamento, indígenas para realizar as atividades industriais, como era o caso dos diretores, vigários e cabos de canoa.

Considerando o dinheiro de pobre, recorremos à equipagem das canoas, quando um produto, em específico, é de suma importância: a aguardente. Como parte do pagamento, esse produto, ao lado da farinha de mandioca constituem utilidades indispensáveis para as expedições. A farinha, por ser um alimento não perecível no curto prazo, logo, que sacia a fome. A aguardente como um remédio para exaustão imposta pelas condições de trabalhos fatigantes. Sem a aguardente, não havia canoa que mantivesse a hierarquia e seu objetivo, pois era um meio de pagamento imprescindível para a arregimentação do trabalho indígena, portanto, um dinheiro aceito como pagamento por pobres.

Com todos essas exemplos dados, respaldados por estudos históricos, acreditamos ter fornecido dados suficientes para atribuir força a corroboração da primeira parte da nossa hipótese: a dominância estrutural da centralidade estatal e da redistribuição até o fim do Diretório dos Índios (1798), desenvolveu finanças em gênero em uma economia predominantemente sem moeda cunhada. O crédito ou aviamento, por sua vez, é uma manifestação coerente e adaptada dessas finanças.

Com a expansão do repertório teórico quanto ao sistema financeiro, agora incluindo as finanças não-mercado que se articulam com a redistribuição e a reciprocidade, é possível visualizar a economia e o crédito, mesmo sem a presença de sistemas de mercado, por um lado, ou com especificidades relevantes e autônomas àquele, por outro. É por esse prisma que analisamos o aviamento.

Não existiu, durante o período colonial, somente uma manifestação do aviamento. Demonstramos, em nosso recorte, que ele esteve presente em três SPCs (com mais de uma variação alguma das vezes), que eram fundamentais para a vida cotidiana da colônia: a formação de um estoque de mão de obra indígena, no acesso ao fator trabalho e no setor das drogas do sertão. No primeiro, utilizando nossa revisão da literatura histórica, identificamos o aviamento sendo utilizado para incorporar o trabalho indígena que estava fora do sistema colonial, através dos descimentos e tropas de resgates oficiais.

No segundo, vimos que o aviamento foi o responsável por fazer movimentar, uma vez disponível internamente ao sistema colonial, a mão de obra indígena no Regimento e no Diretório, pois os já aldeados só eram acessados pelos particulares com a antecipação de parte ou da totalidade das remunerações devidas a seus tutores. Neste ponto, acrescentamos uma

variedade de aviamento não abordada pela análise de Meira (2017), logo, consideramos um resultado importante, pois articula invariavelmente o principal recurso político-econômico, o trabalho indígena, ao sistema redistributivo dominante através do aviamento, ampliando o repertório analítico. O processo evolucionário secular do aviamento, na Amazônia, nos revela o aviamento redistributivo da mão de obra indígena, sendo tão ou mais importante que as tropas de resgate. No terceiro SPC, mostramos que as drogas do sertão eram movimentadas pelo aviamento das canoas particulares e, com seu crescimento na estrutura, pelo aviamento das famílias caboclas. Em todos esses SPCs temos alternativas institucionais ao aviamento, contudo, em todos eles, se afirmou como instituição dominante.

Dessa diversidade de variações do aviamento, que realizam funções diferentes no sistema econômico, escolhemos três para aplicarmos os modelos de causalidade cumulativa: no Regimento, o aviamento comercial das tropas de resgates oficiais, no Diretório, o aviamento redistributivo da força de trabalho indígena tutelada e o aviamento redistributivo mercantil da família cabocla. Em consonância com nossa hipótese, a mudança da estrutura proporcionada pelas reformas pombalinas altera profundamente as variações do aviamento, com a exclusão das tropas de resgate e a emergência paulatina do aviamento do campesinato caboclo. Como características mais gerais, essas variações se diferenciavam pelo produto que movimentavam (cativos e drogas) e o agente, que na base, realizava a coleta das drogas (indígenas e caboclos), e quem financiava o aviamento, com papel importante do Estado nas tropas de resgate e do capital particular no aviamento redistributivo dos indígenas tutelados pelas canoas particulares e no aviamento da família cabocla.

Contudo, temos duas caraterísticas fundamentais do crédito e do respectivo endividamento relacionado ao aviamento, considerando todas as suas variantes abordadas pelos modelos de causalidade cumulativa: i) que o fundamento da dívida está na obrigação não-econômica; ii) deve ser paga (total ou parcialmente) em dinheiro de uso específico. No aviamento comercial das tropas de resgates, que antes foi antecedida pela troca de presente, o comerciante com prestígio e representante do Estado português, o cabo de canoa, para ter acesso aos recursos das nações indígenas, sendo um ‘estrangeiro’, tem que recorrer à dádiva.

É o pagamento antecipado com bens de prestígio ao principal uma adaptação da troca de presentes, que cria a obrigação não-econômica para o indígena e proporciona um comércio administrado constante, longínquo e pessoalizado – sem que o principal reconhecesse a sua obrigação de recompensar com uma contradádiva o parceiro comercial em termos recíprocos, não poderia haver movimento de cativos, pois o presente e/ou a dádiva adaptada ao comércio administrado imputa uma obrigação ao recebedor em retribuir, ficando em dívida, porém, por

motivações de cunho social e não estritamente econômico. Como já abordamos acima, o dinheiro para pagar a obrigação é específico, e proporciona *status* em ambas as sociedades. Mostra também a evidência de que as instituições monetárias e financeiras indígenas se sobrepuseram às europeias nos sertões da Amazônia colonial, pois em tudo, a economia colonial dependia dos indígenas, para quem a moeda cunhada nada representava.

Para reforçar que a obrigação não era econômica, em contrapartida, o chefe podia exigir que o cabo de canoa contraísse uma dívida da mesma qualidade e importância, como ocorre quando os cabos se tornavam cunhamenas, ou seja, um parente através do casamento, quando o tomador da esposa torna-se devedor – uma dívida não-econômica de longo prazo por outra, o que estabilizava as relações e dava segurança aos termos da transação, pois agora, as obrigações estavam sob a tutela do parentesco. A capacidade de um cabo e/ou cunhamena de antecipar pagamentos com produtos da cultura europeia, o tornava um personagem com prestígio e *status* superior, em contrapartida, o chefe que era credor desse comerciante de prestígio, através da instituição do casamento, ganhava poder na política indígena, pois assegurava um fluxo contínuo de bens que proporcionavam *status* a sua nação.

Vimos em Polanyi (2012 p.163) que a capacidade de pagamento determinava *status* de uma pessoa, pois quanto mais se desembolsava em pagamento sem que a riqueza fosse comprometida, mais acumula prestígio na sociedade, visto que "[...] o pagamento era igualmente devido pelos culpados, os impuros, os fracos e os inferiores; e era algo que se devia aos deuses e aos sacerdotes, aos honrados e aos fortes". Assim, o principal e o cabo alternavam o papel de fracos e fortes pelas trocas de obrigações não-econômicas – a contradádiva pelo casamento, criando um ambiente recíproco e parental. Nesse caso estamos nos referindo principalmente ao rio Negro, onde houve uma estabilidade dessa relação, contudo, é comum na literatura relatos de que se o principal não suprisse com cativos as demandas das tropas, estas escravizavam a nação aliada, fugindo à lógica do aviamento.

Se no aviamento comercial das tropas de resgate é necessário a antecipação (crédito) fazer a vez do presente para criar a obrigação não-econômica, no aviamento redistributivo do trabalho indígena, essa obrigação não-econômica era precedente, pois o indígena aldeado e o morador (particular) eram súditos de um rei e de um Estado, ao qual deviam referência e pagamentos, sendo este o intermediador de todo o processo por ser tutor do indígena. Portanto, a obrigação não se assume entre indígena e morador diretamente, mas entre estes, isoladamente, e o Estado. O indígena aldeado, ao concordar com o descimento, se submetia à hierarquia Estatal e era obrigado a pagar suas obrigações não-econômicas ao rei, ou seja, a tributação devida sobre sua

produção particular e, mais importante, aceitar a condição de recurso a ser redistribuído compulsoriamente.

Em relação ao morador, habituado à economia redistributiva com suas dimensões recebedoras e distribuidoras de recursos se engajava no aviamento redistributivo partindo de uma relação de vassalagem anterior e hierarquicamente mais imprescindível, ou seja, obrigação não-econômica com o rei. Logo, quando ele depositava o pagamento antecipado do salário dos indígenas ao tutor que representa o Estado, ele estava tornando-se credor de uma dívida com quem tinha obrigações não-econômicas anteriores mais fortes e, no qual, é subalterno. Assim, indígenas e moradores tornam-se credores de seu soberano – representado pela figura do diretor, revestido com esse poder pela função designada – com quem tem uma dívida eterna de vassalagem (digo, não-econômica), o que oferece garantias e força de execução dos termos do aviamento – o indígena trabalhava compulsoriamente sem receber o total dos pagamentos depositados, pelo tempo, no local e na atividade designada pelo diretor; o particular é forçado a antecipar o pagamento de todos os salários, ficando sobre a custódia do diretor, e deve atender as exigências no que se refere às condições de trabalho e equipagem das canoas, caso contrário, perde o acesso aos indígenas.

E como antes, na variante do Regimento das Missões, o valor depositado era pago em gêneros, com a equivalência de dois rolos de pano por mês de trabalho do indígena tutelado. Além disso, se instituiu o pagamento em gênero coletados, de potobas, ou seja, um bônus extraoficial aos indígenas acordado com o cabo de canoa, que está fora da tutela do diretor. Mais uma vez, temos a força da dívida na obrigação não-econômica, que deve ser quitada em gênero, contudo, ao contrário da tropa de resgate, o aviamento é redistributivo (interno) e não comercial (externo).

No aviamento redistributivo mercantil, a obrigação não-econômica não se ampara na vassalagem, como ocorre com a redistribuição Estatal. Ainda assim, o prestígio é importante na estruturação da obrigação não-econômica. Se na vassalagem o rei e os clérigos tinham prestígio na sociedade e podiam receber para depois distribuir, nos sertões amazônicos, a relação entre comandante da canoa e a família cabocla não pressupunha essa obrigação. Ela deveria ser criada, e esteve pautada na posse do dinheiro com *status*, que após o endividamento inicial (a cooptação da família), assegurava a prerrogativa de ser um centro recebedor de pagamentos por personificar esse *status*. O desejo pelo dinheiro com *status*, e não uma vassalagem prévia, é a origem da obrigação não-econômica: a emulação entre as famílias caboclas, através da posse dos produtos da cultura europeia (os meios de pagamento sob o comando das canoas),

mantinham a família cabocla em uma relação de dependência e prisioneira dos pagamentos ao aviamento, proporcionando um fluxo constantes de drogas dos sertão.

A associação entre redistribuição com uma instituição centralizadora, diferente do Estado, em nosso caso, o capital mercantil, é uma proposição inovadora da tese: um trabalho semelhante, contudo, com categorias diferentes, vemos em Sabourin (2009 p. 62-65) e sua "reciprocidade assimétrica", baseada no trabalho de Temple (2004). O mesmo Sabourin (2008), analisando o trabalho de Geffray (2007) sobre o aviamento durante a economia da borracha, conclui que há a associação a formas paternalistas exploratórias associadas à reciprocidade e redistribuição. Assim, expandimos, portanto, o repertório de instituições centralizadoras na literatura polanyiana. Porém, nossa redistribuição possui atributos próprios, em relação à Estatal. Destacamos duas, a mudança de perfil do centro com relação à economia política polanyiana e a obrigação não-econômica originada da posse do dinheiro com *status*. Por outro lado, manteve-se a base monetária e financeira heterogênea, com destaque para o dinheiro como regulador de *status*, onde aproximamos emulação (Veblen) e dinheiro de uso específico (Polanyi).

Portanto, as finanças em gênero são uma grande manifestação da redistribuição em sua dimensão financeira. Vimos que o controle dos fluxos e o controle de contas devedoras eram realizados por grandes estruturas de controle, compensação e contabilidade, que se assemelham aos bancos arcaicos de Polanyi: tesouraria dos Resgates; Tesouraria do Comércio dos Índios e os armazéns do capital mercantil. Para além dessa função, temos as finanças, incluindo o crédito, que por sua vez, é representado pelo aviamento: na redistribuição e no comércio administrado, se vale de obrigações não-econômicas para torna-se um recebedor de pagamentos. Essas obrigações, devem ser amortizadas ou quitadas com dinheiro de uso específico, baseado no sistema monetário em gêneros.

Com o avanço do período colonial, essa lógica do crédito, baseado nas modalidades de aviamento (comercial ou redistributivo, aplicado a diversas SPC), tornou-se uma força preponderante e moldou o próprio capital mercantil, de forma que este se adequou ao aviamento nos sertões, se utilizando da antecipação com dinheiro com *status* para poder ser um recebedor de pagamentos do campesinato caboclo, que iniciou um processo de crescimento na estrutura institucional. Portanto, o que definiria o aviamento no período colonial seria o crédito baseado em obrigações não-econômicas e o pagamento em gênero, controlados por uma contabilidade específica. Essas características são adaptadas a um sistema econômico redistributivo, onde prevalece um sistema monetário com dinheiro de uso específico e finanças em gênero.

Com o fim do Diretório dos Índios (1798), a principal fonte de trabalho para a coleta das drogas do sertão foi desarticulada – o aviamento redistributivo do trabalho tutelado que alimentava com indígenas as canoas dos particulares e as canoas do comum. Consequentemente, nossa hipótese é que as canoas particulares e comuns perderam respaldo institucional, pois as famílias, antes tuteladas, agora se pulverizam pelo vale amazônico, expandindo decididamente a família camponesa cabocla na estrutura, tornando-a a base do trabalho para a coleta das drogas do sertão e aviadas pelas canoas que desembocam nos regatões da primeira metade do século XIX. Contudo, é só com o fim do Diretório que a combinação família cabocla, regatão e aviamento se tornou a instituição dominante na coleta de drogas do sertão. Assim, com esses dados amparados na historiografia e nos processos evolucionários e sistêmicos, acreditamos ter oferecido argumentos contundentes para corroborar com a segunda parte de nossa hipótese, de que, simultaneamente, durante o mesmo Diretório, iniciou-se a transição para um novo regime, onde o caboclo e não o indígena, o capital mercantil e não o Estado (ainda utilizando a redistribuição), passaram também, respectivamente, a produzir meios materiais e a organizar relevantemente, apesar de ainda subalternos, os fluxos da instituição do aviamento.

Uma segunda categoria de resultados pode ser abordada na tese. Apesar de não estar organizada no formato de artigos, alguns capítulos e subtópicos foram escritos tendo esse formato em mente, orientando o desenvolvimento de temas específicos, porém, concatenados com o objetivo principal da tese. O primeiro tema que destacamos é o que envolve a reflexão direcionada à historiografia econômica brasileira, que limita o repertório analítico de instituições integradoras ao mercado (na presença ou não de mercados internos e externos) e a domesticidade. Destacamos a importância de incluir a redistribuição com outra FIE importante para explicarmos os processos econômicos históricos, englobando mecanismos que antes seriam inviabilizados, como o aviamento e os processos de acumulação que ele proporcionava, mesmo sem a existência de mercados ou seus elementos.

O segundo tema é a aproximação teórica e metodológica entre Veblen e Polanyi. Exploramos uma primeira aproximação baseada na Economia Política e no complemento entre FIE e a combinação de instintos – esse trabalho foi apresentado no Encontro de Economia Institucional Original (Silva, *et. al.*, 2022). Ainda nesse tema, agora nos referindo ao Darwinismo generalizado, mostramos que os princípios de herança, seleção e variação têm um peso ontológico, contudo, eles devem ser delineamos em cada ciência, com processos específicos, orientados por teorias complementares. Argumentamos que Veblen e Polanyi nos oferecem essas teorias, sendo um importante complemento ao artigo apresentado no EINST.

Um terceiro tema é o metodológico, e diz respeito À causalidade cumulativa e os princípios darwinianos de herança, seleção e variação. Engloba, destacadamente, o tópico 2.2, que trata do método evolucionário. Nesse tema, um dos pontos que gostaríamos de destacar é a contribuição de Polanyi para uma noção de causalidade cumulativa mais sistêmica, baseada na comparação entre sociedades, que ao nosso ver, é complementar com a perspectiva mais evolucionária abordada por Veblen. Um outro destaque é compreender como a emergência, crescimento e persistência das instituições desencadeadas pelos processos causais e cumulativos de Veblen podem ser articulados aos princípios de herança, seleção e variação. Concluímos, com base nos modelos causais e cumulativos delineados por nós, que os princípios darwinianos (variação, herança e seleção) são mecanismos que explicam na transição pelas etapas do processo evolucionário de Veblen (origem, crescimento e persistência), sujeitas ao nexo causal, sequencial, cumulativo, contínuo e não teleológico da causalidade cumulativa, aplicadas a um SPC.

Por fim, os modelos causais e cumulativos que delineamos nos orientaram em toda a análise do aviamento. Nossa intenção em organizá-los foi tornar a dinâmica causal e cumulativa segmentada, ou seja, aplicada a determinados tipos de dinâmica institucional partindo da estrutura ou da agência, de forma gradual ou não gradual, com maior ou menor diversidade de variações institucionais – isso nos ajudou a controlar a metodologia. Apesar de abstratos, esses modelos analíticos englobam os princípios de herança, seleção e variação que nos forçaram a adotar teorias complementares com forte historicidade para explicar seus processos específicos, assim como, as principais características atribuídas à causalidade cumulativa, como a relação às estruturas de poder político, à dinâmica incessante de transformação e processos não-teleológicos.

Um quarto tema que abordamos são os sistemas monetários e financeiros na obra de Polanyi. Já especificamos suficientemente esse ponto nesse tópico, portanto, seremos sucintos: gostaríamos de frisar a importância de uma teoria financeira em Polanyi – derivado da interação sistêmica entre FIE, estruturas de apoio e sistema monetário diversificado com dinheiro de uso específico – que pode ser utilizada para identificar, interpretar e reforçar iniciativas de finanças não-mercado, seja em sociedades pré-modernas ou não.

Por fim, diversos pontos, ao nosso ver, interessantes, foram destacados ao longo dos capítulos empíricos que buscavam tirar da obscuridade os mecanismos redistributivos da colônia e o processo evolucionário da instituição do aviamento: um entendimento mais sistêmico de uma economia sem moeda cunhada; o indígena tutelado como um recurso redistributivo; a economia política das mercês e sua relação com posições honoríficas; a função

da CGCGPM na emergência de elementos de mercado; a acumulação por mercês, que nos ajudam a compreender um pouco mais a constituição de um capital mercantil endógeno; a barreira incomum que o capital mercantil levanta ao mercado nos sertões ao se associar ao aviamento; a estabilidade dos preços da farinha e sua relação com o abastecimento da colônia; contribuições institucionais para entender a emergência do campesinato caboclo, tendo como parâmetro, a família monogâmica e a domesticidade.

Um desses pontos que gostaríamos de destacar é a acumulação de capital endógena. Há na Amazônia e no Brasil uma convergência em torno da obra de Santos (1980) de que não havia uma acumulação de capital endógena na região suficiente para financiar relevantemente o início da economia gomífera. Ou seja, no período colonial e na primeira metade do século XIX, as atividades cotidianas da economia amazônica foram incapazes de subsidiar um acúmulo de capital endógeno relevante. A primeira questão é que Santos (1980 p. 122-126) aborda essa afirmativa, expressamente, como uma hipótese, visto que não há elementos históricos em sua obra que o subsidiem com informações necessárias para testá-la, sendo assim, essa grande convergência se funda em uma hipótese não testada historicamente, que se torna um enunciado forte, a partir da obra do autor.

A segunda questão é que, adotada a hipótese, o caminho orientado pela teoria é que o financiamento das atividades produtivas relevantes e de vulto (como obras do governo) dependem, inevitavelmente, de capital exógeno, seja ele brasileiro ou estrangeiro, dado que "[...] A participação inicial do capital da região deve ter sido bastante reduzida, eis que a área não dispunha de acumulação anterior relevante [...]" (Santos, 1980 p. 139). Assim, buscando conceber o papel do capital exógeno, sua hipótese se torna uma afirmativa, como citada no trecho acima. Desenvolvemos argumentos suficientes na tese, com base uma análise dos dados de pesquisadores da historiografia amazônica, para nos posicionarmos contra essa hipótese.

A acumulação proporcionada pelas oportunidades da economia redistributiva durante o período colonial, onde o mercado não chegou a ocupar um papel dominante, foi responsável por essa acumulação, onde destacamos os negócios cotidianos operados pelo aviamento, trocas diretas e os pagamentos promovidos pelo Estado, como as mercês. Esses processos, se analisados pela ótica dos mercados como sinônimo totalizante da economia, são limitantes e oferecem obstáculos à acumulação de capital, porém, se analisados por uma perspectiva diversa, e que amplie a economia para além da hipótese dos mercados, como nos ensina Polanyi, emerge uma base rica e diversa de onde emerge a acumulação do capital endógeno, como a realizada pela economia das mercês, que nos ajuda a compreender a fonte da riqueza dos grandes latifundiários da ilha do Marajó. Portanto, havia acumulação endógena e ela era

relevante no período colonial, contudo, não foi realizada por meio dos mercados, o que restringiu seu reconhecimento pela historiografia econômica.

Com relação aos outros pontos que emergem da análise, alguns deles foram desenvolvidos apenas circunstancialmente dentro da proposta da tese, e esperamos aprofundá-los de acordo com uma agenda de pesquisa posterior, que também incluirá a análise do aviamento nos séculos XIX, XX e XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; WAMDERLY, Maria de Nazareth Baudel. **De camponeses a agricultores:** paradigmas do capitalismo agrário em questão. 1990.

AGNE, Chaiane Leal; CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Dos hábitos às instituições: proposições analíticas e metodológicas na Economia Institucional de Thostein Veblen. Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n. 2, p. 386-407, 2018.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os vassalos d'el rey nos confins da Amazônia**: a colonização da Amazônia ocidental, 1750-1798. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 25, pág. 82-99, 1994.

ARCURI, Marcia M. Tribos, Cacicados ou Estados? A dualidade e centralização da chefia na organização social da América pré-colombina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 17, p. 305-320, 2007.

ARENZ, Karl Heinz. **Além das doutrinas e rotinas**: índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (séculos XVII E XVIII. História e Cultura, v. 3, n. 2, p. 63-88, 2014.

BALÉE, William. O programa de pesquisa da ecologia histórica. **Cadernos do LEPAARQ** (UFPEL), v. 14, n. 28, p. 180-212, 2017.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português – 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras: 2002.

CANGIANI, Michele. Karl Polanyi's Institutional Theory: Market Society and Its "Disembedded" Economy. **JOURNAL OF ECONOMIC ISSUES**, vol. XLV, No. 1, 2011.

CAMATTA, R. B. **Para além do consumo conspícuo**: uma proposta de interpretação da Teoria do Consumo em Thorstein Veblen. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2014.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isídio. Sobre escravos e regatões: sociabilidades, conflitos e alianças complexas no território amazônico oitocentista. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector P. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. **Escravo ou camponês?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAVALIERI, Marco Antônio Ribas. O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar. **Economia e Sociedade**, v. 22, p. 43-76, 2013.

CLEMENT, Charles Roland; DE OLIVEIRA FREITAS, Fábio; LISBÔA-ROMÃO, R. **As origens da agricultura na América do Sul. Recursos fitogenéticos**: a base da agricultura sustentável no Brasil. Brasil: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2015.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Em torno das missões jesuíticas na Amazônia (século XVII). **Lusitania Sacra**, v. 15, p. 163-209, 2003.

_____. **Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds, 2006.

_____. A prática dos sertões na Amazônia colonial (Século XVII). **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 10, n. 15, 2013.

CHAMBOULEYRON, Rafael; DE MELO, Vanice Siqueira; BOMBARDI, Fernanda Aires. O "estrondo das armas": Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII). Projeto História: **Revista do programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 39, 2009.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar-um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia**: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

_____. O Diretório dos Índios e as chefias indígenas: uma inflexão. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 7, n. 1, p. 117-134, 2006.

COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúniga. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do Diretório dos Índios (1757-1798). **Revista de História** (São Paulo), p. 101-129, 2016.

CONCEIÇÃO, Octavio, A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Tese de doutoramento em economia. Porto Alegre: PPGE/UFRGS, 2000.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. Vínculos entre a câmara de São Luís do Maranhão e a política lusoimperial de conquista do espaço. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; JUNIOR, José Alves de Souza (orgs.) **Novos Olhares sobre a Amazônia Colonial**. Belém: Paka-Tatu, 2016, p. 61-78.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 - 1970). Belém: NAEA, 2012a.

_____. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo**: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira. Belém: NAEA, 2012b.

_____. **Formação agropecuária na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA, 2012c.

_____. **A Brief Economic History of the Amazon (1720-1970)**. Cambridge Scholars Publishing, 2018.

DA COSTA BRITO, Ênio José. Um documento do Estado Monárquico Português: Uma primeira leitura do Directorio. **ESPAÇOS-Revista de Teologia e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 183-192, 2003.

DA CRUZ, Roberto Borges. Usos e apropriações da farinha de mandioca na colonização do estado do Maranhão e grão-pará. **Fronteras de la História**, v. 18, n. 1, p. 105-128, 2013.

DALE, Gareth. Karl Polanyi: **The Limits of the Market**. Cambridge: Polity Press, 2010.

DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Emina; PALHETA, Daniel. A educação jesuítica na Amazônia Setecentista e os confrontos com o Pombalismo. **Revista Linhas**, v. 19, n. 41, p. 259-291, 2018.

DARDOT, P. LAVAL, C. Comum. **Ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DENEVAN, Wiliam M. "Machados de pedra versus machados de metal: a ambiguidade da agricultura de coivara na Amazônia Pré-Histórica." **Amazônica-Revista de Antropologia** 2.2 (2010): 314-326.

DIAS, Camila Loureiro. O Livro das Canoas, uma descrição. **ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL**, IV, 2012.

_____. O comércio de escravos indígenas na Amazônia visto pelos regimentos de entradas e de tropas de resgate (séculos XVII e XVIII). Territórios e Fronteiras, v. 10, n. 1, p. 238-259, 2017.

DIAS, Camila Loureiro; BOMBARDI, Fernanda Aires. O que dizem as licenças? flexibilização da legislação e recrutamento particular de trabalhadores indígenas no estado do Maranhão (1680-1755). **Revista de História** (São Paulo), p. 249-280, 2016.

DIAS, Camila Loureiro; BOMBARDI, Fernanda Aires; COSTA, Eliardo Guimarães da. Dimensão da população indígena incorporada ao estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1680 e 1750: uma ordem de grandeza. São Paulo: **Revista de História**, 2020.

DORNELLES, Soraia Sales. Morar e governar na vila de índios de Viana: Diretório Pombalino na Amazônia (1757-1798). **Fronteras de la História**, v. 29, n. 1, p. 63-83, 2024.

DUGGER, William M. Redefining economics: from market allocation to social provisioning. **Political economy for the 21st century**, p. 31- 43, 1996.

FARAGE, Nadia. **Muralhas dos Sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1986.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial (1733-1777)**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FERREIRA, Elias Abner Coelho; VIANA, Wania Alexandrino. Canoas de guerra, canoas do sertão: protagonismo indígena na Amazônia colonial portuguesa. Rio de Janeiro, **História indígena, agência e diálogos interdisciplinares**, v. 34, n. 2, p. 1-23, maio/ago. 2021.

FIORI, Marlon Marcel. **A carne, a gordura e os ovos**: colonização, caça e pesca na Amazônia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORESTI, Tiziana. Between Darwin and kant: Veblen's theory of causality. **International Review of Sociology**, 14:3, p.399-411, 2004.

FREITAS, Tales Rabelo. Veblen e a Psicologia dos Instintos. Uberlândia: **Economia Ensaios**, Uberlândia, 35(1), Jul./Dez. 2020.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paul: Companhia Editoria Nacional, 1967.

GARCIA, Elisa Padilha; CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Veblen e o institucionalismo centrado no comportamento e na cultura dos indivíduos. **Análise Econômica**, v. 38, n. 77, 2020.

GARCIA, Simone Pereira; BASTOS, Cecilia Maria Chaves Brito. Ciro Flamarion S. Cardoso e a questão da Brecha Camponesa. **Revista Tempo Amazônico**, v. 1, n. 1, p. 5-16, 2013.

GOLDSMITH, Raymond W. Financial structure and economic growth in advanced countries: An experiment in comparative financial morphology. In: **Capital formation and economic growth**. Princeton University Press, 1955. p. 112-167.

GOULART, J. A. **O regatão (mascate fluvial da Amazônia)**. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil, séculos XVIII e XIX). In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 67-80.

GUZMÁN, Décio A.; RAIOL JUNIOR, Leonardo. **A reorganização e a fluidez do uso da mão de obra indígena no Grão-Pará:** segunda metade do século XVIII (1750-1765). Tellus, p. 177-205, 2019.

HARRIS, Mark. 'What it Means to be Caboclo' Some critical notes on the construction of Amazonian caboclo society as an anthropological object. **Critique of Anthropology**, v. 18, n. 1, p. 83-95, 1998.

HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). **Revista de História** (São Paulo), p. 49-82, 2014.

HODGSON, Geoffrey M. On the evolution of Thorstein Veblen's. Cambridge **Journal of Economics.** v. 22, p. 415-431, 1998.

_____. Varieties of capitalism and varieties of economic theory, Chapters, In: Geoffrey M. Hodgson (ed.), **A Modern Reader in Institutional and Evolutionary Economics**. Edward Elgar Publishing, 2002.

_____. Veblen and darwinism. **International Review of Sociology**, v. 14, n. 3, p. 343-361, 2004.

_____. O que são instituições? In: SALLES, A.; PESSALI, H.; FERNÁNDEZ, R. **Economia Institucional**: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

HODGSON, G. M.; KNUDSEN, T. **Darwin's conjecture**: the search for general principles of social and economic evolution. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.

HOLLANDER, David B. Money in the late Roman Republic. New York: Columbia University, 2007.

HUNT, E. K; LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KRAUZER, Fernando Cavalheiro. **Thorstein Veblen**: suas influências, críticas e contribuições para a construção de uma ciência econômica evolucionária. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-graduação em Economia e Desenvolvimento, 2019.

LEAL, Davi Avelino. Trabalho, territorialização e conflito pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira/AM (1861-1932). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 9, n. 17, p. 47-61, 2017.
LIMA, Alam José da Silva. **Do "dinheiro da terra" ao "bom dinheiro"**: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750). BELÉM: UFPA, 2006 (Dissertação de mestrado).

LIMA, Alam José da Silva; Chambouleyron, Rafael; Camargo Igliori, Danilo Plata, paño, cacao y clavo: "dinero de la tierra" en la Amazonía portuguesa (c. 1640-1750) **Fronteras de la Historia**, vol. 14, núm. 2, 2009, pp. 205-227.

LOPES, Felipe; CAMPOS, Iolanda. Cacicados complexos: a organização espacial e as técnicas dos povos indígenas da Amazônia nos séculos XVI E XVII. **Marupiara| Revista Científica do CESP/UEA**, n. 8, p. 88-114, 2021.

LUZ, Manuel Ramon Souza. **Por uma concepção darwiniana de economia evolucionária**: abordagens, pioneiras, conflitos teóricos e propostas ontológicas. 2009. Dissertação Mestrado em Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

_____. **Darwin's conjecture**: the search for general principles of social & economic evolution. 2013.

_____. A Lógica da Investigação Científica e o Processo Evolutivo: Em Busca de um Modelo Descritivo Vebleniano. **Journal of Economic Issues**, v. 51, n. 4, pág. 891-914, 2017.

MACHADO, André Roberto de Arruda. O eclipse do Principal: apontamentos sobre as mudanças de hierarquias entre os indígenas do Grão-Pará e os impactos no controle da sua mão de obra (décadas de 1820 e 1830). **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 18, p. 166-195, 2017.

MACHADO, Juliana Salles. Dos artefatos às aldeias: os vestígios arqueológicos no entendimento das formas de organização social da Amazônia. **Revista de Antropologia**, v. 49, p. 755-786, 2006.

MATOS, Frederik Luizi Andrade de. **O Comércio das "Drogas Do Sertão" sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. 2019. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX (Paper 153). **Papers do NAEA**, v. 9, n. 1, 2000.

MARX, K. **O capital**: crítica a economia política: Livro I, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 33º edição.

MAUCOURANT, Jérôme. **The substantive economy of money**: Karl Polanyi in the tradition of" old institutionalism". Hal open Science, 1995. Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00569422/; Acessado em: 12 de março de 2022.

_____. Polanyi on institutions and money: An interpretation suggested by a Reading of Commons, Mitchell and Veblen. Adaman, Fikret; Devine, Pat. Economy and society : money, capitalism and transition. **Black Rose Books**, pp.150-171, 2001.

MCGRATH, David Gibbs. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. NAEA/UFPA: **Novos Cadernos NAEA**, vol. 2, nº 2,1999.

MEIRA, M. A. Freitas de. **A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza. O regimento das missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. Clio: **Revista de Pesquisa Histórica**, v. 27, n. 1, 2009.

_____. Uma Junta para as missões do Reino. Promontoria, **Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve**, n. 4, p. 291-317, 2006.

_____. Perspectivas sobre a" nobreza da terra" na Amazônia colonial. **Revista de História** (São Paulo), p. 26-68, 2013.

_____. A trajetória de uma rede familiar no Pará setecentista: O caso da família Góis. **Revista Maracanan**, n. 19, p. 79-100, 2018.

METCALFE, J.S. Evolutionary Concepts and Evolutionary Economics. In: DOPFER, Kurt. **The Evolutionary Foundations of Economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MINSKY, Hyman P. **Estabilizando uma economia instável**. Osasco: Novo Século Editora, 2013.

MONASTERIO, Leonardo Monteiro. **Guia para Veblen**: um estudo acerca da Economia Evolucionária. Pelotas: EDUFPEL, 1998.

NEALE, Walter. Karl Polanyi and American Institutionalism: A Strange case of Covergence. In: kari Polanyi-Levitt (org.). The Life and Work of Karl Polanyi. Montreal e Nova York: **Black Rose Books**, 1990, p. 145-151.

NETO, Ventura; DA SILVA, Raul. Notas sobre a formação socioespacial da Amazônia. **Nova Economia**, v. 30, p. 579-603, 2020.

NETTO, José Paulo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Tamyris Monteiro. **A empresa dos resgates sob uma perspectiva tributária**. 2012. Acesso em 31 de agosto de 22. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43001.

NEVES NETO, Raimundo Moreira das. **"Em aumento de minha fazenda e do bem desses vassalos": a coroa, a fazenda real e os contratadores na Amazônia colonial (séculos xvii e xviii).** Tese de Doutorado. Belém: UFPA, 2017.

NOVAIS, Fernando**. Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial** (1777-1808). 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVAL, Fernanda. O Brasil, as companhias pombalinas e a nobilitação no terceiro quartel de setecentos. In: CUNHA, Mafalda S. **Do Brasil à Metrópole**: efeitos sociais (séculos XVII-XVIII). Universidade de Évora, 2001.

_____. O Brasil na disputa pela política de 'mercês extraordinárias' da Coroa (séculos XVI-XVIII). In: VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo B. Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009.
_____. Economía de la merced y venalidad en Portugal (siglos XVII e XVIII). In: CASTILLO, Francisco A.; FUENTE, María M. F. **El poder del dinero**: ventas de cargos e honores em el Antiguo Régimen.Madri: Editora Biblioteca Nueva, 2011.

OLIVEIRA, Natália Cristina de *et al*. Marquês de Pombal e a expulsão dos jesuítas: uma leitura do Iluminismo português no século XVIII. **XI JORNADA HISTEDBR**, v. 11, 2013.

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana; DE MESQUITA, Ilka Miglio. O projeto assimilacionista português: o Diretório pombalino sob um olhar decolonial. **Roteiro**, v. 44, n. 1, p. 9, 2019.

PEREIRA, Magnus. Rede de mercês e carreira: o "desterro d'angola" de um militar luso-brasileiro (1782-1789). **História: Questões & Debates**, v. 45, n. 2, 2006.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). **História dos índios no Brasil**, v. 2, p. 116-132, 1992.

POLANYI, Karl. **El sustento del hombre**. Barcelona: Mondadori, 1994.

_____. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POMPEU, André José Santos; VIANA, Wania Alexandrino. Sujeitos sertanejos na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). **História e Cultura**, v. 9, n. 1, p. 258-275, 2020.

_____. **As drogas do sertão e a Amazônia colonial** (1677-1777). 2021. Tese de Doutorado. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém.

PORRO, Antônio. **O povo das águas. Ensaios de etno-história Amazônica**. São Paulo: Edusp, 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, 2005.

RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. **Varia História**, v. 29, p. 395-420, 2013.

RIBEIRO, Benedito Emílio; PONTE, Vanderlúcia da Silva. Por uma história dos índios no Grão-Pará: estratégias, dinâmicas e protagonismos indígenas no contexto do Diretório Pombalino (1757-1798). **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 25, n. 1, p. 111-134, 2017.

RIBEIRO, Mônica da Silva. A acumulação primitiva no Portugal pré-industrial e o Império Ultramarino Português. **Publicação dos Pós-graduandos em História Social e História Econômica da Universidade de São Paulo**. Ano IV–Número 6–2013–ISSN 2179-5487, p. 9.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. A recuperação econômica da Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão, pp. 193-248. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, a. 170, n. 443, pp. 9-332, abr./jun. 2009.

RODRIGUES, Nathalia MD. **A capitania de Mato Grosso e a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Histórias coloniais em áreas de fronteiras: índios, jesuítas e colonos**. São Leopoldo/Cuiabá, Oikos/Unisinos/Edufmt, p. 126-158, 2008.

ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. **Revista de História** (São Paulo), p. 201-243, 2013.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Um mundo em movimento**: os portugueses na Ásia, África e América. Lisboa: Difel, 1998.

SABOURIN, Éric. Oppression paternaliste et exploitation capitaliste au Brésil. Lusotopie. **Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l'histoire et de la colonisation portugaises**, n. XV (2), p. 231-234, 2008.

_____. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Cidades desaparecidas na Amazônia Portuguesa: Poiares, séculos XVIII E XIX. **História Social**, n. 10, p. 73-100, 2003.

_____. Remedios contra la pobreza. Trabajo indígena y producción de riqueza en la amazonia portuguesa, siglo XVIII. **Fronteras de la História**, v. 9, p. 17-59, 2004.

_____. "Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano." **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis–SC (2007): 1-12.

_____. Amazônia: fronteiras, identidades e história. **Ciência e Cultura**, v. 61, n. 3, p. 26-29, 2009.

SANTOS, Fabiano V. Governadores e capitães-generais do estado do Maranhão e Grão-Pará e do estado do Grão-Pará e Maranhão (1702 a 1780): trajetórias comparadas. **Revista crítica histórica**, v. 8, n. 16, p. 41-63, 2017.

SANTOS, R. A. de Oliveira. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHAAN, Denise Pahl. A Amazônia em 1491. Especiaria: **Cadernos de Ciências Humanas**, v. 11, n. 20, 21, 2009.

SCHAAN, Denise Pahl; SILVA, Wagner F. V. O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-coloniais na ilha de Marajó. **Revista de Arqueologia**, v. 17, n. 1, p. 13-32, 2004.

SILVA, Luiz Gonzaga Feijão da; SILVA, Harley; FERNANDES, Danilo Araújo. Dos instintos as instituições de apoio: explorando complementaridades teóricas entre Veblen e Polanyi. In: **Anais do Encontro de Economia Institucional Original – EINST**. Anais. Ponta Porã(MS) UEMS, 2022. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/einst2022/552793-DOS-INSTINTOS-AS INSTITUICOES-DE-APOIO--EXPLORANDO-COMPLEMENTARIDADES TEORICAS-ENTRE-VEBLEN-E-POLANYI. Acesso em: 19/08/2023 20:57.

SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil: 1500-1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SOMMER, Barbara A. Colony of the sertão: Amazonian expeditions and the Indian slave trade. **The Americas**, v. 61, n. 3, p. 401-428, 2005.

_____. Adquirindo e defendendo os privilégios concebidos pela coroa no norte do Brasil. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *et al*. **Raízes do Privilégio. Mobilidade social no mundo ibérico do antigo regime**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 617-638.

_____. Why Joanna Baptista sold herself into slavery: Indian women in Portuguese Amazonia, 1755–1798. **Slavery & Abolition**, v. 34, n. 1, p. 77-97, 2013.

SOUZA JUNIOR, José Alves. **Tramas do cotidiano**: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Belém: ed. UFPA, 2012.

SCHWARTZ, Stuart. "A economia do Império Português". In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). **A expansão marítima portuguesa**, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TORRES, Maurício. A despensa viva: um banco de germoplasma nos roçados da floresta. **Geografia em questão**, v. 4, n. 2, 2008.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **O modo de produção camponês revisitado**. A diversidade da agricultura familiar, v. 2, p. 13-54, 2006.

VEBLEN, T. B. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. El instinto de trabajo útil y el fastidio del trabajo (1899). **Revista Espanhola de Investigações Sociológicas**, Abril. - Junho, 1999, No. 86, pp. 343-354.

_____. Gustav Schmoller's economics (1901) .Quarterly Journal of Economics, vol. 16, November, 69-93. Reprinted in Veblen (1919).

_____. **The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts** (1914). E-book. e-artnow, 2015.

_____. The Limitations of Marginal Utility. **Journal of Political Economy**, 17(9): p. 620–636, 1909.

WALTER, Ryan. Before Method and Models: the political economy of Malthus and Ricardo. New York: **Oxford University Press**, 2021.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: Hucitec, 1993.

WHITEHEAD, Neil L. Escravidão Indígena na América do Sul, 1492-1820. **The Cambridge World History of Slavery**, v. 3, p. 248-271, 2011.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Brasília: HUCITEC, 1995.